



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 705

Sexta-feira - 25 de Março de 2011

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	1
Antônio Carlos	8
Arroio Trinta.....	10
Atalanta.....	12
Biguaçu	13
Caçador.....	14
Campo Alegre	19
Campos Novos.....	39
Canoinhas.....	57
Capinzal	59
Catanduvas.....	62
Chapadão do Lageado	102
Cordilheira Alta	102
Coronel Martins.....	105
Corupá	105
Curitibanos	108
Forquilha.....	158
Fraiburgo.....	158
Garopaba.....	164
Gaspar	165
Imbituba	170
Itapoá	172
Joaçaba.....	172
Luzerna	179
Macieira.....	179
Massaranduba.....	179
Novo Horizonte	180
Paial.....	180
Pinheiro Preto	183
Porto Belo.....	183
Porto União.....	184
Rio do Sul.....	184
São Lourenço do Oeste.....	200
São Pedro de Alcântara.....	209
Schroeder	210
Timbó	214
Três Barras	219
Tunápolis.....	219
Videira.....	220

Consórcios

CIDEMA.....	227
CIMVI.....	227
CIS/AMREC.....	227

Água Doce

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Complementar Nº 068/2011

LEI COMPLEMENTAR Nº 068/2011 - DE 22 DE MARÇO DE 2011
"ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 058 DE 02 DE JUNHO DE 2009, CRIA CARGO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Em virtude da especialidade dos cargos de Médico Pediatra e Médico Ginecologista em relação ao Médico Clínico Geral e visando a corrigir tal distorção, fica realinhado o Nível de Vencimentos dos cargos de Médico Pediatra e Médico Ginecologista conforme Anexo I desta Lei Complementar.

Art. 2º. Ficam reajustados os Níveis de Vencimentos previstos para os cargos de Médico, constantes nos Anexos I e V da Lei Complementar nº 058/2009, conforme Anexo II desta Lei Complementar, passando a vigorar com os seguintes valores:

I - Médico Clínico Geral, carga horária de vinte horas semanais, Nível CE-28, passa a vigorar com o valor de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais);

II - Médico Pediatra, carga horária de vinte horas semanais, Nível CE-29, passa a vigorar com o valor de R\$ 6.100,00 (seis mil e cem reais);

III - Médico Ginecologista e Obstetra, carga horária de vinte horas semanais, Nível CE-29, passa a vigorar com o valor de R\$ 6.100,00 (seis mil e cem reais);

IV - Médico Clínico Geral, carga horária de quarenta horas semanais, Nível CE-30, passa a vigorar com o valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais).

Art. 3º. Fica criado o cargo de provimento efetivo de Terapeuta Ocupacional, pertencente ao Grupo IV - Serviços Técnicos Científicos, do Anexo I, da Lei Complementar nº 058 de 02 de junho de 2009, conforme especificações constantes no Anexo I desta Lei.

Art. 4º. Em decorrência do disposto nos artigos 1º, 2º e 3º desta Lei, a Tabela de Níveis de Vencimentos de que trata o Anexo V da Lei Complementar nº 058 de 09 de junho de 2009, passa a vigorar conforme previsto no Anexo I desta Lei Complementar.

Art. 5º. Os demais cargos de que trata a Lei Complementar 058 de 02 de junho de 2009 permanecem inalterados.

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Antoninho Tibúrcio Gonçalves - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Dantes Guilherme - Diagramador

Praça XV de novembro, 270 - Centro - 88010-400 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Art. 6º. Para cobrir as despesas decorrentes da execução da presente Lei, serão usados recursos do orçamento municipal.

Art. 7º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 1º de março de 2011.

Art. 8º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 22 de março de 2011

NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI

Prefeita Municipal

ANEXO I

GRUPO IV - SERVIÇOS TÉCNICOS CIENTÍFICOS.

Cargo /CE	Código Nível	Vagas em aberto	Vagas providas	Total de vagas	Carga horária Semanal
Médico Pediatra	CE - 29	01	00	01	20 horas
Medico Ginecologista e Obstetra	CE - 29	01	00	01	20 horas
Terapeuta Ocupacional	CE - 21	01	00	01	20 horas

CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO

NOME DO CARGO:	Terapeuta Ocupacional
CARGA HORÁRIA:	20 horas semanais
NUMERO DE VAGAS:	01 vaga
CONDIÇÕES PARA INGRESSO:	Concurso de provas ou provas e títulos.
NÍVEL DE VENCIMENTO:	CE - 21
VENCIMENTO (R\$):	1.596,37

HABILITAÇÃO PARA EXERCÍCIO DO CARGO:

Profissional com nível superior, específico na área de atuação, com registro no órgão fiscalizador da profissão.

DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES:

- I - realizar as avaliações próprias para indicação de terapia ocupacional;
- II - indicar e encaminhar pacientes para atividades socioterápicas e oficinas terapêuticas;
- III - prescrever atividades para os grupos;
- IV - orientar atividades;
- V - atender individualmente (consulta de terapia ocupacional);
- VI - promover atividades de cunho reabilitacional e profissionalizante;
- VII - promover atividades de integração com a comunidade.

ANEXO II

TABELA DE NÍVEIS DE VENCIMENTOS DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NÍVEL - CE	VALOR
1	520,80
2	630,00
3	651,00
4	661,50
5	682,50
6	714,00
7	735,00
8	766,50
9	803,25
10	829,50
11	871,50
12	913,50
13	945,00

14	1.029,00
15	1.100,88
16	1.321,06
17	1.328,40
18	1.335,74
19	1.343,67
20	1.464,56
21	1.596,37
22	1.740,11
23	1.896,70
24	2.268,00
25	2.656,50
26	3.312,75
27	3.885,00
28	5.500,00
29	6.100,00
30	11.000,00

Lei Complementar Nº 069/2011

LEI COMPLEMENTAR Nº 069/2011 - DE 22 DE MARÇO DE 2011
"AUTORIZA A IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS NO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE - SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizada a implantação no Município de Água Doce do "Centro de Atenção Psicossocial - CAPS", microrregional, com a participação dos Municípios de Catanduvas e Treze Tílias.

Art. 2º. O "Centro de Atendimento Psicossocial - CAPS" terá sua unidade de base territorial no Município de Água Doce, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, tendo como objetivo geral garantir atenção integral às pessoas portadoras de transtornos mentais e usuários de entorpecentes, buscando atendê-las de forma mais humanista e com a finalidade de inseri-las na sociedade.

Art. 3º. O pessoal mínimo necessário para execução dos serviços inerentes ao "Centro de Atendimento Psicossocial - CAPS" está relacionado no Anexo I da presente Lei Complementar.

§ 1º. O pessoal necessário à execução do Programa será, preferencialmente, de provimento efetivo, pertencentes à estrutura administrativa do Município de Água Doce, instituída pela Lei Complementar n. 58/2009, com vencimentos e vantagens da referida Lei.

§ 2º. O Município de Água Doce poderá receber servidores dos Municípios de Treze Tílias e Catanduvas, cedidos com ônus para a origem, necessários à execução do Programa, dentre aqueles identificados no Anexo I desta Lei.

§ 3º. Na hipótese prevista no § 2º deste artigo, o servidor cedido permanecerá vinculado ao regime jurídico e ao sistema previdenciário do Município de origem, subordinando-se, quanto à forma de cumprimento da jornada de trabalho, às normas do "Centro de Atendimento Psicossocial - CAPS".

§ 4º. A função de Coordenador do Programa será privativa de servidor do Município de Água Doce, ocupante de cargo de provimento efetivo de nível superior com formação na área da saúde, que perceberá uma Função de Confiança de Chefe de Setor, prevista

no Anexo III da Lei Complementar n. 58/2009.

Art. 4º. O "Centro de Atendimento Psicossocial - CAPS" desenvolverá programas e projetos sociais com recursos próprios do Município, através de repasses e parcerias com o Governo Federal e Estadual, e ainda, com a participação financeira e operacional dos Municípios de Catanduvas e Treze Tílias que poderá ser feita mediante:

I - a cessão de servidores de acordo com o previsto no artigo 3º desta Lei;

II - o repasse de recursos financeiros para custear as despesas inerentes à execução do Programa, definido em instrumento de convênio específico.

Parágrafo único. Em cumprimento ao disposto neste artigo, fica o Município de Água Doce autorizado a firmar convênio com os Municípios de Catanduvas e Treze Tílias, disciplinando a cooperação de cada ente municipal no enfrentamento das questões relacionadas à implantação do Programa.

Art. 5º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações consignadas no orçamento geral do município e do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 6º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 22 de março de 2011.
NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI
Prefeita Municipal

ANEXO I

Quadro mínimo de pessoal necessário para o funcionamento do CAPS

CARGO	Nº DE VAGAS	CARGA HORÁRIA	FORMA DE PROVIEMNT
Psicólogo	01	40 horas	Efetivo
Enfermeiro	01	40 horas	Efetivo
Técnico de Enfermagem	01	40 horas	Efetivo
Médico Clínico Geral	01	20 horas	Efetivo
Terapeuta Ocupacional	01	20 horas	Efetivo
Assistente Social	01	40 horas	Efetivo
Auxiliar administrativo	01	40 horas	Efetivo
Auxiliar de Serviços Gerais	02	40 horas	Efetivo

Decreto Nº 005/2011

DECRETO Nº 005/2011 - DE 18 DE FEVEREIRO DE 2011
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CRIA ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 1.959, de 07 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 1.959 de 07 de dezembro de 2010, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 40.500,00 (quarenta mil e quinhentos reais), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para reformas no prédio da Prefeitura Municipal.

Art. 2º. Fica criado no orçamento vigente o elemento de despesa 4.4.90.00.0.3.0000/158 com a seguinte classificação orçamentária:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

01 DEPTO. DE SERVIÇOS GERAIS

04.122.0006.2.006 MANUTENÇÃO SECRETARIA ADM. FAZENDA E DEPTOS.

4.4.90.00.0.3.0000/158 Aplicações Diretas R\$ 40.500,00

TOTAL R\$ 40.500,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o superávit do exercício de 2010 verificado nas rubricas de recursos próprios.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 18 de fevereiro de 2011.
NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI
Prefeita Municipal

55/2011

PORTARIA Nº055/2011 de 02 de Março 2011.

"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Nelci Fátima Trento Bortolini Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em II alínea a da lei orgânica do Município e Lei complementar nº 015/98 demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário (a) Wanessa Paula Spagnol, efetiva no cargo de Farmaceutica no período de 01/03/2011 a 30/03/2011 férias referente ao ano de 09/10.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Água Doce, 02 de Março de 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI

Prefeita

EDNA VIEIRA BISSANI

Diretor RH.

56/2011

PORTARIA Nº056/2011 de 02 de Março 2011.

"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Nelci Fátima Trento Bortolini Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em II alínea a da lei orgânica do Município e Lei complementar nº 015/98 demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário (a) Claudemir dos Santos, efetiva no cargo de Motorista no período de 01/03/2011 a 30/03/2011 férias referente ao ano de 08/09.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Água Doce, 02 de Março de 2011.
NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI
Prefeita

EDNA VIEIRA BISSANI
Diretor RH.

57/2011

PORTARIA Nº057/2011 de 02 de Março 2011.
"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Nelci Fátima Trento Bortolini Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em II alínea a da lei orgânica do Município e Lei complementar nº 015/98 demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário (a) Glaucia Varaschim ,efetiva no cargo de Escriuraria no período de 01/03/2011 a 20/03/2011 e conversão de 10 dias em abono pecuniário de férias referente ao ano de 10/11.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Água Doce, 02 de Março de 2011.
NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI
Prefeita

EDNA VIEIRA BISSANI
Diretor RH.

58/2011

PORTARIA Nº058/2011 de 02 de Março de 2011.
"CONCEDE RETORNO DA LICENÇA SEM VENCIMENTOS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA."

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em II alínea a da lei orgânica do Município e Lei complementar nº 015/98 demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder retorno ao trabalho no cargo de fonoaudiólogo a partir de 01 de Março de 2011 a funcionária Andrea Maccagnan, que se encontrava em licença sem vencimento.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 02 de Março de 2011.
NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI
Prefeita

EDNA VIEIRA BISSANI
Diretor RH.

59/2011

PORTARIA Nº 059/2011 de 28 de Fevereiro de 2011.
"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Nelci Fátima Trento Bortolini Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em II alínea a da lei orgânica do Município e Lei complementar nº 015/98 demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário (a) Barbara Brolo Piculi ,efetiva no cargo de Enfermeira no período de 28/02/2011 a 29/03/2011férias referente ao ano de 10/11.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Água Doce, 28 de Fevereiro de 2011.
NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI
Prefeita

EDNA VIEIRA BISSANI
Diretor RH.

60/2011

PORTARIA Nº 060/2011 - DE 02 DE MARÇO DE 2011
"NOMEIA MEMBROS PARA FORMAR A COMISSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO"

NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os seguintes membros para formar a COMISSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO:

- ELISETE AGUIAR VIEIRA BALESTRIN - representando a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;
- MARINO DE SOUZA PINTO - representando a Câmara de Vereadores;
- CRISTIANE CASTRO - representando o CEDUP - Centro de Educação Profissional Professor Jaldyr Bhering Faustino da Silva;
- NILSE TERESINHA BARBOSA - representando a Escola de Educação Básica Ruth Lebarbechon;
- FELIPE TOIGO - Representando a CEJEL - Pós Médio
- ALAN TOIGO e RUDIERI ANGELI - representando a CEJEL - 3º Série;
- GUILHERME TORTELLI - representando a CEJEL - 2º Série;
- BRUNA FERNANDA ZANATTA - representando a CEJEL - 1º Série.

Art. 2º. A Comissão receberá até o dia 10 de março de 2011 as inscrições dos estudantes interessados em receber o benefício.

Art. 3º. A Comissão terá o prazo até o dia 14 de março de 2011 para definir o benefício para cada estudante.

Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º: Fica revogada a Portaria nº 051/2010 de 19/03/2010.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 02 de março de 2011.
NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI
Prefeita Municipal

61/2011

PORTARIA N. 61/2010 - DE 02 DE MARÇO DE 2011
"SUBSTITUI PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE ACOMPANHAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO ABERTO PELO EDITAL Nº 001/2010 E DOS TESTES SELETIVOS ABERTOS PELOS EDITAIS Nº 001/2010 E Nº 002/2010"

NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, e em conformidade com o art. 72, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º. Substituir o Presidente da Comissão Especial de Acompanhamento do Concurso Público aberto pelo Edital nº 001/2010 de 11/11/2010 e dos Testes Seletivos originados pelos Editais nº 001/2010 de 11/11/2010 e nº 002/2010 de 11/11/2010, servidor Cristiano Savaris da Silva nomeado pela Portaria nº 218/2010 pela servidora Marilucy Sare Kusmann.

Art. 2º. Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 02 de março de 2011
NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI
Prefeita Municipal

portaria 54/2011

PORTARIA Nº 54/2011 - DE 25 DE FEVEREIRO DE 2011
"CEDE PARA USO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, OS VEÍCULOS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce, Estado de Santa Catarina; no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e demais normas legais aplicáveis à matéria,

RESOLVE:

ART. 1º: Determinar que os veículos, microônibus - placa MEP 9312, microônibus - placa MBS 4285 e Kombi - placa MEQ 6795, usados no transporte escolar, ficarão a disposição do Fundo Municipal de Assistência Social, no dia 26 de fevereiro de 2011 para transporte da 3ª Idade das comunidades do interior para Encontro na comunidade de Paiol de Telhas - Município de Água Doce - SC.

ART. 2º: As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social.

ART. 3º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 25 de fevereiro de 2011
NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI
Prefeita Municipal

portaria 62/2011

PORTARIA Nº062/2011 de 02 de Março de 2011.
"CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTOS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA."

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em II alínea a da lei orgânica do Município e Lei complementar nº 015/98 demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder licença sem vencimento pelo período de 02 anos ao funcionário(a) Marciano Acordi Pereira, ocupante do cargo efetivo de Professor de matemática no período de 21/02/2011 a 20/02/2013.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 02 de Março de 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI
Prefeita

EDNA VIEIRA BISSANI
Diretor RH.

portaria 63/2011

PORTARIA Nº 063/2011 - DE 04 DE MARÇO DE 2011
"DESIGNA FUNCIONÁRIA PARA SUBSTITUIR TEMPORARIAMENTE SERVIDORA QUE ESPECIFICA"

NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 95 inciso II alínea a da Lei Orgânica do Município e demais normas legais aplicáveis à matéria,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora pública municipal Maria Tereza Macagnan para substituir temporariamente a servidora pública Marilucy Sare Kusmann, no cargo de Tesoureira no dia 09 de março de 2011.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal.

Art. 3º. Expirado o prazo voltará a titular ao referido cargo.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando - se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 04 de março de 2011.
NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI
Prefeita Municipal

portaria 64/2011

PORTARIA Nº064/2011 de 04 de Março de 2011.
"DESISTENCIAS DE CONCURSO PÚBLICO."

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em II alínea a da lei orgânica do Município e Lei complementar nº 015/98 demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Deferir o pedido de desistência do concurso público de Luci Mara Ans-solin Luchese referente ao cargo de Professor de Educação Infantil convocado em 28/02/2011 conforme requerimento anexo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Água Doce, 04 de Março 2011.
NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI
Prefeita.

EDNA VIEIRA BISSANI
Diretor RH.

portaria 66/2011

PORTARIA Nº 66/2011 14 de Março de 2011.
"DA PROVIMENTO A CARGO PÚBLICO QUE ESPECIFICA".

Nelci Fátima Trento Bortolini, prefeita do Municipal de Água Doce,

SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto do artigo 12 e artigo 18 da Lei complementar nº 015/1999 e artigos 93 e 102 da lei complementar 058/2009 de 09/06/2009 e demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Dar provimento em caráter efetivo a Karise Roberta Oliveira brasileiro (a), solteiro, Portador CPF nº006.333.749.54 para exercer o cargo de Assistente Social 40 horas semanais, conforme Edital de concurso público nº. 014/2009, o funcionário adquirirá estabilidade no serviço público após 3 anos de efetivo exercício e aprovação especial de desempenho, não sendo aprovado no estágio será exonerado, ou reconduzido a seu cargo efetivo anteriormente ocupado, conforme artigo 17 e 18 da lei complementar nº015/98 de 28/12/1999.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 14 de Março de 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI

Prefeita

EDNA DE F. LEMOS VIEIRA BISSANI

Diretor Dpto Recursos Humanos.

portaria n 52/2011

PORTARIA Nº052/11 de 23 de Fevereiro de 2011.

“DESISTENCIAS DE CONCURSO PÚBLICO.”

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em II alínea a da lei orgânica do Município e Lei complementar nº 015/98 demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Deferir o pedido de desistência do concurso público aberto pelo Edital 14/2009 de Thaiz Getassi referente ao cargo de Assistente Social convocado em 14/02/2011 conforme requerimento anexo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Água Doce, 23 de Fevereiro de 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI

Prefeita

EDNA VIEIRA BISSANI

Diretor RH.

portaria n 53/2011

PORTARIA Nº053/2011 de 23 de Fevereiro de 2011.

“CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA.”

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em II alínea a da lei orgânica do Município e Lei complementar nº 015/98 demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário (a) Alvir Ribeiro, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais no período de 23/02/2011 a 24/03/2011, férias referente ao ano de 10/11.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento

Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Água Doce, 23 de Fevereiro de 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI

Prefeita

EDNA VIEIRA BISSANI

Diretor RH.

portaria n 65/2011

PORTARIA Nº065/2011 de 04 de Março de 2011.

“CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTOS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA.”

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em II alínea a da lei orgânica do Município e Lei complementar nº 015/98 demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder licença sem vencimento pelo período de 02 anos ao funcionário(a) Miguel Cesar Cavalli, ocupante do cargo efetivo de Professor no período de 14/03/2011 a 14/03/2013.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 04 de Março 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI

Prefeita

EDNA VIEIRA BISSANI

Diretor RH.

portaria n 67/2011

PORTARIA Nº067/2011 de 14 de Março de 2011.

“CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA.”

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em II alínea a da lei orgânica do Município e Lei complementar nº 015/98 demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário (a) Priscila Sartori Sari, ocupante do cargo comissão de Diretor do Departamento Administrativo Financeiro da Secretaria de Saúde, no período de 14/03/2011 a 12/04/2011, férias referente ao ano de 10/11.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Água Doce, 14 de Março 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI

Prefeita

EDNA VIEIRA BISSANI

Diretor RH.

portaria n 68/2011

PORTARIA Nº068/2011 de 14 de Março de 2011.

“CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA.”

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em II alínea a da lei orgânica do Município e Lei complementar nº 015/98 demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário (a) Joel Roque Piaia, ocupante do cargo comissão de Diretor do Departamento de Tributação e Fiscalização, no período de 14/03/2011 a 12/04/2011, férias referente ao ano de 10/11.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Água Doce, 14 de Março 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI

Prefeita

EDNA VIEIRA BISSANI

Diretor RH.

portaria n 69/2011

PORTARIA Nº 69/2011 de 14 de Março de 2011.

"NOMEIA DIRETOR DO CEA - NÚCLEO DE EDUCAÇÃO DE ADULTO DO MUNICÍPIO DE AGUA DOCE".

Nelci Fátima Trento Bortolini, prefeita do Municipal de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto do artigo 78 da lei orgânica do Município e demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Nomear para o cargo de Diretor do Núcleo de Educação de Adulto senhor Evandro Carlos Zanatto brasileiro (a), solteiro, Portador CPF nº016.628.389.48, o mesmo receberá uma gratificação conforme lei complementar nº 59/2009 artigo 9 conforme valor especificado no anexo IV desta lei.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 14 de Março de 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI

Prefeita

EDNA DE F.LEMOS VIEIRA BISSANI

Diretor Dpto Recursos Humanos.

portaria n 70/2011

PORTARIA Nº 070/2011 - DE 17 DE MARÇO DE 2011

"CEDE PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO GERAL O VEÍCULO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e demais normas legais aplicáveis à matéria,

RESOLVE:

Art. 1º. Determina que o veículo Gol - Placa MGO 7069, usado no Fundo Municipal de Saúde ficará a disposição da Administração Geral a partir de 18 de março de 2011.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias da Administração

Geral.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam - se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 17 de março de 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI

Prefeita Municipal

portaria n 71/2011

PORTARIA Nº 71/2011 DE 23 de Março de 2011.

" CONCEDE PROGRESSÃO POR DESEMPENHO PARA OS PROFESSORES QUE MENCIONA."

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita Municipal de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 da Lei complementar nº 010/1998 Artigo 19 e 20 e demais normas legais,

RESOLVE:

Art 1º Conceder progressão por r desempenho aos professores que menciona, conforme avaliação anexa, e conceder progressão por titulação a professor Eleonora Beal conforme certificado anexo.

1. Adriana Maria Tonial Piaia 8C - 8D
2. Andréia Renata do Amaral e Silva. 7B
3. Andriana Wensel Totti 4B
4. Angela Raquel Lucietti Rossa 7C
5. Arlete Venturim Dos Santos 7E
6. Carmelina Alves Paz 7B
7. Claudete Aparecida Silva Cachoeira. 8D
8. Claudete Dulcineia Dall Agosta 4B
9. Claudia E.Favero Boccalon . 9B
10. Cleuci Fátima dos Santos. 8A
11. Darilene Casara de Tomin 3A
12. Débora Lucia Zanatto 8C
13. Eleonora Beal Cecconello. 7A
14. Eliseu Geraldo Boschetti 8E
15. Elisabete Salvador 7D - 7B
16. Evandra Regina Macagnan 8A
17. Evandro Carlos Zanatto 8D
18. Fabiane Aparecida Pereira 7C
19. Fatima Bortolini Pontel 7D - 8A
20. Flavia Ap Zanini da Silva 7D -8A
21. Gilson Talis Percisi . 8D
22. Giovana Rosa Sari Maccagan 8E
23. Gissele Brezolim Ghidorsi 9C
24. Gladis Miranda Cavicholi Menegat 7B
25. Hilda Vieira Braga . 8C
26. Jacqueline Maria Celso 8B
27. James Francisco Beal 9C
28. Jocerlei Judith Zatera Ribeiro 8A
29. Juciana Souza Araujo Soares 7B
30. Juliana Luzia dos Passos 8A
31. Julita Reetz Macagnan . 9A
32. Kárin Padilha Klotz 7D
33. Lorena E.Luz Rampazzo 8A
34. Márcia Johnan Simão 8ª
35. Marcia Rosana Dozoreth 7D
36. Mari Paula Tonet Oldoni 7B - 8B
37. Maria Luiza Luchese Piaia 5A
38. Marines Lucia Fiorese. 8D
39. Marisa de .Saretto de Oliveira 8A
40. Marisete Maria Pantano Ghisleni 8A
41. Marivete Toigo Ambrosio 7C - 7E.
42. Marjorie Jeane Setti de Oliveira. 9C

43. Nadia Salvador 7C
44. Raquel Heberle 7B - 8B
45. Rosane Maria Signori. 9C
46. Roseni Linhares Veloso Mocelim 5A
47. Tânia Zanatta 8A
48. Tatiana Guerra de Barros 8A
49. Tatiane Aparecida Paz .7B
50. Waleska Porto Lima Souza.7B
51. Zelaine Aparecida Peliccoli . 8D
52.

Art 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Água Doce, 23 de Março de 2011.
NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI.
Prefeita Municipal

EDNA VIEIRA BISSANI
Diretor Dpto Recursos Humanos

portaria n 72/2011

PORTARIA Nº 72/2011 DE 23 DE MARÇO DE 2011.
"CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDOR EFETIVO DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO QUE MENCIONA.

Nelci Fátima Trento Bortolini , Prefeita de Água Doce, SC , no uso de suas atribuições legais e o disposto no artigo 07 inciso I , artigo 86 da lei orgânica municipal , e conforme lei complementar n 58/2009 artigo 85 e demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder função gratificada de Chefe de sessão a funcionária Andréia Macagnan, ocupante do Cargo efetivo de Fonoaudiólogo, para chefiar os serviços do departamento administrativo da secretaria de Saúde..

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 23 de Março de 2011.
NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI
Prefeita Municipal

EDNA FÁTIMA LEMOS VIEIRA BISSANI
Diretor do Dpto Rec.Humanos

portaria n 73/2011

PORTARIA Nº 73/2011 DE 23 DE MARÇO DE 2011.
"CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDOR EFETIVO DO MUNICÍPIO QUE MENCIONA.

Nelci Fátima Trento Bortolini , Prefeita de Água Doce, SC , no uso de suas atribuições legais e o disposto no artigo 07 inciso I , artigo 86 da lei orgânica municipal , e conforme lei complementar n 58/2009 artigo 85 e demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder função gratificada de Chefe de sessão ao funcionário Laerte Afonso Verona, ocupante do Cargo efetivo de Motorista, para chefiar os serviços Operacionais da Secretaria Agricultura.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 23 de Março de 2011.
NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI
Prefeito Municipal

EDNA FÁTIMA LEMOS VIEIRA BISSANI
Diretor do Dpto Rec.Humanos

portaria n 74/2011

PORTARIA Nº 074/2011 de 23 de março de 2011.
"DA PROVIMENTO A CARGO PÚBLICO QUE ESPECIFICA".

Nelci Fátima Trento Bortolini, prefeita do Municipal de Água Doce, SC , no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto do artigo 12 e artigo 18 da Lei complementar nº 015/1999 e artigos 93 e 102 da lei complementar 058/2009 de 09/06/2009 e demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Dar provimento em caráter efetivo a Dieison Ramos Glasenapp brasileiro (a), solteiro, Portador CPF nº017. 992.999.29 para exercer o cargo de Engenheiro Civil 40 horas semanais, conforme Edital de concurso público nº. 014/2009, o funcionário adquirirá estabilidade no serviço público após três anos de efetivo exercício e aprovação especial de desempenho, não sendo aprovado no estágio será exonerado, ou reconduzido a seu cargo efetivo anteriormente ocupado, conforme artigo 17 e 18 da lei complementar nº015/98 de 28/12/1999.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 23 de Março de 2011.
NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI
Prefeita

EDNA DE F.LEMOS VIEIRA BISSANI
Diretor Dpto Recursos Humanos.

Antônio Carlos

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei NO 1315/2011

LEI NO 1315/2011

Altera artigo 1º da lei nº. 842/99 que dispõe sobre a instalação de novas farmácias e/ou drogarias na área urbana de Antônio Carlos e dá outras providências.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal, no uso das suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1.º O art. 1º da Lei Municipal 842, de 07 de dezembro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica revogada a Lei nº 774 de 09 de setembro de 1997, que dispõe sobre a instalação de novas farmácias e/ou drogarias na área urbana de Antônio Carlos."

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 15 de março de 2011.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Lei NO 1316/2011

LEI NO 1316/2011

Autoriza o Município de Antônio Carlos a firmar Convênio com Entidade sem fins lucrativos - Associação das Irmãs Franciscanas de São José - Hospital e Maternidade Nossa Senhora da Conceição e dá outras providências.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal, no uso das suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a Associação das Irmãs Franciscanas de São José (Congregação das Irmãs Franciscanas de São José), inscrita no CNPJ sob o n.º 86.185.220/0001-52, mantedora do Hospital e Maternidade Nossa Senhora da Conceição, de Angelina, pelo período de 9 (nove) meses, iniciando-se em março de 2011 e finalizando em dezembro de 2011.

Art. 2º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a repassar à entidade descrita no caput do artigo anterior, o valor de 22.000,00 (vinte e dois mil reais), divididos em 10 (dez) parcelas mensais e sucessivas, sendo a primeira em março e no valor de R\$4.000,00 (quatro mil reais) e as demais no valor de R\$2.000,00 (dois mil reais), mediante apresentação de nota fiscal ou documento equivalente e relatório de atendimentos realizados.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação Orçamento Fiscal Vigente, suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 5º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 15 de março de 2011.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE LEI N. 1378/2011

O Presente Projeto de Lei se justifica tendo em vista que o hospital sob a responsabilidade daquela congregação estará atendendo munícipes em diversas áreas de atuação médica.

Destarte, diante dos gastos com os profissionais da área médica que prestam este serviço gratuitamente à população antoniocarlense, a instituição solicita a esta Prefeitura Municipal o repasse de recursos financeiros através de Convênio, por se tratar de uma Instituição sem fins lucrativos.

Assim, diante dos fatos apresentados, tornando-se imperiosa, necessária e justa a aprovação do presente Projeto de Lei.

Antônio Carlos, 25 de fevereiro de 2011.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Decreto Nº 026/2011

DECRETO Nº 026/2011

Abre Crédito Adicional Suplementar - Superávit Financeiro no Orçamento Programa de 2011.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 1.303 de 14 de Dezembro de 2010.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 9.554,70 para as seguintes dotações orçamentárias:

06 - SECRETARIA TRANSP, OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01 - SECRETARIA TRANSP, OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01.15.452.0007.1.024-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 9.554,70

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

Subtrair superávit financeiro R\$ 9.554,70

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 22 de Março de 2011.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 22 de Março de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº 028/2011

DECRETO Nº 028/2011

Abre Crédito Adicional Suplementar - Superávit Financeiro no Orçamento Programa de 2011.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 1.303 de 14 de Dezembro de 2010.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 82.036,05 para as seguintes dotações orçamentárias:

06 - SECRETARIA TRANSP, OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01 - SECRETARIA TRANSP, OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01.15.451.0007.1.022-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 82.036,05

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

Subtrair superávit financeiro R\$ 82.036,05

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 24 de Março de 2011.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 24 de Março de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Aviso Processo Seletivo Nº 04/2011 AVISO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

Processo Seletivo: nº 004/2011; Objeto: Processo seletivo para o preenchimento de cargos com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, admitidos em caráter temporário, regido pela Lei Municipal nº 558/1992 e suas alterações; Período de inscrição: 25 de março de 2011 a 08 de abril de 2011. Data da prova - escrita e prática: dia 13 de abril de 2011 às 09:00 horas. Cargo: Motorista Categoria "D" e Agente Comunitário de Saúde. Inscrições: Biblioteca da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 7:30 as 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas.

Antônio Carlos, 09 de fevereiro de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal.

CÂMARA DE VEREADORES

portaria 005/2011 PORTARIA 005/2011

O Presidente da Câmara Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 23, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno da Câmara de Vereadores, RESOLVE:
Artigo 1º Conceder, a pedido, Férias Regulamentares, por 30 dias, à Sr. MAURI BERTOLDO ELIAS, ocupante do Cargo de Secretário Administrativo do Poder Legislativo Municipal, de 01 de Março a 30 de Março de 2011, referente ao período de 12/02/2010 a 12/02/2011, com gratificação especial de 1/3 sobre o vencimento normal.

Artigo 2º As despesas decorrentes da presente Portaria correrão por conta de dotação específica do orçamento vigente.

Artigo 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 01 de Março de 2011.
VILSON ANTÔNIO GELSLEICHTER
Presidente

Arroio Trinta

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 1532, de 23/03/2011.

LEI Nº 1532, DE 23/03/2011.

Autoriza o Poder Executivo Municipal dar Baixa no Patrimônio e Alienar a Terceiros Mediante Licitação o Bem que Especifica, Inserível aos Serviços Públicos do Município, e dá outras providências.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos que a Câmara Municipal aprovou

e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal de Arroio Trinta - SC, autorizado a dar baixa no patrimônio e alienar a terceiros mediante licitação, o bem móvel inservível para o serviço público municipal, abaixo especificados:

1 - UM VEÍCULO MICRO ÔNIBUS FRATELLO ON - PLACAS MGZ 8840, ANO FABRICAÇÃO 2003, MODELO 2003, COMBUSTÍVEL DIESEL CAPACIDADE: 26 PESSOAS, POTENCIA: 122CV, COR PRE-DOMINANTE: BRANCA, CHASSI 93ZC5980138311432.

§1º. A comissão, após avaliação, concluiu que os equipamentos acima destacados deverá ser alienado pelo preço total mínimo de R\$ 52.000,00 (Cinquenta e dois mil reais).

§2º. O bem móvel de que trata o "caput" deste artigo foi avaliado pela Comissão de Avaliação nomeada através do Decreto nº 1270/2011.

Art. 2º A alienação que trata o art. 1º desta lei será efetuada mediante de Licitação na Modalidade de Leilão, sendo vencedor o lance ou proposta que melhores condições financeiras oferecer ao Município, de acordo com o Edital e de acordo com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores.

Art. 3º As despesas decorrentes com a execução desta lei serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 23 de março de 2011.
CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 23 de março de 2011.

NELSON CAMPAGNIN
Secretário Municipal de Administração

Lei Nº 1533, de 23/03/2011.

LEI Nº 1533, DE 23/03/2011.

Autoriza o Poder Executivo Municipal dar Baixa no Patrimônio e Alienar a Terceiros Mediante Licitação os Bens que Especifica, Inseríveis aos Serviços Públicos do Município, e dá outras providências.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal de Arroio Trinta - SC, autorizado a dar baixa no patrimônio e alienar a terceiros mediante licitação, os bens móveis inservíveis para o serviço público municipal, abaixo especificados:

1 - TANQUE DISTRIBUIDOR DE ADUBO ORGÂNICO, COM BOMBA LODULAR REVERSORA, ACIONAMENTO INTERNO DA CABINE, COM CANHÃO E COM PARA-LAMAS SÉRIE 017050407, MARCA: IPACOL, CAP. 8.000 LITROS, FAB: 2005.(OBS: A BOMBA ENCONTRA-SE COM PROBLEMAS), AVALIADO EM R\$ 4.000,00(QUATRO MIL REAIS).

2 - UMA CAÇAMBA COM 5,60 X 2,60 X 0,65 m, COM 02 PISTÃO

HIDRÁULICO, AVALIADO EM R\$ 1.000,00 (UM MIL REAIS).

§1º. A comissão, após avaliação, concluiu que os equipamentos acima destacados deverão ser alienados pelo preço total mínimo de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).

§2º. Os bens móveis de que trata o "caput" deste artigo foram avaliados pela Comissão de Avaliação nomeada através do Decreto nº 1.375/2011.

Art. 2º A alienação que trata o art. 1º desta lei será efetuada mediante de Licitação na Modalidade de Leilão, sendo vencedor o lance ou proposta que melhores condições financeiras oferecer ao Município, de acordo com o Edital e de acordo com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores.

Art. 3º As despesas decorrentes com a execução desta lei serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 23 de março de 2011.

CLÁUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 23 de março de 2011.

NELSON CAMPAGNIN

Secretário Municipal de Administração

Decreto Nº 1376, de 21 de março de 2011.

DECRETO Nº 1376, de 21 de março de 2011.

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o que estabelece o artigo 6º, item I e III da Lei nº 1502 de 08/10/2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 101.000,00 (Cento e um mil reais), na dotação orçamentária a seguir discriminada:

02 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.07 SEC. DA INDUSTRIA E COMERCIO

02.07.23 COMERCIO E SERVIÇOS

02.07.23.695 TURISMO

02.07.23.695.2301 PROMOÇÃO DO TURISMO

02.07.23.695.2301.1065 INFRAESTRUTURA TURISTICA

44900000-0124-054 Aplicações Diretas R\$ 97.500,00

44900000-0100-000 Aplicações Diretas R\$ 3.500,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 101.000,00

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, ficam utilizados no mesmo valor os seguintes recursos:

§1º. R\$ 97.500,00 (Noventa e sete mil e quinhentos reais), por conta do Convênio Siconv nº. 068474/2010, firmado entre o Município de Arroio Trinta e o Ministério do Turismo, na Fonte de Recursos 00024 - Transferência de Convênios Outros, Destinação

dos Recursos 054 - Transferência de Convênios da União.

§2º. R\$ 3.500,00 (Três mil e quinhentos reais), por conta do Superávit Financeiro do Balanço do exercício de 2010, da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, na Fonte 00000 - Recursos Ordinários, Destinação dos Recursos 000 - Sem detalhamento de destinação de recursos, conforme demonstrativo do anexo 14 de Lei nº. 4320/64 - Balanço Patrimonial.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 21 de março de 2011.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 21 de março de 2011.

NELSON CAMPAGNIN

Secretário Municipal de Administração

Decreto Nº 1377, de 23 de março de 2011.

DECRETO Nº 1377, de 23 de março de 2011.

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o que estabelece o artigo 6º, item III da Lei nº 1.502 de 08/10/2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.123,40 (Dois mil cento e vinte e três reais e quarenta centavos), na dotação orçamentária a seguir discriminada:

02 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.04 SEC. DA EDUCAÇÃO

02.04.12 EDUCAÇÃO

02.04.12.365 EDUCAÇÃO INFANTIL

02.04.12.365.1201 ENSINO PARA TODOS

02.04.12.365.1201.2038 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

33900000-0619-000 Aplicações Diretas R\$ 2.123,40

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 2.123,40

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, ficam utilizados no mesmo valor os seguintes recursos:

Parágrafo único. R\$ 2.123,40 (Dois mil cento e vinte e três reais e quarenta centavos), por conta do Superávit Financeiro do Balanço do exercício de 2010, da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, na Fonte 00019- Transferências FUNDEB, Destinação dos Recursos 000 - Sem detalhamento de destinação de recursos, conforme demonstrativo do anexo 14 de Lei nº. 4320/64 - Balanço Patrimonial.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 23 de março de 2011.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em

23 de março de 2011.

NELSON CAMPAGNIN

Secretário Municipal de Administração

Decreto Nº 1378, de 23 de março de 2011.

DECRETO Nº 1378, de 23 de março de 2011.

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o que estabelece o artigo 6º, item III da Lei nº 1.502 de 08/10/2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.265,78 (Dois mil duzentos e sessenta e cinco reais e setenta e oito centavos), na dotação orçamentária a seguir discriminada:

02 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.06 SERVIÇOS URBANOS

02.06.15 URBANISMO

02.06.15.452 SERVIÇOS URBANOS

02.06.15.452.1502 TRANSITO SEGURO

02.06.15.452.1502.2042 SINALIZAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS

33900000-0356-000 Aplicações Diretas R\$ 2.265,78

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 2.265,78

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, ficam utilizados no mesmo valor os seguintes recursos:

Parágrafo único. R\$ 2.265,78 (Dois mil duzentos e sessenta e cinco reais e setenta e oito centavos), por conta do Superávit Financeiro do Balanço do exercício de 2010, da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, na Fonte 00056 - Convênio Trânsito Prefeitura, Destinação dos Recursos 000 - Sem detalhamento de destinação de recursos, conforme demonstrativo do anexo 14 de Lei nº. 4320/64 - Balanço Patrimonial.

Art. 3º Este decreto entra e vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 23 de março de 2011.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 23 de março de 2011.

NELSON CAMPAGNIN

Secretário Municipal de Administração

Leilão Nº 0001 2011

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Leilão nº 0001/2011.

Tipo: Maior Preço por Item.

Objeto: Leilão de Bens Móveis Inservíveis aos Serviços Públicos do Município de Arroio Trinta. Alienação de: Um veículo Micro Ônibus

Fratello ON, Um Tanque Distribuidor de Adubo Orgânico e Uma Caçamba, tudo conforme Edital.

Regimento: Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidada.

Entrega dos Envelopes: Até às 09:00h do dia 12/04/2011.

Abertura dos Envelopes: Às 09:30h do dia 12/04/2011.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua XV de Novembro, 26, de Segunda a Sexta feira, no horário normal de Expediente.

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta, 24 de março de 2011.

CLAUDIO SPRÍCIGO

Prefeito Municipal

Atalanta

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 1191/2011

LEI Nº 1191/2011

"DISPÕE SOBRE INCLUSÃO DE AÇÃO, CONTAS DESPESAS NO PLANO PLURIANUAL-PPA, NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO, ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Atalanta, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam incluídas as Contas Despesas 3.1.90.00.00.00.00.01.0080, 3.3.90.00.00.00.00.01.0080, 3.3.90.00.00.00.00.01.0029 e 4.4.90.00.00.00.00.01.0080; a ação 2.042 - Manutenção dos Serviços de Proteção e Atendimento Integral a Família - PAIF, no Programa 76 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, na Lei Municipal nº. 1115/2009 de 09.09.2009, Plano Plurianual - PPA, no montante de R\$ 103.500,00 (Cento e Três Mil e Quinhentos Reais).

Art. 2º - A Conta Despesa acrescida na ação de trata o artigo 1º, fica por conta da anulação da seguinte dotação do orçamento do corrente exercício:

03.00 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.122.0008.1.002 - Construção e Reformas do Paço Municipal

4.4.90.00.00.00.00.01.0024 - Aplicações Diretas R\$ 103.500,00

Art. 3º - Por conta da inclusão prevista no Artigo 1º da presente Lei, ficam inseridas as Contas de Despesas 3.1.90.00.00.00.00.01.0080, 3.3.90.00.00.00.00.01.0080, 3.3.90.00.00.00.00.01.0029 e 4.4.90.00.00.00.00.01.0080; a ação 2.042 - Manutenção dos Serviços de Proteção e Atendimento Integral a Família, no Programa 76 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, na Lei Municipal nº. 1173/2010 de 22.09.2010, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, no montante de R\$ 103.500,00 (Centro e Três Mil e Quinhentos Reais).

Art. 4º - Por conta do disposto no Artigo 3º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado incluir na Lei Orçamentária para o exercício de 2011 a Abertura de Crédito Adicional Especial, no montante de R\$ 103.500,00 (Cento e Três Mil e Quinhentos Reais).

Órgão: 07.00 Secretaria da Assist. Social e Inf. E Adolescência

Unidade: 07.01 Fundo Municipal de Assistência Social

Função: 08 Assistência Social



AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 038/2011- FMS

Objeto: Aquisição de veículos automotores e motocicleta para uso da Secretaria Municipal de Saúde de Biguaçu.

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14:00h do dia 07/04/2011, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília - DF.

Recebimento das Propostas: das 14:00h do dia 28/03/2011, às 14:00h do dia 07/04/2011.

Local para obtenção do edital: no endereço eletrônico do provedor do pregão eletrônico - Cidade Compras - www.cidadecompras.com.br.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3243-1040.

Biguaçu, 23 de março de 2011.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - Por delegação

Secretário Municipal de Saúde

Publicação de Licitação PP 264 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 264/2010-PMB

OBJETO: Aquisição de computadores para a Citran, setor de recursos humanos e Diretran do Município de Biguaçu. Data da abertura da documentação e proposta de preços: 06/04/2011 às 16:00 hrs. Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um disquete ou pen-drive.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3279-8010, 8020 e 8048.

Biguaçu 23 de Março de 2011.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Caçador**PREFEITURA MUNICIPAL****Resolução Nº 001/2011 - Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social de Caçador**

RESOLUÇÃO Nº 001/2011

CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE CAÇADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Dispõe sobre os critérios de seleção e elegibilidade dos candidatos do Programa Minha Casa Minha Vida de 0 a 3 salários do Residencial Meu Lar.

O CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE CAÇADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CMHIS, em cumprimento à Lei Municipal nº. 2534/2008 e 2552/2008, quais regulamentam o CMHIS, RESOLVE:

Art. 1º - A Reunião Ordinária do dia 04 de março de 2011, Ata nº 20 teve como local, as dependências do Departamento Municipal de Habitação, nesta cidade, com início às 14:00 horas. Veio estabelecer os cinco critérios de seleção e elegibilidade dos 469 (quatrocentos e sessenta e nove) candidatos do Programa Minha Casa Minha Vida, conforme orienta e estabelece a Portaria do Ministério das Cidades nº 140 de 05 de março de 2010.

Art. 2º - Os cinco critérios são:

1. Moradores de área de risco (critério nacional)
2. Mulheres chefes de família (critério nacional)
3. Antiguidade de moradia no município superior a 3 anos (critério local)
4. Renda per capita de maior vulnerabilidade social (até o valor de R\$ 300,00) (critério local)
5. Proximidade do empreendimento (critério local)

Art. 3º - Os cadastros válidos são os inscritos no período de 11 de maio de 2009 à 31 de dezembro de 2009 e as inscrições realizadas no ano de 2010 até 22 de março de 2011 serão válidos somente os que residem em área de risco.

Art. 4º - O sorteio será realizado em 12 de abril de 2011, às 19:00 horas, no Salão Paroquial da Igreja Cristo Redentor, localizado na Rua Henrique Julio Berger, n. 271, Bairro Berger, nesta cidade.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 6º - Esta Resolução entra em vigor a partir da sua publicação.

Presidente do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social de Caçador.

ANTONIO CARLOS CASTILHO

Presidente do CMHIS

Caçador, 23 de março de 2011.

Edital Nº 001/2011- Programa Minha Casa Minha Vida

EDITAL N. 001/2011

A Prefeitura Municipal de Caçador, por meio de sua Secretaria Municipal de Assistência Social, torna público o sorteio de apartamentos do empreendimento localizado no bairro Bom Sucesso aos cadastrados no Programa Minha Casa Minha Vida, a ser realizado no dia 12 de abril de 2011, às 19 horas, no Salão Paroquial da Igreja Cristo Redentor, localizado na Rua Henrique Julio Berger, n. 271, Bairro Berger, nesta cidade. O presente processo seletivo ocorrerá em conformidade com as orientações da Caixa Econômica Federal, o disposto na Constituição Federal, Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, e Lei Federal n. 11.977, de 07 de julho de 2009 e Portaria n. 140, de 05 de Março de 2010.

1. DO OBJETO

1.1 O presente Edital torna público o sorteio de 144 (cento e quarenta e quatro) apartamentos do empreendimento localizado no bairro Bom Sucesso aos cadastrados no Programa Minha Casa Minha Vida, a ser realizado no dia 12 de abril de 2011, às 19 horas, no Salão Paroquial da Igreja Cristo Redentor, localizado na Rua Henrique Julio Berger, n. 271, Bairro Berger, nesta cidade.

1.2 Os apartamentos de que trata o item 1.1 encontram-se distribuídos da seguinte maneira:

1.2.1 144 (cento e quarenta e quatro) apartamentos no empreendimento Residencial Meu Lar, localizado na Rua Nelson Eugênio Busato, s/n, Bairro Bom Sucesso, nesta cidade;

2. DA HABILITAÇÃO

2.1 Consideram-se válidos os cadastros dos proponentes que se inscreveram no período de 11 de maio de 2009 à 31 de dezembro de 2009 e as inscrições realizadas no ano de 2010 até 22 de março de 2011 serão válidos somente os proponentes que residem em área de risco.

2.2 Participarão deste primeiro sorteio os devidamente cadastrados com renda familiar mensal bruta limitada a R\$ 1.395,00 (hum mil, trezentos e noventa e cinco reais).

3. DO SORTEIO

3.1 O sorteio dos candidatos que ocuparão as vagas disponíveis



será realizado no dia 12 de abril de 2011, às 19 horas, no Salão Paroquial da Igreja Cristo Redentor, localizado na Rua Henrique Julio Berger, n. 271, Bairro Berger, nesta cidade.

3.2 O sorteio das vagas será realizado pelo nome do titular cadastrado.

3.3. Serão reservadas 3% das vagas para idosos e 3% das vagas para pessoas com deficiência.

3.4 O sorteio ocorrerá em 5 etapas:

- a) grupo de idosos (acima de 60 anos);
- b) grupo de pessoas com deficiência;
- c) grupo de pessoas que preenchem 4 à 5 critérios, denominados por Grupo 1;
- d) grupo de pessoas que preenchem 1 à 3 critérios, denominados por Grupo 2; e
- e) grupo de pessoas que residem em área de risco.

3.5 Além do sorteio para ocupação das vagas disponíveis, serão sorteados candidatos excedentes para a lista de espera.

3.6 Serão sorteados 216 (duzentos e dezesseis) cadastros, sendo 144 (cento e quarenta e quatro) titulares e 72 (setenta e dois) suplentes, que comporão a lista de espera.

3.7 A ordenação da lista de sorteados e suplentes se dará pela ordem do sorteio.

3.8 A presença dos candidatos durante o sorteio não é obrigatória.

3.9 O resultado do sorteio, com os sorteados titulares e suplentes, será publicado no sítio eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br e afixado nos murais da Prefeitura no prazo de cinco 5 (cinco) dias a contar da data do sorteio.

3.10 O resultado do sorteio será encaminhado à Caixa Econômica Federal (CEF) para análise dos cadastros para verificação da adequação aos critérios do Programa.

3.11 Os sorteados titulares e suplentes, após análise cadastral da CEF, serão convocados para uma reunião geral (a ser oportuna e amplamente divulgada) na qual serão explicitadas as regras do Programa Minha Casa Minha Vida e demais detalhes do processo seletivo.

3.12 Na ocasião, será agendado entrevista para comprovação documental e o preenchimento do CadÚnico, sendo os dados novamente remetidos à CEF para análise.

3.14 A lista final aprovada pela CEF será divulgada no sítio eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br e nos murais da Prefeitura e Subprefeituras.

4. DOS INSCRITOS

4.1 Os cadastrados no Programa Minha Casa Minha Vida durante o período que trata o item 2.1 segue abaixo:

- 1 Abel Heckler
- 2 Achiles de Jesus Costa Moreira
- 3 Acir dos Santos
- 4 Ademil Lautério dos Santos
- 5 Ademir Antonio Cavalet
- 6 Adilson Maria de Lima
- 7 Adriana Apª de Oliveira
- 8 Adriana Apª Martins Massaroli
- 9 Adriana Cristina Schneider
- 10 Adriana das Graças Lara
- 11 Adriana Fátima L. Sauer de Oliveira
- 12 Adriano Inez da Rocha
- 13 Agenor Vieira
- 14 Airtton Rogério Biki
- 15 Alairto Bormann dos Santos
- 16 Albino Moraes
- 17 Alcides Cruz Vieira
- 18 Alessandra Aparecida da Silva
- 19 Alessandra Pires de Moraes Moreira
- 20 Alvetete Alizete Scheidt
- 21 Alzemiro Mello
- 22 Ana Alice Camargo Xavier
- 23 Ana Fátima Santin

- 24 Ana Maria Santos
- 25 Ana Maria de Oliveira
- 26 Ana Maria Spegginorin
- 27 Ana Paula Elizio
- 28 Ana Paula Thibes
- 29 Anael Pereira
- 30 Analice Zager Dill
- 31 Analu Santin
- 32 Andrea Aparecida Richter
- 33 Andrea Arruda
- 34 Andrino do Amaral
- 35 Angela dos Santos Mazzurana
- 36 Ângela Maria Cordeiro
- 37 Angelo Ismael de Paula Moraes
- 38 Antonia Felipe de Lara
- 39 Antonina Lenardt Colaço
- 40 Antonio Carlos Cordeiro
- 41 Antonio Vargas
- 42 Aquilino Alves Antunes
- 43 Ari Alonso de Souza
- 44 Ariana dos Santos
- 45 Ariana Maria Lopes
- 46 Aristiliano França
- 47 Arlindo Moura Machado
- 48 Auzenir Amaro
- 49 Beatriz de Jesus Machado
- 50 Beatriz Lopes da Silva dos Santos
- 51 Bernadete Apª de Lima Rodrigues
- 52 Bernadete Aparecida Koskodai
- 53 Bernadete Damaceno
- 54 Candida de Fatima Lopes Moura
- 55 Carla de Fátima Ferreira
- 56 Carla Ferreira da Cruz
- 57 Carmem Apª da Silva Ribeiro
- 58 Caroline Fernandes Gomes
- 59 Caroline Ribeiro
- 60 Cássia Regina Garcia Maciel
- 61 Catarina Alves Ferreira Jaros
- 62 Catarina de Lima dos Santos
- 63 Cecília da Silva
- 64 Celia Aparecida de S Morgenstern
- 65 Cerli de Jesus Sampaio
- 66 Cerli Rosa Ribeiro
- 67 Cezar Augusto Calegari
- 68 Cirene Alves da Silva
- 69 Clair Aparecida dos Santos
- 70 Clair da Silva
- 71 Clairde Elizio
- 72 Claudete Alves Assunção
- 73 Claudete Aparecida Moreira
- 74 Claudete da Luz Lima Alves
- 75 Claudia Alessandra Campos
- 76 Claudia Alves
- 77 Claudia Apª Ribeiro
- 78 Claudia Aparecida Moreira
- 79 Claudio Ribeiro
- 80 Clecy Rodrigues da Rosa
- 81 Cleide Dias dos Santos
- 82 Cleidi Terezinha Soares
- 83 Cleila Cristiane Mendes da Silva
- 84 Clenice Pires
- 85 Cleonice Pontes Gonçalves
- 86 Cleusa Gonçalves Pereira
- 87 Consuelo de Oliveira Santos
- 88 Crecêncio Rosa
- 89 Creusa Maria Carvalho
- 90 Cristiane Apª Zipperer L. dos Santos
- 91 Cristiane Cordeiro Raizel
- 92 Cristiane dos Santos Evangelista

93 Cristiano Baseggio
94 Cristina Schimidt de Souza
95 Dafner Bento
96 Daiane dos Santos Hahne
97 Dalcir Sgarbi
98 Daniela Padilha dos Santos
99 Dejanir Castilhos de Souza
100 Deneci Justina Campagnin
101 Denilza Gomes
102 Denise Martins Alves Medeiros de Sá
103 Devanira Martin
104 Dilamar da Silva
105 Dinancir Ribeiro
106 Diolinda Lopes dos Santos
107 Dirlei Aparecida Mathias
108 Dirlei de Fátima Rodrigues Santana
109 Dirlei de Oliveira Andrade
110 Dirlei Fernandes
111 Divanir da Silva Padilha
112 Domingas Ap^a Garcia
113 Doraci da Silva Marcolla
114 Edenilson Farias Correa
115 Edina Ap^a Carvalho dos Santos
116 Edina Richter
117 Edson Gribinski
118 Elena Barbosa de Campos Batista
119 Eliana Aparecida Leveck
120 Eliane Ap^a Machado
121 Eliane de Fátima Mineiro
122 Eliane dos Santos Camargo Sampaio
123 Eliane Machado
124 Elisabete do Rócio D. Reinhold
125 Elisabete Lucindo
126 Elisandra de Oliveira
127 Elisângela de Almeida
128 Elisângela de Fátima Borges
129 Elizane de Fátima Granemann
130 Elvira de Almeida Alves
131 Elvira de Campos Oliveira
132 Elvira Rodrigues Pereira Ankler
133 Ely Santos Rodrigues
134 Ema dos Santos Littes
135 Emanuele O. Krachinski dos Santos
136 Eni Rosane de Oliveira
137 Ereny Aparecida Simões
138 Erli Aparecida de Oliveira
139 Eudes Sonogo
140 Eunice Aparecida Branco
141 Eunice da Silva
142 Eva Aparecida de Souza
143 Eva Pereira Tomaz
144 Eva Rosa Ireno Cardoso
145 Evelin Leniz Dias
146 Fátima Aparecida Machado
147 Franciane G. dos Santos M. R.
148 Franciele da Silva
149 Francisca Pereira de Oliveira
150 Francisco Batista dos Santos
151 Gelson Ribeiro
152 Geovana Aparecida Bertulino
153 Gesieli de Souza Mello
154 Gessi Adancy
155 Gessi Rodrigues da Silva
156 Gilson de Moraes
157 Giovana Moreira
158 Gislaine Alves Antunes
159 Gislaine da Silva Córdova
160 Glecy Terezinha R. G. dos Santos
161 Helena Teresinha Alvim dos Reis

162 Herminia Freitas de Almeida
163 Idalina Padilha Richter
164 Idalina Ribeiro
165 Ilcy Drehmer de Camargo
166 Ildacilda Maria Ferreira
167 Ilza Guimarães Marchetti
168 Indianara Aparecida dos Santos
169 Iracema Maria de Lima
170 Iracema Silva Kerber Tagliari
171 Iracilda de Fátima da Silva
172 Irani Alves de Carvalho
173 Iris Teresinha Rodrigues Lourenço
174 Irma Ramos Lino
175 Irma Salete Pansera
176 Isabel Cristina da Silva Santos
177 Isabel de Araújo
178 Isaura de Nazaré
179 Ivanilda Matoso de Lima
180 Ivanir Goes Supp
181 Ivanir Weber
182 Ivanira Boeira Lima
183 Ivete Paloschi
184 Ivone Aparecida da Silva
185 Ivone Moreira dos Santos
186 Ivone Steciuk
187 Ivonete Aparecida Sebem
188 Ivorilda Freitas Santin
189 Izoete Bueno de Oliveira
190 Jaciara Aparecida Vieira
191 Janaína Aparecida Laba
192 Jandira Pontes Cordeiro
193 Janete Antunes
194 Janete Aparecida Pereira
195 Janete Aparecida Santos de Sousa
196 Jaqueline de Fátima Pereira
197 Jesuína Rodrigues
198 Joana Maria Antunes
199 João Batista da Silva
200 Joao Batista Fenili
201 João Cesar Lenardt Colaço
202 João da Motta Sodré
203 João Luiz dos Santos
204 João Marcos de Oliveira
205 João Maria Emídio Sobrinho
206 Jocelaine Alves Ruppel
207 Joceli Terezinha Coraleski Alves
208 Joceni Colaço
209 Jocilei Aparecida Pimentel
210 Jonatan Blaz Santos
211 Jonathan Rosa de Lima
212 José Ademir Pires
213 José Airton Pereira dos Santos
214 José Arildo Ferreira
215 José Luiz Antunes
216 José Maria da Silva
217 Josiane Aparecida Gonçalves
218 Josiele Aparecida Correa
219 Josimeri Domingues Ferreira
220 Juçara Aparecida Pereira
221 Juceli Cordeiro Gonçalves
222 Juceli Meireles dos Santos
223 Jucelia da Silva
224 Jucelia Ficher
225 Jucemara Ap^a Alexandrino Pereira
226 Judith América de Oliveira
227 Juliana de F. Chaves
228 Juliana Lourenço Brais
229 Juliana Montovani
230 Juliana Werner Ferreira

231 Júlio Cesar Machado
232 Julio Rodrigues dos Santos
233 Jumariana Souza Borba
234 Juraci Correa Alves da Costa
235 Juraci do Rosário da Silva
236 Juscelia Rodrigues Tavares
237 Jussara Aparecida Alves Gomes Bello
238 Juvelina Pires de Moraes
239 Laide Terezinha Lischineski
240 Laidas Dias
241 Laura da Silva
242 Laureci Filomena Ribeiro de Souza
243 Lea Cristina da Silva Vanelli
244 Leandro Batista
245 Leandro Cesar Alves
246 Leidiane Patricia de M. Castilho
247 Leidimar Aparecida Machado
248 Leoni Terezinha Sampaio
249 Leonice dos Santos
250 Leonice Renner Ap de Lima
251 Leonilda da Silveira
252 Leonildes Luz da Silva
253 Lesionilda Teresinha da Luz
254 Letícia Aparecida Cordeiro
255 Liamar Fagundes de Oliveira
256 Libertina Inez do Nascimento
257 Lindamir Teresinha Davila Rodrigues
258 Lisiane Moriggi dos santos
259 Loeci Rodrigues da Silva
260 Lorena de Fátima C. dos Santos
261 Lourdes Aparecida Correa G Lins
262 Lourdes Aparecida Domingues
263 Lourdes Bussler
264 Lourdes de Carvalho
265 Lucas Berti
266 Lucélia Aparecida Friedrich
267 Luciana Alves
268 Luciana França
269 Luciane Antunes Ramos
270 Luciane Aparecida Alves Fogaça
271 Luciane Horning Carvalho
272 Luciane Polawski Pires
273 Luciaria Leite
274 Lucimar Aparecida Leite
275 Lucimar Correa
276 Lucimar Ribeiro
277 Lucinda Gonçalves Dias
278 Luiza Aires dos Santos
279 Lurdes Melani da Silva
280 Manoel Alves Moreira
281 Marcelia Zarzeka Sabedot
282 Marcelino de Moraes
283 Marcelo José dos Santos
284 Marcia Andrea Rambo dos Reis
285 Marcia Aparecida Nunes
286 Marcia de Carvalho Pereira
287 Marcia Freitas
288 Marciana Aparecida Cordeiro
289 Margarida da Luz Ferreira Viter
290 Margarida Gonçalves de Souza
291 Mari Lucia Barbosa de Lima
292 Maria Antunes Pereira
293 Maria Aparecida Ribeiro Bertulino
294 Maria Berezanski
295 Maria Cândida de Paula Oliveira
296 Maria Claudia Lima Munhões
297 Maria das Graças dos Santos
298 Maria de F. Rodrigues da Silva
299 Maria de Lourdes Araújo Faten

300 Maria de Lourdes Kaling
301 Maria de Lourdes Machado
302 Maria de Lurdes da Silva
303 Maria de Lurdes Martins
304 Maria de Lurdes Rodrigues
305 Maria Juceli Picoli
306 Maria Lourdes Monteiro
307 Maria Marcia P. Cordeiro Soares
308 Maria Marli de Albuquerque
309 Maria Odete Schaitel
310 Maria Ribas da Silva
311 Maria Rosa Raimundo Pereira
312 Maria Salete Machado
313 Maria Souza de Lima
314 Maria Zeni Leal Licheveski
315 Maricéia Poliana Ferreira G de Paula
316 Marilda Vicente
317 Marilene de Fátima dos Santos
318 Marilene Fogaça dos Santos
319 Marili de Fátima Batista
320 Marines Martins
321 Marisa Aparecida da Silva
322 Marisete Alves Guidio de Lima
323 Maristela Aparecida de Mattos
324 Marlei de Fátima de Andrade
325 Marlei Garcia
326 Marlene Domingues de Lima
327 Marlete Fátima de Oliveira
328 Marli Aparecida de Moraes
329 Marli Miranda da Luz
330 Marli Ribeiro dos Santos
331 Marli Teresinha Lino de Oliveira
332 Marli Terezinha Cesca
333 Marta Clen
334 Marta de Lara
335 Matilde Antunes Rosa
336 Matilde Rodrigues dos Santos
337 Maurivan Haack
338 Maximino Antoninho da Silva
339 Michele Angeli da Silva
340 Miria da Silva
341 Mirian Fernanda R. Varaschin
342 Mirto Gonçalves Pedrosa
343 Nadia Patricia Iarocheski
344 Neide Dias
345 Nelci Aparecida Carlin
346 Nelci Rodrigues Silva
347 Nerci da Silva
348 Nerci Ribeiro
349 Nice Aparecida de Oliveira
350 Noeli Aparecida Cruz Antunes
351 Noeli Cardoso Neves
352 Noeli das Graças Finau
353 Noeli Hamester
354 Noeli Manoela da Costa
355 Noeli Teresinha Ribeiro
356 Noemi Terezinha Vieira Gonçalves
357 Odete de Fatima Silva
358 Odilamar Bertazzi
359 Oilson Cristaldo
360 Olavo de Oliveira Arrais
361 Olides de Fátima Ribeiro
362 Onirde Amália Machado
363 Orandina de Souza Campinas
364 Osvaldo Ribeiro dos Santos
365 Otani Daluz Weber
366 Otília Ramos dos Santos
367 Patricia Apª Lara Silva
368 Paulo Cesar dos Santos

369 Paulo César Elízio
 370 Pedro Ribeiro de Lima
 371 Priscila Pacheco
 372 Raimunda Lopes Carlos Urbano
 373 Receda Fruhauf Gerhardt
 374 Renato Vieira dos Santos
 375 Rogerina Farias da S. R de Quadros
 376 Rosa Apª Batista
 377 Rosa dos Santos Silva
 378 Rosalina Paes de Farias
 379 Rosane Dorberto
 380 Rosane Fátima dos Santos Alves
 381 Rosangela Fernandes Gomes
 382 Rosangela Pereira
 383 Rose Maria Aires
 384 Rose Teresinha de Moraes
 385 Roselaine Bueno Pontes
 386 Roseli de Fátima Barreto Pinto
 387 Roseli de Fátima Padilha
 388 Roseli Fátima P. de Moraes
 389 Rosemari Alves Fernandes
 390 Rosemary de Oliveira
 391 Rosemeri Kiajewski
 392 Rosenilda Tatiana Prestes
 393 Rosilda Moreira Maia Menez
 394 Rosimari Henrique
 395 Rosinei Aparecida Pereira Cardozo
 396 Rozeli Soares Rodrigues
 397 Rozivete de Paula dos Santos
 398 Sadir Borges da Silva
 399 Salete Pereira dos Santos
 400 Salvador Cristaldo
 401 Sandra Antunes dos Santos R da Silva
 402 Sandra Binski
 403 Sandra de Fátima dos Santos
 404 Sandra Mara Grobe de Miranda
 405 Sandra Mari dos Santos
 406 Sandra Regina Batista
 407 Sandra Regina Jarschel
 408 Sandra Salete Rodrigues Cordeiro
 409 Scheila Teles de Souza
 410 Sebastiana Franco Burcath
 411 Sebastião Doraci Gonçalves Cordeiro
 412 Senira de Jesus
 413 Silmar Strassburger
 414 Silmara de Fátima Cruz Gomes
 415 Silmara Margarete da Costa Matos
 416 Silmara Petrovich
 417 Silvana Aparecida dos Santos
 418 Silvana de Souza
 419 Silvana do Carmo Tibes Bento
 420 Silvana Simone Adiers
 421 Silvane Lascoski
 422 Silvia Daiane Calixto
 423 Simone da Silva Cendron
 424 Sirlei Aparecida Fermio
 425 Sirlei Aparecida Medeiros da Silva
 426 Sirlei Carvalho de Oliveira
 427 Sirlei de Fátima de Andrade
 428 Sirlei Fátima de Castro Batista
 429 Sirlei Oliveira de Lima Silva
 430 Sirlei Rodrigues Ramos
 431 Sirlene Aparecida Fidêncio
 432 Solange Aparecida Correa
 433 Solange Chaves
 434 Solange da Apª Cardoso
 435 Solange Moreira Paz
 436 Sueli Aparecida Cruz Gomes
 437 Sueli Teresinha Cardoso dos Santos

438 Tais Ribeiro dos Santos
 439 Tais Rodrigues Muniz de Moura
 440 Taise de Liz Caetano
 441 Tânia de Fátima dos Santos
 442 Tatiana Ap dos Santos
 443 Terêncio de Souza Carneiro
 444 Teresinha Apª Martins da Silva
 445 Tereza da Luz
 446 Tereza de Souza dos Santos
 447 Tereza Moraes do Rosário
 448 Terezinha Americo
 449 Terezinha Aparecida da Silva
 450 Terezinha Aparecida Nogueira
 451 Terezinha de Almeida
 452 Terezinha de Jesus Schwartz
 453 Terezinha dos Santos Pereira
 454 Terezinha Petrovick Biki
 455 Terezinha Tasca da Silva
 456 Valdecir de Jesus França
 457 Valdemar Machado Marques
 458 Valdinéia da Silva Domingos
 459 Valéria Costa Valieri
 460 Valmir Pontes Fernandes
 461 Valquiria Aparecida Alves Ribeiro
 462 Valquiria Bianchi
 463 Vanderlea Apª Gomes de Oliveira
 464 Vanessa Ferreira da Silva
 465 Vanilda Pereira da Silva
 466 Vanilda Pires dos Santos
 467 Vera Lucia Leal dos Santos Lima
 468 Vilma de Araújo
 469 Vilma Lourenço Pego
 470 Vitória de Fátima Pereira dos Santos
 471 Zenaide Goetten
 472 Zenaide Rodrigues de Lima Campos
 473 Zenilda Lopes dos Santos
 474 Zenita Apª Antunes de Moreira

5. DO RECURSO

5.1 Do sorteio realizado pela Prefeitura Municipal de Caçador caberá recurso, que poderá ser apresentado até 3 (três) dias após a divulgação da lista nos termos do item 3.9 no Protocolo Geral desta prefeitura cito Avenida Santa Catarina, 195.

5.2 O Departamento de Habitação decidirá sobre os recursos apresentados, em até 2 (dois) dias após a sua interposição.

5.3 A Prefeitura Municipal de Caçador não se responsabiliza pela análise dos cadastros realizada pela Caixa Econômica Federal, garantindo apenas que a ordem do sorteio será respeitada.

6. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 A Secretaria Municipal de Assistência Social, por meio do Departamento de Habitação, fica responsável pela organização do processo que envolverá a seleção dos beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida.

6.2 A escolha dos apartamentos pelos contemplados no sorteio e cujos cadastros forem aprovados pela Caixa Econômica Federal será realizada em data a ser posteriormente agendada e amplamente divulgada.

6.3 A lista de suplentes não gera direitos do beneficiário a um dos apartamentos do Programa Minha Casa, Minha Vida neste ou nos próximos processos seletivos.

6.4 O presente processo seletivo será fiscalizado pelos membros do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social-CMHIS

6.5 Cópia do presente Edital encontra-se à disposição dos interessados, de segunda à sexta, das 9 às 18 horas, nos seguintes endereços:

a) Prefeitura Municipal de Caçador: Av. Santa Catarina, n. 195, Centro;

b) Secretaria Municipal de Assistência Social: Av. Santa Catarina,

n. 228, Centro;
c) Departamento de Habitação: Rua Conselheiro Mafra, n. 91, Centro.

6.6 Os casos omissos serão resolvidos pelo CMHIS.

Caçador, 23 de março de 2011.
SIRLEY DE FÁTIMA TIBES CECCATTO
Prefeita Municipal

ANTONIO CARLOS CASTILHO
Secretária Municipal de Assistência Social

CÂMARA DE VEREADORES

Resolução Nº 027, de 22 de março de 2011.

RESOLUÇÃO nº 027, de 22 de março de 2011.
Exonera Assessora Parlamentar de Gabinete da Câmara Municipal de Caçador.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR - SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 42, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

R E S O L V E:

Art. 1º Exonerar VÂNIA REGINA MARAFFON, do cargo em comissão de Assessora Parlamentar de Gabinete da Câmara Municipal de Caçador, Classe: Assessoramento, Nível CPCA 3020, com carga horária de 35 horas semanais, conforme Anexo II da Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007, que dispõe sobre o Novo Plano de Carreira e de Cargos e Vencimentos dos Servidores da Câmara Municipal de Caçador, e dá outras providências.

Art. 2º Esta Resolução entra vigor em 22 de março de 2011.

Gabinete da Presidência, 22 de março de 2011.
SIRLEY DE FÁTIMA TIBES CECCATTO,
Presidente.

ITACIR JOÃO FIORESE,
Vice-Presidente.

CARLOS EVANDRO LUZ,
Ds1º Secretário.

WILSON LUIZ BINOTTO,
2º Secretário.

Resolução Nº 28 de 23 de março de 2011.

RESOLUÇÃO nº 28 de 23 de março de 2011.
Contrata temporariamente Tesoureira da Câmara Municipal de Caçador.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR - SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 42, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador e com fundamento no art. 37, IX da Constituição Federal e ainda:

CONSIDERANDO que neste ano a Câmara Municipal de Caçador realizará concurso público para provimento do cargo de Tesoureiro;

CONSIDERANDO que até o momento, as atribuições do cargo de Tesoureiro, estavam designadas a servidora efetiva da Câmara, sem ônus;

CONSIDERANDO que a servidora que estava respondendo pelas funções do cargo abdicou das mesmas nesta data;

CONSIDERANDO que as funções do Tesoureiro são imprescindíveis

à consecução das atividades administrativas diárias da Câmara;
CONSIDERANDO que se trata de situação transitória e de excepcional interesse público;

R E S O L V E:

Art. 1º Contratar temporariamente, VANIA REGINA MARAFFON, para o cargo de Tesoureira da Câmara Municipal de Caçador, Nível CPES 1050, com carga horária de 35 horas semanais, conforme Anexo II da Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007, que dispõe sobre o Novo Plano de Carreira e de Cargos e Vencimentos dos Servidores da Câmara Municipal de Caçador, e dá outras providências e alterações subsequentes.

Art. 2º Esta Resolução entra vigor em 23 de março de 2011.

Art. 3º Fica revogada a Resolução nº 10, de 11 de janeiro de 2011.

Gabinete da Presidência, 23 de março de 2011.
ITACIR JOÃO FIORESE,
Presidente

CARLOS EVANDRO LUZ,
1º Secretário

WILSON LUIZ BINOTTO,
2º Secretário

Campo Alegre

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 8.050 de 23 de Março de 2011

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.050 DE 23 DE MARÇO DE 2011
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO
SOBRE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, ao Agente Operacional I - CÉSAR ELOIR MOURA, matrícula nº 000320, referente ao período aquisitivo de 13 de março 2010 à 12 de março e 2011, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de março de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/03/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.051 de 23 de Março de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.051 DE 23 DE MARÇO DE 2011

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO

SOBRE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, ao Terapeuta Ocupacional - MÁRIO CÉSAR DEUNISIO, matrícula nº 000457, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro 2010 à 31 de dezembro de 2010, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de março de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/03/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.052 de 23 de Março de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.052 DE 23 DE MARÇO DE 2011

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO

SOBRE FÉRIAS A AGENTE DO CONTROLE INTERNO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, a Agente do Controle Interno - ROSANA EMÍLIA GREIPEL, matrícula nº 000146, referente ao período aquisitivo de 19 de fevereiro 2010 à 18 de fevereiro e 2011, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de março de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/03/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.053 de 23 de Março de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.053 DE 23 DE MARÇO DE 2011

AUTORIZA PAGAMENTO LICENÇA PRÊMIO A

SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 036 de 14 de junho de 2006; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, a Agente Operacional I - MARCIANE LOPES DOS SANTOS PASDA, matrícula nº 000392, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e de Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo 05 de março de 2006 á 05 de março de 2011.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de março de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/03/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.054 de 23 de Março de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.054 DE 23 DE MARÇO DE 2011

AUTORIZA PAGAMENTO LICENÇA PRÊMIO A

SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 036 de 14 de junho de 2006; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, a Agente Operacional I - RENINA DAS GRAÇAS DA CRUZ DERENIEVICZ, matrícula nº 000089, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 18 de fevereiro de 2006 á 18 de fevereiro de 2011.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de março de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/03/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.055 de 23 de Março de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.055 DE 23 DE MARÇO DE 2011

AUTORIZA PAGAMENTO LICENÇA PRÊMIO AO
SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 036 de 14 de junho de 2006; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, ao Motorista - JOSÉ EURIDES CORDEIRO DA CRUZ, matrícula nº 000031, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 01 de novembro de 2005 á 01 de novembro de 2010.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de março de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
23/03/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.056 de 23 de Março de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.056 DE 23 DE MARÇO DE 2011

AUTORIZA PAGAMENTO LICENÇA PRÊMIO A
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 036 de 14 de junho de 2006; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, a Professora de Educação Física - MARIA ANGÉLICA FOITTE, matrícula nº 000086, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 15 de janeiro de 2006 á 15 de janeiro de 2011.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de março de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
23/03/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.057 de 23 de Março de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.057 DE 23 DE MARÇO DE 2011

AUTORIZA PAGAMENTO LICENÇA PRÊMIO A
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 036 de 14 de junho de 2006; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, a Professora - DAGMAR DENISE RIBEIRO PETRIS, matrícula nº 000015, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 15 de agosto de 2005 á 15 de agosto de 2010.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de março de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
23/03/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.058 de 23 de Março de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.058 DE 23 DE MARÇO DE 2011

AUTORIZA PAGAMENTO LICENÇA PRÊMIO A
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 036 de 14 de junho de 2006; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, a Professora - MÁRCIA FRANZ SCHIESSL, matrícula nº 000113, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 01 de agosto de 2001 á 01 de agosto de 2006.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de março de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
23/03/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.059 de 24 de Março de 2011

G ABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.059 DE 24 DE MARÇO DE 2011
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A AGENTE
DO CONTROLE INTERNO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Agente do Controle Interno - ROSANA EMÍLIA GREIPEL, matrícula nº 000146, referente ao período aquisitivo 19 de fevereiro de 2010 a 18 de fevereiro de 2011, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Agente do Controle Interno gozará as férias no período de 28 de março de 2011 à 06 de abril de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 24 de março de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
24/03/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.060 de 24 de Março de 2011

G ABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.060 DE 24 DE MARÇO DE 2011
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A AGENTE
DO CONTROLE INTERNO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Professora - ORIANE LINZMEYER STELZNER, matrícula nº 000168, referente ao período aquisitivo 16 de março de 2010 a 15 de março de 2011, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 04 de abril de 2011 à 13 de maio de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 24 de março de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
24/03/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.061 de 24 de Março de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.061 DE 24 DE MARÇO DE 2011

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR
DESEMPENHO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por desempenho a Servidora Pública Municipal - Auxiliar de Educador - LÚCIA APARECIDA SMENTCOSKI LINZMEYER, matrícula nº 000091, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação de desempenho, passando do Nível 2 Sub-Nível 22, Referência E para Nível 2 Sub-Nível 22 Referência F no valor de R\$ 955,12 (novecentos e cinquenta e cinco reais, doze centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 01 de fevereiro de 2011.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de fevereiro de 2011.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 24 de março de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
24/03/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.062 de 24 de Março de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.062 DE 24 DE MARÇO DE 2011

CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL POR EXPERIÊNCIA
PROFISSIONAL ADQUIRIDA NO CARGO ATUAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 341, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Vertical a Servidora Pública Municipal - Agente Operacional I, RENINA DAS GRAÇAS CORDEIRO DA CRUZ DRENIEVICZ, matrícula nº 000089, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria

dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual, passando do Nível 1 Sub-Nível 12, Referência E para o Nível 1 Sub-Nível 13 Referência A no valor de R\$ 819,82 (oitocentos e dezenove reais, oitenta e dois centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, à partir de 18 de fevereiro de 2011.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 24 de março de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
24/03/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.063 de 24 de Março de 2011

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.063 DE 24 DE MARÇO DE 2011
CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL POR EXPERIÊNCIA
PROFISSIONAL ADQUIRIDA NO CARGO ATUAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 341, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Vertical a Servidora Pública Municipal - Agente Administrativo I, ARICE WAGNER BERNARDES, matrícula nº 000094, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual, passando do Nível 3 Sub-Nível 32, Referência E para o Nível 3 Sub-Nível 33 Referência A no valor de R\$ 1.131,33 (um mil cento e trinta e um reais, trinta e três centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, à partir de 01 de março de 2011.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 24 de março de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
24/03/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.064 de 24 de Março de 2011

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.064 DE 24 DE MARÇO DE 2011
CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL POR EXPERIÊNCIA
PROFISSIONAL ADQUIRIDA NO CARGO ATUAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 341, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Vertical a Servidora Pública Municipal - Agente Administrativo II, LÍLIAN TEREZINHA BARTSCH, matrícula nº 000093, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual, passando do Nível 4 Sub-Nível 42, Referência E para o Nível 4 Sub-Nível 43 Referência A no valor de R\$ 1.301,07 (um mil trezentos e um reais, sete centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, à partir de 01 de março de 2011.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 24 de março de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
24/03/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Julgamento Pregão 12/2011

ATA CIRCUNSTANCIADA Nº. 01

(Processo Licitatório nº. 12/2011)

Aos vinte e três dias do mês de março do ano de dois mil e onze, na cidade de Campo Alegre, às nove horas e trinta minutos, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre-SC, a Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se em sessão pública, Lucilaine Mokfa Schwarz, Pregoeira Municipal, e sua equipe de apoio Joceli de Souza e Lílian Terezinha Bartsch, responsáveis pelo Processo Licitatório nº. 12/2011, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de medicamentos para manutenção da farmácia básica municipal e medicamentos excepcionais. Inicialmente a Pregoeira declarou aberta a sessão, nominando os presentes, recebendo os envelopes (proposta e documentos) das empresas proponentes: Prodiel Farmacêutica Ltda, Sulmedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda, Dimaster Comércio de Produtos Hospitalares Ltda, Altermed Material Medico Hospitalar Ltda, Maxi Distribuidora de Produtos Hospitalares Ltda, Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda e Promefarma Representações Comerciais Ltda, Medicamentos de AZ Ltda. Passou-se ao Credenciamento dos licitantes sendo Sr Leonildo Luiz Tortelli, representante da empresa Prodiel Farmacêutica Ltda, Sr Jefferson Cadore, representante da empresa Sulmedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda, Sr André Trzcinski, representante da empresa Dimaster Comércio de Produtos Hospitalares Ltda, Sr Marcos Fernando Leal, representante da empresa

Altermed Material Medico Hospitalar Ltda, Sr Gerson Postai, representante da empresa Maxi Distribuidora de Produtos Hospitalares Ltda, Sr José de Oliveira Sampaio, representante da empresa Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda, Sr Fernando de Lacerda, representante da empresa Promefarma Representações Comerciais Ltda, Sr Arlei Donizete Prandi, representante da empresa Medicamentos de AZ Ltda. Passou-se ao recebimento da Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação, onde todas as empresas licitantes apresentaram. A empresa Maxi Distribuidora de Produtos Hospitalares Ltda apresentou Certidão Simplificada para comprovar o enquadramento como microempresa para valer-se da Lei Complementar nº 123/2006 (direito de preferência). Após, procedeu-se à abertura dos envelopes da proposta comercial. A Pregoeira passou as propostas para rubrica. Considerando o volume das propostas (com seus anexos) a Pregoeira juntamente com os licitantes decidiu que cada licitante rubricaria apenas uma proposta de empresa diferente da sua. Na sequência a Pregoeira suspendeu a sessão a fim de verificar a aceitabilidade das propostas e baixar os arquivos digitais no Programa Auto Cotação Betha. Retornando aos trabalhos, às treze horas, a Pregoeira informou quanto a classificação das propostas, passando aos lances verbais. O representante da empresa Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda não retornou a sessão. A Pregoeira desclassificou a proposta da empresa Prodiel Farmacêutica Ltda no lote 29, considerando que a mesma não cotou o item 178. A empresa Promefarma Representações Comerciais Ltda solicitou desistência nos lotes 01, 12, e 29, considerando erro na digitação da proposta, sendo aceito pela Pregoeira. O critério de julgamento é o menor preço Total de cada LOTE. Após o julgamento de cada LOTE, procedeu-se a abertura do envelope contendo a documentação da empresa 1ª classificada, no respectivo lote, obtendo o seguinte resultado:

LOTE 01

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
AZ	23.576,00	23.570,00	1ª	HABILITADA
DIMASTER	24.794,00	24.794,00	2	-----
ALTERMED	24.917,32	24.917,32	3	-----

LOTE 02

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
DIMASTER	14.635,00	14.500,00	1ª	HABILITADA
ALTERMED	14.574,09	14.509,00	2	-----
MAXI	15.178,75	15.178,75	3	-----

LOTE 03

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
SULMEDI	10.860,00	10.800,00	1ª	HABILITADA
PROMEFARMA	11.270,25	11.270,25	2	-----
PRODIET	11.505,00	11.505,00	3	-----
MAXI	11.510,00	11.510,00	4	-----

LOTE 04

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
PROMEFARMA	1.561,14	1.560,00	1ª	HABILITADA
AZ	1.649,00	1.649,00	2	-----
MAXI	1.709,00	1.709,00	3	-----

LOTE 05

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
DIMASTER	20.817,40	20.800,00	1ª	HABILITADA
MAXI	21.353,80	21.353,80	2	-----
SULMEDI	21.429,00	21.429,00	3	-----

LOTE 06

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
PRODIET	27.520,00	27.450,00	1ª	HABILITADA
PROMEFARMA	27.510,00	27.495,00	2	-----
MAXI	30.000,00	30.000,00	3	-----

LOTE 07

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
PROMEFARMA	2.188,80	2.188,00	1ª	HABILITADA
MAXI	2.244,20	2.244,20	2	-----
SULMEDI	2.684,00	2.684,00	3	-----

LOTE 08

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
PROMEFARMA	18.690,00	18.690,00	1ª	HABILITADA
DIMASTER	23.731,00	23.731,00	2	-----
MAXI	24.980,00	24.980,00	3	-----

LOTE 09

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
DIMASTER	3.163,00	3.100,00	1ª	HABILITADA
ALTERMED	3.359,77	3.359,77	2	-----
MAXI	3.508,00	3.508,00	3	-----

LOTE 10

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
SULMEDI	3.850,00	3.850,00	1ª	HABILITADA
MAXI	4.000,00	4.000,00	2	-----
ALTERMED	4.027,00	4.027,00	3	-----

LOTE 11

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
PRODIET	5.880,00	5.850,00	1ª	HABILITADA
SULMEDI	5.976,00	5.976,00	2	-----
MAXI	6.001,00	6.001,00	3	-----
ALTERMED	6.018,52	6.018,52	4	-----
PROMEFARMA	6.056,00	6.056,00	5	
AZ	6.169,15	6.169,15	6	
DIMASTER	6.205,00	6.205,00	7	-----

LOTE 12

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
SULMEDI	5.903,00	5.900,00	1ª	HABILITADA
ALTERMED	6.045,79	6.045,79	2	-----

LOTE 13

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
DIMASTER	3.745,50	3.700,00	1ª	HABILITADA
MAXI	3.829,00	3.710,00	2	-----
PROMEFARMA	3.850,20	3.745,00	3	-----

LOTE 14

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
PRODIET	9.210,00	9.200,00	1ª	HABILITADA
MAXI	11.762,00	11.762,00	2	-----
PROMEFARMA	11.772,00	11.772,00	3	-----

LOTE 15

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
MAXI	28.262,00	28.260,00	1ª	HABILITADA
DIMASTER	31.790,00	31.790,00	2	-----
PROMEFARMA	33.966,80	33.966,80	3	-----

LOTE 16

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
PROMEFARMA	11.834,40	11.830,00	1ª	HABILITADA
MAXI	15.731,20	15.731,20	2	-----
ALTERMED	20.060,15	20.060,15	3	-----

LOTE 17

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
MAXI	6.577,00	6.155,00	1ª	HABILITADA
PROMEFARMA	6.170,80	6.157,00	2	-----
AZ	6.564,96	6.159,00	3	-----

LOTE 18

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
ALTERMED	7.100,68	6.740,00	1ª	HABILITADA
PROMEFARMA	6.748,80	6.744,50	2	-----
SULMEDI	8.377,00	8.377,00	3	-----

LOTE 19

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
PROMEFARMA	6.360,00	6.315,00	1ª	HABILITADA
MAXI	6.580,00	6.320,00	2	-----
DIMASTER	6.560,00	6.560,00	3	-----
ALTERMED	6.989,60	6.989,60	4	-----

LOTE 20

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
PROMEFARMA	4.403,20	4.400,00	1ª	HABILITADA
SULMEDI	5.028,00	5.028,00	2	-----
MAXI	5.438,00	5.438,00	3	-----

LOTE 21

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
PROMEFARMA	3.903,60	3.900,00	1ª	HABILITADA
SULMEDI	4.530,00	4.530,00	2	-----
RIOCLARENSE	4.963,00	4.963,00	3	-----

LOTE 22

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
SULMEDI	12.657,00	12.200,00	1ª	HABILITADA
PROMEFARMA	12.208,80	12.208,80	2	-----
DIMASTER	13.952,00	13.952,00	3	-----

LOTE 23

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
ALTERMED	5.705,36	5.690,00	1ª	HABILITADA
DIMASTER	6.028,00	5.700,00	2	-----
PROMEFARMA	5.925,60	5.925,60	3	-----
MAXI	6.031,00	6.031,00	4	-----
AZ	6.113,84	6.113,84	5	-----

LOTE 24

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
AZ	16.085,00	16.085,00	1ª	HABILITADA
PROMEFARMA	20.040,00	20.040,00	2	-----
MAXI	23.040,00	23.040,00	3	-----

LOTE 25

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
SULMEDI	600,00	568,00	1ª	HABILITADA
PROMEFARMA	568,80	568,80	2	-----
AZ	780,90	780,90	3	-----

O representante da empresa DIMASTER retirou-se da sessão.
LOTE 26

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
MAXI	17.444,00	17.440,00	1ª	HABILITADA
PROMEFARMA	19.210,40	19.210,40	2	-----
ALTERMED	19.943,12	19.943,12	3	-----

LOTE 27

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
SULMEDI	25.535,00	25.530,00	1ª	HABILITADA
PRODIET	25.941,00	25.534,00	2	-----
DIMASTER	27.774,00	27.774,00	3	-----

LOTE 28

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
AZ	328,80	328,80	1ª	HABILITADA
PROMEFARMA	346,60	346,60	2	-----
ALTERMED	361,30	361,30	3	-----

LOTE 29

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
ALTERMED	58.262,26	55.934,00	1ª	HABILITADA
DIMASTER	55.935,00	55.935,00	2	-----
SULMEDI	57.145,00	57.145,00	3	-----

LOTE 30

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
PROMEFARMA	3.387,62	3.385,00	1ª	HABILITADA
AZ	3.805,96	3.805,96	2	-----
MAXI	3.806,00	3.806,00	3	-----

LOTE 31

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
PROMEFARMA	2.605,20	2.605,00	1ª	HABILITADA
ALTERMED	3.032,24	3.032,24	2	-----
SULMEDI	10.170,00	10.170,00	3	-----

LOTE 32

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
MAXI	6.828,50	6.828,50	1ª	HABILITADA
DIMASTER	7.467,00	7.467,00	2	-----
ALTERMED	10.446,17	10.446,17	3	-----

LOTE 33

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
PROMEFARMA	936,00	936,00	1ª	HABILITADA
PRODIET	1.332,00	1.332,00	2	-----
DIMASTER	2.016,00	2.016,00	3	-----

LOTE 34

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
PROMEFARMA	27.467,40	27.460,00	1ª	HABILITADA
MAXI	29.784,00	29.784,00	2	-----
ALTERMED	33.198,75	33.198,75	3	-----

LOTE 35

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
PROMEFARMA	3.708,00	3.708,00	1ª	HABILITADA
MAXI	4.600,00	4.600,00	2	-----
SULMEDI	4.700,00	4.700,00	3	-----

LOTE 36

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
AZ	2.977,00	2.785,00	1ª	HABILITADA
MAXI	2.795,00	2.786,00	2	-----
SULMEDI	2.870,00	2.870,00	3	-----

LOTE 37

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
AZ	7.572,50	7.555,00	1ª	HABILITADA
MAXI	7.930,00	7.560,00	2	-----
ALTERMED	8.229,10	8.229,10	3	-----

Considerando a classificação e habilitação das empresas, a Pregoeira Adjudica as propostas das empresas primeiras classificadas, declarando-as vencedoras. Concedeu-se espaço para a manifestação de intenção de recurso, não havendo manifestação. Nada mais a tratar, encerrou-se a sessão com a lavratura da presente ata, que vai assinada por todos os presentes:

Regimento do Sistema Municipal de Ensino - Campo Alegre - SC.

REGIMENTO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO - CAMPO ALEGRE - SC.

CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS E PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL

Art.1º Este Regimento disciplina a organização do Sistema de Ensino do Município de Campo Alegre, com ênfase na educação escolar que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino em instituições próprias.

Art.2º As Escolas da Rede Municipal de Ensino de Campo Alegre, inspiradas nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana tem como objetivo assegurar a plena formação do educando e o desenvolvimento de suas potencialidades, como elemento de auto-realização, através da aquisição de conhecimento

e habilidades, que favoreçam o exercício crítico e consciente da cidadania.

Art.3º A ação educativa das Escolas, fundamenta-se nos princípios de universalização de igualdade de acesso e permanência, de obrigatoriedade e garantia de um ensino com qualidade.

Art.4º Os princípios e objetivos gerais do ensino, convergirão para os fins mais amplos da educação nacional, expressos na Constituição Federal e Estadual, na Lei nº9394/96, de 20 de dezembro de 1996, Estatuto da Criança e do Adolescente, e demais normas aplicáveis.

Parágrafo único - Os objetivos gerais e específicos de cada Escola, atendendo suas características e peculiaridades, constarão do seu Plano Político e Pedagógico.

CAPÍTULO II DAS RESPONSABILIDADES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL COM A EDUCAÇÃO ESCOLAR

Art.5º A oferta da Educação Infantil e do Ensino Fundamental às crianças, adolescente, jovens e adultos, são incumbências prioritárias do Município, sendo o Ensino Fundamental de responsabilidade compartilhada com o Estado, nos termos constitucionais e da Lei 9394/96, cumpridas as determinações do artigo 30, Inciso VI da Constituição Federal.

Art. 6º As responsabilidades do Município com a educação escolar pública serão efetivadas mediante a garantia de:

I - Ensino Fundamental obrigatório e gratuito a todos, inclusive, aos que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II - Atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino;

III - Atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a cinco anos de idade;

IV - Oportunizar educação escolar para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo as condições de acesso e permanência na escola;

V - Atendimento ao educando na Educação Infantil e no Ensino Fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação;

VI - Padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidades mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem;

VII - Gratuidade total e absoluta nas instituições educacionais da Rede Pública Municipal;

VIII - Igualdade de oportunidades educacionais a todos sem distinção, consideradas as igualdades raciais e de gênero e a inclusão escolar de crianças e adolescentes em situação de risco social, dos analfabetos, das pessoas com necessidades especiais e jovens e adultos trabalhadores;

XI - Promoção do recenseamento de educandos à Educação Infantil, ao Ensino Fundamental e à Educação de Jovens e Adultos, fazer-lhes a chamada pública e zelar junto aos pais e responsáveis pela frequência à escola;

XII - Promover com progressividade, mediante colaboração técnica e financeira da União, do Estado, inclusive, da Iniciativa Privada, a universalização do Ensino Fundamental, a ampliação do atendimento à Educação Infantil e a superação do analfabetismo.

Art. 7º. O Ensino Fundamental é direito público subjetivo, de oferta obrigatória à crianças, jovens e adultos, pelo Poder Público e, qualquer forma de negligência e/ou de embaraçá-lo, em prejuízo do educando, incorrerá em responsabilidades da autoridade competente, nos termos constitucionais e da Lei 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

Parágrafo Único - Qualquer cidadão ou grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda o Ministério Público, poderá acionar o Poder Público Municipal, para exigir o atendimento do Ensino Fundamental, nos termos da Constituição Federal.

Art. 8º. O Poder Público Municipal incumbir-se-á de organizar, administrar e manter o Sistema de Ensino de Campo Alegre, nos termos desta Lei e em cumprimento à legislação vigente.

Art. 9º. É direito dos pais e/ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico das instituições educacionais integrantes deste Sistema de Ensino, bem como conhecer a Proposta Pedagógica da Rede Municipal, sendo-lhes asseguradas, sistematicamente, as informações pertinentes à frequência e rendimento de seus filhos.

CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO

Art. 10º. O Sistema Municipal de Ensino de Campo Alegre compreende:

- I - As instituições de Ensino Fundamental e de Educação Infantil, mantidas pelo Poder Público Municipal;
- II - As instituições de Educação Infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada;
- III - As instituições Educacionais da Rede Pública de outras esferas administrativas e de organizações não-governamentais que, por força de convênios, contratos e outros, lhes sejam incorporadas
- IV - A Secretaria Municipal de Educação;
- V - O Conselho Municipal de Educação;
- VI - O Conselho Municipal de Alimentação Escolar;
- VII - O Conselho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação;
- VI - O conjunto de normas complementares.

Parágrafo Único - O Município, por meio dos órgãos responsáveis pela educação municipal, baixará normas complementares às nacionais que garantam organicidade, unidade e identidade ao sistema de ensino.

Seção I Das Instituições Educacionais

Art. 11º A educação escolar será oferecida predominantemente por meio do ensino, em instituições próprias.

Art. 12º As instituições educacionais, respeitadas as normas comuns nacionais e as deste Sistema de Ensino, e de acordo com a etapa da educação básica em que atuam, terão as seguintes incumbências:

- I - Elaborar, executar e avaliar, coletivamente, sua proposta pedagógica;
- II - Administrar seu pessoal e seus recursos materiais, didáticos e pedagógicos;
- III - Assegurar o cumprimento dos dias letivos e das horas-aulas estabelecidas;
- IV - Zelar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;
- V - Prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;
- VI - Articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;
- VII - Informar, sistematicamente, os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica;

Art.13º A organização administrativo-pedagógica das instituições educacionais será regulada no regimento escolar constante da Proposta Pedagógica da Rede Municipal, segundo normas e diretrizes básicas fixadas pelos órgãos competentes do Sistema

Municipal de Ensino.

§ 1º. O Projeto Pedagógico e o Regimento Escolar das instituições educacionais deste Sistema de Ensino constituem referencial para autorização de funcionamento de cursos, para a avaliação de qualidade, supervisão e fiscalização dos órgãos competentes do sistema de ensino.

§ 2º. As instituições educacionais deste Sistema de Ensino serão supervisionadas por órgão específico da Secretaria Municipal de Educação, a partir das normas gerais emanadas pelo Conselho Municipal de Educação e mediante o compromisso educacional expresso em seus Projetos Pedagógicos, na Proposta Pedagógica da Rede Municipal de Ensino e neste regimento.

Art. 14º As instituições municipais de Ensino Fundamental e de Educação Infantil serão criadas pelo Poder Público Municipal de acordo com as necessidades de atendimento à população escolar, respeitadas as normas pertinentes e as do Sistema Municipal de Ensino.

Art. 15º As instituições de Educação Infantil, mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, integrantes deste Sistema de Ensino, atenderão às seguintes condições:

- I - cumprimento das normas gerais da educação nacional e do Sistema Municipal de Ensino;
- II - autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público Municipal;
- III - capacidade de autofinanciamento, ressalvando o previsto no Art. 213 da Constituição Federal.

Seção II Da Secretaria Municipal de Educação

Art. 16º A Secretaria Municipal de Educação é o órgão executivo do Sistema Municipal de Ensino, integrante política e administrativamente do Poder Público Municipal e tem como finalidades:

- I - Organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do Sistema Municipal de Ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;
- II - Exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;
- III - Oferecer, prioritariamente, o Ensino Fundamental e a Educação Infantil em creches e pré-escolas, permitida a atuação em outros níveis de ensino, quando estiverem plenamente atendidas as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados a manutenção e desenvolvimento do ensino;
- IV - Elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes, objetivos e metas do Plano Nacional de Educação;
- V - Supervisionar os estabelecimentos do Sistema Municipal de Ensino, de acordo com as normas complementares próprias, em processo sistemático e progressivo.
- VI - Propor políticas e diretrizes educacionais no Município para as instituições que constituem seu Sistema de ensino;
- VII - Integrar a definição, execução e avaliação de políticas públicas sociais concorrentes na educação no Município;
- VIII - Coordenar, de forma participativa a política educacional do Município;
- IX - Cumprir e fazer cumprir as diretrizes definidas consoante as políticas públicas para a educação considerando a Legislação vigente;
- X - Supervisionar e avaliar os resultados obtidos quanto ao acesso e a permanência com qualidade nas instituições educacionais do SME;
- XI - Promover a articulação e parcerias com outros órgãos da administração municipal e de outras esferas administrativas bem como da iniciativa privada para melhor desempenho e resultado de suas competências;
- XII - Aplicar de forma adequada os recursos públicos, incluindo verbas de fundos federais, estaduais e municipais e outros recursos oriundos de convênios, doações e outros destinados aos

setores públicos e/ou privados da educação, nos termos da lei;
XIII - Zelar pela valorização dos trabalhadores da educação assegurando o cumprimento da legislação pertinente e proporcionando condições de trabalho, qualificação, aperfeiçoamento e formação continuada;

XIV - Propor normas, medidas, atos e outros ao Poder Executivo relativos ao desenvolvimento da educação no Município;

Art 17º A Secretaria Municipal de Educação será dirigida por um(a) secretário(a) com qualificação e comprovada experiência profissional na área.

Art. 18º Caberá à Secretaria Municipal de Educação decidir pela oferta de atividades de formação continuada aos trabalhadores da educação vinculados às Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino.

Art.19º A supervisão escolar será atividade permanente da Secretaria de Educação no sistema de ensino, concorrente na qualificação da instituição educacional, incumbindo-lhe orientar e verificar o cumprimento da legislação e das normas e acompanhar a execução das propostas pedagógicas das mesmas.

Seção III

Do Conselho Municipal de Educação

Art. 20º O Conselho Municipal de Educação é órgão de estado, de natureza colegiada com autonomia administrativa, para o desempenho das funções fiscalizadora, consultiva, deliberativa, normativa, propositiva, mobilizadora, e de controle social, de forma a assegurar a participação da sociedade na gestão da educação do Município como mediador entre a mesma e o Poder Público.

Art. 21º O Conselho Municipal de Educação terá uma composição, de 15 (quinze) membros titulares e respectivos suplentes, indicados pelo Poder Executivo Municipal, pela Secretaria Municipal de Educação, e representantes de entidades e/ou grupos sociais:

I - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;

II - 1 (um) representante da Rede Estadual de Educação;

III - 2 (dois) representantes dos Profissionais da Educação da Rede Municipal de Ensino, sendo um do Ensino Fundamental e um da Educação Infantil;

IV - 2 (dois) representantes de pais e/ou responsáveis de alunos de escolas da Rede Municipal de Ensino;

V - 2 (dois) representantes das Entidades Assistenciais;

VI - 1 (um) representante Lojista ou Empresarial;

VII - 2 (dois) representantes de alunos, emancipados, da Educação Básica;

VIII - 1 (um) representante do Poder Executivo Municipal;

IX - 3 (três) representantes não vinculados à Administração Pública, pertencentes a outros Conselhos Municipais: Conselho Municipal de Alimentação, Conselho Municipal de Saúde e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 22º Os conselheiros serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e terão mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução por igual período.

Art. 23º Dadas à relevância e a dimensão social da responsabilidade atribuída à função de conselheiro da educação, os representantes à composição do Conselho Municipal de Educação, serão escolhidos em processos democráticos, recomendados os seguintes critérios:

I - indicação das entidades e categorias;

II - idoneidade moral;

III - expressivo compromisso sócio-educacional;

IV - residência ou reconhecida atuação social ou profissional no Município;

§ 1º - A função de conselheiro da educação é considerada de

relevante interesse público e o seu exercício tem prioridade sobre qualquer outra atividade, preservadas, nesse caso, as prioridades do processo escolar em se tratando de representante de alunos.

§ 2º - Em se tratando de representantes de pais e/ou responsáveis de alunos de escolas públicas; de alunos da rede pública e de gestores de instituições educacionais do sistema de ensino, a indicação será assegurada por iniciativa da Secretaria Municipal de Educação em articulação com o Conselho Escolar, Associação de Pais e Professores e/ou da própria entidade representativa, quando existente.

Art. 24º A estrutura e o funcionamento do Conselho Municipal de Educação será regulamentada em Regimento Interno, definido no prazo de até sessenta dias contados de sua instalação a ser elaborado, inclusive alterado em parte ou no todo, mediante aprovação da maioria absoluta de seus membros.

Art. 25º Para cumprir a sua função fiscalizadora, o Conselho Municipal de Educação constituirá comissões por prazo determinado.

Art. 26º O presidente, o secretário e o relator do Conselho de Educação será eleito pela maioria de votos dos conselheiros, na primeira reunião após a composição e posse do órgão.

Art. 27º - As funções do Conselho Municipal de Educação, serão realizadas através das seguintes incumbências:

I - Autorizar o funcionamento das instituições educacionais na área da Educação Infantil, bem como de seus cursos, considerando os padrões básicos de funcionamento para o Sistema Municipal de Ensino.

II - Credenciar os estabelecimentos mediante a exigência da comprovação de atendimento aos requisitos que assegurem os padrões de qualidade definidos para o Sistema Municipal de Ensino, no prazo determinado.

III - Estabelecer procedimentos normativos necessários ao efetivo gerenciamento do Sistema Municipal de Educação, principalmente relativos a planejamento, informação e avaliação;

IV - Fiscalizar e supervisionar o cumprimento dos dispositivos legais em matéria de educação, em particular as aplicações financeiras orçamentárias nos mínimos previstos em lei;

V - Estabelecer normas para instalação e funcionamento de entidades e iniciativas educacionais, nos níveis, modalidades e tipos que lhe compete, em área de jurisdição do Município, observando a legislação vigente;

VI - Acompanhar o levantamento anual de população escolar e fiscalizar o cumprimento do preceito constitucional de universalização quantitativa e qualitativa da educação;

VII - Manifestar-se previamente sobre acordos, convênios e similares, inclusive de municipalização, a serem celebrados pelo Poder público com escolas comunitárias, profissionais, confessionais ou filantrópicas e com as demais instâncias governamentais;

VIII - Sugerir medidas que visem a expansão e aperfeiçoamento do ensino municipal.

IX - Fortalecer a gestão democrática e a autonomia municipal na definição e execução da política educacional como garantia do pleno atendimento da educação enquanto direito fundamental de cidadania.

X - Manter intercâmbios e permanente regime de cooperação com os demais sistemas de educação, especialmente com o conselho estadual de educação;

XI - Manifestar-se sobre assuntos e questões de natureza pedagógica e educativa que lhe forem submetidas;

XII - Aprovar os regimentos escolares e modelos curriculares das instituições educacionais do Sistema Municipal de Ensino;

XIII - Manifestar-se sobre proposta do estatuto do Magistério, bem como sobre concessões de auxílio e subvenções a instituições educacionais;

XIV - Convocar e coordenar, conjuntamente com a Secretaria de Educação e entidades sociais de interesses afins, à Conferência

Municipal de Educação.

XV - Fixar diretrizes e normas complementares às nacionais para a organização e funcionamento do sistema de ensino em consonância com as normas estaduais, assegurada a sua autonomia e identidade própria.

XVI - Estabelecer diretrizes curriculares para a Educação Infantil, e Ensino Fundamental em seus níveis e modalidades, assegurada a inclusão, de acordo com a legislação e normas nacionais e as estaduais pertinentes, atendidas as especificidades locais;

XVII - Manter contínua articulação com outros conselhos de direitos sociais, existentes no Município integrando ações e responsabilidades com vistas ao pleno e qualificado atendimento à população;

XVIII - Manifestar-se sobre critérios previstos para programas municipais suplementares de apoio ao educando, como merenda escolar, transporte, material didático, assistência à saúde e outros afins.

XIX - Convocar, coordenar e participar, conjuntamente com a secretaria de educação e organizações da sociedade do processo de elaboração, desenvolvimento e avaliação do Plano Municipal de Educação.

XX - Investir continuamente no conhecimento da realidade educacional do Município e propor medidas ao Poder Público que concorram para a superação de problemáticas e déficit existentes.

XXI - Exercer outras incumbências por força de dispositivos legais, concorrentes no campo educacional.

Seção IV

Do Conselho Municipal de Alimentação Escolar

Art. 28º O Conselho Municipal de Alimentação Escolar é um órgão deliberador, fiscalizador e de assessoramento quanto à aplicação dos recursos e qualidade da merenda escolar. O Conselho será constituído por sete membros titulares e respectivos suplentes, com mandato de dois anos:

I - 1 (um) representante do Poder Executivo;

II - 1 (um) representante do Legislativo;

III - 1 (um) representante da sociedade local;

IV - 2 (dois) representantes dos Profissionais da Educação;

V - 2 (dois) representantes de pais de alunos.

Seção V

DO FUNDEB

Art.29º O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, instituído pela Lei Municipal nº 3226 de 17/04/2007, é organizado na forma de órgão colegiado e tem como finalidade acompanhar a repartição, transferência e aplicação dos recursos financeiros municipais oriundos do FUNDEB.

Art. 30º Compete ao Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle social do FUNDEB:

I - Acompanhar e controlar, em todos os níveis, a distribuição dos recursos financeiros do FUNDEB Municipal;

II - Acompanhar e controlar, junto aos órgãos competentes do Poder Executivo e ao Banco do Brasil, os valores creditados e utilizados à conta do FUNDEB;

III - Supervisionar a realização do censo escolar, no que se refere às atividades de competência do Poder Executivo Municipal, relacionadas ao preenchimento e encaminhamento dos formulários de coleta de dados, especialmente no que tange ao cumprimento dos prazos estabelecidos;

IV - Supervisionar a elaboração da proposta orçamentária anual do município, especialmente no que se refere à adequada alocação dos recursos do FUNDEB, observando-se o cumprimento dos percentuais legais de destinação de recursos;

V - Acompanhar mediante demonstrativos gerenciais disponibilizados pelo Poder Executivo, o fluxo e a utilização do FUNDEB;

VI - Exigir do Poder Executivo Municipal a disponibilização da prestação de contas da aplicação dos recursos do FUNDEB, em tempo hábil à análise e manifestação do Conselho no prazo regulamentar;

VII - Manifestar-se, mediante parecer gerencial, sobre as prestações de contas do Município, de forma a restituí-las ao Poder Executivo Municipal em até trinta dias antes do vencimento do prazo para sua apresentação ao Tribunal de Contas competente, conforme Parágrafo Único do art. 25 da Medida Provisória 339/06;

VIII - Observar a correta aplicação do mínimo de 60% dos recursos do Fundo na remuneração dos profissionais do magistério, especialmente em relação à composição do grupo dos profissionais, cujo pagamento é realizado com essa parcela mínima legal de recursos;

IX - Exigir o fiel cumprimento do plano de carreira e remuneração do magistério da rede municipal de ensino;

X - Zelar pela observância dos critérios e condições estabelecidos para exercício da função de conselheiro, especialmente no que tange aos impedimentos para integrar o Conselho e para o exercício da presidência e vice-presidência do colegiado, descritos nos §§ 5º e 6º do art. 24 da Medida Provisória 339/06;

XI - Apresentar à Câmara Municipal, ao Poder Executivo Municipal e ao Tribunal de Contas Estadual/Municipal, manifestação formal acerca dos registros contábeis e dos demonstrativos gerenciais do Fundo, sempre que o Conselho julgar conveniente;

XII - Requisitar, junto ao Poder Executivo Municipal, a infra-estrutura e as condições materiais necessárias à execução plena das competências do Conselho;

XIII - Exercer outras atribuições previstas na legislação federal e municipal

XIV - O Conselho deve atuar com autonomia, sem vinculação ou subordinação institucional ao Poder Executivo Municipal e será renovado periodicamente ao final de cada mandato dos seus membros.

XV - As decisões tomadas pelo Conselho deverão ser levadas ao conhecimento do Poder Público Municipal e da Comunidade.

DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

Art. 31º O Conselho do FUNDEB será constituído pelos membros titulares e respectivos suplentes:

I - Um representante da Secretaria Municipal de Educação, indicado pelo Poder Executivo Municipal;

II - Um representante dos professores da educação básica municipal;

III - Um representante dos diretores das escolas públicas municipais;

IV - Um representante dos servidores técnico-administrativos das escolas públicas municipais;

V - Dois representantes de pais de alunos da educação pública municipal;

VI - Dois representantes dos estudantes (emancipados) da educação básica;

VII - Um representante do Conselho Municipal de Educação, sem vínculo com a Administração Pública Municipal;

VIII - Um representante do Conselho Tutelar;

IX - Dois representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente.

CAPÍTULO IV

DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO

Art.32º A gestão democrática do Ensino na forma estabelecida na Lei do Sistema Municipal de Ensino e nas Normas Regimentais, tem por finalidade possibilitar maior grau de autonomia as escolas, de forma a garantir o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, assegurando padrão de qualidade do ensino ministrado.

Art.33º O processo de construção da gestão democrática na

escola, entendida como ação coletiva, será fortalecido mediante os princípios de coerência, equidade e corresponsabilidade da comunidade escolar na organização e prestação dos serviços educacionais.

Art.34º Para a melhor consecução de sua finalidade, a gestão democrática nas escolas, far-se-á mediante a observação dos seguintes princípios.

I- Participação dos profissionais da escola na elaboração do projeto pedagógico.

II- Participação efetiva dos diferentes segmentos da comunidade escolar, direção, professores, pais, alunos, e demais servidores nos processos consultivo e decisórios, através do Conselho Deliberativo Escolar e da Associação de Pais e Professores.

III- Crescente autonomia da gestão escolar respeitadas as diretrizes nacionais e municipais de ensino.

IV- Transparência nos procedimentos pedagógicos, administrativos e financeiros, garantindo-se também a responsabilidade e o zelo comum na manutenção e otimização do uso, aplicação e distribuição adequada dos recursos públicos.

V- Valorização da escola em quanto local privilegiado de execução do processo educacional.

Art.35º A autonomia da escola, em seus aspectos administrativos, financeiros e pedagógicos, entendidos como mecanismos de fortalecimento de uma gestão democrática a serviço da comunidade, será assegurada mediante a:

I- Capacidade de cada escola coletivamente, formular, implementar e avaliar sua proposta pedagógica e seu plano de gestão:

II- Constituição e funcionamento do Conselho Deliberativo Escolar, do Conselho de Classe e da Associação de Pais e Professores.

Art.36º As instituições e associações terão a função de aprimorar o processo de construção da autonomia da escola e as relações de convivência intra e extra-escolar, garantindo-se a participação da comunidade escolar.

CAPÍTULO V DOS COLEGIADOS E ASSOCIAÇÕES

Art.37º As escolas contarão com os seguintes colegiados e associações:

- a) Associação de Pais e Professores - APP;
- b) Conselho Deliberativo Escolar;
- c) Conselho de Classe.

SEÇÃO I DO CONSELHO DELIBERATIVO ESCOLAR

Art.38º O Conselho Deliberativo Escolar, colegiado de natureza consultiva e deliberativa, vinculado ao núcleo de direção, é formado por representantes de todos os segmentos da comunidade escolar, constituindo-se em importante canal de participação para a construção de gestão democrática da escola e terá as atribuições e composição variáveis de acordo com o porte da instituição, fixadas pela legislação emanadas pelo Conselho Municipal de Educação.

DA ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

Art.39º - Cabe a escola atender as necessidades sócio-educacionais e de aprendizagem, adequados às diferentes faixas etárias e níveis de ensino ministrados.

Art. 40º - A organização escolar poderá ter os seguintes serviços:

- I - Direção;
- II - Secretaria

III - Corpo técnico administrativo

IV - Especialista em assuntos educacionais

V - Corpo docente

VI - Corpo discente

VII - Conselho de classe

VIII- Conselho Deliberativo Escolar

CAPÍTULO I DA DIREÇÃO

Art. 41º A Direção é o órgão que gerencia o funcionamento dos serviços escolares no sentido de garantir o alcance dos objetivos educacionais da Escola, definidos no Plano Pedagógico.

Art. 42º A Direção será exercida por Diretor, designado na forma da lei vigente.

Art.43º Compete ao Diretor:

I - Garantir que a escola cumpra sua função, o desenvolvimento educacional em seus aspectos científicos, físicos, culturais e sociais.

II- Coordenar, controlar e avaliar todas as atividades relacionadas ao ensino/aprendizagem dos educandos;

III - Diagnosticar junto à comunidade escolar as reais necessidades pedagógicas da escola;

IV - Coordenar a elaboração e execução do plano pedagógico;

V - Promover o aperfeiçoamento permanente dos professores através de reuniões pedagógicas, encontros de estudo, visando a construção da competência pedagógica;

VI - Analisar todos os materiais didático-pedagógicos adequando-os às necessidades dos alunos;

VII - Garantir o acesso e permanência do aluno na escola;

VIII- Promover a participação dos pais e alunos na construção do Plano Pedagógico;

IX- Coordenar os conselhos de classe em seu planejamento, execução, avaliação e desdobramentos;

X- Influir para que todos os funcionários da escola se comprometam com o atendimento às reais necessidades dos alunos;

XI - Organizar e coordenar a execução de toda documentação escolar, entregando-a na data prevista à Secretaria Municipal de Educação;

XII - Convocar e presidir reuniões;

XIII - Preservar o patrimônio da escola;

XIV- Promover o bom relacionamento entre o corpo docente, discente e a comunidade escolar;

XV - Atender os problemas disciplinares e de aprendizagem dos alunos, acompanhando a aprendizagem dos educandos;

XVI - Organizar e distribuir os recursos humanos, físicos e materiais disponíveis na escola;

XVII - Acompanhar o processo da merenda escolar, da limpeza e manutenção da escola;

XVIII- Coordenar e avaliar todas as atividades desenvolvidas pela APP;

XIX-Responsabilizar-se de forma integral pelos recursos transferidos a unidade escolar desde a sua aplicação e prestação de contas;

XX - Substituir eventuais ausências dos professores, justificando em formulário próprio se a falta for justificada ou não;

XXI - Cuidar e coordenar para que o livro ponto, relógio ponto ou ponto digital, seja preenchido de maneira correta, no horário exato de chegada e/ou saída de cada funcionário;

XXII- Executar outras atividades correlatas.

PROFESSOR

Art 44º - Compete ao corpo docente da escola:

I - Planejar, ministrar aulas nos dias letivos estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, avaliação e ao aperfeiçoamento profissional, buscando atualização

constante em uma prática educacional mais competente;
 II - Zelar pela aprendizagem dos educandos, buscando desenvolver atividades de ensino aprendizagem diversificada, permitindo que os alunos re-elaborem os conhecimentos adquiridos e produzam novos conhecimentos, respeitando os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social de cada um, garantindo a liberdade de criação e o acesso às fontes de cultura;
 III- Participar da elaboração, execução e avaliação do projeto pedagógico da unidade escolar, elaborando seu planejamento de acordo com as diretrizes norteadoras;
 IV - Realizar a recuperação contínua de estudos com os alunos que, durante o processo de ensino aprendizagem apresentarem um menor rendimento no domínio do conteúdo curricular ministrado;
 V- Promover ações globais, contínuas e permanentes, acompanhando e enriquecendo o desenvolvimento do trabalho do aluno;
 VI - Manter e fazer com que seja mantida disciplina, em sala de aula e fora de dela, em cooperação com a direção;
 VII - Zelar pela permanência de todos os alunos na escola, contribuindo para a diminuição do índice de evasão escolar;
 VIII - Comunicar a direção e ao serviço de supervisão, a relação dos alunos que apresentam rendimento insuficiente e que dificultam o ritmo dos trabalhos em classe;
 IX - Criar entre os alunos um clima de bom relacionamento, empenhando-se no cultivo de valores humanos, tais como: a solidariedade, a confiança, o respeito, o amor ao trabalho, e a responsabilidade em todas tarefas.
 X- Seguir as diretrizes de ensino, emanadas do órgão superior competente;
 XI - Comparecer as reuniões, conselhos de classe e outras atividades sempre que for convidado ou convocado, ainda que em horários e em datas diferentes do normal;
 XII - Cooperar com as decisões da direção e demais autoridades de ensino;
 XIII - Colaborar com as atividades de articulação da escola com a família e a comunidade, estabelecendo as relações necessárias com os pais dando-lhes ciência da situação de seus filhos e notificando-os em tempo hábil sobre o rendimento escolar de cada bimestre.
 XIV - Colaborar com a direção e com a secretaria municipal de educação, na organização e na execução de trabalhos complementares de caráter cívico, cultural, recreativo ou promocional;
 XV - Zelar pelo nome e respeito do estabelecimento dentro e fora dele, exercendo sua função dentro de princípios éticos, desenvolvendo o espírito de colaboração e iniciativa dentro e fora do contexto escolar;
 XVI - Executar outras atividades correlatas.

PROFESSOR AUXILIAR

I - Auxiliar o professor titular na organização da sala de aula em todas as atividades desenvolvidas;
 II - Realizar as atividades de rotina tais como: troca de fraldas, alimentação, banho, escovação dentária, aplicação de flúor, higiene, recreação dentro e fora da sala de aula etc.;
 III - Observar e acompanhar com o professor titular o desenvolvimento da criança conforme sua faixa etária, nos aspectos social, afetivo, psicológico e psico-motor;
 IV - Organizar os pertences dos alunos;
 V - Permanecer em tempo integral na sala de aula, exceto se autorizado pelo titular para desempenhar atividades relacionadas com o trabalho da classe;
 VI - Receber os alunos antes do início das aulas ou entregá-los após o encerramento aos pais ou responsáveis, conforme determinação da direção da instituição;
 VII - Demonstrar conhecimentos legislativos educacionais;
 VIII - Utilizar uniforme adequado para as atividades;
 IX - Participar da elaboração do projeto político pedagógico da unidade escolar

X - Comparecer as reuniões, conselhos de classe e outras atividades sempre que for convidado ou convocado ainda que em horários e em datas diferentes do normal.

CHEFE DO SERVIÇO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

I - Promover o desenvolvimento sistemático e sincronizado das ações de educação do município;
 II - Promover e dirigir as atividades de planejamento, coordenação, execução e avaliação do ensino de pré-escolar;
 III - Garantir o atendimento de crianças de 0 a 6 anos, em centros municipais de educação infantil e pré-escolas;
 IV - Promover a capacitação de recursos humanos e aquisição de materiais específicos para o atendimento e provimento dos centros municipais de educação infantil e pré-escolas;
 V - Articular-se com entidades particulares que ministram o ensino de crianças de 0 a 6 anos, com objetivo de aprimorar o corpo pedagógico;
 VI - Recensear os educandos do ensino infantil, zelando junto aos pais pela frequência a escola;
 VII - Promover treinamentos, estudos, pesquisas, cursos de capacitação e reuniões de caráter pedagógico e administrativo, destinados ao aperfeiçoamento e avaliação do desempenho administrativo docente e discente;
 VIII - Controlar, executar e fiscalizar todas as atividades de caráter administrativo que envolvam os centros municipais de educação infantil e pré-escolas;
 IX - Executar outras atividades correlatas.

CHEFE DO SERVIÇO DO ENSINO FUNDAMENTAL

I - Promover o desenvolvimento sistemático e sincronizado das ações de educação do município;
 II - Promover e dirigir as atividades de planejamento, coordenação, execução e avaliação do ensino fundamental;
 III - Garantir o atendimento das crianças e adolescentes frequentadores do 1º ao 9º ano;
 IV - Promover a capacitação de recursos humanos e aquisição de materiais específicos para o atendimento e provimento do ensino fundamental do 1º ao 9º ano;
 V - Articular-se com entidades particulares que ministram o ensino fundamental, com objetivo de aprimorar o corpo pedagógico;
 VI - Recensear os educandos do ensino fundamental, zelando junto aos pais pela frequência a escola;
 VII - Promover treinamentos, estudos, pesquisas, cursos de capacitação e reuniões de caráter pedagógico e administrativo, destinados ao aperfeiçoamento e avaliação do desempenho administrativo docente e discente;
 VIII - Controlar, executar e fiscalizar todas as atividades de caráter administrativo que envolvam as unidades de ensino fundamental;
 IX - Fixar conteúdo mínimo para o ensino fundamental, de maneira a assegurar a formação satisfatória e resgatar o respeito e o interesse aos valores culturais e artísticos;
 X - Propor currículos das disciplinas optativas adequando-se as peculiaridades e necessidades locais;
 XI - Estimular o ingresso no ensino médio;
 XII - Planejar, coordenar, executar e controlar a realização de feiras e exposições de ciências dentre outras disciplinas, inclusive de cunho cultural;
 XIII - Executar outras atividades correlatas.

CHEFE DO SERVIÇO DE APOIO A EDUCAÇÃO

I - Criar mecanismos e condições dinâmicos e modernos para administrar a educação em sistema integrado;
 II - Introduzir e administrar conteúdos programáticos nos currículos de acordo com a realidade municipal, dos seus meios de produção, consumo e necessidades diárias;
 III - Promover o desenvolvimento sistemático e sincronizado das

ações de educação do município;

IV - Articular-se com entidades particulares que ministram o ensino fundamental e infantil com objetivo de aprimorar o corpo pedagógico;

V - Controlar, executar e fiscalizar todas as atividades de caráter administrativo que envolvam a Secretaria Municipal de Educação;

VI - Controlar, planejar e administrar os arquivos e as respectivas documentações da Secretaria Municipal de Educação;

VII - Controlar, executar e manter os históricos escolares da rede municipal de ensino;

VIII - Controlar e confeccionar relatório gerenciais das unidades escolares;

IX - Executar outras atividades correlatas.

CHEFE DO SERVIÇO DE MERENDA E TRANSPORTE ESCOLAR

I - Promover o desenvolvimento sistemático e sincronizado das ações de educação do município;

II - Acompanhar, controlar e fiscalizar os serviços de transporte escolar:

a) Cadastrar e expedir carteirinhas dos alunos que utilizam o transporte escolar, observando e conferindo seu acesso de acordo com o itinerário previamente estabelecido;

b) Conferir a realização dos trajetos, de acordo com os itinerários previamente definidos;

c) Acompanhar e fiscalizar o contrato de terceirização do transporte escolar;

III - Acompanhar, controlar e fiscalizar a distribuição e o preparo da merenda escolar;

IV - Acompanhar os trabalhos desenvolvidos pelo profissional especializado em nutrição, assegurando que o mesmo possua os mecanismos necessários para consecução de sua atividade;

V - Realizar e controlar o preenchimento de relatórios que informem quais equipamentos e utensílios devem ser adquiridos para perfeita execução dos serviços escolares e do aprimoramento do bem estar dos alunos e profissionais da educação;

VI - Executar outras atividades correlatas.

ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS

I - Coordenar a elaboração e execução da proposta pedagógica da escola, assim como proceder acompanhamento das atividades nela proposta;

II - Administrar o pessoal e os recursos materiais e financeiros da escola, tendo em vista o atingimento de seus objetivos pedagógicos;

III - Assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas aulas estabelecidas;

IV - Zelar pelo cumprimento do plano de trabalho dos docentes;

V - Prover meios para recuperação dos alunos de menor rendimento;

VI - Promover a articulação com as famílias e a comunidade, criando processo de integração da sociedade com a escola;

VII - Informar os pais ou responsáveis sobre a freqüência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola;

VIII - Coordenar no âmbito da escola as atividades de planejamento, avaliação e desenvolvimento profissional;

IX - Acompanhar e orientar o processo de desenvolvimento dos estudantes em colaboração com os docentes e as famílias;

X - Elaborar estudos, levantamento qualitativos e quantitativos indispensáveis ao desenvolvimento do sistema ou rede de ensino ou da escola;

XI - Elaborar e implementar acompanhar e avaliar planos programas e projetos voltados para o desenvolvimento do sistema e/ou rede de ensino e da escola, em relação a aspectos pedagógicos, administrativos, financeiros, e pessoal de recursos materiais;

XII - Acompanhar e supervisionar o funcionamento das escolas, zelando pelo cumprimento da legislação e normas educacionais e

pelo padrão de qualidade de ensino.

XIII - Executar outras atividades correlatas.

Atribuições e responsabilidades:

Agente Operacional I, Nutricionista, Fonoaudióloga, Motorista - De acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

SEÇÃO II

DOS CURSOS, NÍVEIS E MODALIDADES DE ENSINO

Art.45º Os cursos, níveis e modalidades de ensino obedecerão às diretrizes federais e demais normas dos sistemas de ensino.

SEÇÃO III

DOS CURRÍCULOS

Art.46º Os cursos serão organizados em conformidade com a legislação específica e encaminhados para a devida autorização do órgão normativo do sistema de ensino.

Art.47º A Educação Infantil norteará suas atividades de ensino, nas normas nacionais, estaduais e lei do sistema municipal de ensino.

Art.48º O Ensino Fundamental obedecerá às diretrizes nacionais, municipais e a grade curricular aprovada pelo órgão competente, atendendo também à parte diversificada estabelecida pela instituição.

SEÇÃO IV

DA ACELERAÇÃO, PROGRESSÃO E RECLASSIFICAÇÃO DE ESTUDOS

Art.49º A Secretaria Municipal de Educação adotará procedimentos que visem propiciar aos alunos do ensino fundamental o avanço em um ou mais anos de escolaridade, bem como poderá adotar programas especiais de aceleração de estudos que visem à progressão, classificação ou reclassificação em anos escolares mais avançados, previstos nos artigos 23 a 24 da Lei Nº 9394/96.

Art.50º Os procedimentos adotados pela Escola e suas formas de operacionalização deverão estar explicitados no Plano Pedagógico, cabendo a uma Comissão Avaliadora, presidida pela direção da Instituição e formada por docentes da Unidade Escolar e Chefes do Ensino Fundamental e do Apoio Administrativo da Secretaria Municipal de Educação, apurar o nível e grau de desenvolvimento dos alunos, cujas decisões serão devidamente registradas na documentação da Escola e do aluno, em conformidade com a legislação superior, com parecer favorável do Secretário(a) Municipal de Educação.

SEÇÃO V

DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS ESPECIAIS

Art.51º A Escola poderá desenvolver projetos pedagógicos especiais de natureza curricular, aprovados pela Secretaria Municipal de Educação abrangendo:

I- Programação de atividades de reforço e recuperação de aprendizagem e orientação de estudos;

II- Organização e utilização de salas ambiente, de multimeios, multimídia, de leitura e laboratório;

III- Grupos de estudo e pesquisas;

IV- Cultura e lazer;

V- Outros de interesse da comunidade;

Parágrafo único - Os projetos especiais integrados aos objetivos

da escola, serão planejados e desenvolvidos por docentes e se nortearão pelas normas vigentes.

SEÇÃO VI DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Art.52º O processo de avaliação do ensino e da aprendizagem, será implementado, através de procedimentos que objetivem oferecer comparativos de desempenho para a tomada de decisões nas diferentes áreas de aprendizagem.

Art.53º A avaliação do processo ensino-aprendizagem, responsabilidade de escola e de seus professores, será realizada de forma contínua e sistemática, sendo diagnóstica, formativa e somativa, tendo como um de seus parâmetros o diagnóstico da situação de aprendizagem de cada aluno, em relação à programação curricular prevista e desenvolvida em cada nível e etapa de escolaridade. Parágrafo único - A avaliação a ser adotada pela escola terá sempre como perspectiva o aprimoramento da qualidade do ensino e será subsidiado por procedimentos de observações e registros no decorrer de cada semestre letivo.

Art.54º A avaliação e reavaliação interna do processo de ensino aprendizagem deverão possibilitar;

I- Diagnóstico dos avanços e dificuldades de aprendizagem dos alunos de forma a nortear as atividades de planejamento dos conteúdos básicos curriculares;

II- Observação e análise dos progressos individuais e coletivos de aquisição e construção do conhecimento, em função do trabalho didático-pedagógico desenvolvido;

III- A auto-avaliação dos alunos em relação ao progresso obtido e às dificuldades com vistas a superá-las durante o processo de aprendizagem;

IV- O embasamento para as decisões do Conselho de Classe quanto à necessidade de procedimentos paralelos ou intensivos de reforço e recuperação de aprendizagem, de classificação ou reclassificação de alunos.

Art.55º A Escola, respeitada a legislação vigente, adotará a sistemática de avaliação através de notas em todos os seus cursos, níveis e modalidade de ensino, com prevalência dos resultados obtidos durante o ano letivo, sobre os exames finais. Na Educação Infantil e no 1º ano do Ensino Fundamental, a avaliação será de forma descritiva e sem reprovação, observando o critério de frequência mínima, para o 1º ano.

§1º - Para fins de escrituração escolar e registro em documentos oficiais a serem arquivados na secretaria da escola, os mesmos deverão ser realizados por meio de médias bimestrais.

§2º - O calendário da escola deverá prever reuniões do conselho de classe, dos professores, alunos e pais ou responsáveis para conhecimento, análise e reflexão sobre os procedimentos de desempenho do ensino e resultados de aprendizagem obtidos pelos alunos.

SEÇÃO VII DA VERIFICAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR

Art.56º Para a avaliação do aluno, considerar-se-á o aproveitamento e a frequência, conforme estabelece a legislação vigente específica o grau de desenvolvimento do aluno, sustentado nos registros avaliativos.

§1º - A frequência do aluno fica a cargo da Escola e seus registros diários, lançados pelo respectivo professor, sendo exigida a frequência mínima de 75 % (setenta e cinco por cento) do total das horas letivas para a sua aprovação no ensino fundamental.

§2º - A avaliação do rendimento escolar deverá obedecer ao

disposto na legislação vigente e na Proposta Pedagógica.

Art.57º - Aluno que não alcançar média 7,0 (sete) durante o ano letivo nas respectivas disciplinas ou áreas de estudo, será submetido à Prova Final, sendo considerado aprovado se atingir média mínima de 5,0 (cinco), observando-se fórmula abaixo:

(Nota do 1o bimestre + nota do 2o bimestre + nota do 3o bimestre + nota do 4o bimestre)= ...: 4 =...x 7=...+ (PF x 3)=...:10=...

SEÇÃO VIII DA RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS

Art.58º Os estudos de recuperação visam às novas oportunidades de aprendizagem, no decorrer do ano letivo - durante trabalhos escolares normais e em cada disciplina ou atividade, para recuperar as deficiências verificadas.

Parágrafo único - A recuperação será oferecida de forma continuada e paralela, durante o ano letivo, atendendo o estabelecido na legislação vigente.

Art.59º A nota obtida após estudos de recuperação em que o aluno demonstre ter superado dificuldades, substituirá a anterior referente aos mesmos objetivos.

Art.60º O professor efetuará o competente registro, no Diário de Classe dos estudos e resultados da recuperação de estudos.

SEÇÃO IX DA PROMOÇÃO

Art.61º Para a promoção do aluno considerar-se-á o aproveitamento mínimo de média 5,0 (cinco), após os exames e a frequência conforme estabelece a legislação.

SEÇÃO X DO PLANO PEDAGÓGICO

Art.62º O Plano Pedagógico da Escola definirá a concepção filosófica-pedagógica, em consonância com a concepção de educação da Proposta Pedagógica da Rede Municipal, que norteadora do processo de ensino-aprendizagem fundamentada nos princípios de socialização do saber e da solidariedade humana. O exercício permanente de fortalecimento da escola será elaborado a partir dos princípios de responsabilização dos diversos participantes do processo educativo e de sua adequação às características e recursos da escola, sua mantenedora e comunidade em que se insere.

Parágrafo único: O Plano Pedagógico é o documento que traça o seu perfil, conferindo-lhe identidade própria, na medida em que contempla as intenções de todos os envolvidos e norteia o gerenciamento das ações intra e extra-escolares.

Art.63º A Escola registrará suas intenções em termos de Plano Pedagógico que deseja concretizar, cuja síntese, constituir-se-á em instrumento norteador do trabalho da escola, discutido e do conhecimento da comunidade escolar.

Parágrafo único - O Plano Pedagógico deverá ser formulado com a participação de toda comunidade escolar e submetido à aprovação da Secretaria Municipal de Educação, de acordo com as normas estabelecidas pelo sistema municipal de ensino.

Art.64º O Plano Pedagógico é um documento de caráter flexível, devendo ser revisto a cada ano e, se necessário, fazer as alterações necessárias ou realizar novos encaminhamentos.

SEÇÃO XI DO CONSELHO DE CLASSE

Art.65º O conselho de Classe é o órgão colegiado de natureza deliberativa em assuntos didático-pedagógicos, tendo por objetivo avaliar o processo ensino-aprendizagem na relação direção-professor-aluno e os procedimentos adequados a cada caso.

Parágrafo único - A última instância de decisão avaliativa na Escola é o Conselho de Classe. A instância superior é a Direção.

Art.66º O Conselho de Classe tem por finalidade:

I- Estudar e interpretar os dados da aprendizagem na relação com o trabalho do professor, na direção com o processo ensino-aprendizagem, proposta pelo Plano Pedagógico da Escola.

II- Acompanhar e aperfeiçoar o processo ensino - aprendizagem bem como diagnosticar seus resultados registrando-os em relatórios;

III- Avaliar os resultados da aprendizagem do aluno, na perspectiva do processo de apropriação do conhecimento, da organização dos conteúdos e dos encaminhamentos metodológicos da prática pedagógica;

Art.67º O Conselho de Classe será constituído por representantes de todos os segmentos da comunidade escolar;

Art.68º A coordenação do Conselho de Classe em planejamento, execução, avaliação e desdobramento estarão a cargo do diretor e da coordenação pedagógica da escola.

Art.69º- O Conselho de Classe reunir-se-á ordinariamente em cada bimestre, em data prevista no Calendário Escolar, e extraordinariamente, sempre que um fato relevante assim o exigir, sem prejuízo do referido Calendário Escolar.

§1º- A convocação para as reuniões será feita através de ato, baixado pelo diretor ou responsável pela escola, com antecedência de 48 horas, sendo obrigatório o comparecimento de todos os membros convocados.

§2º - Das reuniões do Conselho de Classe será lavrada ata para registro, divulgação ou comunicação aos alunos e pais interessados.

Art.70º São atribuições do Conselho de Classe:

I- Emitir parecer descritivo sobre assuntos referentes ao processo ensino-aprendizagem, decidindo pela recuperação, revisão dos conteúdos e metodologia aplicados, anulação e repetição de teste, provas ou trabalhos metodologia aplicada, anulação e repetição de teste, provas ou trabalhos destinado à avaliação do rendimento escolar em que ocorram irregularidades ou dúvidas por parte dos alunos, pais ou responsáveis, quanto aos resultados obtidos;

II- Analisar o pedido de reconsideração dos pareceres emitidos pelo Conselho de Classe nos casos relacionados no inciso anterior e, esgotadas todas as possibilidades de solução para o problema, consultar a instância superior imediata para a decisão final;

III- Avaliar as atividades docentes e discentes, possibilitando o replanejamento dos objetivos e das estratégias de execução da programação, com vistas à melhoria do processo ensino-aprendizagem;

IV- Responsabilizar o professor de cada área de estudo, ou disciplina, ao término do Conselho de Classe, pelo preenchimento da documentação de avaliação e frequência adotadas pela escola;

V- Propor medidas para a melhoria do aproveitamento escolar, integração e relacionamento dos alunos na turma e na escola;

VI- Estabelecer planos viáveis de recuperação contínua e paralela dos alunos, em consonância com o Plano Pedagógico da escola;

VII- Assegurar a elaboração e execução dos planos de adaptação de alunos transferidos, quando se fizer necessário, atendendo a legislação específica.

SEÇÃO XII DO CALENDÁRIO ESCOLAR

Art.71º O calendário escolar será elaborado pela secretaria, com base na grade curricular e observada a legislação vigente, com a participação de representantes do Conselho Deliberativo Escolar, fixarão os dias letivos, dias de trabalho escolar efetivo, dias de estudo, reuniões pedagógicas, conselho de classe, recesso escolar e eventos programados para o ano letivo e aprovado em assembléia geral pela comunidade escolar.

DA MATRICULA

Art.72º O Plano de matrícula será elaborado anualmente pela Secretaria Municipal de Educação e divulgado em tempo hábil para a comunidade escolar.

§1º - A Secretaria Municipal de Educação juntamente com a Direção de da unidade escolar serão responsáveis pela divulgação do período e critérios para a efetivação da matrícula.

§2º - A partir da matrícula o aluno, pai ou responsável tomará conhecimento do Regimento e do Plano Pedagógico.

Art.73º Para a matrícula inicial, o candidato deverá apresentar certidão de nascimento e atender a legislação vigente.

Art.74º Para matrícula de aluno recebido por transferência de outro estabelecimento de ensino, a escola deverá exigir o Atestado de Frequência e Histórico Escolar devidamente assinados pelos responsáveis e cópia dos documentos pessoais do interessado, devendo o histórico Escolar ser apresentado no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a matrícula.

Art.75º Constatada qualquer irregularidade na documentação apresentada pelo aluno, referente à série em que está cursando, a escola deverá providenciar a sua regularização, exceto em que a documentação encontrar-se em tramitação de processo em instância Superior.

Art.76º Para os atuais alunos da Escola, a renovação de matrícula dar-se-á mediante preenchimento e assinatura do responsável, no documento de renovação.

DA TRANSFERÊNCIA

Art.77º A Escola aceitará transferência, observadas as exigências e formalidades legais obedecidas às diretrizes curriculares nacionais comuns.

Art.78º A Transferência far-se-á pelo Núcleo Comum, fixado em âmbito nacional, observados os princípios e normas vigentes.

Art.79º A Transferência oriunda de país estrangeiro dar-se-á em conformidade com legislação vigente.

Parágrafo único - A divergência de currículo em relação às matérias da Área de Estudos ou disciplinas da parte diversificada, acrescentada pela escola de origem, não constituirá impedimento para aceitação da matrícula por transferência.

DA ADAPTAÇÃO

Art.80º O aluno que vier transferido de outro estabelecimento de ensino com plano curricular diferente do previsto pela escola estará sujeito à adaptação nas áreas de estudo ou disciplinas que não tenha cursado em série anterior ou equivalente.

§1º - A adaptação é restrita aos conteúdos programáticos, e não à frequência da carga horária prevista.

§2º - A adaptação será desenvolvida sem prejuízo das atividades normais da série em que o aluno se matricular, e tem por finalidades atingir os conteúdos necessários para o prosseguimento do novo currículo, e concluídos antes do resultado final da avaliação do rendimento escolar do ano letivo.

§3º - A adaptação far-se-á mediante a execução de estudos e trabalhos e avaliações, orientados pelo professor com o acompanhamento do responsável da escola e ou Coordenação Pedagógica.

DA EQUIVALÊNCIA DE ESTUDOS

Art.81º O aluno transferido com estudos realizados no exterior, terá sua matrícula homologada na série e curso mediante análise comparativa das grades curriculares, ficando sujeito à adaptação curricular, quando couber, e sua equivalência de estudos declarados por órgão competente do sistema de ensino, conforme normalização vigente.

Parágrafo único - Os alunos transferidos entre os países do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, terão seus estudos reconhecidos com base no Decreto Nº 2.726 de 10 de agosto de 1.998 - Protocolo de Integração Educativa, com sua tabela Comparativa de Escolaridade.

DO REGIME DISCIPLINAR

Art.82º O regime disciplinar para os componentes da Organização Escolar será o decorrente das disposições legais aplicáveis a cada caso, das normas estabelecidas neste Regimento Escolar, no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Proposta Pedagógica e na legislação específica do servidor público municipal.

DO CORPO DISCENTE

Art.83º Pela inobservância dos deveres previstos neste Regimento Escolar e, conforme a gravidade ou reiteração das faltas e infrações, serão aplicadas, aos alunos, as seguintes medidas disciplinares.

I- Advertência verbal.

II-Advertência escrita e comunicada aos pais ou responsáveis;

III-Exigência de comparecimento do pai ou responsável na Escola;

IV-Suspensão;

V-Transferência da escola.

Art.84º A aplicação da medida de advertência verbal será executada pelo Professor ou Direção.

Art.85º A medida de advertência escrita e ou comparecimento dos pais ou responsáveis serão aplicáveis pela direção ou responsável pela escola, nos casos de reincidência em faltas consideradas graves.

Art.86º A medida de suspensão de até três dias das aulas normais será aplicada pela direção ou responsável pela escola.

Art.87º Esgotadas as medidas anteriores, a direção adotará procedimentos, com possibilidade de transferência para outra escola.

Art.88º As medidas disciplinares aplicadas ao corpo discente não serão registradas em seu Histórico Escolar, devendo constar apenas nos assentamentos da escola.

DO REGISTRO, ESCRITURAÇÃO E ARQUIVO ESCOLAR

Art.89º A escrituração e o arquivamento dos documentos escolares têm como finalidade assegurar, em qualquer tempo, a verificação da identidade, regularidade e autenticidade da vida escolar dos alunos e documentação da Escola.

I - A documentação relativa ao Corpo Discente, compreende:

a)Ficha de matrícula;

b)Ficha individual e de avaliação;

c)Histórico Escolar;

d)Certificado de conclusão e diploma, quando for o caso;

e)Boletim Escolar;

f)Registro de frequência;

g)Certidão de Nascimento ou Cédula da Identidade (cópia);

II - A documentação relativa à Unidade Escolar, compreende;

a) Controle de pontos;

b) Registro de patrimônio;

c) Atas de exames ou processos especiais;

d) Atas e resultados de Conselho de classe do 1º ao 9º ano;

e) Assentamentos individuais de professores e funcionários;

f) Avisos e convocações;

g) Diários de Classe;

h) Relatório de avaliação do desempenho da Escola;

g) Atas e demais registros da escola;

Art.90º O Arquivo Escolar poderá ser concentrado na Secretaria da Escola e sempre que possível, sistematizado e informatizado.

Parágrafo único - Os registros escolares também poderão ser concentrados na Secretaria Municipal de Educação para facilitar o controle e a operacionalização da documentação escolar.

CAPITULO VI

DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Seção I

Da Formação/ Qualificação

Art. 91º São integrantes do Magistério do Sistema Municipal de Ensino os profissionais que exercem atividades de docência e os que oferecem suporte pedagógico-administrativo a essas atividades, incluídas as de gestão, planejamento, inspeção e coordenação pedagógica.

Art. 92º Os profissionais da educação para exercerem as atividades descritas no artigo anterior deverão ser graduados em curso superior de Licenciatura Plena oferecidos por instituições de ensino superior.

§ 1º - Será admitida como formação mínima aos docentes em exercício em classes de Educação Infantil e nas quatro primeiras séries do Ensino Fundamental, a de nível médio em magistério.

§ 2º - O Sistema de Ensino por meio de seu órgão competente investirá na formação docente possibilitando prosseguimento de estudos à graduação plena em nível superior.

§ 3º - Será assegurada aos docentes, atuantes na Educação Infantil e segmento inicial do Ensino Fundamental e modalidades, a formação continuada na área da Educação Especial, assegurado o assessoramento e apoio técnico especializado ao trabalho pedagógico na escola.

§ 4º - Na docência do Ensino Fundamental e Educação Infantil serão assegurados, também, docentes das áreas de Arte, Educação Física, preservada a integração e sistematização do trabalho pedagógico e a organização curricular.

§ 5º - Aos docentes será assegurado preparo específico na área de atuação em formação continuada.

Art. 93º O Poder Público Municipal, instituirá setor próprio vinculado ao órgão executivo do sistema de ensino, destinado a promover programas de formação continuada aos trabalhadores da educação em exercício em sua rede de ensino, observada as especificidades do magistério em todos os níveis e modalidades e, facultativamente, aos do seu sistema de ensino.

§ 1º Os programas de formação continuada, serão desenvolvidos,

preferencialmente, em articulação com as instituições de ensino superior, inclusive de entidades sociais, com a colaboração técnica e financeira disposta na legislação vigente para a atualização contínua dos docentes e demais trabalhadores da educação.

§ 2º - Os programas de formação referidos poderão articular a participação de Municípios circunvizinhos.

§ 3º - A formação continuada aos profissionais da educação será constituída, também, de horários sistemáticos, assegurados no interior da escola às atividades demandadas pelo trabalho pedagógico, sem prejuízo do mínimo letivo estabelecido ao calendário escolar diário, semanal e anual.

Seção II

Da Valorização

Art. 94º O Poder Público Municipal investirá, sistematicamente, na valorização dos trabalhadores da educação da rede pública municipal de ensino e recomendará iniciativa das mantenedoras quanto à conjugação de esforços para atendimento aos servidores da rede privada.

Art. 95º A valorização dos profissionais da educação pública será assegurada em Plano de Carreira, Cargos e Remuneração do Magistério, regulamentado em lei própria, cabendo ao Poder Público Municipal cumpri-lo na íntegra.

Art. 96º Será garantido aos trabalhadores da educação, nos termos da legislação pertinente e, inclusive, do plano de carreira, observadas as especificidades do magistério:

I- Ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;

II - Progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, cursos e na avaliação do desempenho;

III - Período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga horária de trabalho, com percentual especificado na legislação própria;

IV - Condições adequadas de trabalho ao exercício profissional nas unidades educacionais do sistema de ensino e atualização constante quanto à associação teoria/prática em estudos e pesquisas;

V - Piso salarial profissional.

VI - Gratificação aos docentes de áreas rurais sobre seus vencimentos, nos termos da Lei Orgânica do Município.

CAPÍTULO VI

DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 97º O Município aplicará, anualmente, conforme prescreve a lei, no mínimo 25% em manutenção e desenvolvimento do ensino público, dos recursos oriundos de:

I - impostos próprios do Município;

II - transferências Constitucionais e outras transferências;

III - salário educação e outras contribuições sociais;

IV - incentivos fiscais;

V - outros recursos previstos em Lei.

§ 1º- Os recursos obtidos pelo Município, oriundos de outras fontes citadas não serão computados no percentual mínimo obrigatório.

§ 2º - Ficam excluídos do percentual obrigatório prescrito na LDB, os recursos oriundos de transferências automáticas da União.

Art. 98º Para fixação dos valores correspondentes aos mínimos instituídos no Artigo 75 da LDB/9394, será considerada a receita estimada na lei do orçamento anual, ajustada, quando for o caso, por lei que autoriza a abertura de créditos adicionais, com base no eventual excesso de arrecadação.

Art. 99º Considerar-se-ão como manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos da Legislação Vigente, as despesas realizadas com vista à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais, compreendendo as que se destinam à remuneração e ao aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais

da educação.

Art. 100º A Secretaria Municipal de Educação participará da elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual, cabendo-lhe definir a destinação dos recursos vinculados e outros que forem reservados para a manutenção e desenvolvimento do ensino.

Parágrafo Único - O Conselho Municipal de Educação participará das discussões das Leis Orçamentárias e acompanhará suas execuções, zelando, também, pelo cumprimento dos dispositivos legais.

Art. 101º O Chefe do Poder Executivo e o titular do Órgão Executivo da Educação no Município são gestores dos recursos financeiros destinados à respectiva área, sendo responsáveis, juntamente com as autoridades competentes do Município, pela sua correta aplicação. O Chefe do Poder Executivo designará, um servidor Técnico da área da Contabilidade, para fazer os registros financeiros e a prestação de contas.

Art. 102º Cabe ao titular do Órgão Executivo da Educação no Município controlar, de acordo com a Lei específica, os repasses feitos diretamente às escolas municipais, em caráter de emergência, acompanhando e orientando sua correta aplicação.

Art. 103º O percentual dos recursos de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, não vinculados ao Ensino Fundamental, serão aplicados na Educação Infantil, nos termos do regime de colaboração assegurado constitucionalmente, até que se institua a inclusão dessa etapa da Educação Básica em fundos pertinentes.

CAPÍTULO VII

DO REGIME DE COLABORAÇÃO

Art. 104º O Poder Público Municipal, com a cooperação do Estado e assistência da União, desenvolverá através do órgão executivo da educação, em ação articulada:

I - Recenseamento e a chamada pública escolar a crianças, adolescentes, jovens e adultos escolarizáveis, e providenciará matrícula correspondente à demanda na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos na Rede de Escolas Públicas.

II - Acompanhará o programa sistemático de acompanhamento da frequência escolar, com destaque da rede pública de ensino fundamental, promovendo ação estratégica para diminuir índices de evasão e a defasagem série/idade.

III - Promoverá, em ação articulada, colaboração do Estado e participação solidária de Municípios circunvizinhos à formação aos profissionais da educação.

Parágrafo Único - O Poder Público Municipal estabelecerá relação de parceria e regime de colaboração com o Estado e com os Municípios circunvizinhos, visando garantir acesso e permanência, com proporcionalidade pelos fluxos de atendimento, apreciando recursos técnicos, financeiros e outros, disponíveis em cada esfera da administração, entre outras, nas ações:

I - formulação, execução e avaliação de políticas e planos educacionais;

II - definição de padrões básicos de qualidade do ensino, avaliação institucional, proposta de padrão referencial de currículo e de articulação do calendário escolar;

III - valorização dos recursos humanos da educação;

IV - expansão e utilização da rede escolar de educação básica.

Art. 105º O Município definirá com o Estado formas de colaboração para assegurar, prioritariamente, a universalização do Ensino obrigatório e o atendimento à Educação Infantil no Sistema de Ensino.

Parágrafo único - A colaboração de que trata este artigo deve garantir a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada esfera.

Art. 106º O Sistema Municipal de Ensino deverá atuar em articulação com o Sistema Estadual na elaboração de suas normas complementares, com vistas à unidade normativa, assegurada a autonomia e peculiaridades da sua rede de ensino.

Art. 107º O Poder Público Municipal estabelecerá colaboração com outros Municípios, inclusive por meio de consórcios, visando qualificar a educação pública de sua responsabilidade.

Art.108º Incorporar-se-ão a este Regimento automaticamente, as disposições legais, instruções ou normas de ensino emanadas de órgãos ou poderes competentes, alterando as disposições que com elas conflitarem;

Art.107º O presente Regimento Escolar será submetido ao órgão competente para aprovação;

Art.108º Os casos omissos do presente Regimento Escolar serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Conselho Municipal de Educação, com base na legislação e normas específicas.

Art.109º O presente Regimento Escolar, entrará em vigor após a aprovação pelo órgão competente.

Campo Alegre, 13 de agosto de 2008.

VI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - Campo Alegre-SC

VI CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CAMPO ALEGRE-SC
JUNHO - 2009

REGIMENTO INTERNO

Capítulo I

Art. 1º - A Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente tem o desafio de elaborar de forma integrada propostas de diretrizes nacionais da Política Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, que deverão, posteriormente, balizar a elaboração de um Plano Decenal da Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Do objetivo:

- Analisar, definir e deliberar as diretrizes da política Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, com vistas a contribuir com a elaboração do Plano Decenal.

Do temário:

"POLÍTICA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: CONSTRUINDO E CONSOLIDANDO AS DIRETRIZES PARA UM PLANO DECENAL".

Capítulo II

Da Conferência

Art. 2º - A VI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar-se-á no Espaço Cultural Profª. Sirley Maria Neumann Johanson, sito Av. Dr. Getúlio Vargas, 620 Centro Município de Campo Alegre no dia 30 de junho de 2009, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, sob a coordenação da comissão organizadora da VI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 3º - São membros da VI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme este regimento:

- a) Conselheiros do CMDCA de Campo Alegre;
- b) Representantes das entidades cadastradas no CMDCA de Campo Alegre, Equipe técnica do Núcleo de Atenção à Criança e ao Adolescente;
- c) Adolescentes;
- d) Conselheiros Tutelares;
- e) Clubes de serviço;
- f) Diretores, orientadores educacionais e professores das escolas e creches estaduais, municipais e particulares, representante da Associação de Pais e Professores das escolas e um casal de adolescentes representando escola e ou entidades;
- g) Polícia Civil, Polícia Militar e Bombeiro;
- h) Representantes dos órgãos públicos estaduais e municipais de Campo Alegre, Associações de bairros e lideranças comunitárias;
- i) Poder judiciário;
- j) Entidades que trabalham com medidas socioeducativas;
- k) Comunidade em geral;
- l) Escoteiros;
- m) Representantes de igrejas;
- n) Conselhos setoriais (Assistência Social, Educação e Saúde).

§1º Todos os participantes com 100% de presença na VI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente terão direito à voz e voto na plenária e na eleição dos delegados para a fase da Conferência Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§2º A presença será controlada pela comissão organizadora através de uma lista de presença.

Capítulo III

Da Organização

Art. 4º - A comissão organizadora da VI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, será formada:

- Órgãos Governamentais e não Governamentais, conforme citado no Art. 3º.

Das atribuições da Comissão Organizadora:

Art. 5º - São atribuições da Comissão Organizadora:

- 1. Coordenar a realização da VI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, atendendo os aspectos técnicos e políticos;
- 2. Compor a mesa da plenária interlocutora de escolha dos delegados para a Conferência Regional;
- 3. Coordenar a elaboração e homologação das propostas finais, concernente a "POLÍTICA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: CONSTRUINDO E CONSOLIDANDO AS DIRETRIZES PARA UM PLANO DECENAL", que serão apresentadas na Conferência Regional;
- 4. Elaborar relatório geral e ata geral da Conferência;
- 5. Viabilizar e acompanhar a impressão dos documentos técnicos;
- 6. Assegurar a divulgação do evento e suas decisões, acionando e estimulando a mídia e órgãos governamentais;
- 7. Consolidar documentação final da Conferência;
- 8. Avaliar os casos omissos.

Capítulo IV

Dos Eixos Orientadores

Art. 8º - A elaboração das diretrizes será norteada pelos eixos orientadores abaixo e baseada nas normativas, documentos e planos nacionais disponíveis no site do CONANDA.

§1º - Os eixos orientadores a serem trabalhados são:

- Eixo 1 - Promoção e universalização de direitos em um contexto de desigualdades;
- Eixo 2 - Proteção e defesa no enfrentamento das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes;
- Eixo 3 - Fortalecimento do sistema de garantia de direitos;
- Eixo 4 - Participação de crianças e adolescentes em espaços de construção da cidadania;
- Eixo 5 - Gestão da Política.

Da Composição da Plenária

Art. 9º - As plenárias serão compostas por todos os membros da Conferência, podendo votar os delegados caracterizados no artigo 3º § 1º.

§1º - Assegurar-se-á aos membros da plenária as questões de ordem, dirigidas à mesa que deliberará sobre sua aceitação ou não.

§2º - As decisões serão tomadas por contraste, cabendo pedido de contagem de votos, dirigida à mesa, que delimitará sobre sua aceitação ou não.

§3º - Os casos omissos serão resolvidos pela coordenação de mesa.

Da Aprovação das Diretrizes

Art. 9º - Às diretrizes propostas relativas aos eixos orientadores colocados em votação será assegurado o direito de pedido de destaque para inclusão de proposta, que foram consideradas não contempladas, bem como de destaque supressivo do relatório.

§1º - As diretrizes propostas que não forem destacadas serão consideradas como aprovadas por unanimidade pela Plenária Interlocutora.

§2º - Os propositores de destaque de propostas supressivas terão um minuto para manifestar-se, sendo permitida a réplica também de um minuto.

§3º - A solicitação de destaque supressivo terá um minuto de manifestação, sendo permitida a réplica também de um minuto.

Capítulo V

Da Plenária Final

Art. 10 - A plenária final homologará o documento - POLÍTICA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: CONSTRUINDO E CONSOLIDANDO AS DIRETRIZES PARA UM PLANO DECENAL -, assim como elegerá os delegados para a Conferência Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo Único: A leitura do documento final será efetuada por um membro da comissão organizadora.

Capítulo VI

Art. 11 - De acordo com orientação do CONANDA e seguindo o critério de proporcionalidade, serão eleitos em Conferência Municipal os seguintes delegados e suplentes para a Conferência Regional:

- 02 (dois) Conselheiros Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (sendo um de entidades governamentais e um de entidades não-governamentais);
- 02(dois) Conselheiros Tutelares;
- 02(dois) representantes de órgãos governamentais de atendimento e defesa dos direitos da criança e do adolescente;
- 04 (quatro) Conselhos Setoriais - com 01 (um) representante de cada um (conselhos já definidos: educação, saúde e assistência social, o quarto conselho será definido a partir de sua atuação na área da criança e do adolescente);

- 02 (dois) adolescentes;
- 01 (um) representante do sistema de justiça.

Parágrafo Único: Os delegados para a Conferência Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente serão eleitos durante a plenária.

Art. 12 - A Comissão Organizadora acompanhará o processo eleitoral, divulgando em seguida o nome dos eleitos.

Art. 13 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora.

Campo Alegre/SC, 30 de junho de 2009.

INGO RUSH ALANDT

Presidente CMDCA

Campos Novos

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Complementar Nº 04 de 03/03/2011

LEI COMPLEMENTAR Nº 04 DE 03/03/2011

INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE CAMPOS NOVOS, DISPÕE SOBRE AS NORMAS, FIXA OBJETIVOS E DIRETRIZES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,
FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

TÍTULO I

CONCEITUAÇÃO, OBJETIVOS E DIRETRIZES

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Fica Instituído, como instrumento básico da política de desenvolvimento habitacional, o Plano Municipal Habitação de Interesse Social de Campos Novos, que obedecerá aos objetivos e diretrizes básicas desta Lei.

§ 1º O Plano Municipal Habitação de Interesse Social de Campos Novos, visa instituir a política habitacional do município com o objetivo de promover o acesso à moradia digna, especialmente aos estratos de mais baixa renda, tendo por base o entendimento dos principais problemas habitacionais identificados no município.

§ 2º O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias, o orçamento e anual, os planos, programas e projetos urbanísticos, assim como os demais instrumentos municipais de desenvolvimento deverão incorporar os princípios, diretrizes e prioridades contidos nesta lei.

Art. 2º. O Plano Municipal Habitação de Interesse Social - Campos Novos abrange todo o território do Município, devendo o mesmo, estar adequado a política de desenvolvimento, com a Lei Federal N.º 10257/2001 - Estatuto da Cidade e a Lei Federal Nº 11124/2005 que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, definido.

I - Os critérios para garantir que a Cidade cumpra com sua função social;

II - Os critérios para garantir que a propriedade cumpra com sua

função social;

III - As regras para promover acesso à moradia digna e redução de déficit habitacional.

Parágrafo Único. A interpretação da presente Lei e seus anexos serão realizados de forma a articular sistemática e integradamente todos dispositivos nela contidos.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS

Art. 3º. Visando Orientar a articulação dos meios e o equacionamento dos programas habitacionais que integram o Plano Municipal Habitação de Interesse Social - Campos Novos, os objetivos foram construídos segundo os aspectos: Habitação, Serviço Público e Infraestrutura Social, Infraestrutura e Socioeconômico e Ambiental.

A - São objetivos do Aspecto de Habitação, Serviço Público e Infraestrutura Social:

I - Viabilizar para a população de menor renda o acesso à terra urbanizada, à moradia digna e sua posse, aos serviços públicos essenciais e equipamentos sociais básicos;

II - Garantir a sustentabilidade dos programas habitacionais de interesse social, associando-os ao desenvolvimento econômico, social e ambiental;

III - Promover os meios para garantir a diversidade dos programas e de agentes promotores da Política de Habitação de Interesse Social, Plano Municipal Habitação de Interesse Social, de acordo com as características diferenciadas da demanda, estimulando o associativismo e a auto-gestão na implementação de projetos;

IV - Aproveitar os investimentos na habitação já realizados pela população de baixa renda, promovendo a urbanização e recuperação física e loteamentos precários, bem como a regularização fundiária desses assentamentos e a melhoria das moradias existentes;

V - Garantir no caso de necessidade de remoção de área de risco ou por necessidade de obra de urbanização, o atendimento habitacional das famílias a serem removidas, preferencialmente na mesma região ou, na impossibilidade, em outro local, com a participação das famílias no processo de decisão;

VI - Coibir novas ocupações por assentamentos habitacionais nas áreas inadequadas para essa finalidade, em especial áreas de preservação ambiental e de proteção aos mananciais, áreas de risco, áreas contaminadas e bens de uso comum do povo;

VII - Priorizar ações nas áreas de risco;

VIII - Organizar e manter programas de aquisição de Imóveis e terras para Habitação de Interesse Social;

IX - Oferecer condições para o funcionamento dos canais instituídos e outros instrumentos de participação da sociedade nas definições e no controle social da política habitacional;

X - Incentivar a produção pelo mercado de moradias de padrão acessível aos grupos de renda média e baixa, simplificando, agilizando e dando transparência aos processos de aprovação de novos empreendimentos habitacionais;

XI - Desenvolver mecanismos de negociação de conflitos relacionados com o uso e a posse de imóveis, visando evitar despejos e ações reintegratórias;

XII - Manter informação atualizada sobre a situação habitacional do Município, especialmente em relação ao déficit e às necessidades habitacionais, através da criação de um Observatório Habitacional e Urbano;

XIII - Fortalecer a relação com os demais municípios da região estabelecendo parcerias na formulação de planos e programas habitacionais, e desenvolvendo ações integradas em áreas de interesse regional, como as de proteção ambiental e de mananciais;

XIV - Propiciar a participação da população moradora e dos movimentos que lutam por moradia, bem como das universidades,

ONGs e entidades empresariais, na definição das ações e prioridades e no controle social da política habitacional;

XV - Instituir o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social e demais instancia de participação;

XVI - Fornecer gratuitamente assessoria jurídica, bem como de engenharia e arquitetura, a indivíduos, entidades, grupos comunitários e movimentos na área de habitação de interesse social;

XVII - Reservar parcela das unidades habitacionais de interesse social para o atendimento aos idosos e aos portadores de deficiências, físicas ou mentais;

XVIII - Articular de forma democrática as instancias municipal, estadual e federal de política e financiamento habitacional, visando a otimização dos recursos disponíveis;

XIX - Garantir na legislação do Plano Diretor áreas relativa a ZEIS - Zonas Especiais de Interesse Social;

XX - Viabilizar, através dos instrumentos do estatuto da cidade, recursos para investimentos em programas Habitacionais de Interesse Social;

XXI - Estimular a diversidade de soluções e a adequação dos projetos as condicionantes do meio físico, visando melhoria da qualidade paisagística e ambiental dos empreendimentos habitacionais de interesse social;

XXII - Considerar as características diferenciadas da demanda, desenvolvendo programas e projetos habitacionais coerentes com suas necessidades;

XXIII - Adotar tecnologias de projeto, construção e manutenção dos empreendimentos habitacionais voltados para os princípios do desenvolvimento sustentável, contemplando alternativas de conservação de água e energia, reciclagem de resíduos sólidos e valorização das áreas e de lazer, dentre outros;

B - São objetivos do Aspecto de Infraestrutura:

I - Integrar as ações em habitação com as demais políticas urbanas e sociais, de forma a garantir o direito à habitação como direito à cidade, incluindo o fornecimento de meios de transporte coletivo de qualidade, o acesso a equipamentos sociais e de infraestrutura urbana, bem como a proteção dos recursos naturais e da paisagem;

II - Garantir o melhor aproveitamento da infraestrutura instalada e das edificações existentes, de forma a reverter a atual tendência de expulsão da população de baixa renda para as periferias não dotadas de infraestrutura, áreas de risco e de proteção ambiental;

C - São objetivos do Aspecto Socioeconômico:

I - Articular a melhoria das condições de habitação com políticas de inclusão social e projetos complementares que visem o desenvolvimento humano;

II - Preocupar-se com a sustentabilidade econômica de suas intervenções, articulando-se à política socioeconômica e a programas de capacitação profissional, geração e trabalho e renda voltados para as comunidades beneficiadas;

III - Criar incentivos fiscais e urbanísticos para implantação de atividades econômicas, pequenos centros de negócios e serviços, e investimentos em projetos estruturantes e de fortalecimento da comunidade;

IV - Vincular a inclusão em Programas Habitacionais de Interesse Social à contrapartida de participação em cursos de qualificação profissional e alfabetização nas famílias que possuam desempregados e analfabetos.

D - São objetivos do Aspecto Ambiental:

I - Articular e integrar as ações e atividades ambientais desenvolvidos pelos diversos órgãos e entidades do município, com as ações e atividades ambientais desenvolvidas pelos órgãos federais e estaduais;

II - Compatibilizar o desenvolvimento econômico e social com a preservação da qualidade do meio ambiente e dos ecossistemas;

III - Aumentar e regenerar a vegetação das margens dos rios e recuperar as matas ciliares com espécies nativas;

IV - Conscientizar sobre a importância da proteção de fontes e nascentes.

CAPÍTULO III DAS DIRETRIZES

Art. 4º. Para que se atinja o objetivo básico do Plano Municipal Habitação de Interesse Social - Campos Novos, ficam estabelecidas as seguintes diretrizes:

- I - Prioridade para planos, programas e projetos habitacionais para a população de menor renda, articulados no âmbito Federal, Estadual e Municipal;
- II - Incentivo ao aproveitamento de áreas dotadas de infraestrutura não utilizada ou subutilizada, inseridas na malha urbana;
- III - Utilização prioritária de terrenos de propriedade do poder público para implantação de Projetos Habitacionais de Interesse Social;
- IV - Sustentabilidade econômica, financeira e social os programas e projetos elencados;
- V - Incentivo à implementação dos diversos institutos jurídicos que regulamentam o acesso à moradia, previstos no Estatuto da Cidade;
- VI - Adoção de mecanismos de acompanhamento e avaliação e de indicadores de impacto social das políticas, planos e programas;
- VII - Observar mecanismos de quotas para idosos, deficientes e famílias chefiadas por mulheres dentre o grupo identificado como de menor renda;
- VIII - Desenvolvimento Institucional para que a atuação local tenha cada vez mais institucionalidade para que possa contar com os meios administrativos, técnicos e financeiros necessários para o desenvolvimento de ações que reduzam a problemática habitacional;
- IX - Implantar no município os eixos estratégicos de desenvolvimento elencados e definidos com a participação popular, definidos como programas prioritários para o programa de PMHIS - Campos Novos:
 - 1 - Habitação, Serviço Público e Infra-estrutura Social;
 - 2 - Programa de Infra-Estrutura
 - 3 - Programa Sócio-Econômico;
 - 4 - Programa Ambiental.

TÍTULO II PROGRAMA DE HABITAÇÃO, SERVIÇO PÚBLICO E INFRAESTRUTURA SOCIAL CAPÍTULO I DAS DEFINIÇÕES E OBJETIVOS

Art. 5º. O Programa tem por definição promover o direito à moradia. Como direito social básico, incorporando o direito ao serviço público e infraestrutura e serviços. Como direito social através da política habitacional induzir o repovoamento dos vazios urbanos, destinando áreas infraestruturadas na cidade para provisão de Habitação de Interesse Social, democratizando o acesso ao solo urbano e a própria cidade.

Art. 6º. O Programa tem por objetivos:

- I - Mobilizar recursos para viabilizar a produção e comercialização subsidiada de habitação para a população de menor renda; reduzindo o déficit habitacional do município;
- II - Facilitar o acesso à habitação mediante incentivos para a população, na compra de imóveis;
- III - Combater os fenômenos da segregação urbana, desequilíbrios sociais e urbanísticos.

CAPÍTULO II DAS MEDIDAS PRIORITÁRIAS

Art. 7º. O Programa de Habitação, Serviço Público e Infraestrutura

social têm como medidas prioritárias:

- I - Implantação de programas de construção de unidades habitacionais isoladas e agrupadas para redução do déficit habitacional urbano e rural;
- II - Implantação de programa de ampliação e reforma das unidades habitacionais urbanas e rurais;
- III - Implantação de programa de regularização fundiária;
- IV - Reurbanização e/ou relocação das sub-habitações e ocupações irregulares;
- V - Melhoramento da infraestrutura nos bairros;
- VI - Implantação de equipamentos sociais nas comunidades;
- VII - Implantação de praças com equipamentos urbanos nos bairros;
- VIII - Criação de um observatório habitacional;
- IX - Criação de áreas de lazer;
- X - Melhorar e ampliar o quadro de profissionais médicos;
- XI - Ampliação e reestruturação dos espaços físicos e equipamentos na área da saúde;
- XII - Construção de creches;
- XIII - Incentivo a ações voltadas a educação de jovens e adultos.

CAPÍTULO III DO ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES HABITACIONAIS SEÇÃO I DAS AÇÕES E CRITÉRIOS DE PRIORIDADE PARA O ATENDIMENTO

Art. 8º. No âmbito do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, o atendimento das necessidades habitacionais compreende as seguintes ações:

- I - Produção de unidades habitacionais;
- II - Urbanização das áreas ocupadas precariamente;
- III - Regularização fundiária das áreas ocupadas irregularmente;
- IV - Melhoria das condições de habitabilidade.

Parágrafo Único: A atuação do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social abrange situações de legislação, substituição, inadequação, reposição e superação de deficiências da unidade e do espaço coletivo, podendo atuar no âmbito da casa, do parcelamento, do assentamento, do bairro ou mesmo cidade.

Art. 9º. O Plano Municipal de Habitação de Interesse Social estabelecerá os seguintes critérios para a priorização do atendimento:

- I - Predominância de população com renda familiar mensal até três salários mínimos em situação de risco social, com alta incidência de criminalidade;
- II - Incidência de problemas ambientais graves, como insalubridade, degradação natural, poluição atmosférica ou por despejos industriais e domésticos;
- III - Alto risco para a segurança da população residente, com probabilidade de inundações, deslizamentos de encostas e desmoronamento de edificações precárias;
- IV - Estar residindo no município a mais de 3 anos;
- V - Famílias com pessoas desempregadas e/ou analfabetas deverão participar de programas de qualificação e/ou alfabetização.
- VI - Famílias com pessoas portadoras de necessidades especiais, doenças crônicas e/ou idosos;
- VII - Famílias em situação de coabitação;
- VIII - Não ter sido beneficiado por programa habitacional;
- IX - Não ser proprietário de imóvel residencial em qualquer município;
- X - Morar em área de risco, situação irregular e/ou invasão;
- XI - Famílias com maior número de filhos;
- XII - Preferência a mulheres chefes de famílias;
- XIII - Ter terreno legalizado para ser beneficiado por programa de reforma e ampliação.

SEÇÃO II DA PRODUÇÃO DA MORADIA

Art. 10. O atendimento às necessidades habitacionais requer a construção de novas unidades atendendo as seguintes diretrizes:

I - Construção de habitação de Interesse Social - HIS diretamente pelo poder público ou por entidades a ele conveniadas, abrangendo:

- a) Desenvolvimento de padrões tipológicos urbanísticos e habitacionais adequados às condições morfológicas do sítio, climáticas;
- b) Exigência de que pelo menos 20% das unidades construídas satisfaçam aos critérios de atendimento às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
- c) Incentivo à promoção da qualidade do setor da construção habitacional, com ação de métodos construtivos mais eficientes, com melhores índices de produtividade e qualidade;
- d) Criação de mutirão.

II - Incentivo à autoprodução de moradias;

III - Estimulo à ação do setor privado na produção de habitação ao alcance das faixas de renda mais baixas;

IV - Implantação de programas de assistência técnica, voltados para a elaboração e implantação de projetos de construção.

§ 1º. A produção de unidades habitacionais de que trata o inciso I deve assegurar a:

I - Redução do preço final das unidades imobiliárias;

II - A destinação exclusiva a quem não seja proprietário de outro imóvel residencial.

§ 2º. Visando a orientação e o apoio aos casos de que tratam os incisos II, III e IV, o Executivo municipal estruturará um banco de projetos de casa populares, projeto padrão quando da criação do observatório municipal habitacional.

SEÇÃO III DA URBANIZAÇÃO DAS ÁREAS OCUPADAS PRECARIAMENTE

Art. 11. A urbanização de áreas ocupadas precariamente envolve a adequação de infraestrutura e serviços urbanos, sistema viário e acessibilidade, redefinições do parcelamento, criação e recuperação de áreas públicas, inserção de áreas verdes e de arborização de acordo com as seguintes diretrizes:

I - A urbanização de áreas ocupadas precariamente deve garantir a permanência da comunidade em seu local de moradia;

II - As obras de urbanização devem respeitar a configuração física geral do assentamento, buscando o menor número de remoções e remanejamentos, desde que seja possível garantir condições mínimas e adequadas de mobilidade, salubridade e saneamento;

III - A intervenção deve preservar espaços públicos ligados às tradições culturais das comunidades.

SEÇÃO IV DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DAS ÁREAS OCUPADAS

Art.12. O Executivo municipal deverá promover a regularização urbanística e fundiária dos assentamentos precários, loteamentos irregulares e clandestinos de interesse social, por meio dos seguintes instrumentos:

I - Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS;

II - Concessão de direito real de uso, de acordo com o Plano Diretor do Município;

III - Assistência Técnica, Urbanística, jurídica e social gratuita.

SEÇÃO V DA MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE DE

MORADIAS

Art. 13. Visando a melhoria das condições de habitabilidade do Poder Público Municipal promoverá gestões junto aos agentes financeiros, para que, em conjunto com o Município, possam ser ampliadas as possibilidades de acesso ao crédito destinado à melhoria e à ampliação da moradia.

Parágrafo Único: No oferecimento de crédito será priorizado o atendimento ao direito à moradia, flexibilizando-se as condições de empréstimos e subsídios que considerem:

I - A capacidade de endividamento da clientela;

II - A instabilidade socioeconômica das famílias devido à instabilidade e informalidade dos postos de trabalho;

III - A necessidade de dilatação dos prazos e do estabelecimento de acordos nos casos de inadimplência.

SEÇÃO VI DA ATUAÇÃO EM ÁREAS DE RISCO E DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Art. 14. O atendimento às necessidades habitacionais prevê intervenções pontuais ou conjugadas, em áreas de risco à vida humana e ao meio ambiente, tais como encostas, córregos, áreas alagadiças e outras situações inapropriadas, promovendo readequações de uso e tratamento das áreas remanescentes, restringindo o reassentamento de famílias ao indispensável.

Parágrafo Único: O Executivo municipal elaborará um plano de atuação em áreas de risco, incluindo os seguintes aspectos:

I - Oferecimento de alternativas habitacionais para a população removida das áreas de risco;

II - Realização de obras de contenção de risco;

III - Prevenção da reocupação das áreas de risco que foram atendidas por programas habitacionais, mediante a destinação para outros usos imediatamente após o término da desocupação;

IV - Prevenção da ocupação de novas áreas de risco e de proteção ambiental.

CAPÍTULO IV DA GESTÃO COM PARTICIPAÇÃO

Art.15. A gestão da questão Habitacional de Interesse Social no município pressupõe a participação conjunta e integrada dos diversos agentes envolvidos na produção da moradia, abrangendo os órgãos públicos, os segmentos do mercado imobiliário, os sindicatos patronais e de trabalhadores, organizações não-governamentais, movimentos sociais e população envolvida nos programas habitacionais, dentre outros, tendo como diretrizes:

I - Criação de mecanismos e instrumentos de planejamento e de financiamento, considerando a especificidade política e social da questão da moradia, visando, prioritariamente, a redução do déficit habitacional situado nos segmentos de menor renda, compreendendo, entre outras, as seguintes medidas:

a) Implantação e regulamentação do Fundo Rotativo Habitacional e Conselho Municipal de Habitação, instituído pela Lei nº 1936/93, sendo o Conselho Municipal de Habitação modificado pela Lei nº 3.366/08, para o qual serão dirigidos os recursos destinados à Habitação de Interesse Social;

b) Formação, treinamento e capacitação de agentes promotores e financeiros não-estatais, tais como as cooperativas e associações comunitárias autogestionárias e, pequenas e microempresas de construção para implementação de projetos habitacionais de interesse social.

II - Desburocratização do setor financeiro-imobiliário, dos procedimentos cartoriais e dos aprobatórios da administração municipal, especialmente no que tange ao licenciamento de construções

e emissão de alvará e habite-se, de modo a tornar mais ágil a análise e aprovação dos processos e diminuir custos de legalização, sem prejuízo das precauções legais quanto à legitimidade da propriedade e do respeito às normas instituídas para o uso e ocupação do solo;

III - estímulo à adoção dos processos de autogestão e co-gestão de equipamentos coletivos, serviços sociais, infra-estrutura urbana e habitações coletiva, tanto na implementação dos programas e execução das obras, como na preservação e manutenção das áreas urbanizadas;

IV - Promoção de programa de capacitação continuada de técnicos na área de habitação, em convênio com universidades, centros de pesquisas tecnológicas, entidades de classe, organizações não governamentais, ou com iniciativa privada;

V - Estruturação de um sistema de informações habitacionais, articulado ao sistema de informação municipal, bem como, estruturação de um banco de projetos de casas populares - Projeto Padrão.

Art.16. A participação da população e de entidades relacionadas com a questão habitacional deve permear cada etapa da implementação e avaliação do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social - PMHIS, com as seguintes diretrizes:

I - Institucionalização de canais de participação e controle social por meio de:

a) Conferência Municipal de Habitação;

b) Conselho Municipal de Habitação;

c) Audiências Públicas;

d) Da gestão orçamentária participativa.

II - Criação de mecanismos de controle social que incorporem representantes dos vários agentes públicos e privados e dos grupos sociais envolvidos, organizando moradores e grupos carentes de moradia para elaboração de propostas habitacionais subsidiadas e em parceria com o Poder Público;

III - Garantia de participação da comunidade envolvida na regularização e implementação das Zonas Especiais de Interesse Social, ZEIS, bem como no processo de elaboração de planos, programas e projetos habitacionais de interesse social;

IV - Apoio à criação e fortalecimento de organizações coletivas, a exemplo de cooperativas, para a potencialização de fundos próprios ou outros elementos de geração de recursos financeiros.

SEÇÃO I

DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Art. 17. São objetivos da conferência municipal de habitação:

I - Assegurar um processo amplo e democrático de participação da sociedade na elaboração e avaliação da Política Pública Habitacional do Município;

II - Mobilizar o governo municipal e a sociedade civil para a discussão, a avaliação e a formulação das diretrizes e instrumentos de gestão da Política Habitacional do Município;

III - Sugerir ao Poder Executivo adequações nas ações estratégicas destinadas à implantação dos objetivos, diretrizes, programas e ações;

IV - Integrar conselhos setoriais entre si e com o orçamento participativo;

V - Avaliar a atividade do Conselho Gestor do FHMIS visando estabelecer diretrizes para aperfeiçoar seu funcionamento;

VI - Avaliar e fiscalizar as ações contidas no Plano Municipal de Habitação de Interesse Social como medidas prioritárias.

Art. 18. A Conferência Municipal de Habitação deverá, dentre outras atribuições:

I - Avaliar a implementação do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social e programas da Política Habitacional de Interesse Social deliberando sobre suas diretrizes, estratégias e prioridades;

II - Debater os relatórios bianuais de gestão da política habitacional, apresentando críticas e sugestões;

III - Sugerir ao Executivo municipal adequações nas ações estratégicas destinadas à implementação dos objetivos, diretrizes, planos, programas e projetos;

IV - Deliberar sobre plano de trabalho para o biênio seguinte;

V - Sugerir propostas de alteração desta Lei, no que se refere à questão habitacional, a serem consideradas no momento de sua modificação ou revisão.

Parágrafo Único: A conferência Municipal de Habitação ocorrerá ordinariamente a cada dois anos, e extraordinariamente quando convocada pelo Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social.

Art. 19. A conferência Municipal de habitação terá regimento próprio elaborado pelo Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, por este revisado sempre que necessário.

§ 1º O regimento a que se refere o caput deste artigo será nulo de pleno direito caso não observar os critérios de participação democrática.

§ 2º No regimento da Conferência Municipal de Política Urbana deverá estar previsto, no mínimo:

I - As competências e matérias de deliberação;

II - A forma de organização e funcionamento da Conferência;

III - A previsão de um colegiado responsável pela organização da Conferência.

SEÇÃO II

DO CONSELHO GESTOR DO FHMIS

Art. 20. O Fundo Rotativo Habitacional, instituído pela Lei nº 1.936/93, institui o Conselho Municipal de Habitação, definida no Art. 3º da referida Lei, sendo alterado pela Lei nº 3.366/2008.

Art. 21. O Conselho Municipal de Habitação de Campos Novos será órgão integrante do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Campos Novos e terá como atribuições:

I - Promover estudos e divulgações de conhecimento relativo às ações no que se refere a Habitação de Interesse Social;

II - Colaborar com a equipe técnica municipal encarregada da área habitacional do município, encaminhando sugestões, crítica e reivindicações e emitir pareceres sobre os mesmos;

III - Zelar pela boa aplicação e interpretação exata do Plano Municipal de Habitação;

IV - Realizar bianualmente a Conferência Municipal de Habitação para avaliar a aplicação e os resultados do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social revendo as diretrizes e os rumos da política para:

1 - Redução do déficit habitacional;

2 - Redução do desemprego;

3 - Garantir o controle social no processo de implantação de políticas urbanas;

4 - Integrar as diferentes políticas sociais.

V- Participar e acompanhar a implantação do novo Plano Diretor do Município;

VI - Aprovar os estoques construtivos do Direito de Construir adicional a serem oferecidos através de Outorga Onerosa;

VII - Apreciar e deliberar acerca das ações propostas pelo Poder

Público para a operacionalização dos instrumentos previstos neste Plano Municipal de Habitação de Interesse Social;
VIII - Definir as atribuições do Presidente, do Plenário e da Secretaria Executiva do Conselho;
IX - Elaborar o seu regimento interno, que deve prever suas responsabilidades, organização e atribuições;
X - Assessorar o Poder Executivo Municipal na elaboração da política habitacional do Município;
XI - Analisar e aprovar projetos e empreendimentos privados voltados à habitação de mercado popular, para que os mesmos estejam de acordo com a política habitacional do Município;
XII - Zelar pela correta aplicação dos recursos do Fundo.

§ 1º O Conselho Municipal de Habitação de Campos Novos integrará a estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, não estando a esta, subordinado no exercício de suas funções.

§ 2º A integração do Conselho à estrutura administrativa municipal se dará tendo em vista unicamente a necessidade de suporte administrativo, operacional e financeiro para seu pleno funcionamento.

§ 3º O Conselho Municipal de Habitação de Campos Novos será composto por um Presidente, pelo Plenário e um Secretário, cujas atribuições serão definidas no regimento a que se refere o inciso IX deste artigo.

Art. 22. O Conselho será formado pela totalidade dos titulares do Conselho Municipal de Habitação de Campos Novos e por membros representativos da sociedade e poder público, eleitos ou indicados por seus respectivos órgãos ou categorias, e homologados pelo Prefeito Municipal, com renovação a três dois anos.

Art. 23. O Poder Executivo apresentará cada dois anos à Câmara Municipal e ao Conselho Municipal de Habitação relatório das ações realizadas contidas na Tabela de Propostas do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social.

SEÇÃO III DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Art. 24. As Audiências Públicas configuram direito do cidadão e da comunidade, associado ao direito constitucional ao planejamento participativo, e tem por objetivos:

I - A cooperação entre diversos atores sociais Poder Executivo e o Poder Legislativo de Campos Novos;
II - Promover debates sobre temas de interesse da Política Habitacional com a população e associações representativas dos vários segmentos da comunidade;

III - Garantir o direito político de participação do cidadão, individualmente considerado;

IV - Possibilitar a participação de diversos setores da sociedade, em especial:

1 - Organizações e movimentos populares;
2 - Associações representativas dos vários segmentos das comunidades;
3 - Associações de classe;
4 - Fóruns e redes formuladas por cidadãos, movimentos sociais e organizações não-governamentais.

Art. 25. As Audiências Públicas são obrigatórias na esfera do Poder Público Municipal, devendo ser realizadas por este, tanto no processo de elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social como no processo de sua implantação.

Parágrafo Único. A falta de realização de Audiências Públicas pelo Poder Público no processo de elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social configurará desrespeito ao preceito constitucional da participação popular, passível de declaração de inconstitucionalidade por omissão do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social.

Art. 26. As Audiências Públicas deverão ser convocadas e divulgadas com antecedência mínima de quinze dias, buscando a ampla participação dos envolvidos no tema a ser discutido.

Parágrafo Único. Fica instituída, como principal meio para divulgação das Audiências Públicas, sem prejuízo da utilização de meios auxiliares e secundários, a publicação de edital de convocação em espaço visivelmente destacado em jornal impresso de grande circulação e leitura do Município.

Art. 27. As Audiências Públicas deverão sempre procurar extrair a posição das diferentes partes envolvidas no tema a ser decidido, que devem ter igualdade de espaço para expressar sua opinião.

SEÇÃO IV DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA PARTICIPATIVA

Art. 28. No âmbito do Município de Campos Novos, será aplicada a Gestão Orçamentária Participativa tendo por objetivos:

I - Propiciar condições para que os cidadãos exerçam o direito de fiscalização e controle das finanças públicas;

II - Possibilitar o direito à participação na elaboração e execução dos orçamentos públicos, o que significa direito à obtenção das informações sobre as finanças públicas, bem como à participação nas definições das prioridades de utilização dos recursos e na execução das políticas públicas.

Art. 29. A realização de consultas, audiências e debates públicos é condição obrigatória para a aprovação do orçamento municipal, cabendo ao Município dispor, em ato administrativo oriundo do Poder Público, os mecanismos garantidos da ampla e irrestrita participação popular.

Parágrafo Único. A não realização de audiências e consultas públicas no processo de aprovação da Lei do Orçamento Municipal resultará na nulidade da norma orçamentária.

CAPÍTULO V DAS ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL

Art. 30. Zonas Especiais de Interesse Social, ZEIS, são aquelas destinadas à implementação de programas de regularização urbanística, fundiária e à produção, manutenção ou qualificação de Habitação de Interesse Social, HIS.

Art. 31. As Zonas Especiais de Interesse Social tem como objetivos:

I - Promover a regularização fundiária sustentável, levando em consideração as dimensões patrimonial, urbanística e ambiental, dando segurança jurídica da posse da terra e da edificação aos moradores de áreas demarcadas, garantindo a permanência da população;
II - Assegurar as condições de habitabilidade e integrar os assentamentos informais ao conjunto da cidade;
III - Incentivar a utilização de imóveis não utilizados e subutilizados para programas Habitacionais de Interesse Social;
IV - Permitir a participação e controle social na gestão desses espaços urbanos;
V - Promover o respeito às áreas de proteção cultural e ambiental;

VI - Proteger os assentamentos ocupados pela população de baixa renda da pressão do mercado imobiliário.

Art. 32. As Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS - são aquelas discutidas e definidas com a participação popular definidas no Plano Diretor do Município de Campos Novos.

Art. 33. Atendidos os critérios estabelecidos nesta lei, novas Zonas Especiais de Interesse Social, ZEIS, poderão ser criadas mediante indicação do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social de Planos Específicos, ou de Programas Habitacionais.

Parágrafo Único: A criação e a delimitação de novas ZEIS, por constituir em alteração do Zoneamento do Município, serão feitos obrigatoriamente por Lei Municipal.

Art. 34. Poderão ser criadas ZEIS na área rural, especialmente na ocorrência de formação de vilas e de situações já consolidadas.

Art. 35. Com a criação das ZEIS rurais, poderá ocorrer o desmembramento de lotes rurais a ser definido na lei de criação da ZEIS.

TÍTULO III PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA CAPÍTULO I DAS DEFINIÇÕES E OBJETIVOS

Art. 36. O Programa tem por definição promover a melhoria da Infraestrutura Urbana e Rural visando a melhoria da qualidade de vida da População, buscando a integração da Área Urbana com a Área Rural.

Art. 37. O Programa tem por Objetivos:

I - Promover a integração da Área Rural com a Urbana, melhorando a Infra-Estrutura na Área Rural;

II - Garantir a melhoria das Vias Urbanas e Estradas Municipais;
III - Implantar sistema adequado de saneamento básico.

CAPÍTULO II DAS MEDIDAS PRIORITÁRIAS

Art. 38. O programa de Infraestrutura tem como medidas prioritárias:

I - Melhoria e manutenção das estradas municipais;
II - Ampliação da pavimentação das ruas;
III - Melhoria da sinalização de trânsito e implantação de placas de identificação das ruas e bairros;
IV - Pavimentação e adequação dos passeios públicos à Lei de Acessibilidade;
V - Construção de abrigos de passageiros;
VI - Ampliação da rede e tratamento de esgoto;
VII - Melhoria do abastecimento de água no interior com tratamento e controle;
VIII - Melhoria da drenagem urbana;
IX - Maior frequência de coleta de lixo no interior;
X - Melhoria da telefonia fixa e móvel no interior;
XI - Melhoria da iluminação pública;
XII - Articulação para aumento do quadro de efetivos na área da segurança;
XIII - Aquisição de nova área para ampliação do cemitério.

TÍTULO IV PROGRAMA SÓCIOECONÔMICO CAPÍTULO I DAS DEFINIÇÕES E OBJETIVOS

Art. 39. O Programa tem por definição promover a geração de emprego e renda como fator de desenvolvimento social e econômico através do fortalecimento da indústria e comércio, incentivando o empreendedorismo, a diversificação e a qualificação da mão-de-obra priorizando o desenvolvimento sustentável e melhoria da qualidade de vida.

Art. 40. O Programa tem por objetivos:

I - Qualificar a mão-de-obra;
II - Fomentar o desenvolvimento de novas áreas econômicas priorizando as atividades relacionadas às vocações do Município;
III - Apoiar o fortalecimento das empresas instaladas.

CAPÍTULO II DAS MEDIDAS PRIORITÁRIAS

Art. 41. O programa sócio-econômico tem como medidas prioritárias:

I - Criação de programa de incentivo à agregação de valor a produção da pequena propriedade rural;
II - Ampliação e manutenção da assistência técnica ao pequeno agricultor;
III - Incentivo a agricultura familiar;
IV - Implantação e/ou fortalecimento de programa de ações voltadas para a geração de emprego e renda;

V - Diversificação da atividade industrial e viabilização de novas indústrias;
VI - Adensamento e diversificação do comércio;
VII - Incentivar o fortalecimento do comércio nos bairros;
VIII - Busca de parcerias para implantação de cursos de qualificação profissional.

TÍTULO V PROGRAMA AMBIENTAL CAPÍTULO I DAS DEFINIÇÕES E OBJETIVOS

Art.42. O programa tem por definição promover a melhoria das condições ambientais, visando a melhoria da qualidade de vida da população urbana e rural, através de políticas relacionadas ao abastecimento de água, saneamento básico, manejo de resíduos sólidos e manejo de águas pluviais urbanas;

Art.43. O programa tem por objetivo:

I - Preservar os mananciais superficiais e subterrâneos valorizando os corpos d'água, bem como a flora e a fauna ribeirinha;
II - Compatibilizar o desenvolvimento econômico e social com a preservação da qualidade do meio-ambiente e dos ecossistemas;
III - Implantar a rede de atendimento de tratamento do esgoto;
IV - Implantar programas de reciclagem e adequada destinação dos resíduos urbanos;

CAPÍTULO II DAS MEDIDAS PRIORITÁRIAS

Art.44. O programa ambiental tem como medidas prioritárias:
I - Legislação e fiscalização ambiental;

II - Proteção de fontes e nascentes;
III - Implantação de programa de coleta seletiva de lixo;
IV - Implantação de programa de incentivo a arborização e criação de áreas verdes.

TÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 45. Fica definido o tempo de três anos para as ações de curto prazo, sete anos para as ações de médio prazo e dez anos para as ações de longo prazo, estabelecidos na Tabela do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social - Anexo 1, parte integrante desta lei.

Art. 46. Ficam estabelecidos os seguintes prazos, contados imediatamente após a publicação desta Lei;

I- De cento e vinte dias, para o Poder Executivo Municipal promover reformas em sua estrutura administrativa, com o objetivo de conferir plena operacionalidade à aplicação deste Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, bem como os instrumentos de indução à redução do déficit habitacional e de gestão democrática.

II - De cento e cinquenta dias, para que o Poder Executivo Municipal elabore e envie ao Poder Legislativo as modificações na legislação municipal que sejam imprescindíveis aos objetivos referidos nos termos do inciso anterior;

III - De cento e oitenta dias, para que se propiciem as condições para instalação do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social de Campos Novos, com as atribuições previstas no Art. 21º da presente Lei.

Parágrafo Único: As medidas previstas nos incisos I, II e III não prejudicarão os dispositivos auto-aplicáveis deste Plano Municipal de Habitação de Interesse Social.

Art. 47. O Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Campos Novos deverá ser revisado após dez anos de sua entrada em vigor.

Parágrafo Único: Qualquer alteração no Plano Municipal de Habitação de Interesse Social só poderá ocorrer, mediante aprovação em Audiência Pública.

Art. 48. Visando a consecução dos objetivos expressos nesta Lei, integra o anexo:

Anexo I - Tabela do Plano de Ação do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Campos Novos.

Art. 49. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.50. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em, 3 de março de 2011

VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Lei Nº 3.609 de 03/03/11

LEI Nº 3.609 DE 03/03/11

AUTORIZA CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL A ENTIDADE QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção social à Associação de Moradores do Bairro Aparecida, CNPJ 02.006.242/0001-18, na importância de R\$ 3.000,00 (três mil reais), para despesas com a realização do Carnaval de Rua 2011 no Bairro Nossa Senhora Aparecida.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta da dotação orçamentária vigente abaixo citada:

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

UNIDADE: 21 - DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJ./ATIV. 2.032 - Realização Eventos em Geral

Transferência a Instituições Privadas s/Fins Lucrativos

16.3.3.50.00.00.00.00.0.1.0000 R\$ 3.000,00

Art. 3º - A entidade beneficiada na forma da presente Lei, deverá prestar contas dos recursos repassados na forma desta lei no prazo de 30 dias.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em, 3 de março de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Lei Nº 3.610 de 21/03/2011

LEI Nº 3.610 DE 21/03/2011

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR FINANCIAMENTO COM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar e garantir financiamento com a Caixa Econômica Federal, até o valor de R\$ 3.800.000,00 (Três milhões e oitocentos mil reais), observadas as disposições legais em vigor para a contratação de operações de crédito, as normas da Caixa Econômica Federal e as condições específicas.

Parágrafo Único - Os recursos resultantes do financiamento autorizado neste artigo serão obrigatoriamente aplicados na execução de empreendimentos integrantes do Pró-Transporte - PAC II.

Art. 2º. Para a garantia do principal, encargos e acessórios dos financiamentos ou operações de crédito pelo Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina para a execução de obras, serviços e equipamentos, observada a finalidade indicada no Art. 1º e seu parágrafo único, fica o Poder Executivo autorizado a ceder e ou vincular em garantia, em caráter irrevogável e irretratável, a modo pró solvendo, as receitas e parcelas do ICMS.

§1º - O disposto no caput deste artigo obedece aos ditames contidos nos §§ 1º e 2º da Constituição Federal, e, na hipótese da extinção dos impostos ali mencionados, os fundos ou impostos que venham a substituí-los, bem como, na sua insuficiência, parte dos depósitos serão conferidos à Caixa Econômica Federal os poderes bastantes para que as garantias possam ser prontamente exequíveis no caso do inadimplemento.

§2º - Para efetivação da cessão e ou da vinculação em garantia dos recursos previstos no caput deste artigo, fica a Caixa Econômica Federal autorizada a transferir os recursos cedidos e/ou vinculados à conta e ordem da Caixa Econômica, nos montantes necessários à amortização da dívida, nos prazos contratualmente estipulados, em caso de cessão, ou ao pagamento dos débitos

vencidos e não pagos, em caso de vinculação.

§3º - Os poderes previstos neste artigo e nos parágrafos 1º e 2º só poderão ser exercidos pela Caixa Econômica Federal, na hipótese de o Município de Campos Novos, não ter efetuado, no vencimento, o pagamento das obrigações assumidas nos contratos de empréstimos, financiamentos ou operações de crédito celebradas com a Caixa Econômica Federal.

Art. 3º. Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 4º. O Poder Executivo consignará nos orçamentos anuais e plurianuais do Município de Campos Novos, durante os prazos que vierem a ser estabelecidos para empréstimos, financiamentos ou operações de crédito por ele contraídos, dotações suficientes à amortização do principal, encargos e acessórios resultantes, inclusive os recursos necessários ao atendimento da contrapartida do Município de Campos Novos no Projeto financiado pela Caixa Econômica Federal, conforme autorizado por esta Lei.

Art. 5º. O Poder Executivo baixará os atos próprios para a regulamentação da presente Lei.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas os dispositivos em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em, 21 de março de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Lei Nº 3.611 de 21/03/11

LEI Nº 3.611 DE 21/03/11

AUTORIZA FIRMAR CONVÊNIO COM ENTIDADE QUE MENCIONA

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina - Funoesc, CNPJ 84.592.369/0001-20, sito a Rua Getúlio Vargas, 2125 em Joaçaba - SC.

Art. 2º - O convênio visa estabelecer cooperação técnica científica entre o Município e a UNOESC, para que alunos dos vários cursos acadêmicos oferecidos pela entidade possam realizar atividades práticas curriculares.

§ Único. Os acadêmicos envolvidos nas ações previstas no caput, não terão qualquer vínculo de ordem trabalhista ou funcional com o município.

Art. 3º - O convênio terá a vigência até 31 de dezembro de 2011, podendo ser renovado de comum acordo entre as partes.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em, 21 de março de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Lei Nº 3.612 de 21/03/2011

LEI Nº 3.612 DE 21/03/2011

AUTORIZA A ADQUIRIR IMÓVEL URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º - Fica O Poder Executivo autorizado a adquirir de Claudete V. Parizotto uma área de 450,00m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), localizado à Rua Iraí Zilio (antiga Rua João Alves), no perímetro urbano da cidade, e matriculada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca sob nº 8.849.

Art. 2º - A área mencionada no artigo possui as seguintes confrontações:

Norte: com Lote nº 11 de Ilda Sanguanini, em 15,00 metros;
Sul: com Rua Deputado Iraí Zilio (antiga Rua João Alves), em 15,00 metros;
Leste: com Lote nº 05 de Honório Ceni, em 30,00 metros;
Oeste: com Lotes nº 07 e 08 de João Maria Cardoso Passos e Adão Luiz de Andrade, em 30,00 metros.

Art. 3º - O valor da aquisição é de R\$ 60.000,00 (sessenta mil, reais), a ser pago no ato da escritura pública.

Art. 4º - Os encargos decorrentes desta Lei, serão suportados pela dotação orçamentária, consignado sob a seguinte rubrica:

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 24 - SUBSECRETARIA SERV. URBAN. E PRODUÇÃO DE MATERIAIS

PROJETO/ATIVIDADE: 1.058 - Aquisição de Terrenos e Edificações

ELEMENTO DE DESPESA 19-4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas

Art. 5º - As despesas e custas do tabelionato serão suportadas pelo município.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em, 21 de março de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Lei Nº 3.613 de 21/03/2011

LEI Nº 3.613 DE 21/03/2011

AUTORIZA CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL A ENTIDADES QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder

subvenções sociais nos valores discriminados, às entidades a seguir relacionadas:

I. ASSOCIAÇÃO CULTURAL PAÇO DA DANÇA

CNPJ 07.003.690/0001-81

Valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)

Projeto: Viajantes da Natureza

II. APP GRUPO ESCOLAR MUNICIPAL JARDIM BELA VISTA

CNPJ 80.628.076/0001-03

Valor: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

Projeto: Dança na Escola

III. APP GRUPO ESCOLAR MUNICIPAL JARDIM BELA VISTA

CNPJ 80.628.076/0001-03

Valor: R\$ 12.000,00 (doze mil reais)

Projeto: Sala de Leitura e Tecnologias de Informação e Comunicação

IV. APP CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL JOSÉ CARLOS PISANI - CAIO

CNPJ 11.989.658/0001-94

Valor: R\$ 6.000,00 (seis mil reais)

Projeto: Brinquedoteca

V. APP CAIC PROFESSORA NAIR DA SILVA GRIS

CNPJ 01.151.218/0001-00

Valor: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

Projeto: Brinquedoteca

VI. APP G.E.M. DEPUTADO WALDEMAR RUPP

CNPJ 07.071.391/0001-84

Valor: R\$ 6.000,00 (seis mil reais)

Projeto: Dançando na Escola

§ Único. Os recursos serão utilizados na manutenção das entidades, conforme objetivos de seus estatutos.

Art. 2º. Os encargos decorrentes, do Artigo 1º, serão suportados por dotações consignadas no orçamento do Fundo da Infância e Adolescência - FIA, sob a rubrica:

ÓRGÃO: 13 - FIA - FUNDO MUN. DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
UNIDADE: 01 - FIA - FUNDO MUN. DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

PROJ./ATIV.: 2.046 - Manutenção do Fundo Municipal da Infância e do Adolescente

5-3.3.50.00.00.00.00.0.1.0167.0 - Transferências a Instituições Privadas sem

Fins Lucrativos

Art. 3º. Os recursos financeiros são originários de doações efetuadas pela empresa Enercan - Campos Novos Energia S.A., depositados na Agência 0685-8 - banco do Brasil S.A./Campos Novos, na conta corrente nº 24099-0 do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente.

Art. 4º. As entidades terão o prazo de 6 (seis) meses a partir do recebimento da 1ª parcela, para prestação de contas dos valores recebidos.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em, 21 de março de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Lei Nº 3.614 de 21/03/2011

LEI Nº 3.614 DE 21/03/2011

AUTORIZA CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL A ENTIDADE QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTES MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção social ao Motoclube Campos Novos Bixo do Mato, CNPJ 04.545.092/0001-46, localizado neste município, na importância de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), para despesas referentes à realização da 2ª Corrida de Gaiolas e Abertura do Campeonato Regional de Gaiolas.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta da dotação orçamentária vigente abaixo citada:

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

UNIDADE: 21 - DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJ/ATIV. 2.032 - Realização de Eventos em Geral

16-3.3.50.00.00.00.00.0.1.0000.0- Transferências a Instituições Privadas

Sem Fins Lucrativos R\$ 5.000,00

Art. 3º - A entidade beneficiada na forma da presente Lei deverá prestar contas dos recursos repassados na forma desta lei, no prazo de 30 dias.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em, 21 de março de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Lei Nº 3.615 de 21/03/2011

LEI Nº 3.615 DE 21/03/2011

AUTORIZA CONCESSÃO DE CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA AO CENTRO DE TRADIÇÃO GAÚCHA GALPÃO CRIOULO DE CAMPOS NOVOS

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTES MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder contribuição financeira ao Centro de Tradição Gaúcha Galpão Crioulo de Campos Novos, CNPJ 02.897.354/0001-06, na importância de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para despesas com ampliações.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta da dotação orçamentária vigente abaixo citada:

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

UNIDADE: 21 - DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
 PROJ/ATIV. 2.030 - Manutenção do Departamento de Indústria e Comércio
 38-3.3.50.00.00.00.00.0.1.0000.0-Transferências a Instituições Privadas
 Sem Fins Lucrativos R\$ 50.000,00

Art. 3º - A entidade beneficiada na forma da presente Lei, deverá prestar contas dos recursos repassados na forma desta lei no prazo de 30 dias.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em, 21 de março de 2011.
 VILIBALDO ERICH SCHMID
 Prefeito Municipal

Lei Nº 3.616 de 21/03/2011

LEI Nº 3.616 DE 21/03/2011

DENOMINA DE "SEBASTIÃO ANTUNES TELLES" O PONTO DE TÁXI LOCALIZADO JUNTO AO "TERMINAL RODOVIÁRIO PEDRO IVO CAMPOS" DE CAMPOS NOVOS

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º - Fica denominado de "SEBASTIÃO ANTUNES TELLES" O Ponto de Táxi, localizado junto ao "Terminal Rodoviário Pedro Ivo Campos" de Campos Novos.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover os gastos necessários para a identificação do nome do homenageado no estabelecimento mencionado no Art. 1º.

Art. 3º - Os encargos decorrentes desta Lei serão suportados por dotação consignada no orçamento vigente.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em, 21 de março de 2011.
 VILIBALDO ERICH SCHMID
 Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.230 de 02/02/2011

DECRETO Nº 6.230 DE 02/02/2011

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.519 de 21/05/2010 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.582 de 09/12/2010 (Lei Orçamentária),

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento geral do Município, no valor de 1.662.923,00 (hum milhão, seiscentos sessenta e dois mil, novecentos e vinte três reais), nos projetos e nas atividades abaixo discriminados os seguintes

elementos de despesas:

ÓRGÃO: 01 - GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE: 01 - GABINETE DO PREFEITO

PROJETO/ATIVIDADE: 2.000 - Manutenção do Gabinete do Prefeito Municipal

Elementos de despesa: 116-3.3.50.00.00.00.00.0.1.0000.0-Transf. a Instit. Priv. s/Fins Luc.R\$ 80.000,00

ÓRGÃO: 02 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

UNIDADE: 02 - DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E COORD. GERAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.001 - Manutenção do Deptº Planej. Organização e Coord. Geral

Elementos de despesa: 111-3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

UNIDADE: 03 - DEPARTAMENTO DE MODERNIZAÇÃO E INFORMATIZAÇÃO

PROJETO/ATIVIDADE: 2.080 - CIGA - Consórcio de Informática Gestão Pública Municipal

Elementos de despesa: 106-3.1.71.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas R\$ 212,80

Elementos de despesa: 107-3.3.71.00.00.00.00.0.1.0000.0-Transf. Consórcios. Públicos R\$ 235,20

ÓRGÃO: 03 - SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 06 - DEPARTAMENTO DE PESSOAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.006 - Manutenção do Deptº de Pessoal

Elementos de despesa: 101-3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

UNIDADE: 07 - DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PROJETO/ATIVIDADE: 2.007 - Manutenção do Deptº de Compras

Elementos de despesa: 98-3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

PROJETO/ATIVIDADE: 0.003 - Manutenção da Contribuição ao PA-SEP - Prefeitura

Elementos de despesa: 89-3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 09 - DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 1.021 - Reequipamento Ensino Fundamental-Recursos do Salário Educação

Elementos de despesa: 156-4.4.90.00.00.00.00.0.1.0073.0-Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

UNIDADE: 10 - DEPTº DE EDUCAÇÃO DO ENS. INFANTIL - PRÉ-ESCOLAR

PROJETO/ATIVIDADE: 2.015 - Manutenção de Creches

Elementos de despesa: 134-3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas R\$ 55.000,00

UNIDADE: 11 - GERÊNCIA DE MERENDA ESCOLAR

PROJETO/ATIVIDADE: 2.012 - Manutenção da Gerência de Merenda Escolar

Elementos de despesa: 132-3.3.90.00.00.00.00.0.1.0166-51-Aplicações Diretas R\$ 51.475,00

Elementos de despesa: 133-3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas R\$ 350.000,00

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 24 - SUBSECRETARIA SERV. URB. E PRODUÇÃO DE

MATERIAIS

PROJETO/ATIVIDADE: 1.058 - Aquisição de Terrenos e Edificações
Elementos de despesa: 19-4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

PROJETO/ATIVIDADE: 2.035 - Manutenção da Subsecretaria Serv. Urbanos e Prod. de Materiais
Elementos de despesa: 40-3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

UNIDADE: 25 - DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.036 - Manutenção Deptº de Manutenção e Apoio Operacional
Elementos de despesa: 73-3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

PROJETO/ATIVIDADE: 2.037 - Manutenção do Deptº de Estradas e Rodagem
Elementos de despesa: 64-3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

Art. 2º - A cobertura do crédito previsto no Art. 1º ocorrerá de seguinte forma:

- R\$ 1.551.448,00 do superávit financeiro - Fonte Recursos Próprios
- R\$ 60.000,00 do superávit financeiro - Fonte Salário Educação
- R\$ 51.475,00 do superávit financeiro - Fonte PNAE

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 2 de fevereiro de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.244 de 23/02/2011

DECRETO Nº 6.244 DE 23/02/2011

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Jairo Luft, Prefeito do Município de Campos Novos em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.519 de 21/05/2010 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.582 de 09/12/2010 (Lei Orçamentária),

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento geral do Município, no valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) nas dotações abaixo discriminadas:

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

UNIDADE: 22 - DEPARTAMENTO DE TURISMO

PROJ/ATIV. 2.081 - Realização da Festa do Município
12-3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas R\$ 180.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, será utilizado o valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), parte do superávit financeiro do exercício anterior - Fonte Recursos Próprios.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 23 de fevereiro de 2011.

JAIRO LUFT

Prefeito Municipal em Exercício

Decreto Nº 6.245 de 25/02/2011

DECRETO Nº 6.245 DE 25/02/2011

HOMOLOGA INSCRIÇÃO DO PROCESSO SELETIVO - MEDICOS DO PROGRAMA PSF Nº 01/2011

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a inscrição do Processo Seletivo de Médicos do PSF, nº 01/2011, conforme descrição constante no Anexo I deste decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 25 de fevereiro de 2011..

JAIRO LUFT

Prefeito Municipal E. E

ANEXO I

DECRETO 6245/2011

MEDICO PSF

Marilia Martins Schulze - RG 3.917.898

Prefeitura Municipal de Campos Novos SC, registrado e publicado este Decreto em 25 de fevereiro de 2011.

JAIRO LUFT

Prefeito Municipal e.e

Decreto Nº 6.246 de 28/02/2011

DECRETO Nº 6.246 DE 28/02/2011

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.519 de 21/05/2010 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.582 de 09/12/2010 (Lei Orçamentária),

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, nos projetos e nas atividades abaixo discriminados os seguintes elementos de despesas:

ÓRGÃO: 14 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.048 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Elementos de despesa: 20-3.3.50.00.00.00.00.0.1.0000.0-Tra nsf. a Inst. Priv. s/Fin Luc. R\$ 40.000,00

Art. 2º - Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, será utilizado o valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), parte do superávit financeiro do exercício anterior da fonte de recursos próprios.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 28 de fevereiro de 2011..

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.247 de 28/02/2011

DECRETO Nº 6.247 DE 28/02/2011

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.519 de 21/05/2010 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.582 de 09/12/2010 (Lei Orçamentária),

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento da Fundação Cultural Camponovense, nos projetos e nas atividades abaixo discriminados os seguintes elementos de despesas:

ÓRGÃO: 12 - FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE

UNIDADE: 01 - FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE

PROJETO/ATIVIDADE: 2.043 - Manutenção das Atividades da Fundação Cultural

Elementos de despesa: 3-3.3.90.00.00.00.00.00.0000.0-Aplicações Diretas R\$ 2.090,00

Art. 2º - Por conta da suplementação a que se refere o Art. 1º, fica anulado no projeto e na atividade abaixo o seguinte elemento de despesa:

ÓRGÃO: 12 - FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE

UNIDADE: 01 - FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE

PROJETO/ATIVIDADE: 2.043 - Manutenção das Atividades da Fundação Cultural

Elementos de despesa: 4-3.3.50.00.00.00.00.00.0000.0-Aplicações Diretas R\$ 2.090,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 28 de fevereiro de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.248 de 01/03/2011

DECRETO Nº 6.248 DE 01/03/2011

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.519 de 21/05/2010 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.582 de 09/12/2010 (Lei Orçamentária),

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária,

no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), nos projetos e nas atividades abaixo discriminados os seguintes elementos de despesas:

ÓRGÃO: 11 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA
UNIDADE: 01 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA

PROJETO/ATIVIDADE: 1.023 - Reequipamento do Fundo Agropecuário

2-4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

Art. 2º - Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício anterior - Recursos Próprios.

Art. 3º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária, no valor de R\$ 97.000,00 (noventa e sete mil reais), nos projetos e nas atividades abaixo discriminados os seguintes elementos de despesas:

ÓRGÃO: 11 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA
UNIDADE: 01 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA

PROJETO/ATIVIDADE: 1.023 - Reequipamento do Fundo Agropecuário

12-4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.0 - Aplicações Diretas R\$ 97.000,00

Art. 4º - Para a cobertura do crédito previsto no Art. 3º, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação do convênio com o Ministério do Desenvolvimento Agrário nº 333.988-90/2010 R\$ 97.000.00.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 01 de março de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.249 de 03/03/2011

DECRETO Nº 6.249 DE 03/03/2011

CONCEDE LICENÇA DE DESMEMBRAMENTO DE TERRENO URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Vilibaldo Erich Schmid Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Considerando os pareceres técnicos e jurídicos que integram o Processo Administrativo nº 28.158;

Com amparo no art. 95 e seguintes da Lei Complementar nº 03 de 28 de maio de 2007 - Plano Diretor, c/c art. 8º, inciso I, letra "r"; e artigo 100, incisos VIII e XXVI da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida licença de desmembramento de imóvel urbano, localizado no Complexo Industrial Luiz Antônio Bebbler, de propriedade do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, com a área de 27.975m² (vinte e sete mil, novecentos e setenta e cinco metros quadrados), sem benfeitorias, matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca sob nº 26.662.

Art. 2º O imóvel mencionado no Art. 1º possui as seguintes confrontações:

Norte: com a Rua "C", em 26,83 metros;
Sul: com o Arroio Alexandre, em 232,00 metros
Leste: com a Rua nº 1, em 65,00 metros
Oeste: com a Rua nº 2, em 132,00 metros; e com terrenos de Odete Bresola, em 40,00 metros.

Art. 3º A licença de desmembramento autorizada por este decreto, dará origem a 2 (duas) unidades imobiliárias com as seguintes confrontações:

Área nº 1: 4.336,60m²

Norte: com a Rua "C", em 216,83 metros;
Sul: com a Rua A2, em 216,83 metros
Leste: com a Rua nº 1, em 20,00 metros
Oeste: com a Rua nº 2, em 20,00 metros.

Área nº 2: 23.638,40m²

Norte: com a Rua nº 1, em 216,83 metros;
Sul: com o Arroio Alexandre, em 232,00 metros
Leste: com a Rua nº 1, em 45,00 metros
Oeste: com a Rua nº 2, em 112,00 metros; e com Odete Bresola, em 40,00 metros

Art. 4º Ficam aprovados a planta arquitetônica de desmembramento e memorial descritivo das unidades imobiliárias dimensionadas e caracterizadas no Art. 3º deste decreto.

Art. 5º Ficam os cartórios de Tabelionato e Registro de Imóveis da Comarca, autorizados a promoverem a escrituração e as averbações que se fizerem necessárias à transferência de domínio e registro de imóveis, objetos deste decreto.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, 3 de março de 2011.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.250 de 04/03/2011

DECRETO Nº 6.250 DE 04/03/2011
DECRETA PONTO FACULTATIVO

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado "Ponto Facultativo" o dia 07/02 (segunda-feira) e 08/02 (terça-feira), nas dependências da Prefeitura Municipal e Autarquia, permanecendo em funcionamento apenas os serviços essenciais, retornando as atividades no dia 09/02 (quarta-feira) a partir das 13 horas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 4 de março de 2011.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.251 de 04/03/2011

DECRETO Nº 6.251 DE 04/03/2011
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.519 de 21/05/2010 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.582 de 09/12/2010 (Lei Orçamentária),

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento geral do Município, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) nas dotações abaixo discriminadas:

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 24 - SUBSECRETARIA SERV. URBAN. E PRODUÇÃO DE MATERIAIS

PROJETO/ATIVIDADE: 1.058 - Aquisição de Terrenos e Edificações

ELEMENTO DE DESPESA 19-4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, será utilizado o valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), parte do superávit financeiro do exercício anterior - Fonte Recursos Próprios.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 4 de março de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.252 de 11/03/2011

DECRETO Nº 6.252 DE 11/03/2011
REGULAMENTA DISPOSITIVO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 03/2007 - PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a necessidade de delegar atribuições à autarquia pública;

Considerando o disposto na letra "B", § 3º do Art. 62 da Lei Complementar nº 03/2007 de 28 de maio de 2007;

Com amparo no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º. Fica delegada ao SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, a competência para emitir laudo e oferecer parecer quanto à possibilidade de perfuração de poços artesianos ou sistemas semelhantes, no âmbito do território do município de Campos Novos.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 11 de março de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.253 de 15/03/2011

DECRETO Nº 6.253 DE 15/03/2011
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.519 de 21/05/2010 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.582 de 09/12/2010 (Lei Orçamentária),

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento geral do Município, no valor de R\$ 31.000,00 (trinta e um mil reais) nas dotações abaixo discriminadas:

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

UNIDADE: 21 - DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PROJ/ATIV. 2.030 - Manutenção do Departamento de Indústria e Comércio

38-3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0000.0-Transferências a Instituições Privadas

Sem Fins Lucrativos R\$ 30.000,00

PROJ/ATIV. 2.032 - Realização de Eventos em Geral

16-3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0000.0- Transferências a Instituições Privadas

Sem Fins Lucrativos R\$ 1.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, será utilizado o valor de R\$ 131.000,00 (trinta e um mil reais), parte do superávit financeiro do exercício anterior - Fonte Recursos Próprios.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 15 de março de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.254 de 17/03/2011

DECRETO Nº 6.254 DE 17/03/2011

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.519 de 21/05/2010 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.582 de 09/12/2010 (Lei Orçamentária),

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento geral do município, no valor de R\$ 739,20 (setecentos e trinta e nove reais e vinte centavos) nos projetos e nas atividades abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 02 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

UNIDADE: 03 - DEPTº MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E INFORMAT.

PROJETO/ATIVIDADE: 2.080 - CIGA - Consórcio de Informática e Gestão Públ. Municipal

Elementos de despesa: 107-3.3.71.00.00.00.00.00.0.1.0000.0-Transf. Consorc. Públicos R\$ 739,20

Art. 2º - Por conta da suplementação a que se refere o Art. 1º, fica anulado no projeto e na atividade abaixo o seguinte elemento de despesa:

ÓRGÃO: 02 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

UNIDADE: 03 - DEPTº MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E INFORMAT.

PROJETO/ATIVIDADE: 2.080 - CIGA - Consórcio de Informática e Gestão Públ. Municipal

Elementos de despesa: 108-4.4.71.00.00.00.00.00.0.1.0000.0-Tra nsf. Consorc. Públicos R\$ 739,20

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 17 de março de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.255 de 17/03/2011

DECRETO Nº 6.255 DE 17/03/2011

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.519 de 21/05/2010 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.582 de 09/12/2010 (Lei Orçamentária),

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento geral do município, no valor de R\$ 47.261,91 (quarenta e sete mil, duzentos e sessenta e um reais e noventa e um centavos) nos projetos e nas atividades abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 09 - DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.018 - Manutenção do Ensino FUNDEB 60%

Elementos de despesa: 161-3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.0013.0-Aplicações Diretas R\$ 47.261,91

Art. 2º - Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício anterior - FUNDEB.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 17 de março de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.256 de 17/03/2011

DECRETO Nº 6.256 DE 17/03/2011

PARALISA UNIDADE DE EDUCAÇÃO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, incisos VIII e IX da Lei Orgânica; Considerando o baixo número de alunos matriculados; Considerando o Parecer nº 005/2009 do Conselho Municipal de Educação de Campos Novos - COMEC; Considerando a existência do Programa "Brasil Alfabetizado";

Considerando a existência do Programa Estadual "Santa Catarina Alfabetizada",

DECRETA:

Art. 1º - Ficam paralisadas as atividades da "Escola para Adultos", anexo à Escola Básica Municipal "Santa Júlia Billiard", e Escola Básica Estadual "Henrique Rupp Júnior", considerando que a existência dos programas acima referenciados no território municipal supre a demanda.

Art. 2º - Os efeitos deste Decreto têm amparo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB - 9.394 e Parecer nº 005/09 do Conselho Municipal de Educação de Campos Novos - COMEC.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 5.905/2009.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 17 de março de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.257 de 17/03/2011

DECRETO Nº 6.257 DE 17/03/2011

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.519 de 21/05/2010 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.582 de 09/12/2010 (Lei Orçamentária),

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento geral do Município, nos projetos e nas atividades abaixo discriminados os seguintes elementos de despesas:

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 25 - DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 1.010 - Pavimentação e Asfaltamento de Ruas

Elementos de despesa: 41-4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas R\$ 1.607.000,00

UNIDADE: 11 - GERÊNCIA DE MERENDA ESCOLAR

PROJETO/ATIVIDADE: 2.012 - Manutenção da Gerência de Merenda Escolar

Elementos de despesa: 132-3.3.90.00.00.00.00.0.1.0166-51-Aplicações Diretas R\$ 131.525,00

Art. 2º - Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, será utilizado o valor de R\$ 1.738.525,00 (hum milhão setecentos e trinta e oito mil quinhentos e vinte cinco reais), parte do provável excesso de arrecadação - recursos PNAE.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 17 de março de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.258 de 21/03/2011

DECRETO Nº 6.258 DE 21/03/2011

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.519 de 21/05/2010 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.582 de 09/12/2010 (Lei Orçamentária),

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento da Fundação Cultural Camponovense, nos projetos e nas atividades abaixo discriminados os seguintes elementos de despesas:

ÓRGÃO: 12 - FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE

UNIDADE: 01 - FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE

PROJETO/ATIVIDADE: 2.043 - Manutenção das Atividades da Fundação Cultural

Elementos de despesa: 3-3.3.90.00.00.00.00.00.0000.0-Aplicações Diretas R\$ 3.935,72

Art. 2º - Por conta da suplementação a que se refere o Art. 1º, fica anulado no projeto e na atividade abaixo o seguinte elemento de despesa:

ÓRGÃO: 12 - FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE

UNIDADE: 01 - FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE

PROJETO/ATIVIDADE: 2.043 - Manutenção das Atividades da Fundação Cultural

Elementos de despesa: 4-3.3.50.00.00.00.00.00.0000.0-Transferências a Instituições s/Fins Lucrativos R\$ 3.935,72

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 21 de março de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.259 de 22/03/2011

DECRETO Nº 6.259 DE 22/03/2011

ESTABELECE HORÁRIO ESPECIAL DE FUNCIONAMENTO DAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º - A partir do dia 1 de abril de 2011, fica estabelecido Horário Especial de funcionamento para as repartições públicas do Município conforme abaixo:

I - Expediente das 12:30h às 18:30h

II - Expediente Externo das 13h às 17:30h.

Art. 2º - As Secretarias de Saúde, Educação e Cultura, Transportes, Obras e Urbanismo e Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, mantêm o horário que vem sendo praticado na presente data.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente

Decreto em, 22 de março de 2011.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Errata Edital PP 04/2011

ERRATA EDITAL PP 04/2011 - AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS E SERVIÇOS DE MONTAGEM E BALANCEAMENTO PARA A FROTA DE VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O item 1.4 passa a ter a seguinte redação:

1.4 - O INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO para a abertura dos envelopes, contendo um a PROPOSTA DE PREÇOS e o outro a DOCUMENTAÇÃO será às 16:00 horas, do dia 01/04/2011 na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Campos Novos, localizado na Rua: Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, Centro, na Cidade de Campos Novos/SC.

MARCOS ANTONIO NARDINO
Secretário de Saúde

Pregão Presencial Nº 04/2011

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2011

O Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 01/04/2011 às 14:30 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por item, tendo como objeto AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA FROTA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br, ou na sede do Fundo, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 333, no horário das 13h00min às 16h00min horas diariamente.

Campos Novos, 22 de março de 2011.
MARCOS ANTONIO NARDINO
Secretário Municipal de Saúde

CÂMARA DE VEREADORES

Portaria Nº 28/2011

Portaria Nº 28/2011
AUTORIZA CONCEDER FÉRIAS AO SERVIDOR QUE MENCIONA.

O cidadão José Adelar Carpes, Presidente Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 65, do Regimento Interno

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam concedidos 10(dez) dias de férias que detém a funcionária MARIA VARELA ZANONI, referente ao período aquisitivo de 01/04/2009 à 31/03/2010, a contar de 21/03/2011.

Art. 2º. Caberá ao departamento competente o registro na ficha funcional do servidor das anotações decorrentes deste Ato.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campos Novos, 22 de Março de 2011.
JOSÉ ADELAR CARPES
Presidente da Mesa

Moção Nº 18/2011

MOÇÃO Nº 18/2011

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte

MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO

O Poder Legislativo de Campos Novos por meio de seus representantes legais, manifesta integral e irrestrita parabenização a

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA CAMPONOVENSE - COOCAM

Parabenizamos a nova diretoria da COOCAM, que será representada pelo Presidente Sr. João Carlos Di Domênico, assembléia esta que ocorreu no último dia 11, onde os associados exerceram seu direito de democracia, votando na nova diretoria, a qual conduzirá os trabalhos da COOCAM nos próximos dois anos.

Sendo que, na oportunidade os associados demonstraram sua satisfação, confiança e a competência nos trabalhos realizados pelo atual presidente mantendo-o no cargo.

Reconhecemos o trabalho da COOCAM e este Poder não poderia deixar de parabenizar esta Cooperativa tão importante de nosso município.

Outrossim, desejamos pleno sucesso na realização dos projetos da nova diretoria.

Sala das Sessões, em 17/03/2011.

JOSÉ ADELAR CARPES
Presidente da Mesa

JOSÉ TADEU GUZATTI
1º Secretário

JOÃO VALDENIR DA SILVA
Vice-Presidente

ADAVILSON TELLES
Vereador

MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI(CÁSSIO)
2º Secretário

CIRILO RUPP
Vereador

LEONILDO RECALCATTI
Vereador

JOSÉ JAIR FAGUNDES ANTUNES
Vereador

SILVIO HENRIQUE DE A. LOPES SOBRINHO
Vereador

Moção Nº 19/2011

MOÇÃO Nº 19/2011

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte

MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO

O Poder Legislativo de Campos Novos, por meio dos seus representantes legais, manifesta integral e irrestrita parabenização ao

“TIME DE FUTEBOL SUÍÇO DA COOCAM”

Parabenizamos o Time da COOCAM pela vitória do Campeonato de Futebol Suíço realizado em São Pedro Sarandi.

Parabéns aos jogadores que participaram do campeonato, pois desta forma estão demonstrando e incentivando cada vez mais a prática esportiva em nosso município.

Desejamos sucesso a todos e que essa seja mais uma vitória de muitas que virão.

Sala das Sessões, em 17/03/2011.

JOSÉ ADELAR CARPES

Presidente da Mesa

JOSÉ TADEU GUZATTI

1º Secretário

JOÃO VALDENIR DA SILVA

Vice-Presidente

ADAVILSON TELLES

Vereador

MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI(CÁSSIO)

2º Secretário

CIRILO RUPP

Vereador

LEONILDO RECALCATTI

Vereador

JOSÉ JAIR FAGUNDES ANTUNES

Vereador

SILVIO HENRIQUE DE A. LOPES SOBRINHO

Vereador

Moção Nº 20/2011

MOÇÃO Nº 20/2011

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado aos familiares o que segue

MOÇÃO DE PESAR

Consternados com o falecimento da Senhora

“ MARLENE GABRIELLI JOSEPLINA MARIA ELIZA ITÁLIA DE NE-GRI”

O Poder Legislativo de Campos Novos-SC, manifesta os mais profundos sentimentos de pesar, transmitindo carinho e conforto aos familiares.

Nos irmanamos nesta hora tão difícil e desejamos que Deus proteja e abençoe, dando tranquilidade para sua família neste momento de dor e saudade.

Homenagem Póstuma da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos.

Sala das Sessões, em 17/03/2011.

JOSÉ ADELAR CARPES

Presidente da Mesa

JOSÉ TADEU GUZATTI

1º Secretário

JOÃO VALDENIR DA SILVA

Vice-Presidente

ADAVILSON TELLES

Vereador

MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI(CÁSSIO)

2º Secretário

CIRILO RUPP

Vereador

LEONILDO RECALCATTI

Vereador

JOSÉ JAIR FAGUNDES ANTUNES

Vereador

SILVIO HENRIQUE DE A. LOPES SOBRINHO

Vereador

Moção Nº 21/2011

MOÇÃO Nº 21/2011

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte

MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO

O Poder Legislativo de Campos Novos-SC, por seus representantes legais, parabeniza as “Mulheres do PMDB”, neste mês de março, pelo seu dia e pelo excelente trabalho na organização do almoço realizado nesse domingo (13/03) do PMDB MULHER.

Outrossim, desejamos um ótimo mês e sucesso a todas as mulheres que participaram do referido evento.

Sala das Sessões, em 17/03/2011.

JOSÉ ADELAR CARPES

Presidente da Mesa

JOSÉ TADEU GUZATTI

1º Secretário

MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI(CÁSSIO)

2º Secretário

SILVIO HENRIQUE DE ALMEIDA LOPES SOBRINHO
Vereador

Moção Nº 22/2011

MOÇÃO Nº 22/2011

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte

MOÇÃO DE APELO:

"A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA PRESENTE MOÇÃO, VEM APELAR AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO, AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DA INFRA-ESTRUTURA, AOS EXCELENTÍSSIMOS SENHORES DEPUTADOS ESTADUAIS QUE INTEGRAM A COMISSÃO DE FINANÇAS NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA E AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE CAMPOS NOVOS, PARA QUE EM REGIME DE EXTREMA URGÊNCIA, PROMOVAM A REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E ALOCAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS NECESSÁRIOS PARA A RESTAURAÇÃO COMPLETA COM O RECAPEAMENTO TOTAL DA PISTA DE ROLAMENTO E CONSTRUÇÃO DE ACOSTAMENTOS E DE MAIS MELHORIAS DA RODOVIA ESTADUAL SC 456, NO TRECHO COMPREENDIDO ENTRE AS CIDADES DE CAMPOS NOVOS, MONTE CARLO E FRAIBURGO E O TREVO E ENTRONCAMENTO DA REFERIDA RODOVIA ESTADUAL COM A RODOVIA FEDERAL BR 470, O QUAL ENCONTRA-SE TODO ESBURACADO, EM PRECÁRIAS CONDIÇÕES DE TRÁFEGO E DE TRANSITO, PROVOCANDO PREJUÍZOS, DANIFICANDO VEÍCULOS DE CARGA E DE PASSEIO E EXPONDO OS USUÁRIOS A ACIDENTES E RISCO DE VIDA".

JUSTIFICATIVA:

A Rodovia Estadual SC 456, no trecho apontado, encontra-se esburacada, em péssimas condições de tráfego e de trânsito, provocando prejuízos significativos, aos usuários e proprietários de veículos de carga e de passeio, expondo pessoas a acidentes e risco de vida.

Em razão das condições da Rodovia, não está mais resolvendo as repetidas operações conhecidas como "tapa buracos", pois em razão do uso, do volume de tráfego e de trânsito de caminhões com carga pesada, estas providências não estão resolvendo o problema existente, estando o dito trecho exigindo a realização de uma reforma e restauração completa da pista de rolamento.

De igual forma, o volume de tráfego e de trânsito de veículos pesados atualmente existente, exige que a Rodovia SC 456, em toda a sua extensão passe a ser dotada de acostamento em ambos os lados, para que seja proporcionado aos usuários maiores condições de segurança, com a conseqüente redução de acidentes com danos materiais e vítimas fatais.

Melhores justificativas, serão dadas em Plenário, pelos Vereadores e Autores da presente moção, na forma regimental.

Sala das Sessões, em 17/03/2011.

JOSÉ ADELAR CARPES
Presidente da Mesa

JOSÉ TADEU GUZATTI
1º Secretário

JOÃO VALDENIR DA SILVA
Vice-Presidente

ADAVILSON TELLES
Vereador

MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI(CÁSSIO)
2º Secretário

CIRILO RUPP
Vereador

LEONILDO RECALCATTI
Vereador

JOSÉ JAIR FAGUNDES ANTUNES
Vereador

SILVIO HENRIQUE DE A. LOPES SOBRINHO
Vereador

Lido no Expediente Aprovado em

____/____/____

Canoinhas

PREFEITURA MUNICIPAL

Convoca Candidatos Aprovados no Concurso Público Previsto No Edital Nº 002/2007.

EDITAL Nº 015/2011

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 002/2007.

O Secretário Municipal de Administração e Finanças, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 002/2007, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 76 de 08 de maio 2008;

Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 002/2007, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:
a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);

b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);
c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);
e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);
f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
m) Número de inscrição no PIS/PASEP;
n) 1 Fotografia 3X4 recente;
o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças e Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 24 de março de 2011.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

EDITAL Nº. 015/2011

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO 024 - ENFERMEIRO

CARINE CARVALHO

CARGO 040 - NUTRICIONISTA

ELLEN JULIANE KAMINSKI

CARGO 053 - PSICÓLOGO

JAQUELINI CONCEIÇÃO

CARGO 072 - ODONTÓLOGO SUPORTE - CEO

LUIS ARTUR BURGARDT

CARGO 083 - ARTESÃO

ELENICE DE FATIMA DA SILVA GRUBER NISPONGINSKI

Edital Nº 016/2011 Convoca Candidatos Aprovados no Processo Seletivo Previsto no Edital Nº 01/SMS/2011.

EDITAL Nº 016/2011

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO PREVISTO NO EDITAL Nº 01/SMS/2011.

O Secretário Municipal de Administração e Finanças, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo previsto no Edital nº 01/SMS/2011, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 048/2011;

Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo previsto no Edital nº 01/SMS/2010, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas, SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação do ORIGINAL e CÓPIA AUTENTICADA dos documentos indicados a seguir, destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

a) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;

b) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;

c) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;

d) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;

e) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;

f) Cédula de Identidade (RG);

g) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas);

- h) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br;
- i) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais;
- j) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso;
- k) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso;
- l) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino;
- m) Número de inscrição no PIS/PASEP;
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual;
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do processo o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os aprovados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças e Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 24 de março de 2011.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

EDITAL Nº. 016/2011

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

MÉDICO CLÍNICO GERAL - ESF 40h

ALEXANDER ROSA RUDOLPH

MÉDICO CLÍNICO GERAL - 10h

ANDRÉ SALIBA

Capinzal

PREFEITURA MUNICIPAL

Edital 005.2011

EDITAL Nº 005 de 24 de março de 2011

Abre inscrições e estabelece normas para o processo seletivo de títulos e tempo de serviço destinado a prover vagas temporárias emergencial de excepcional interesse público.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo por base a Lei nº 2.178, de 23 de setembro de 1999 e Lei Complementar nº 045, de 12 de dezembro de 2000, e;

Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público no âmbito da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes do Município de Capinzal, estabelece normas para realização de Processo Seletivo de Títulos e tempo de serviço que reger-se-á pelas normas fixadas neste Edital e disposições da legislação vigente.

I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O processo seletivo originado por este Edital será realizado sob a responsabilidade da Diretoria de Recursos Humanos da Secretaria Municipal da Administração e Finanças, sob o acompanhamento e supervisão de comissão especialmente constituída.

1.2. O processo seletivo destina-se ao provimento temporário das vagas constantes do Anexo I, parte integrante deste Edital.

II - DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições serão realizadas no período compreendido entre 24 e 31 de março de 2011, junto a Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, sito à Rua Ernesto Hachmann nº 505, andar térreo do Centro Educacional Prefeito Celso Farina no centro de Capinzal.

2.2. A inscrição neste processo seletivo implicará, desde logo, no conhecimento e aceitação, pelo candidato, das condições estabelecidas neste Edital.

2.3. Cada candidato poderá inscrever-se para apenas um dos cargos constantes no Anexo I deste Edital.

2.4. A inscrição somente será efetuada mediante o preenchimento de requerimento padronizado fornecido pelo Município, pelo próprio candidato ou por procurador devidamente habilitado com poderes específicos para representá-lo, através de procuração com firma reconhecida.

2.5. No ato da inscrição o candidato deverá:

2.5.1. Ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses com reconhecimento do gozo de direitos políticos, nos termos do §1º do art. 12 da Constituição Federal.

2.5.2. Gozar de boa saúde.

2.5.3. Não ter sofrido, quando no exercício de cargo, função ou emprego público, demissão a bem do serviço público ou por justa causa, fato a ser comprovado, no ato da contratação, por meio da assinatura de regular termo de declaração.

2.5.4. Não ter antecedentes criminais, achando-se no pleno exercício de seus direitos civis e políticos.

2.5.5. Ter conhecimento das exigências contidas neste Edital e nas instruções específicas contidas nos comunicados e em outros avisos pertinentes ao presente processo seletivo.

2.5.6. Ter idade mínima de dezoito (18) anos.

2.5.7. O candidato que prestar declaração falsa, inexata ou que não satisfazer a todas as condições estabelecidas neste Edital, terá sua inscrição cancelada a qualquer tempo e, em consequência, serão anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que o candidato tenha sido contratado e que o fato seja constatado posteriormente.

2.5.8. A inscrição não poderá ser feita pelo correio, e-mail ou por meio de fac-símile e não será aceita inscrição condicional ou fora do prazo estabelecido.

2.5.9. Uma vez efetuada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração da identificação do candidato inscrito.

2.5.10. Verificando-se mais de uma inscrição de um mesmo candidato, será considerada apenas a inscrição mais recente.

2.5.11. A fidedignidade das informações contidas no Requerimento de Inscrição, que estará disponível no local das inscrições, é de inteira responsabilidade do candidato ou de seu representante legal.

2.5.12. Não será cobrada taxa de inscrição.

III - DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A INSCRIÇÃO

3.1. O candidato deverá apresentar os seguintes documentos no ato da inscrição:

3.1.1 Diploma de conclusão de curso superior de graduação na área ou atestado de frequência da fase/ano em que está cursando a graduação, diploma de conclusão do curso de magistério ou Nível Médio Magistério.

3.1.2. Atestado de tempo de serviço no magistério Público Municipal expresso em anos, meses e dias.

3.1.3 Atestado de tempo de serviço no magistério geral expresso em anos, meses e dias.

3.1.4. Certificado de cursos/ horas de aperfeiçoamento e/ou atualização na disciplina e área de ensino nos dois últimos anos (2009/2010).

3.1.5. Cadastro de Pessoa Física (CPF).

3.1.6. Carteira de Identidade.

3.1.7. Certidão de nascimento de filhos, quando for o caso.

3.1.8. Título de Eleitor.

3.1.9. Documento militar se do sexo masculino.

3.2. O candidato deverá apresentar cópia dos documentos citados nos subitens deste item III, acompanhado dos originais para conferência.

IV - DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente no prazo previsto no cronograma constante do Anexo III deste Edital e estarão disponíveis no Mural Público do Centro Administrativo Municipal e na internet, no endereço eletrônico www.capinzal.sc.gov.br.

V - DO REGIME EMPREGATÍCIO E DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

5.1 Os candidatos habilitados e classificados neste processo

seletivo serão contratados em caráter temporário, conforme dispõe a Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999.

5.2. A contratação obedecerá ao Regime de Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), filiada ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e ao Regime do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

VI - DA CLASSIFICAÇÃO

6.1. Para os cargos expressos no anexo I, a classificação ocorrerá por cargo, área e disciplina em ordem decrescente de pontos, obedecendo a seguinte ordem de títulos e critérios:

- habilitação específica em curso de graduação completo;
- habilitação específica de magistério (nível Médio);
- habilitação específica em curso de graduação incompleto, conforme comprovação da escolaridade;
- Maior tempo de Serviço no magistério Público Municipal;
- Maior tempo de serviço no magistério geral;
- Cursos de aperfeiçoamento e/ou atualização na área e/ou disciplina em que pretende atuar, nos dois últimos anos (2009/2010).

6.2. Da Comprovação do tempo de serviço:

6.2.1. O atestado de tempo de serviço deverá ser expresso em anos, meses e dias.

6.2.2. A contagem de tempo de serviço será considerada até a data limite de 31 de dezembro de 2010.

6.3. Da pontuação:

6.3.1. No cálculo de pontos por tempo de serviço computar-se-á a fração de 15 dias ou mais como 01(um) mês;

6.3.2. 1 (um) ponto para cada mês de serviço no Magistério ou cargo;

6.3.3. 0,5 (cinco décimos) para cada 40 (quarenta) horas de curso frequentado e/ou ministrado.

VII - DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

7.1. Na ocorrência de empate na classificação, dar-se-á preferência ao candidato que:

7.1.1. Possuir maior tempo de serviço público no Município de Capinzal, no cargo ou área ou disciplina específica;

7.1.2. Ao que possuir o maior número de filhos;

7.1.3. Ao mais idoso.

VIII - DA DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO

8.1. A listagem contendo a classificação geral deste processo seletivo será fixada no Mural Público do Centro Administrativo Municipal Prefeito Silvio Santos, no dia 05 de abril de 2011.

IX - DOS RECURSOS

9.1. O candidato que se julgar prejudicado na classificação, poderá apresentar recurso no prazo de 24(vinte e quatro) horas a contar da publicação da listagem de classificação na forma disposta no item 5.1 deste edital.

9.2. O recurso deverá ser interposto, mediante protocolo, por petição endereçada ao Presidente da Comissão Especial do Processo seletivo acompanhado das razões devendo constar obrigatoriamente o número da inscrição.

9.3. O recurso interposto fora do prazo, não será levado em consideração.

X - DA HOMOLOGAÇÃO

10.1. O resultado final do processo seletivo, objeto deste Edital, será homologado pela autoridade competente e publicado no

Mural Público do Centro Administrativo Municipal, no órgão de publicação oficial do Município de Capinzal e no endereço eletrônico www.capinzal.sc.gov.br.

XI - DA CONTRATAÇÃO

11.1 A escolha de vagas deste Edital será efetuada mediante a necessidade expressa pela Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, respeitando a ordem de classificação, pela ocorrência de abertura de novas turmas, aumento de matrículas ou afastamento do servidor titular.

11.2 A carga horária e o turno será de acordo com a necessidade do serviço nas Unidades Escolares Municipais.

11.3 No ato da contratação o candidato deverá providenciar cópia dos seguintes documentos:

11.3.1. Documento de Identidade (RG);

11.3.2. Cadastro de Pessoa Física;

11.3.3. Certidão de Casamento;

11.3.4. Certidão de Nascimento de Filhos;

11.3.5. Carteira de Trabalho;

11.3.6. Uma (01) foto 3x4.

11.4. Após a escolha de vaga, o candidato será encaminhado para a realização do exame médico admissional a ser realizado pelo órgão credenciado pela Secretária da Administração, Finanças e Planejamento do Município de Capinzal;

11.5. O não cumprimento dos requisitos necessários impede a contratação do candidato, passando o mesmo a ocupar o último lugar na lista dos classificados.

XII - DO FORO JUDICIAL

12.1. O foro para dirimir qualquer questão relacionada ao processo seletivo de que trata este Edital é o da Comarca de Capinzal, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

XIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. As cláusulas deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito.

13.2. Este processo seletivo terá validade até 31 de dezembro de 2011.

13.3. Os candidatos classificados neste certame serão contratados pela ordem de classificação, respeitado o número de vagas, a conveniência e oportunidade e o limite prudencial e total de gastos com pessoal, ditados pela Lei Complementar federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

13.4. O candidato classificado no processo seletivo que não quiser ser contratado ou não entregar os documentos exigidos quando convocado, será reclassificado para o último lugar dos classificados.

13.5. A classificação no processo seletivo não assegura ao candidato o direito à contratação automática, sendo a contratação de acordo com a necessidade do serviço público municipal.

13.6. Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos pela Comissão Especial do Processo Seletivo do Município de Capinzal.

13.7. Fazem parte deste Edital os Anexos I, II e III, sendo:

a) ANEXO I - Dos Cargos, Salários e Habilitações Mínimas;

b) ANEXO II - Das Atribuições;

c) ANEXO III - Do Cronograma.

13.8. A seleção de que trata este Edital será realizada pela

Comissão Especial do Processo Seletivo designada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

13.9. Será publicado um extrato do presente Edital para fins de publicidade, sendo que o mesmo estará disponível no Mural Público do Centro Administrativo Municipal e no endereço eletrônico www.capinzal.sc.gov.br.

Capinzal, 24 de março de 2011.

LEONIR BOARETTO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Edital na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO

Secretário da Administração e Finanças

ANEXO I

DOS CARGOS, VENCIMENTOS E HABILITAÇÕES

CARGO	VENCIMENTO	HABILITAÇÃO
Professor de Educação Física	R\$ 689,63*	Ensino Superior completo na área ou, a partir da 6ª fase da habilitação escolhida.
Professor de Língua Portuguesa	R\$ 689,63*	Ensino Superior completo na área ou, a partir da 6ª fase da habilitação escolhida.
Professor de Língua Inglesa	R\$ 689,63*	Ensino Superior completo na área ou, a partir da 6ª fase da habilitação escolhida.
Professor de Pedagogia - Séries Iniciais do Ensino Fundamental	R\$ 689,63*	Ensino Superior completo na área ou, a partir da 6ª fase da habilitação escolhida, ou Ensino Médio Magistério.
Professor de Pedagogia - Educação Infantil	R\$ 689,63*	Ensino Superior completo na área ou, a partir da 6ª fase da habilitação escolhida, ou Ensino Médio Magistério.
Professor de Arte	R\$ 689,63*	Ensino Superior completo na área ou, a partir da 6ª fase da habilitação escolhida.

* O valor dos vencimentos constantes deste Anexo é proporcional à carga horária de 20 horas/semanais para o cargo de Professor Nível 1 (Ensino Superior completo). Para o Professor Nível Especial 1 (Ensino Superior incompleto ou apenas com Magistério), o valor é de R\$ 566,03 para 20 horas/semanais. As vagas poderão ser oferecidas com carga horária de 10, 20, 30 ou 40 horas semanais, conforme a necessidade do serviço público municipal.

ANEXO II

DAS ATRIBUIÇÕES:

São atribuições funcionais obrigatórias: ser responsável, assíduo, flexível e comprometer-se com a proposta da instituição que escolheu; cumprir o horário estipulado pelo responsável pelo estabelecimento; comunicar com antecedência às faltas que porventura esteja sujeito; avisar a instituição com antecedência se precisar se ausentar do serviço e apresentar atestado médico no prazo de 24 horas; zelar pela conservação dos equipamentos e materiais da instituição primando pela economia; respeitar a hierarquia da repartição; zelar pelo nome do estabelecimento dentro e fora dele; comunicar ao chefe imediato qualquer ocorrência considerada anormal (psicológica, moral e física); manter um bom clima de trabalho e colaboração com toda a equipe tratando a todos com respeito; apresentar-se utilizando vestimenta adequada à sua função e quando for o caso utilizar uniforme solicitado; participar e auxiliar na realização de atividades, promoções e festividades

previstas e organizadas pelo respectivo setor e também o que estiver previsto em calendário e/ou estatuto dos Servidores Públicos; não fazer uso de celulares para tratar de questões pessoais em horário de trabalho.

Participar da elaboração da proposta pedagógica da escola; elaborar e cumprir o plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da escola; zelar pela aprendizagem dos alunos; estabelecer e implementar estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento conforme PPP; ministrar os dias letivos e as horas-aula estabelecidos; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; colaborar com as atividades de articulação com as famílias e a comunidade; incumbir-se das demais tarefas indispensáveis ao atendimento dos fins educacionais da escola e do processo de ensino-aprendizagem. Participar de todas as atividades previstas em calendário, encontros de estudos e conselhos de classe, mesmo que não estejam em seu horário de trabalho, atender ao chamado da escola sempre que necessário para cumprir com atividades inerentes à função.

ANEXO III DO CRONOGRAMA

ATOS	DATAS
Publicação do Edital	24/03/2011
Período de Inscrições	24 a 31/03/2011
Divulgação dos Classificados	05/04/2011
Recurso quanto à Classificação	06/04/2011
Divulgação da Classificação Final do Processo Seletivo	07/04/2011
Homologação do Processo Seletivo	08/04/2011

Catanduvas

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso de Licitação - Processo Licitatório Nº 0039/2011 - Edital de Pregão Presencial Nº 0009/2011

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0039/2011
EDITAL DE PREGAO PRESENCIAL Nº 0009/2011

Objeto: O objeto da presente licitação consiste na aquisição de material gráfico para as Secretarias de Administração e Finanças; Infraestrutura; Educação, Cultura e Desporto e Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social.

Abertura das Propostas às 09:30 horas do dia 07 de abril de 2011. Da disponibilização do edital: o edital estará disponível em 28 de março de 2011 no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/conteudo/index.php?item=2614&fa=4&inroad=694> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvas.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC, das 7:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144 ramal 230.

Catanduvas, SC, 24 de março de 2011.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal.

Aviso de Licitação Processo Licitatório Nº 0038/2011 Edital de Pregão Presencial Nº 0008/2011

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0038/2011
EDITAL DE PREGAO PRESENCIAL Nº 0008/2011

Objeto: O objeto da presente licitação consiste na aquisição de materiais de expedientes visando o desenvolvimento das atividades das Secretarias de Administração, Saúde e Assistência Social - CRAS.

Abertura das Propostas às 09:30 horas do dia 06 de abril de 2011. Da disponibilização do edital: o edital estará disponível em 28 de março de 2011 no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/conteudo/index.php?item=2614&fa=4&inroad=694> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvas.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC, das 7:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144 ramal 230.

Catanduvas, SC, 24 de março de 2011.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal.

LRF R.R.E.O 1º Bimestre 2011 - Anexo I

+[CPL]-----{ 001 }+	
	Município de CATANDUVAS
	Relatório Resumido da Execução Orçamentária
	Balanço Orçamentário
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

LRF. Art.52, inciso I, alíneas 'a' e 'b' do inciso II e §1º - Anexo I

RECEITAS Categoria Econômica / Fontes	P R E V I S ã O		RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
	Inicial	p/ o Exercício (a)	Bimestre (b)	% (b/a)	até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	16.974.240,00	16.974.240,00	2.629.297,42	15,490	2.629.297,42	15,490	14.344.942,58
RECEITAS CORRENTES	15.334.240,00	15.334.240,00	2.617.210,15	17,070	2.617.210,15	17,070	12.717.029,85
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.456.500,00	1.456.500,00	198.812,43	13,650	198.812,43	13,650	1.257.687,57
IMPOSTOS	1.145.800,00	1.145.800,00	163.812,41	14,300	163.812,41	14,300	981.987,59
TAXAS	247.700,00	247.700,00	33.872,90	13,670	33.872,90	13,670	213.827,10
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	63.000,00	63.000,00	1.127,12	1,790	1.127,12	1,790	61.872,88
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	404.800,00	404.800,00	68.516,52	16,930	68.516,52	16,930	336.283,48
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	404.800,00	404.800,00	68.516,52	16,930	68.516,52	16,930	336.283,48
RECEITA PATRIMONIAL	55.220,00	55.220,00	10.237,74	18,540	10.237,74	18,540	44.982,26
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	22.600,00	22.600,00	5.309,80	23,490	5.309,80	23,490	17.290,20
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	32.620,00	32.620,00	4.927,94	15,110	4.927,94	15,110	27.692,06
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	109.300,00	109.300,00	2.520,76	2,310	2.520,76	2,310	106.779,24
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13.107.580,00	13.107.580,00	2.315.852,14	17,670	2.315.852,14	17,670	10.791.727,86
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	12.899.580,00	12.899.580,00	2.278.352,02	17,660	2.278.352,02	17,660	10.621.227,98
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	208.000,00	208.000,00	37.500,12	18,030	37.500,12	18,030	170.499,88
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	200.840,00	200.840,00	21.270,56	10,590	21.270,56	10,590	179.569,44
MULTAS E JUROS DE MORA	57.800,00	57.800,00	7.493,38	12,960	7.493,38	12,960	50.306,62
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	88.000,00	88.000,00	0,00	0,000	0,00	0,000	88.000,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	42.120,00	42.120,00	11.137,66	26,440	11.137,66	26,440	30.982,34
RECEITAS DIVERSAS	12.920,00	12.920,00	2.639,52	20,430	2.639,52	20,430	10.280,48
RECEITAS DE CAPITAL	1.640.000,00	1.640.000,00	12.087,27	0,740	12.087,27	0,740	1.627.912,73
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	30.000,00	30.000,00	0,00	0,000	0,00	0,000	30.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	30.000,00	30.000,00	0,00	0,000	0,00	0,000	30.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.610.000,00	1.610.000,00	12.087,27	0,750	12.087,27	0,750	1.597.912,73
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.610.000,00	1.610.000,00	12.087,27	0,750	12.087,27	0,750	1.597.912,73
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Outras Receitas	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	16.974.240,00	16.974.240,00	2.629.297,42	100,000	2.629.297,42	100,000	14.344.942,58
Operações de Crédito - Refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Refinanciamento de Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V)=(III+IV)	16.974.240,00	16.974.240,00	2.629.297,42	100,000	2.629.297,42	100,000	14.344.942,58
DÉFICIT (VI)					23.454,56		
TOTAL (VII)=(V+VI)	16.974.240,00	16.974.240,00	2.629.297,42		2.629.297,42		
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	0,00	-	-	201.609,81	-	-
(UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	0,00	-	-	201.609,81	-	-
Superávit Financeiro	-	0,00	-	-	201.609,81	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-

DESPESAS Cat.Econômica/Grupo de Natureza	D O T A Ç Ã O			E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR		Saldo a Liquidar
	Inicial (d)	Cred.Adicion. (e)	Atualizada (f)=(d+e)	Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício (g)	NÃO PROCESSADOS (h)	% ((g+h) /f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAM) (VII)	16.974.240,00	201.609,81	17.175.849,81	3.662.268,80	3.662.268,80	2.652.751,98	2.652.751,98	0,00	15,44	14.523.097,83
DESPESAS CORRENTES	13.419.940,00	128.547,15	13.548.487,15	3.333.678,13	3.333.678,13	2.370.963,10	2.370.963,10	0,00	17,50	11.177.524,05
Pessoal e Encargos Sociais	7.283.453,00	68.547,15	7.352.000,15	1.345.891,79	1.345.891,79	1.344.749,39	1.344.749,39	0,00	18,29	6.007.250,76
Juros/Encargos da Dívida	100.000,00	0,00	100.000,00	47.265,16	47.265,16	47.265,16	47.265,16	0,00	47,27	52.734,84
Outras despesas Correntes	6.036.487,00	60.000,00	6.096.487,00	1.940.521,18	1.940.521,18	978.948,55	978.948,55	0,00	16,06	5.117.538,45
DESPESAS DE CAPITAL	3.539.300,00	73.062,66	3.612.362,66	328.590,67	328.590,67	281.788,88	281.788,88	0,00	7,80	3.330.573,78
Investimentos	3.439.300,00	73.062,66	3.512.362,66	278.123,87	278.123,87	231.322,08	231.322,08	0,00	6,59	3.281.040,58
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	100.000,00	0,00	100.000,00	50.466,80	50.466,80	50.466,80	50.466,80	0,00	50,47	49.533,20
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAM) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESP. (X)=(VIII+IX)	16.974.240,00	201.609,81	17.175.849,81	3.662.268,80	3.662.268,80	2.652.751,98	2.652.751,98	0,00	15,44	14.523.097,83
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANC. (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Div. Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento de Outras dividas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REF. (XII)=(X+XI)	16.974.240,00	201.609,81	17.175.849,81	3.662.268,80	3.662.268,80	2.652.751,98	2.652.751,98	0,00	15,44	14.523.097,83
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	0,00	0,00	-	-	-
TOTAL (XIV)=(XII+XIII)	16.974.240,00	201.609,81	17.175.849,81	3.662.268,80	3.662.268,80	2.652.751,98	2.652.751,98	0,00	15,44	14.523.097,83

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	P R E V I S Ã O		RECEITAS REALIZADAS				SALDO
	Inicial	p/ o Exercício (a)	Bimestre (b)	% (b/a)	até o Bimestre (c)	% (c/a)	
	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	D O T A Ç Ã O			E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR		Saldo a Liquidar
	Inicial (d)	Cred.Adicion. (e)	Atualizada (f)=(d+e)	Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício (g)	NÃO PROCESSADOS (h)	% ((g+h) /f)	
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITA MUNICIPAL
GISA APARECIDA GIACOMINTÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

LRF R.R.E.O 1º Bimestre 2011 - Anexo II

+= [CPL] =-----{ 001 }+
 |
 | Município de CATANDUVAS CONSOLIDADO |
 |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 |
 | Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção |
 |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 |
 | JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |
 +-----+

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				
DESPESAS		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre			
Código FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	% (F)	(F/B)	SALDO
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)		16.974.240,00	17.175.849,81	3.662.268,80	3.662.268,80	2.652.751,98	2.652.751,98	100,00	15,44	14.523.097,83
01	LEGISLATIVA	755.200,00	755.200,00	98.770,34	98.770,34	98.770,34	98.770,34	3,72	13,08	656.429,66
01.031	AÇÃO LEGISLATIVA	755.200,00	755.200,00	98.770,34	98.770,34	98.770,34	98.770,34	3,72	13,08	656.429,66
	Subtotal	755.200,00	755.200,00	98.770,34	98.770,34	98.770,34	98.770,34	3,72	13,08	656.429,66
04	ADMINISTRAÇÃO	1.922.975,00	1.922.975,00	515.795,62	515.795,62	286.302,78	286.302,78	10,79	14,89	1.636.672,22
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.922.975,00	1.922.975,00	515.795,62	515.795,62	286.302,78	286.302,78	10,79	14,89	1.636.672,22
	Subtotal	2.678.175,00	2.678.175,00	614.565,96	614.565,96	385.073,12	385.073,12	14,52	14,38	2.293.101,88
06	SEGURANÇA PÚBLICA	227.200,00	254.262,66	82.697,18	82.697,18	70.160,14	70.160,14	2,64	27,59	184.102,52
06.181	POLICIAMENTO	70.000,00	70.000,00	4.651,70	4.651,70	3.270,49	3.270,49	0,12	4,67	66.729,51
06.182	DEFESA CIVIL	157.200,00	184.262,66	78.045,48	78.045,48	66.889,65	66.889,65	2,52	36,30	117.373,01
	Subtotal	2.905.375,00	2.932.437,66	697.263,14	697.263,14	455.233,26	455.233,26	17,16	15,52	2.477.204,40
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	592.850,00	592.850,00	72.793,61	72.793,61	58.724,31	58.724,31	2,21	9,91	534.125,69
08.243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCEN	15.650,00	15.650,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.650,00
08.244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	577.200,00	577.200,00	72.793,61	72.793,61	58.724,31	58.724,31	2,21	10,17	518.475,69
	Subtotal	3.498.225,00	3.525.287,66	770.056,75	770.056,75	513.957,57	513.957,57	19,37	14,58	3.011.330,09
10	SAÚDE	3.667.565,00	3.667.565,00	927.113,43	927.113,43	753.498,17	753.498,17	28,40	20,54	2.914.066,83
10.301	ATENÇÃO BÁSICA	3.642.165,00	3.642.165,00	927.005,43	927.005,43	753.390,17	753.390,17	28,40	20,69	2.888.774,83
10.304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	7.500,00	7.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.500,00
10.305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	17.900,00	17.900,00	108,00	108,00	108,00	108,00	0,00	0,60	17.792,00
	Subtotal	7.165.790,00	7.192.852,66	1.697.170,18	1.697.170,18	1.267.455,74	1.267.455,74	47,78	17,62	5.925.396,92
11	TRABALHO	255.225,00	255.225,00	17.000,00	17.000,00	7.000,00	7.000,00	0,26	2,74	248.225,00
11.334	FOMENTO AO TRABALHO	255.225,00	255.225,00	17.000,00	17.000,00	7.000,00	7.000,00	0,26	2,74	248.225,00
	Subtotal	7.421.015,00	7.448.077,66	1.714.170,18	1.714.170,18	1.274.455,74	1.274.455,74	48,04	17,11	6.173.621,92
12	EDUCAÇÃO	4.445.910,00	4.514.457,15	751.454,38	751.454,38	572.060,13	572.060,13	21,56	12,67	3.942.397,02
12.306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	89.300,00	89.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	89.300,00
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL	4.007.810,00	4.076.357,15	748.454,38	748.454,38	569.060,13	569.060,13	21,45	13,96	3.507.297,02
12.364	ENSINO SUPERIOR	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
12.365	EDUCAÇÃO INFANTIL	255.300,00	255.300,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	0,11	1,18	252.300,00
12.366	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	13.500,00	13.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.500,00
	Subtotal	11.866.925,00	11.962.534,81	2.465.624,56	2.465.624,56	1.846.515,87	1.846.515,87	69,61	15,44	10.116.018,94
13	CULTURA	293.150,00	293.150,00	20.075,10	20.075,10	13.734,90	13.734,90	0,52	4,69	279.415,10
13.392	DIFUSÃO CULTURAL	293.150,00	293.150,00	20.075,10	20.075,10	13.734,90	13.734,90	0,52	4,69	279.415,10
	Subtotal	12.160.075,00	12.255.684,81	2.485.699,66	2.485.699,66	1.860.250,77	1.860.250,77	70,13	15,18	10.395.434,04
15	URBANISMO	1.122.950,00	1.168.950,00	141.768,89	141.768,89	106.492,30	106.492,30	4,01	9,11	1.062.457,70
15.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	608.150,00	654.150,00	70.386,42	70.386,42	35.109,83	35.109,83	1,32	5,37	619.040,17
15.452	SERVIÇOS URBANOS	514.800,00	514.800,00	71.382,47	71.382,47	71.382,47	71.382,47	2,69	13,87	443.417,53
	Subtotal	13.283.025,00	13.424.634,81	2.627.468,55	2.627.468,55	1.966.743,07	1.966.743,07	74,14	14,65	11.457.891,74
16	HABITAÇÃO	536.675,00	536.675,00	10.114,10	10.114,10	10.114,10	10.114,10	0,38	1,88	526.560,90
16.482	HABITAÇÃO URBANA	536.675,00	536.675,00	10.114,10	10.114,10	10.114,10	10.114,10	0,38	1,88	526.560,90
	Subtotal	13.819.700,00	13.961.309,81	2.637.582,65	2.637.582,65	1.976.857,17	1.976.857,17	74,52	14,16	11.984.452,64
17	SANEAMENTO	360.000,00	360.000,00	70.252,02	70.252,02	70.252,02	70.252,02	2,65	19,51	289.747,98
17.512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	360.000,00	360.000,00	70.252,02	70.252,02	70.252,02	70.252,02	2,65	19,51	289.747,98
	Subtotal	14.179.700,00	14.321.309,81	2.707.834,67	2.707.834,67	2.047.109,19	2.047.109,19	77,17	14,29	12.274.200,62
20	AGRICULTURA	408.600,00	408.600,00	149.142,70	149.142,70	57.365,38	57.365,38	2,16	14,04	351.234,62
20.606	EXTENÇÃO RURAL	408.600,00	408.600,00	149.142,70	149.142,70	57.365,38	57.365,38	2,16	14,04	351.234,62
	Subtotal	14.588.300,00	14.729.909,81	2.856.977,37	2.856.977,37	2.104.474,57	2.104.474,57	79,33	14,29	12.625.435,24
24	COMUNICAÇÕES	20.900,00	20.900,00	12.300,00	12.300,00	2.903,53	2.903,53	0,11	13,89	17.996,47
24.722	TELECOMUNICAÇÕES	20.900,00	20.900,00	12.300,00	12.300,00	2.903,53	2.903,53	0,11	13,89	17.996,47
	Subtotal	14.609.200,00	14.750.809,81	2.869.277,37	2.869.277,37	2.107.378,10	2.107.378,10	79,44	14,29	12.643.431,71
26	TRANSPORTE	1.252.940,00	1.312.940,00	525.805,35	525.805,35	308.535,18	308.535,18	11,63	23,50	1.004.404,82

+= [CPL] =-----{ 002 }+
 |
 | Município de CATANDUVAS CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |
 +-----+

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				SALDO
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	% (F)	(F/B)	
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)			
26.782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1.252.940,00	1.312.940,00	525.805,35	525.805,35	308.535,18	308.535,18	11,63	23,50	1.004.404,82
	Subtotal	15.862.140,00	16.063.749,81	3.395.082,72	3.395.082,72	2.415.913,28	2.415.913,28	91,07	15,04	13.647.836,53
27	DESPORTO E LAZER	267.100,00	267.100,00	61.246,84	61.246,84	30.899,46	30.899,46	1,16	11,57	236.200,54
27.812	DESPORTO COMUNITÁRIO	267.100,00	267.100,00	61.246,84	61.246,84	30.899,46	30.899,46	1,16	11,57	236.200,54
	Subtotal	16.129.240,00	16.330.849,81	3.456.329,56	3.456.329,56	2.446.812,74	2.446.812,74	92,24	14,98	13.884.037,07
28	ENCARGOS ESPECIAIS	830.000,00	830.000,00	205.939,24	205.939,24	205.939,24	205.939,24	7,76	24,81	624.060,76
28.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	630.000,00	630.000,00	108.207,28	108.207,28	108.207,28	108.207,28	4,08	17,18	521.792,72
28.843	SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	200.000,00	200.000,00	97.731,96	97.731,96	97.731,96	97.731,96	3,68	48,87	102.268,04
	Subtotal	16.959.240,00	17.160.849,81	3.662.268,80	3.662.268,80	2.652.751,98	2.652.751,98	100,00	15,46	14.508.097,83
99	RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
	Subtotal	16.974.240,00	17.175.849,81	3.662.268,80	3.662.268,80	2.652.751,98	2.652.751,98	100,00	15,44	14.523.097,83
	DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL (III)=(I+II)	16.974.240,00	17.175.849,81	3.662.268,80	3.662.268,80	2.652.751,98	2.652.751,98	100,00	15,44	14.523.097,83

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				SALDO
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	% (F)	(F/B)	
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)			
	DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITA MUNICIPAL
GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

LRF R.R.E.O 1º Bimestre 2011 - Anexo IIB

+= [CPL] =-----{ 001 }+
 |
 | Município de CATANDUVAS CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |
 +-----

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		Inscritas em	Restos a Pagar		+- ((B+C)/TOTAL(B+C))	
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	Não Process.	+- ((b+c)/a)			
Código FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		(A)	(A)			(B)	(B)	(C)	%	%	(a-(b+c))	SALDO
DESPESAS												
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)		16.974.240,00	17.175.849,81	3.662.268,80	3.662.268,80	2.652.751,98	2.652.751,98	1.009.516,82	100,00	21,32	13.513.581,01	
01	LEGISLATIVA	755.200,00	755.200,00	98.770,34	98.770,34	98.770,34	98.770,34	0,00	2,70	13,08	656.429,66	
01.031	AÇÃO LEGISLATIVA	755.200,00	755.200,00	98.770,34	98.770,34	98.770,34	98.770,34	0,00	2,70	13,08	656.429,66	
	Subtotal	755.200,00	755.200,00	98.770,34	98.770,34	98.770,34	98.770,34	0,00	2,70	13,08	656.429,66	
04	ADMINISTRAÇÃO	1.922.975,00	1.922.975,00	515.795,62	515.795,62	286.302,78	286.302,78	229.492,84	14,08	26,82	1.407.179,38	
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.922.975,00	1.922.975,00	515.795,62	515.795,62	286.302,78	286.302,78	229.492,84	14,08	26,82	1.407.179,38	
	Subtotal	2.678.175,00	2.678.175,00	614.565,96	614.565,96	385.073,12	385.073,12	229.492,84	16,78	22,95	2.063.609,04	
06	SEGURANÇA PÚBLICA	227.200,00	254.262,66	82.697,18	82.697,18	70.160,14	70.160,14	12.537,04	2,26	32,52	171.565,48	
06.181	POLICIAMENTO	70.000,00	70.000,00	4.651,70	4.651,70	3.270,49	3.270,49	1.381,21	0,13	6,65	65.348,30	
06.182	DEFESA CIVIL	157.200,00	184.262,66	78.045,48	78.045,48	66.889,65	66.889,65	11.155,83	2,13	42,36	106.217,18	
	Subtotal	2.905.375,00	2.932.437,66	697.263,14	697.263,14	455.233,26	455.233,26	242.029,88	19,04	23,78	2.235.174,52	
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	592.850,00	592.850,00	72.793,61	72.793,61	58.724,31	58.724,31	14.069,30	1,99	12,28	520.056,39	
08.243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	15.650,00	15.650,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.650,00	
08.244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	577.200,00	577.200,00	72.793,61	72.793,61	58.724,31	58.724,31	14.069,30	1,99	12,61	504.406,39	
	Subtotal	3.498.225,00	3.525.287,66	770.056,75	770.056,75	513.957,57	513.957,57	256.099,18	21,03	21,84	2.755.230,91	
10	SAÚDE	3.667.565,00	3.667.565,00	927.113,43	927.113,43	753.498,17	753.498,17	173.615,26	25,32	25,28	2.740.451,57	
10.301	ATENÇÃO BÁSICA	3.642.165,00	3.642.165,00	927.005,43	927.005,43	753.390,17	753.390,17	173.615,26	25,31	25,45	2.715.159,57	
10.304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	7.500,00	7.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.500,00	
10.305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	17.900,00	17.900,00	108,00	108,00	108,00	108,00	0,00	0,00	0,60	17.792,00	
	Subtotal	7.165.790,00	7.192.852,66	1.697.170,18	1.697.170,18	1.267.455,74	1.267.455,74	429.714,44	46,34	23,60	5.495.682,48	
11	TRABALHO	255.225,00	255.225,00	17.000,00	17.000,00	7.000,00	7.000,00	10.000,00	0,46	6,66	238.225,00	
11.334	FOMENTO AO TRABALHO	255.225,00	255.225,00	17.000,00	17.000,00	7.000,00	7.000,00	10.000,00	0,46	6,66	238.225,00	
	Subtotal	7.421.015,00	7.448.077,66	1.714.170,18	1.714.170,18	1.274.455,74	1.274.455,74	439.714,44	46,81	23,01	5.733.907,48	
12	EDUCAÇÃO	4.445.910,00	4.514.457,15	751.454,38	751.454,38	572.060,13	572.060,13	179.394,25	20,52	16,65	3.763.002,77	
12.306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	89.300,00	89.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	89.300,00	
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL	4.007.810,00	4.076.357,15	748.454,38	748.454,38	569.060,13	569.060,13	179.394,25	20,44	18,36	3.327.902,77	
12.364	ENSINO SUPERIOR	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	
12.365	EDUCAÇÃO INFANTIL	255.300,00	255.300,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	0,00	0,08	1,18	252.300,00	
12.366	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	13.500,00	13.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.500,00	
	Subtotal	11.866.925,00	11.962.534,81	2.465.624,56	2.465.624,56	1.846.515,87	1.846.515,87	619.108,69	67,33	20,61	9.496.910,25	
13	CULTURA	293.150,00	293.150,00	20.075,10	20.075,10	13.734,90	13.734,90	6.340,20	0,55	6,85	273.074,90	
13.392	DIFUSÃO CULTURAL	293.150,00	293.150,00	20.075,10	20.075,10	13.734,90	13.734,90	6.340,20	0,55	6,85	273.074,90	
	Subtotal	12.160.075,00	12.255.684,81	2.485.699,66	2.485.699,66	1.860.250,77	1.860.250,77	625.448,89	67,87	20,28	9.769.985,15	
15	URBANISMO	1.122.950,00	1.168.950,00	141.768,89	141.768,89	106.492,30	106.492,30	35.276,59	3,87	12,13	1.027.181,11	
15.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	608.150,00	654.150,00	70.386,42	70.386,42	35.109,83	35.109,83	35.276,59	1,92	10,76	583.763,58	
15.452	SERVIÇOS URBANOS	514.800,00	514.800,00	71.382,47	71.382,47	71.382,47	71.382,47	0,00	1,95	13,87	443.417,53	
	Subtotal	13.283.025,00	13.424.634,81	2.627.468,55	2.627.468,55	1.966.743,07	1.966.743,07	660.725,48	71,74	19,57	10.797.166,26	
16	HABITAÇÃO	536.675,00	536.675,00	10.114,10	10.114,10	10.114,10	10.114,10	0,00	0,28	1,88	526.560,90	
16.482	HABITAÇÃO URBANA	536.675,00	536.675,00	10.114,10	10.114,10	10.114,10	10.114,10	0,00	0,28	1,88	526.560,90	
	Subtotal	13.819.700,00	13.961.309,81	2.637.582,65	2.637.582,65	1.976.857,17	1.976.857,17	660.725,48	72,02	18,89	11.323.727,16	
17	SANEAMENTO	360.000,00	360.000,00	70.252,02	70.252,02	70.252,02	70.252,02	0,00	1,92	19,51	289.747,98	
17.512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	360.000,00	360.000,00	70.252,02	70.252,02	70.252,02	70.252,02	0,00	1,92	19,51	289.747,98	
	Subtotal	14.179.700,00	14.321.309,81	2.707.834,67	2.707.834,67	2.047.109,19	2.047.109,19	660.725,48	73,94	18,91	11.613.475,14	
20	AGRICULTURA	408.600,00	408.600,00	149.142,70	149.142,70	57.365,38	57.365,38	91.777,32	4,07	36,50	259.457,30	
20.606	EXTENÇÃO RURAL	408.600,00	408.600,00	149.142,70	149.142,70	57.365,38	57.365,38	91.777,32	4,07	36,50	259.457,30	
	Subtotal	14.588.300,00	14.729.909,81	2.856.977,37	2.856.977,37	2.104.474,57	2.104.474,57	752.502,80	78,01	19,40	11.872.932,44	
24	COMUNICAÇÕES	20.900,00	20.900,00	12.300,00	12.300,00	2.903,53	2.903,53	9.396,47	0,34	58,85	8.600,00	
24.722	TELECOMUNICAÇÕES	20.900,00	20.900,00	12.300,00	12.300,00	2.903,53	2.903,53	9.396,47	0,34	58,85	8.600,00	

+=[CPL]=------{ 002 }+									
Município de CATANDUVAS									
Relatório Resumido da Execução Orçamentária									
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção									
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social									
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO									
+-----									
LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II									

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		Inscritas em	+- ((B+C)/TOTAL(B+C))			
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	Restos a Pagar			+- ((b+c)/a)	
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)					(B)	Não Process.	(C)	%	%	(a-(b+c)) SALDO
	Subtotal	14.609.200,00	14.750.809,81	2.869.277,37	2.869.277,37	2.107.378,10	2.107.378,10	761.899,27	78,35	19,45	11.881.532,44	
26	TRANSPORTE	1.252.940,00	1.312.940,00	525.805,35	525.805,35	308.535,18	308.535,18	217.270,17	14,36	40,05	787.134,65	
26.782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1.252.940,00	1.312.940,00	525.805,35	525.805,35	308.535,18	308.535,18	217.270,17	14,36	40,05	787.134,65	
	Subtotal	15.862.140,00	16.063.749,81	3.395.082,72	3.395.082,72	2.415.913,28	2.415.913,28	979.169,44	92,70	21,14	12.668.667,09	
27	DESPORTO E LAZER	267.100,00	267.100,00	61.246,84	61.246,84	30.899,46	30.899,46	30.347,38	1,67	22,93	205.853,16	
27.812	DESPORTO COMUNITÁRIO	267.100,00	267.100,00	61.246,84	61.246,84	30.899,46	30.899,46	30.347,38	1,67	22,93	205.853,16	
	Subtotal	16.129.240,00	16.330.849,81	3.456.329,56	3.456.329,56	2.446.812,74	2.446.812,74	1.009.516,82	94,38	21,16	12.874.520,25	
28	ENCARGOS ESPECIAIS	830.000,00	830.000,00	205.939,24	205.939,24	205.939,24	205.939,24	0,00	5,62	24,81	624.060,76	
28.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	630.000,00	630.000,00	108.207,28	108.207,28	108.207,28	108.207,28	0,00	2,95	17,18	521.792,72	
28.843	SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	200.000,00	200.000,00	97.731,96	97.731,96	97.731,96	97.731,96	0,00	2,67	48,87	102.268,04	
	Subtotal	16.959.240,00	17.160.849,81	3.662.268,80	3.662.268,80	2.652.751,98	2.652.751,98	1.009.516,82	100,00	21,34	13.498.581,01	
99	RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	
	Subtotal	16.974.240,00	17.175.849,81	3.662.268,80	3.662.268,80	2.652.751,98	2.652.751,98	1.009.516,82	100,00	21,32	13.513.581,01	
	DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	TOTAL (III) = (I+II)	16.974.240,00	17.175.849,81	3.662.268,80	3.662.268,80	2.652.751,98	2.652.751,98	1.009.516,82	100,00	21,32	13.513.581,01	

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		Inscritas em	+- ((B+C)/TOTAL(B+C))			
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	Restos a Pagar			+- ((b+c)/a)	
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)					(B)	Não Process.	(C)	%	%	(a-(b+c)) SALDO
	DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITA MUNICIPAL
GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

LRF R.R.E.O 1º Bimestre 2011 - Anexo III

```

+=[ CPL ]=-----{ 001 }+
|
|                               Município de CATANDUVAS                                CONSOLIDADO |
|                               Relatório Resumido da Execução Orçamentária                |
|                               Demonstrativo da Receita Corrente Líquida                |
|                               Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social                  |
|                               MARÇO/2010 A FEVEREIRO/2011                            |
+-----+

```

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						
	03/2010	04/2010	05/2010	06/2010	07/2010	08/2010	09/2010
RECEITAS CORRENTES (I)	1.836.292,61	1.562.983,76	1.458.606,22	1.493.007,83	1.470.505,00	1.410.264,78	1.367.376,77
Receita Tributária	546.263,60	120.458,08	107.992,68	134.045,21	151.100,44	86.004,01	85.920,74
IPTU	387.957,23	33.750,44	22.896,05	4.045,35	4.079,90	2.769,17	2.898,02
ISS	45.289,40	45.882,62	54.875,91	80.111,84	47.351,71	36.882,59	44.353,67
ITBI	16.248,13	4.332,50	8.698,00	20.965,00	21.878,58	21.816,20	20.752,00
IRRF	6.648,99	6.752,97	7.693,34	6.775,67	63.509,03	7.353,06	7.073,08
Outras	90.119,85	29.739,55	13.829,38	22.147,35	14.281,22	17.182,99	10.843,97
Receita de Contribuições	70,00	63.837,34	39.692,14	32.558,47	31.717,76	59,97	31.395,79
Receita Patrimonial	6.393,11	7.292,46	5.463,42	6.526,28	10.134,27	7.222,12	5.827,72
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	9.054,50	10.131,28	8.207,18	9.859,33	12.529,57	7.157,86	10.166,74
Transferências Correntes	1.241.456,12	1.330.689,29	1.273.470,85	1.288.693,38	1.251.360,45	1.297.515,77	1.226.784,11
Cota-Parte do FPM	264.197,38	316.608,12	389.735,18	338.240,57	248.721,31	333.336,20	278.258,05
Cota-Parte do ICMS	504.259,44	495.102,53	467.099,25	480.573,66	482.466,99	495.464,86	520.575,27
Cota-Parte do IPVA	87.235,16	72.555,83	71.213,95	66.085,07	63.384,30	67.741,24	64.618,17
Cota-Parte do ITR	0,00	0,00	25,77	323,54	0,00	0,00	337,92
Transf.da LC 87/1996	3.210,62	3.210,62	3.210,62	3.210,62	3.210,62	3.210,62	3.210,62
Transferência do FUNDEB	178.830,37	188.505,55	186.549,35	167.988,49	198.760,17	187.192,16	190.274,97
Outras Transferências	203.723,15	254.706,64	155.636,73	232.271,43	254.817,06	210.570,69	169.509,11
Demais Receitas Correntes	33.055,28	30.575,31	23.779,95	21.325,16	13.662,51	12.305,05	7.281,67
II-DEDUÇÕES	173.541,16	179.339,05	188.085,29	179.822,98	161.831,15	182.151,18	175.593,88
Contrib.Empregadores e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	173.541,16	179.339,05	188.085,29	179.822,98	161.831,15	182.151,18	175.593,88
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	1.662.751,45	1.383.644,71	1.270.520,93	1.313.184,85	1.308.673,85	1.228.113,60	1.191.782,89

```

+=[ CPL ]=-----{ 002 }+
|
|                               Município de CATANDUVAS                                CONSOLIDADO |
|                               Relatório Resumido da Execução Orçamentária                |
|                               Demonstrativo da Receita Corrente Líquida                |
|                               Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social                  |
|                               MARÇO/2010 A FEVEREIRO/2011                            |
+-----+

```

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						Previsão
	10/2010	11/2010	12/2010	01/2011	Mes Atual	TOTAL	Atualizada
RECEITAS CORRENTES (I)	1.597.820,80	1.487.818,43	1.860.464,24	1.507.456,55	1.527.494,61	18.580.091,60	17.642.200,00
Receita Tributária	134.549,63	77.258,54	165.809,41	73.574,63	125.237,80	1.808.214,77	1.456.500,00
IPTU	3.244,23	2.805,05	2.785,37	94,38	0,00	467.325,19	430.000,00
ISS	73.015,37	44.116,20	57.722,06	44.584,70	83.757,21	657.943,28	558.600,00
ITBI	16.510,00	13.643,15	8.959,11	11.471,03	5.201,25	170.474,95	70.000,00
IRRF	7.011,65	7.043,72	89.476,58	9.734,78	8.969,06	228.041,93	87.200,00
Outras	34.768,38	9.650,42	6.866,29	7.689,74	27.310,28	284.429,42	310.700,00
Receita de Contribuições	68.357,43	34.333,42	36.381,56	36.231,24	32.285,28	406.920,40	404.800,00
Receita Patrimonial	7.769,75	27.013,02	14.999,36	5.043,28	5.194,46	108.879,25	55.220,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	8.938,61	4.340,65	5.509,14	677,27	1.843,49	88.415,62	109.300,00
Transferências Correntes	1.368.309,52	1.332.098,09	1.620.759,07	1.381.407,06	1.352.186,09	15.964.729,80	15.415.540,00
Cota-Parte do FPM	299.541,54	359.079,75	624.138,45	433.997,93	467.569,14	4.353.423,62	4.490.000,00
Cota-Parte do ICMS	560.493,73	544.277,80	583.068,32	570.290,58	502.742,90	6.206.415,33	6.204.500,00
Cota-Parte do IPVA	58.367,33	40.251,35	19.834,24	26.350,17	56.771,46	694.408,27	640.000,00
Cota-Parte do ITR	7.794,76	115,33	130,35	95,35	14,40	8.837,42	6.700,00
Transf.da LC 87/1996	3.210,62	3.210,62	3.210,62	3.255,12	3.255,12	38.616,44	43.200,00
Transferência do FUNDEB	201.413,41	202.798,03	221.493,82	196.729,46	181.811,96	2.302.347,74	1.302.000,00
Outras Transferências	237.488,13	182.365,21	168.883,27	150.688,45	140.021,11	2.360.680,98	2.729.140,00
Demais Receitas Correntes	9.895,86	12.774,71	17.005,70	10.523,07	10.747,49	202.931,76	200.840,00
II-DEDUÇÕES	188.164,82	191.819,30	214.628,48	209.308,55	208.432,46	2.252.718,30	2.307.960,00
Contrib.Empregadores e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	188.164,82	191.819,30	214.628,48	209.308,55	208.432,46	2.252.718,30	2.307.960,00
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	1.409.655,98	1.295.999,13	1.645.835,76	1.298.148,00	1.319.062,15	16.327.373,30	15.334.240,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITA MUNICIPAL
GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

LRF R.R.E.O 1º Bimestre 2011 - Anexo IX

+=[CPL]=-----{ 001 }+
 |
 | Município de CATANDUVAS CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo de Restos a Pagar por Poder e Órgão |
 | Orçamento da Seguridade Social |
 | JANEIRO A FEVEREIRO 2011 |
 +-----+

LRF. Art.53, inciso V - Anexo IX

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar
	Exercícios Anteriores	Em 31 de Dez. de 2010				Em 31 de Dez. de 2010				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)										
EXECUTIVO										
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS										
	0,00	53.318,51	0,00	44.825,97	8.492,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CATANDUVAS										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL										
	0,00	42.612,97	0,00	42.513,97	99,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS										
	90,00	833,37	0,00	833,37	90,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO - FUNREBOM										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVO										
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)										
TOTAL (III)=(I+II)	90,00	96.764,85	0,00	88.173,31	8.681,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar
	Exercícios	Em 31 de Dez.				Em 31 de Dez.				
	Anteriores	de 2010				de 2010				
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)										
EXECUTIVO										
LEGISLATIVO										
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITA MUNICIPAL
 GISA APARECIDA GIACOMIN

TÊC. EM CONTABILIDADE
 DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

R.R.E.O 1º Bimestre 2011 - Anexo VI

+=[CPL]=-----{ 001 }+
 |
 | Município de CATANDUVAS CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo do Resultado Nominal |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |
 +-----+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VI

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	Saldo		
	Exercício Anterior (A)	Bimestre Anterior (B)	Bimestre Atual (C)
Divida Consolidada (I)	115.059,59	115.059,59	64.592,79
DEDUÇÕES (II)	372.359,09	372.359,09	938.371,13
Disponibilidade de Caixa Bruta	469.213,94	469.213,94	947.052,67
Demaís Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos Pagar Processados Exceto Precatórios	-96.854,85	-96.854,85	-8.681,54
Divida Consolidada Líquida (III)=(I-II)	-257.299,50	-257.299,50	-873.778,34
Receita de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00
Divida Fiscal Líquida (IV)=(III+IV-V)	-257.299,50	-257.299,50	-873.778,34

	Período de Referencia	
	No Bimestre (c-b)	Até Bimestre (c-a)
RESULTADO NOMINAL	-616.478,84	-616.478,84

Discriminação da Meta Fiscal	Valor
Meta de Res. Nominal fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia	-300.000,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITA MUNICIPAL
 GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE
 DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

LRF R.R.E.O 1º Bimestre 2011 - Anexo VII

+=[CPL]=-----{ 001 }+	
Município de CATANDUVAS	CONSOLIDADO
Relatório Resumido da Execução Orçamentária	
Demonstrativo do Resultado Primário	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO	

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VII

RECEITAS PRIMARIAS	Previsão	RECEITAS REALIZADAS		Período de
	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	Ref.Ano Anter.
Receitas Primarias Correntes (I)	15.301.620,00	2.612.282,21	2.612.282,21	2.138.343,88
Receita Tributária	1.456.500,00	198.812,43	198.812,43	184.899,92
IPTU	430.000,00	94,38	94,38	0,00
ISS	558.600,00	128.341,91	128.341,91	70.506,36
IRRF	87.200,00	18.703,84	18.703,84	13.695,40
ITBI	70.000,00	16.672,28	16.672,28	9.630,14
Outras	310.700,00	35.000,02	35.000,02	91.068,02
Receita de Contribuição	404.800,00	68.516,52	68.516,52	40.485,40
Outras Contribuições	404.800,00	68.516,52	68.516,52	40.485,40
Receita Patrimonial Líquida	22.600,00	5.309,80	5.309,80	3.076,87
Receita Patrimonial	55.220,00	10.237,74	10.237,74	10.013,96
(-) Aplicações Financeiras	32.620,00	4.927,94	4.927,94	6.937,09
Transferências Correntes	13.107.580,00	2.315.852,14	2.315.852,14	1.855.560,78
FPM	3.592.000,00	721.253,72	721.253,72	519.997,54
ICMS	4.963.600,00	858.427,01	858.427,01	713.099,59
Outras Transferências	4.551.980,00	736.171,41	736.171,41	622.463,65
Demais Receitas Correntes	310.140,00	23.791,32	23.791,32	54.320,91
Dívida Ativa	42.120,00	11.137,66	11.137,66	11.106,12
Diversas Receitas Correntes	268.020,00	12.653,66	12.653,66	43.214,79
Receitas de Capital (II)	1.640.000,00	12.087,27	12.087,27	0,00
(-) Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Alienação de Ativos (V)	30.000,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	1.610.000,00	12.087,27	12.087,27	0,00
Outras Transferências de Capital	1.610.000,00	12.087,27	12.087,27	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec.Primarias de Cap. VI=II-III-IV-V	1.610.000,00	12.087,27	12.087,27	0,00
RECEITAS PRIMARIAS TOTAL (VII)=I+VI	16.911.620,00	2.624.369,48	2.624.369,48	2.138.343,88

DESPESAS PRIMARIAS	Dotação	DESPESAS LIQUIDADAS		Período de
	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	Ref.Ano Anter.
Despesas Correntes (VIII)	13.548.487,15	2.370.963,10	2.370.963,10	1.797.279,33
Pessoal e Encargos Sociais	7.350.512,15	1.344.480,59	1.344.480,59	1.114.596,54
Outras Despesas Correntes	6.097.975,00	979.217,35	979.217,35	677.494,99
(-) Juros Encargos da Dívida (IX)	100.000,00	47.265,16	47.265,16	5.187,80
Desp.Primarias Correntes X=VIII-IX	13.448.487,15	2.323.697,94	2.323.697,94	1.792.091,53
Despesas de Capital (XI)	3.612.362,66	281.788,88	281.788,88	101.568,80
Investimentos	3.512.362,66	231.322,08	231.322,08	84.749,53
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização da Dívida (XIV)	100.000,00	50.466,80	50.466,80	16.819,27
(-) Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Aq.deTít.de Capit.já Int.(XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Desp.Prim.de CapitXV=XI-XII-XIII-XIV	3.512.362,66	231.322,08	231.322,08	84.749,53
Reserva de Conting. (XVI)	15.000,00	0,00	0,00	0,00
DESP.PRIM.TOT. (XVIII)=X+XV+XVI+XVII	16.975.849,81	2.555.020,02	2.555.020,02	1.876.841,06
RESULTADO PRIMARIO (VII-XVIII)	-64.229,81	69.349,46	69.349,46	261.502,82
SALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES			201.609,81	

Discriminação da Meta Fiscal

Valor

Meta de Res. Primario fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia

122.380,00

```
+=[ CPL ]=-----{ 002 }+
|
|               Município de CATANDUVAS               CONSOLIDADO |
|               Relatório Resumido da Execução Orçamentária         |
|               Demonstrativo do Resultado Primario                 |
|               Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social             |
|               JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO  |
+-----+
```

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VII

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITA MUNICIPAL
GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

LRF R.R.E.O 1º Bimestre 2011 - Anexo XI

```

+=[ CPL ]=-----{ 001 }+
|
|               Município de CATANDUVAS                                CONSOLIDADO |
|               Relatório Resumido da Execução Orçamentária                |
|               Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital |
|               Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social                    |
|               JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO          |
+-----+

```

LRF. Art.53, §1º, Inciso I - Anexo XI

Receitas	Previsao	Receitas Realizadas		Saldo a
	Atualizada (a)	No Bimestre	Até o Bim. (b)	Realiz. (a-b)
Receitas de Operações de Crédito (A)	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas	Dotação	Despesas Liquidadas		Saldo a
	Atualizada (c)	No Bimestre	Até o Bim. (d)	Liquidar (c-d)
Despesas de Capital	3.612.362,66	281.788,88	281.788,88	3.330.573,78
(-) Incentivo a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivo Inst.Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (B)	3.612.362,66	281.788,88	281.788,88	3.330.573,78
--------------------------------	--------------	------------	------------	--------------

DIFERENÇA (A) - (B)	-3.612.362,66	-281.788,88	-281.788,88	-3.330.573,78
---------------------	---------------	-------------	-------------	---------------

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

 PREFEITA MUNICIPAL
 GISA APARECIDA GIACOMIN

 TÉC. EM CONTABILIDADE
 DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

LRF R.R.E.O 1º Bimestre 2011 - Anexo XIV

```

+=[ CPL ]=-----{ 001 }+
|
|                               Município de CATANDUVAS                                CONSOLIDADO |
|                               Relatório Resumido da Execução Orçamentária                |
|                               Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos |
|                               Orçamento da Seguridade Social                          |
|                               JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO        |
+-----+

```

LRF. Art.53, §1º, inciso III - Anexo XIV

	Previsao	Receitas	Saldo
RECEITAS	Atualizada (a)	Realizadas (b)	a Realizar (a-b)
Receitas de Capital			
Alienação de Ativos	30.000,00	0,00	30.000,00
Alienação de Veiculos	0,00	0,00	0,00
Alienacao de Veiculos	20.000,00	0,00	20.000,00
Alienacao de Veiculos - rec Vinculados a Saude	0,00	0,00	0,00
Alienacao de Veiculos - rec Vinculados a Educacao	0,00	0,00	0,00
Alienacao de Moveis e Utensilios	5.000,00	0,00	5.000,00
Alienacao de Moveis e Utensilios - rec Vinculados a Saude	0,00	0,00	0,00
Alienacao de Moveis e Utensilios - rec Vinculados a Educacao	0,00	0,00	0,00
Alienacao de Equipamentos	5.000,00	0,00	5.000,00
Alienacao de Equipamentos - rec Vinculados a Saude	0,00	0,00	0,00
Alienacao de Equipamentos - rec Vinculados a Educacao	0,00	0,00	0,00
Alienação de Imóveis Urbanos	0,00	0,00	0,00
Total	30.000,00	0,00	30.000,00

	Dotação	Despesas	Saldo
DESPESAS	Atualizada (c)	Liquidadas (d)	a Realizar (c-d)
APLICAÇÕES DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	30.000,00	0,00	30.000,00
Despesas de Capital	30.000,00	0,00	30.000,00
Investimentos	30.000,00	0,00	30.000,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes do Regime de Previdência	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
Total	30.000,00	0,00	30.000,00

	Exercício Anterior (e)	Do Exercício (f) = (b-d)	Saldo Atual (e+f)
Saldo Financeiro a Aplicar	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

 PREFEITA MUNICIPAL
 GISA APARECIDA GIACOMIN

 TÉC. EM CONTABILIDADE
 DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

LRF R.R.E.O 1º Bimestre 2011 - Anexo XVI

+= [CPL] =-----{ 001 }+
 |
 | Município de CATANDUVAS CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo da Receita de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |
 +-----+

ADCT. Art.77 - Anexo XVI

Receitas	Previsão		Receitas Realizadas	
	Inicial	Atualizada(a)	Até o Bim. (b)	%(b/a)
Rec.Liquida de Imp.e Transf.Constit.e Legais (I)	13.325.600,00	13.325.600,00	2.335.641,46	17,53
Impostos	1.145.800,00	1.145.800,00	163.812,41	14,30
Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial	430.000,00	430.000,00	94,38	0,02
Imp.de Renda Retido nas Fontes S/ Rendimentos do	82.000,00	82.000,00	18.703,84	22,81
Imp.de Renda Retido nas Fontes S/ Outros Rendime	5.200,00	5.200,00	0,00	0,00
Imp.S/Transm.Interv.Bens Imóv.e Dir. Reais ITBI	70.000,00	70.000,00	16.672,28	23,82
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	558.600,00	558.600,00	128.341,91	22,98
Receitas de transf. constitucionais e Legais	12.179.800,00	12.179.800,00	2.171.829,05	17,83
da União	11.539.800,00	11.539.800,00	2.088.707,42	18,10
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municí	4.490.000,00	4.490.000,00	901.567,07	20,08
Cota-Parte do Imposto S/a Propriedade Territori	6.700,00	6.700,00	109,75	1,64
Transferencia Financ do ICMS-Deson.-LC 87/96	43.200,00	43.200,00	6.510,24	15,07
Cota-Parte do ICMS	6.204.500,00	6.204.500,00	1.073.033,48	17,29
Cota-Parte do IPVA	640.000,00	640.000,00	83.121,63	12,99
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	155.400,00	155.400,00	24.365,25	15,68
do Estado	7.587.100,00	7.587.100,00	1.257.684,08	16,58
Transferencia Financ do ICMS-Deson.-LC 87/96	43.200,00	43.200,00	6.510,24	15,07
Cota-Parte do ICMS	6.204.500,00	6.204.500,00	1.073.033,48	17,29
Cota-Parte do IPVA	1.184.000,00	1.184.000,00	153.775,11	12,99
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	155.400,00	155.400,00	24.365,25	15,68
Outras Receitas	64.800,00	64.800,00	14.102,48	21,76
(-)Dedução para o Fundef	-2.307.960,00	-2.307.960,00	-417.741,01	18,10
Total de Receita de Impostos	11.082.440,00	11.082.440,00	1.932.002,93	17,43

Despesas com Saúde (Por Grupo de Natureza da Despesa)	Dotação		Despesas Liquidadas	
	Inicial	Atualizada(c)	Até o Bim. (d)	%(d/c)
Despesas Correntes	3.510.165,00	3.510.165,00	753.041,17	21,45
Pessoal e Encargos Sociais	2.092.565,00	2.092.565,00	500.455,41	23,92
Outras Despesas Correntes	1.417.600,00	1.417.600,00	252.585,76	17,82
Despesas de Capital	157.400,00	157.400,00	457,00	0,29
Investimentos	157.400,00	157.400,00	457,00	0,29
Total	3.667.565,00	3.667.565,00	753.498,17	20,54

Despesas Próprias com Saúde	Dotação		Despesas Liquidadas	
	Inicial	Atualizada	Até o Bim. (e)	%(e)
Despesas Com Saúde	0,00	0,00	753.498,17	0,00
(-) Despesas com Inativos e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados a S	917.240,00	917.240,00	153.017,64	0,00
Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS	917.240,00	917.240,00	153.017,64	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Rec.de conv.na saúde não aplic.no exerc.ant.	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Cancelados - Vinculados a Saude	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Incritos sem Disponibilidade de	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Desp.Próprias Com Saúde (V)	0,00	0,00	600.480,53	0,00

```

+=[ CPL ]=-----{ 002 }+
|
|                               Município de CATANDUVAS                                CONSOLIDADO |
|                               Relatório Resumido da Execução Orçamentária                |
|                               Demonstrativo da Receita de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde |
|                               Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social                  |
|                               JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO        |
+-----+

```

ADCT. Art.77 - Anexo XVI

Controle de Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores vinculados à Saúde	Aplic.Min. em 2010 (e)	Aplic.Apurada em 2010 (F)	RESTOS A PAGAR Insc.em 31 de dez.de 2010	Can.em 2011(g)
RP de Des.Próprias com Acoes e Serv. Publ.de Saude	15,00	23,57	-833,37	0,00
Compensação de Restos a Pagar Cancelados em 2010				0,00

Participação das Despesas Próprias com Saúde na Receita de Impostos - Limite Constitucional 15%	25,71
---	-------

Despesas com Saúde (Por SubFunção)	Dotação		Despesas Liquidadas	
	Inicial	Atualizada	Até o Bim.	%
ATENÇÃO BÁSICA	3.642.165,00	3.642.165,00	753.390,17	99,99
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	7.500,00	7.500,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	17.900,00	17.900,00	108,00	0,01
Total	3.667.565,00	3.667.565,00	753.498,17	100,00

(-) Despesas com Inativos e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados a S	917.240,00	917.240,00	153.017,64	0,00
Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS	917.240,00	917.240,00	153.017,64	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Rec.de conv.na saúde não aplic.no exerc.ant.	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Cancelador - Vinculados a Saude	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Incritos sem Disponibilidade de	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Prórias com Saúde	3.667.565,00	3.667.565,00	600.480,53	100,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITA MUNICIPAL
GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

LRF R.R.E.O 1º Bimestre 2011 - Anexo XVII

[www.cplinformatica.com.br]

001

Município de CATANDUVAS

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

LRF, Art.48 - Anexo XVII

Balanco Orcamentário - Receitas	No Bimestre	Até o Bimestre
Previsão Inicial da Receita	0,00	16.974.240,00
Previsão Atualizada da Receita	0,00	16.974.240,00
Receitas Realizadas	2.629.297,42	2.629.297,42
Saldos de Exercícios Anteriores	0,00	201.609,81
Déficit Orçamentário	0,00	201.609,81

Balanco Orcamentário - Despesas	No Bimestre	Até o Bimestre
Dotação Inicial	0,00	16.974.240,00
Dotação Atualizada	0,00	17.175.849,81
Despesas Empenhadas	3.662.268,80	3.662.268,80
Despesas Liquidadas	2.652.751,98	2.652.751,98
Superávit Orçamentario	0,00	0,00

Despesa por Função/SubFunção	No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	3.662.268,80	3.662.268,80
Despesas Liquidadas	2.652.751,98	2.652.751,98

Receita Corrente Liquida - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Liquida	16.327.373,30

Receitas/Despesas dos Regimes de Previdência	No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social		
Receitas Previdenciarias (I)	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (II)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (I-II)	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos		
Receitas Previdenciarias (III)	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (IV)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (III-IV)	0,00	0,00

Resultados Nominal e Primário	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO(a)	Res.Apur.até o Bimestre(b)	% em Relação a Meta(b/a)
Resultado Nominal	-300.000,00	-616.478,84	205,4929
Resultado Primario	122.380,00	69.349,46	56,6673

Movimentação dos Restos a Pagar	Inscrição Can.	Até o Bim.	Pag.Até o Bim.	Saldo
Por Poder e Ministério Público				
Restos a Pagar Processados				
Poder Executivo	96.764,85	0,00	88.173,31	8.591,54
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados				
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00

[www.cplinformatica.com.br]

002

Município de CATANDUVAS

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

LRF, Art.48 - Anexo XVII

Limites Constitucionais Anuais			
Despesas com Manut. e Desenv. do Ensino - MDE	Valor Apurado		%Aplicado
	Até o Bim.	no Exercício	Até o Bim.
Min Anual de <18%/25%> das Receitas de Impostos em MDE		<25%/18%>	26,8127
Min Anual <60% FUNDEB Rem.Mag.Ens.Fund/Medio-D.Fed/Est.		60%	
Min Anual <60% FUNDEB Rem.Magist.com Ed.Inf.e Ens.Fund.		60%	88,1486
Compl.União FUNDEB Min.10% Total Rec.FUNDEB - União		10%	

Receitas de Operações de Credito e Despesas de Capital	Vlr.Apur.até o Bim.	Saldo a Real.
Receita de Operação de Credito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	281.788,88	3.330.573,78

Projeção Atuarial dos Regimes de Prev.	Exerc.em Ref.	10o Exerc.	20o Exerc.	35o Exerc.
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciarias (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciario (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Prev. Social dos Serv. Públicos				
Receitas Previdenciarias (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciario (III-IV)	0,00	0,00	0,00	0,00

Receita da Alienação de Ativos e Aplicações dos Recursos	Vlr.Apur.até Bim.	Saldo a Real.
Receita de Cap.Result.da ALienação de Ativos	0,00	30.000,00
Aplicação dos Recursos da ALienação de Ativos	0,00	30.000,00

Limites Constitucionais Anuais			
Despesas com Ações e Serv. Públicos de Saúde	Valor Apurado		%Aplicado
	Até o Bim.	no Exercício	Até o Bim.
Desp.Própr.com Ações e Serv.Púb.de Saúde	600.480,53	15,00	25,71

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITA MUNICIPAL
GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

LRF R.R.E.O 1º Bimestre 2011- Anexo V

+= [CPL] =-----{ 001 }+
 |
 | Município de CATANDUVAS CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos |
 | Orçamento da Seguridade Social |
 | JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |
 +-----+

LRF. Art.53, inciso II - Anexo V

	Previsão		Receitas Realizadas		Exercício
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS					
Total das Receitas Previdenciárias (V=I+II+III+IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

	Dotação		Despesas Liquidadas		Período de
	Inicial	Dotação p/ o Exercício	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Referência Ano Anterior
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS					
Total das Despesas Previdenciárias - RPPS (IX)=(VI+VII+VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário - RPPS (X)=(V-IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RESERVA ORÇAMENTARIA DO RPPS		Previsão Orçamentária
Valor		0,00

	Período de Referencia		
	Mês	Exercício	Exercício
BENS E DIREITOS DO RPPS	Anterior(01/2011)	Anterior(2010)	Atual(2011)

	Previsão		Receitas Realizadas		Exercício
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS					
Total das Receitas Previdenciárias Intra-Orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

	Dotação		Despesas Liquidadas		Período de
	Inicial	Dotação p/ o Exercício	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Referência Ano Anterior
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA - RPPS					
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

 PREFEITA MUNICIPAL
 GISA APARECIDA GIACOMIN

 TÉC. EM CONTABILIDADE
 DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

LRF R.R.E.O 1º Bimestre 2011- Anexo X

[www.cplinformatica.com.br]

001

Município de CATANDUVAS

CONSOLIDADO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - Anexo X(Lei 9.394/96, Art.72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput art.212 Const)	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		%
	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim. (b)	
					(c) = (b/a) x100
1.0 - RECEITAS DE IMPOSTOS	1.235.060,00	1.235.060,00	187.328,63	187.328,63	15,17
1.1 - Receita Resultante do - IPTU	491.060,00	491.060,00	22.492,17	22.492,17	4,58
1.1.1- Imposto Sobre a Propriedade Predial e Ter	430.000,00	430.000,00	94,38	94,38	0,02
1.1.2- Multas/Juros de Mora do Imp.s/Propr.Terri	18.000,00	18.000,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2- Multas/Juros Mora Divida Ativa do Imp.s/P	2.400,00	2.400,00	3.207,54	3.207,54	133,65
1.1.3- Receita Divida Ativa Imp.s/Propr.Territ.U	36.000,00	36.000,00	18.053,90	18.053,90	50,15
1.1.4- Receita da Dívida Ativa de Outros Tributo	6.000,00	6.000,00	1.158,29	1.158,29	19,30
1.2 - Receita Resultante do - ITBI	70.000,00	70.000,00	16.672,28	16.672,28	23,82
1.2.1- Imp.S/Transm.Interv.Bens Imóv.e Dir. Reai	70.000,00	70.000,00	16.672,28	16.672,28	23,82
1.3 - Receita Resultante do - ISS	586.800,00	586.800,00	129.460,34	129.460,34	22,06
1.3.1- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Nature	558.600,00	558.600,00	128.341,91	128.341,91	22,98
1.3.2- Multas e Juros de Mora do Imposto s/Servi	9.000,00	9.000,00	2,00	2,00	0,02
1.3.2- Multas/Juros Mora Div Ativ Imp.s/ Serv. Q	1.200,00	1.200,00	164,01	164,01	13,67
1.3.3- Receita Divida Ativa Imp. s/ Serviços Qua	18.000,00	18.000,00	952,42	952,42	5,29
1.4 - Receita Resultante do - IRRF	87.200,00	87.200,00	18.703,84	18.703,84	21,45
1.4.1- Imp.de Renda Retido nas Fontes S/ Rendime	82.000,00	82.000,00	18.703,84	18.703,84	22,81
1.4.1- Imp.de Renda Retido nas Fontes S/ Outros	5.200,00	5.200,00	0,00	0,00	0,00
1.5 - Receita Resultante do - ITR	-1.340,00	-1.340,00	-21,94	-21,94	1,64
1.5.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-1.340,00	-1.340,00	-21,94	-21,94	1,64
2.0 - RECEITAS DE TRANSF. CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	11.539.800,00	11.539.800,00	2.088.707,42	2.088.707,42	18,10
2.1 - Cota Parte do FPM	4.490.000,00	4.490.000,00	901.567,07	901.567,07	20,08
2.1.1- Cota-Parte do Fundo de Participação dos M	4.490.000,00	4.490.000,00	901.567,07	901.567,07	20,08
2.2- Cota-Parte do ICMS	6.204.500,00	6.204.500,00	1.073.033,48	1.073.033,48	17,29
2.3- Transferencia Financ do ICMS-Deson.-LC 87/96	43.200,00	43.200,00	6.510,24	6.510,24	15,07
2.4- Cota-Parte do IPI sobre Exportação	155.400,00	155.400,00	24.365,25	24.365,25	15,68
2.5- Cota-Parte do Imposto S/a Propriedade Territo	6.700,00	6.700,00	109,75	109,75	1,64
2.6- Cota-Parte do IPVA	640.000,00	640.000,00	83.121,63	83.121,63	12,99
3.0 - TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1.0 + 2.0)	12.774.860,00	12.774.860,00	2.276.036,05	2.276.036,05	17,82
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO					
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		%
	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim. (b)	
					(c) = (b/a) x100
5.0 - RECEITAS DE TRANSFERENCIAS DO FNDE	355.300,00	355.300,00	48.720,20	48.720,20	13,71
5.1- Transferência do Salário-Educação	201.500,00	201.500,00	48.720,20	48.720,20	24,18
5.2- Transf.Direta do FNDE ref.Prog. Nac. Alim.Esc	53.300,00	53.300,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Transf Diretas FNDE referente PNATE	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Outras Transf.Diretas Fundo Nac. Desenv. Educ	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00
6.0 - RECEITAS DE TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	140.000,00	140.000,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transf. de Convênios dos Estados Dest. a Prog	140.000,00	140.000,00	0,00	0,00	0,00
9.0 - TOTAL RECEITAS ADICIONAIS P/ FINAN. DO ENSINO	495.300,00	495.300,00	48.720,20	48.720,20	9,84

[www.cplinformatica.com.br]

002

Município de CATANDUVAS

CONSOLIDADO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - Anexo X(Lei 9.394/96, Art.72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO FUNDEB	FUNDEB				
	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		%
	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim. (b)	(c) = (b/a) x100
10.0 RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.307.960,00	2.307.960,00	417.741,01	417.741,01	18,10
10.1 Cota-Parte FPM Dest.ao FUNDEB(20% de 2.1.1)	898.000,00	898.000,00	180.313,35	180.313,35	20,08
10.2 Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB(20% de 2.2)	1.240.900,00	1.240.900,00	214.606,47	214.606,47	17,29
10.3 ICMS-Desoneração Dest.ao FUNDEB(20% de 2.3)	8.640,00	8.640,00	1.302,04	1.302,04	15,07
10.4 Cota-Parte IPI-Exp.Dest.ao FUNDEB(20% de 2.4)	31.080,00	31.080,00	4.873,06	4.873,06	15,68
10.5 C-P ITR/ITR Arrec.Dest. FUNDEB(20% de 1.5+2.5)	1.340,00	1.340,00	21,94	21,94	1,64
10.6 Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB(20% de 2.6)	128.000,00	128.000,00	16.624,15	16.624,15	12,99
11.0 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.185.500,00	2.185.500,00	379.534,09	379.534,09	17,37
11.1 - Transferencias de Recursos do FUNDEB	2.170.000,00	2.170.000,00	378.541,42	378.541,42	17,44
11.3 - Receita de Aplic.Finan.dos Recursos do FUN	15.500,00	15.500,00	992,67	992,67	6,40
12.0-RESULTADO LÍQUIDO TRANSF.DO FUNDEB (11.1 - 10.0)	137.960,00	137.960,00	39.199,59	39.199,59	28,41

(SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERENCIA (12.0) FOR POSITIVO, HOVE ACRESCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB)

(SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERENCIA (12.0) FOR NEGATIVO, HOVE DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB)

	Dotação	Dotação	Despesas Liquidadas		%
DESPESAS DO FUNDEB	Inicial	Atualizada(d)	No Bim.	Até o Bim. (e)	(f)=(e/d)x100
13.0 - PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTERIO	1.935.500,00	2.004.047,15	334.553,98	334.553,98	16,69
13.1 - Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2 - Com Ensino Fundamental	1.935.500,00	2.004.047,15	334.553,98	334.553,98	16,69
14.0 - OUTRAS DESPESAS	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00
14.1 - Com Educação Infantil	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00
14.2 - Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15.0-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13.0 + 14.0)	2.185.500,00	2.254.047,15	334.553,98	334.553,98	14,84

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

	Valor
16.0-RESTOS A PAGAR INSC.SEM DISPONIB.FINAN.DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
17.0-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	0,00
18.0-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16.0 + 17.0)	0,00
19.0-MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO MAGISTÉRIO COM EDUC.INFANTIL E ENS.FUNDAMENTAL ((13.0-18.0)/11) x 100	% 88,15

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE

	Valor
20.0 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM <EXERCÍCIO ANTERIOR> QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	0,00
21.0 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20.0 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2011	0,00

MANUTENÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		%
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim. (b)	(c) = (b/a)x100
22.0-IMPOSTOS E TRANSF.DESTINADAS A MDE (25% DE 3.0)	3.193.715,00	3.193.715,00	569.009,01	569.009,01	17,82
	Dotação	Dotação	Despesas Liquidadas		%
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Inicial	Atualizada(d)	No Bim.	Até o Bim. (e)	(f) = (e/d)x100
23.0 - EDUCAÇÃO INFANTIL	255.300,00	255.300,00	3.000,00	3.000,00	1,18
23.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00
23.2 - Desp.Custeadas com Outros Recursos Impost.	5.300,00	5.300,00	3.000,00	3.000,00	56,60
24.0 - ENSINO FUNDAMENTAL	3.322.810,00	3.391.357,15	569.060,13	569.060,13	16,78
24.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.935.500,00	2.004.047,15	334.553,98	334.553,98	16,69
24.2 - Desp.Custeadas com Outros Recursos Imposto	1.387.310,00	1.387.310,00	234.506,15	234.506,15	16,90
25.0 - ENSINO MEDIO	13.500,00	27.000,00	0,00	0,00	0,00



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

[www.cplinformatica.com.br]

003

Município de CATANDUVAS

CONSOLIDADO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - Anexo X(Lei 9.394/96, Art.72) R\$ 1,00

26.0 - ENSINO SUPERIOR	80.000,00	160.000,00	0,00	0,00	0,00
27.0 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO R	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28.0 - OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29.0-TOTAL DESP.AÇÕES TÍPICAS.MDE (23+24+25+26+27+28)	3.671.610,00	3.833.657,15	572.060,13	572.060,13	14,92

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL

	Valor
30.0-RESULTADO LIQUIDO DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB =(12)	39.199,59
31.0-DESPESAS CUSTEADAS COM COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
32.0-RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50h)	992,67
33.0-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	0,00
34.0-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINAN.EXERC.ANTER.OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
35.0-RESTOS A PAGAR INSC.NO EXERC.SEM DISPON.FINAN.RECURSOS IMPOSTOS VINC.AO ENSINO	0,00
36.0 CANCELAMENTO NO EXERC.RESTOS A PAGAR, C/DISP.FINAN.RECURSOS IMPOSTOS VINC.ENS.	0,00
37.0 TOTAL DEDUÇÕES CONSIDERADAS P/FINS DE LIMITE CONSTITUC. (30+31+32+33+34+35+36)	38.206,92
38.0 TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (23+24) - (37)	610.267,05

39.0 MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ((38.0/3.0)x 100) % 26,81

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada(d)	Despesas Liquidadas No Bim.	Despesas Liquidadas Até o Bim. (e)	% (f) = (e/d)x100
OUTRAS DESP.CUSTEADAS C/RECEITAS ADICION.P/FINAN.DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41.0-DESP.CUSTEADAS CONTRIB.SOCIAL SALÁRIO EDUCAÇÃO	201.500,00	201.500,00	0,00	0,00	0,00
42.0-DESP.CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43.0-DESP.CUST.C/OUTRAS RECEITAS P/FINANC.DO ENSINO	240.000,00	240.000,00	0,00	0,00	0,00
44.0-TOTAL OUT.DESP.C/REC.ADC.P/FIN.ENS (40+41+42+43)	441.500,00	441.500,00	0,00	0,00	0,00
45.0-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29.0 + 44.0)	4.113.110,00	4.275.157,15	572.060,13	572.060,13	13,38

	Saldo Até o Bimestre	Cancelado em 2010 (g)
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPOBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		
46.0-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00

	VALOR FUNDEB (b)	FUNDEF
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		
47.0-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	0,00	0,00
48.0- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	-992,67	0,00
49.0- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
50.0- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	992,67	0,00
51.0- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

- (1) Limites mínimos a serem cumpridos no encerramento do Exercício
- (2) Art.21, Parág.2º, Lei 11.494/2007, até 5% dos Recursos Recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos a complementação da União, recebidos nos termos no parág.1º do art.6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante Abertura de Crédito Adicional.
- (3) Caput do art. 212 da CF/1988.
- (4) Os valores relativos à parcela dos Restos a Pagar inscritos em disponibilidade financeira vinculados a educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
- (5) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito da situação prioritária, conforme LDB, art. II,V.

PREFEITA MUNICIPAL
GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

CÂMARA DE VEREADORES

Balancete Financeiro 02_2011

CPL Informática.

Pág. 001

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS

ANEXO TC-05

ESTADO DE SANTA CATARINA

Balancete Financeiro de 02/2011

Emissão: 28/02/2011

> TITULOS	V A L O R	> TITULOS	V A L O R
		DESPESA ORCAMENTARIA	58.547,66
		LEGISLATIVA	58.547,66
> RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	77.935,53	> DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	11.163,95
DEPOSITOS A TRANSFERIR	9.032,53	DEPOSITOS A TRANSFERIR	5.193,95
INSS	2.842,31	INSS	2.842,31
ASSERV	623,48	ASSERV	623,48
EMPRESTIMO CEF	2.845,42	PENSAO ALIMENTICIA	540,00
EMPRESTIMO BESC	993,16	IRRF	294,60
PENSAO ALIMENTICIA	540,00	DESPESA CELULAR - EXCEDENTE	893,56
IRRF	294,60	CONVENIOS A PAGAR	339,88
DESPESA CELULAR - EXCEDENTE	893,56	DO EXERCICIO NUMERO CONVENIO + NUM.PARC	339,88
CONVENIOS A PAGAR	339,88	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	5.630,12
DO EXERCICIO NUMERO CONVENIO + NUM.PARC	339,88	INSS	5.630,12
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	5.630,12		
INSS	5.630,12		
REPASSE RECEBIDO FONTE DE RECURSOS	62.933,00		
> DESPESA EMPENHADA	58.547,66	> DESPESA PAGA	58.547,66
CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR CELULA DES	58.547,66	CREDITO LIQUIDADO	58.547,66
		CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO CELULA DE	58.547,66
> SALDOS ANTERIORES	22.710,32	> SALDOS ATUAIS	30.934,24
		BANCO DO BRASIL	2.400,00
BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - BB	7.423,03	BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - BB	8.380,68
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	15.287,29	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	20.153,56
> TOTAL	159.193,51	> TOTAL	159.193,51

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO
ARLINDO TULIO REATO

TEC. CRC/SC 22.439/0-0
SIMONE V. SANTOS DE MARTINI

Comparativo da Despesa 02_2011

CPL Informática.

Pág. 001

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de fevereiro, Saldos até 28/02/2011

Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
01	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	755.200,00	0,00	0,00	0,00	755.200,00	58.547,66	98.770,34	0,00	656.429,66	58.547,66	0,00
0101	CAMARA MUNICIPAL	755.200,00	0,00	0,00	0,00	755.200,00	58.547,66	98.770,34	0,00	656.429,66	58.547,66	0,00
01	LEGISLATIVA	755.200,00	0,00	0,00	0,00	755.200,00	58.547,66	98.770,34	0,00	656.429,66	58.547,66	0,00
031	AÇÃO LEGISLATIVA	755.200,00	0,00	0,00	0,00	755.200,00	58.547,66	98.770,34	0,00	656.429,66	58.547,66	0,00
0001	PROCESSO LEGISLATIVO	755.200,00	0,00	0,00	0,00	755.200,00	58.547,66	98.770,34	0,00	656.429,66	58.547,66	0,00
2001	MANUTENCAO DO PODER LEGISLATIVO	625.200,00	0,00	0,00	0,00	625.200,00	58.028,66	96.971,34	0,00	528.228,66	58.028,66	0,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	625.200,00	0,00	0,00	0,00	625.200,00	58.028,66	96.971,34	0,00	528.228,66	58.028,66	0,00
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	426.000,00	0,00	0,00	0,00	426.000,00	32.440,22	65.793,99	0,00	360.206,01	32.440,22	0,00
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	426.000,00	0,00	0,00	0,00	426.000,00	32.440,22	65.793,99	0,00	360.206,01	32.440,22	0,00
31900901	* 00 000000 salário família ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6,22	0,00	0,00	0,00	0,00
31901101	* 00 000000 vencimentos e salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.124,96	50.330,17	0,00	0,00	26.124,96	0,00
31901137	* 00 000000 gratificação por temp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	570,77	0,00	0,00	0,00	0,00
31901142	* 00 000000 férias indenizadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.081,77	0,00	0,00	0,00	0,00
31901145	* 00 000000 férias abono constitu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.873,34	0,00	0,00	0,00	0,00
31901203	* 00 000000 gratificação por temp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	685,14	769,47	0,00	0,00	685,14	0,00
31901302	* 00 000000 contribuições prevede	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.630,12	11.162,25	0,00	0,00	5.630,12	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	199.200,00	0,00	0,00	0,00	199.200,00	25.588,44	31.177,35	0,00	168.022,65	25.588,44	0,00
33500000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	339,88	663,59	0,00	5.336,41	339,88	0,00
33504199	* 00 000000 outras contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	339,88	663,59	0,00	0,00	339,88	0,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	193.200,00	0,00	0,00	0,00	193.200,00	25.248,56	30.513,76	0,00	162.686,24	25.248,56	0,00
33901414	* 00 000000 diárias no país civi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.352,00	18.631,80	0,00	0,00	17.352,00	0,00
33903004	* 00 000000 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66,00	66,00	0,00	0,00	66,00	0,00
33903007	* 00 000000 gêneros de alimentaçã	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903016	* 00 000000 material de expedient	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	197,00	264,00	0,00	0,00	197,00	0,00
33903021	* 00 000000 material de copa e co	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903022	* 00 000000 material de limpeza e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903026	* 00 000000 material elétrico e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	81,32	139,25	0,00	0,00	81,32	0,00
33903099	* 00 000000 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	130,00	130,00	0,00	0,00	130,00	0,00
33903301	* 00 000000 passagens para o país	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	163,02	163,02	0,00	0,00	163,02	0,00
33903615	* 00 000000 locação de imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	820,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903625	* 00 000000 serviços de limpeza e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903911	* 00 000000 locação de softwares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	536,00	1.072,00	0,00	0,00	536,00	0,00
33903922	* 00 000000 exposições, congresso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.270,00	4.270,00	0,00	0,00	4.270,00	0,00
33903943	* 00 000000 serviços de energia e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	197,45	407,31	0,00	0,00	197,45	0,00
33903944	* 00 000000 serviços de água e es	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	72,24	144,48	0,00	0,00	72,24	0,00
33903947	* 00 000000 serviços de comunicaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00	300,00	0,00	0,00	300,00	0,00
33903958	* 00 000000 serviços de telecomun	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.788,53	3.242,40	0,00	0,00	1.788,53	0,00
33903981	* 00 000000 serviços bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13,50	0,00	0,00	0,00	0,00
33903997	* 00 000000 despesas de teleproce	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	95,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903999	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	95,00	405,00	0,00	0,00	95,00	0,00
1001	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	519,00	1.799,00	0,00	28.201,00	519,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	519,00	1.799,00	0,00	28.201,00	519,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	519,00	1.799,00	0,00	28.201,00	519,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	519,00	1.799,00	0,00	28.201,00	519,00	0,00
44905206	* 00 000000 aparelhos e equipamen	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	499,00	499,00	0,00	0,00	499,00	0,00
44905234	* 00 000000 máquinas, utensílios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.280,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905242	* 00 000000 mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20,00	20,00	0,00	0,00	20,00	0,00
1002	CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS DA SEDE DA	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00

CPL Informática.

Pág. 002

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de fevereiro, Saldos até 28/02/2011

Anexo TC-08

Código Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
44000000 INVESTIMENTOS	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00
44900000 APLICAÇÕES DIRETAS	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00
<hr/>											
TOTAL GERAL	755.200,00	0,00	0,00	0,00	755.200,00	58.547,66	98.770,34	0,00	656.429,66	58.547,66	0,00

CPL Informática.

Pág. 003

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de fevereiro, Saldos até 28/02/2011

Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
30000000	DESPESAS CORRENTES	625.200,00	0,00	0,00	0,00	625.200,00	58.028,66	96.971,34	0,00	528.228,66	58.028,66	0,00
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	426.000,00	0,00	0,00	0,00	426.000,00	32.440,22	65.793,99	0,00	360.206,01	32.440,22	0,00
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	426.000,00	0,00	0,00	0,00	426.000,00	32.440,22	65.793,99	0,00	360.206,01	32.440,22	0,00
31900901	* " 000000 salário família ativ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6,22	0,00	0,00	0,00	0,00
31901101	* " 000000 vencimentos e salari	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.124,96	50.330,17	0,00	0,00	26.124,96	0,00
31901137	* " 000000 gratificação por tem	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	570,77	0,00	0,00	0,00	0,00
31901142	* " 000000 férias indenizadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.081,77	0,00	0,00	0,00	0,00
31901145	* " 000000 férias abono constit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.873,34	0,00	0,00	0,00	0,00
31901203	* " 000000 gratificação por tem	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	685,14	769,47	0,00	0,00	685,14	0,00
31901302	* " 000000 contribuições previd	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.630,12	11.162,25	0,00	0,00	5.630,12	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	199.200,00	0,00	0,00	0,00	199.200,00	25.588,44	31.177,35	0,00	168.022,65	25.588,44	0,00
33500000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	339,88	663,59	0,00	5.336,41	339,88	0,00
33504199	* " 000000 outras contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	339,88	663,59	0,00	0,00	339,88	0,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	193.200,00	0,00	0,00	0,00	193.200,00	25.248,56	30.513,76	0,00	162.686,24	25.248,56	0,00
33901414	* " 000000 diárias no país civ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.352,00	18.631,80	0,00	0,00	17.352,00	0,00
33903004	* " 000000 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66,00	66,00	0,00	0,00	66,00	0,00
33903007	* " 000000 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903016	* " 000000 material de expedien	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	197,00	264,00	0,00	0,00	197,00	0,00
33903021	* " 000000 material de copa e c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903022	* " 000000 material de limpeza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903026	* " 000000 material elétrico e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	81,32	139,25	0,00	0,00	81,32	0,00
33903099	* " 000000 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	130,00	130,00	0,00	0,00	130,00	0,00
33903301	* " 000000 passagens para o paí	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	163,02	163,02	0,00	0,00	163,02	0,00
33903615	* " 000000 locação de imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	820,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903625	* " 000000 serviços de limpeza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903911	* " 000000 locação de softwares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	536,00	1.072,00	0,00	0,00	536,00	0,00
33903922	* " 000000 exposições, congress	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.270,00	4.270,00	0,00	0,00	4.270,00	0,00
33903943	* " 000000 serviços de energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	197,45	407,31	0,00	0,00	197,45	0,00
33903944	* " 000000 serviços de água e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	72,24	144,48	0,00	0,00	72,24	0,00
33903947	* " 000000 serviços de comunica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00	300,00	0,00	0,00	300,00	0,00
33903958	* " 000000 serviços de telecomu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.788,53	3.242,40	0,00	0,00	1.788,53	0,00
33903981	* " 000000 serviços bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13,50	0,00	0,00	0,00	0,00
33903997	* " 000000 despesas de teleproc	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	95,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903999	* " 000000 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	95,00	405,00	0,00	0,00	95,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	130.000,00	0,00	0,00	0,00	130.000,00	519,00	1.799,00	0,00	128.201,00	519,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	130.000,00	0,00	0,00	0,00	130.000,00	519,00	1.799,00	0,00	128.201,00	519,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	130.000,00	0,00	0,00	0,00	130.000,00	519,00	1.799,00	0,00	128.201,00	519,00	0,00
44905206	* " 000000 aparelhos e equipame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	499,00	499,00	0,00	0,00	499,00	0,00
44905234	* " 000000 máquinas, utensílios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.280,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905242	* " 000000 mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20,00	20,00	0,00	0,00	20,00	0,00
TOTAL GERAL		755.200,00	0,00	0,00	0,00	755.200,00	58.547,66	98.770,34	0,00	656.429,66	58.547,66	0,00
							Estornos até o Mes	0,00		Pagos até o Mes	98.770,34	

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO
ARLINDO TULIO REATOTEC. CRC/SC 22.439/0-0
SIMONE V. SANTOS DE MARTINI

Comparativo da Receita 02_2011

CPL Informática.

Pág. 001

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS

Saldos até 28/02/2011

Exercício: 2011

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

Codigo	Especificações	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes	Diferença em R\$	
					Para (+)	Para (-)
	TOTAL DA RECEITA	0,00	9.032,53	17.285,72	17.285,72	
	RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	0,00		0,00
30000000	RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA	0,00	9.032,53	17.285,72	17.285,72	
31000000	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,00	9.032,53	17.285,72	17.285,72	
31001000 0000 000000	Inss	0,00	2.842,31	5.612,06	5.612,06	
31002000 0000 000000	Asserv	0,00	623,48	1.257,20	1.257,20	
31003000 0000 000000	Irrf	0,00	294,60	779,54	779,54	
31004000 0000 000000	Emprestimo Cef	0,00	2.845,42	5.248,09	5.248,09	
31007000 0000 000000	Emprestimo Besc S/a	0,00	993,16	1.986,32	1.986,32	
31008000 0000 000000	Pensao Alimenticia	0,00	540,00	1.080,00	1.080,00	
31009000 0100 000000	Despesa Celular - Excedente	0,00	893,56	1.322,51	1.322,51	
31009100 0000 000000	Rendimentos Aplicacoes Financeiras	0,00	0,00	0,00		0,00

	Orçado R\$	Arrecadado	Arrecadado
		no Mes	até o Mes
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	0,00	0,00	0,00

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

ARLINDO TULIO REATO

TEC. CRC/SC 22.439/0-0

SIMONE V. SANTOS DE MARTINI

EO - Anexo I

+ [CPL] ----- { 001 } +

Município de CATANDUVAS

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Balanco Orçamentário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

LRF. Art.52, inciso I, alíneas 'a' e 'b' do inciso II e §1º - Anexo I

RECEITAS	P R E V I S ã O		RECEITAS REALIZADAS				SALDO
	Inicial	p/ o Exercício	Bimestre	%	até o Bimestre	%	
Categoria Econômica / Fontes		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	0,00	0,00	0,00	100,000	0,00	100,000	0,00
Operações de Crédito - Refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Refinanciamento de Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V)=(III+IV)	0,00	0,00	0,00	100,000	0,00	100,000	0,00
DÉFICIT (VI)					98.770,34		
TOTAL (VII)=(V+VI)	0,00	0,00	0,00		0,00		
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	0,00	-	-	0,00	-	-
(UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	0,00	-	-	0,00	-	-
Superávit Financeiro	-	0,00	-	-	0,00	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-

								INSCRITAS EM			
								RESTOS A PAGAR			
								NÃO	%		
DESPESAS		D O T A Ç Ã O			E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		PROCESSADOS	((g+h)	Saldo a
Cat.Econômica/Grupo de Natureza	Inicial	Cred.Adicion.	Atualizada	Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício			Liquidar	
	(d)	(e)	(f)=(d+e)				(g)	(h)	(/)	(f-(g+h))	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAM) (VII)	755.200,00	0,00	755.200,00	98.770,34	98.770,34	98.770,34	98.770,34	0,00	13,08	656.429,66	
DESPESAS CORRENTES	625.200,00	0,00	625.200,00	96.971,34	96.971,34	96.971,34	96.971,34	0,00	15,51	528.228,66	
Pessoal e Encargos Sociais	426.000,00	0,00	426.000,00	65.793,99	65.793,99	65.793,99	65.793,99	0,00	15,44	360.206,01	
Juros/Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras despesas Correntes	199.200,00	0,00	199.200,00	31.177,35	31.177,35	31.177,35	31.177,35	0,00	15,65	168.022,65	
DESPESAS DE CAPITAL	130.000,00	0,00	130.000,00	1.799,00	1.799,00	1.799,00	1.799,00	0,00	1,38	128.201,00	
Investimentos	130.000,00	0,00	130.000,00	1.799,00	1.799,00	1.799,00	1.799,00	0,00	1,38	128.201,00	
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAM) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL DAS DESP. (X)=(VIII+IX)	755.200,00	0,00	755.200,00	98.770,34	98.770,34	98.770,34	98.770,34	0,00	13,08	656.429,66	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANC. (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Refinanciamento da Div. Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Refinanciamento de Outras dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL COM REF. (XII)=(X+XI)	755.200,00	0,00	755.200,00	98.770,34	98.770,34	98.770,34	98.770,34	0,00	13,08	656.429,66	
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	0,00	0,00	-	-	-	
TOTAL (XIV)=(XII+XIII)	755.200,00	0,00	755.200,00	98.770,34	98.770,34	98.770,34	98.770,34	0,00	13,08	656.429,66	

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	P R E V I S ã O		RECEITAS REALIZADAS				SALDO
	Inicial	p/ o Exercício	Bimestre	%	até o Bimestre	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	
	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

									INSCRITAS EM			
									RESTOS A PAGAR			
									NÃO		%	
									PROCESSADOS		(g+h)	
									(h)		/f	
									(g)		(f-(g+h))	

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO
ARLINDO TULIO REATOTEC. CRC/SC 22.439/0-0
SIMONE V. SANTOS DE MARTINI

EO - Anexo II

+= [CPL] =-----{ 001 }+
 |
 | Município de CATANDUVAS |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |
 +-----+

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				SALDO
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre			
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	% (F)	(F/B)	
	DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	755.200,00	755.200,00	98.770,34	98.770,34	98.770,34	98.770,34	100,00	13,08	656.429,66
01	LEGISLATIVA	755.200,00	755.200,00	98.770,34	98.770,34	98.770,34	98.770,34	100,00	13,08	656.429,66
01.031	AÇÃO LEGISLATIVA	755.200,00	755.200,00	98.770,34	98.770,34	98.770,34	98.770,34	100,00	13,08	656.429,66
	Subtotal	755.200,00	755.200,00	98.770,34	98.770,34	98.770,34	98.770,34	100,00	13,08	656.429,66
	DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL (III) = (I+II)	755.200,00	755.200,00	98.770,34	98.770,34	98.770,34	98.770,34	100,00	13,08	656.429,66

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				SALDO
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre			
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	% (F)	(F/B)	
	DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO
ARLINDO TULIO REATO

TEC. CRC/SC 22.439/0-0
SIMONE V. SANTOS DE MARTINI

EO - Anexo IX

+= [CPL] =-----{ 001 }+
 | Município de CATANDUVAS |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo de Restos a Pagar por Poder e Órgão |
 | Orçamento da Seguridade Social |
 | JANEIRO A FEVEREIRO 2011 |
 +-----+

LRF. Art.53, inciso V - Anexo IX

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
Inscritos					Inscritos				
Exercícios Em 31 de Dez.					Em 31 de Dez.				
PODER / ÓRGÃO	Anteriores	de 2010	Cancelados	Pagos	a Pagar	de 2010	Cancelados	Pagos	a Pagar
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)									
LEGISLATIVO									
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS									
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)									
TOTAL (III)=(I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
Inscritos					Inscritos				
Exercícios Em 31 de Dez.					Em 31 de Dez.				
PODER / ÓRGÃO	Anteriores	de 2010	Cancelados	Pagos	a Pagar	de 2010	Cancelados	Pagos	a Pagar
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)									
EXECUTIVO									
LEGISLATIVO									
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO
 ARLINDO TULIO REATO

TEC. CRC/SC 22.439/0-0
 SIMONE V. SANTOS DE MARTINI

EO - Anexo V

+= [CPL] =-----{ 001 }+
 |
 | Município de CATANDUVAS |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos |
 | Orçamento da Seguridade Social |
 | JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |
 +-----+

LRF. Art.53, inciso II - Anexo V

	Previsão		Receitas Realizadas		Exercício
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS					
Total das Receitas Previdenciarias (V=I+II+III+IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

	Dotação		Despesas Liquidadas		Período de
	Inicial	o Exercício	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Referência Ano Anterior
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS					
Total das Despesas Previdenciarias - RPPS (IX)=(VI+VII+VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Resultado Previdenciário - RPPS (X)=(V-IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
---	------	------	------	------	------

RESERVA ORÇAMENTARIA DO RPPS		Previsão Orçamentária
Valor		0,00

	Período de Referencia		
	Mês	Exercício	Exercício
BENS E DIREITOS DO RPPS	Anterior(01/2011)	Anterior(2010)	Atual(2011)

	Previsão		Receitas Realizadas		Exercício
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS					
Total das Receitas Previdenciarias Intra-Orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

	Dotação		Despesas Liquidadas		Período de
	Inicial	o Exercício	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Referência Ano Anterior
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA - RPPS					
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO
 ARLINDO TULIO REATO

TEC. CRC/SC 22.439/0-0
 SIMONE V. SANTOS DE MARTINI

EO - Anexo VII

```

+=[ CPL ]-----{ 001 }+
|
|      Município de CATANDUVAS
|      Relatório Resumido da Execução Orçamentária
|      Demonstrativo do Resultado Primario
|      Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
|      JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO
|
+-----+

```

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VII

RECEITAS PRIMARIAS	Previsão	RECEITAS REALIZADAS		Período de
	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	Ref. Ano Anter.
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial Liquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Diversas Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMARIAS TOTAL (VII)=I+VI	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PRIMARIAS	Dotação	DESPESAS LIQUIDADAS		Período de
	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	Ref. Ano Anter.
Despesas Correntes (VIII)	625.200,00	96.971,34	96.971,34	70.654,93
Pessoal e Encargos Sociais	426.000,00	65.793,99	65.793,99	58.967,01
Outras Despesas Correntes	199.200,00	31.177,35	31.177,35	11.687,92
(-) Juros Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Desp.Primarias Correntes X=VIII-IX	625.200,00	96.971,34	96.971,34	70.654,93
Despesas de Capital (XI)	130.000,00	1.799,00	1.799,00	0,00
Investimentos	130.000,00	1.799,00	1.799,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Aq.deTít.de Capit.já Int.(XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Desp.Prim.de CapitXV=XI-XII-XIII-XIV	130.000,00	1.799,00	1.799,00	0,00
Reserva de Conting. (XVI)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESP.PRIM.TOT. (XVIII)=X+XV+XVI+XVII	755.200,00	98.770,34	98.770,34	70.654,93
RESULTADO PRIMARIO (VII-XVIII)	-755.200,00	-98.770,34	-98.770,34	-70.654,93
SALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES				0,00

Discriminação da Meta Fiscal	Valor
Meta de Res. Primario fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO
ARLINDO TULIO REATO

TEC. CRC/SC 22.439/0-0
SIMONE V. SANTOS DE MARTINI

EO - Anexo VI

+= [CPL] =-----{ 001 }+

| Município de CATANDUVAS |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo do Resultado Nominal |

| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

| JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |

+-----+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VI

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	Saldo		
	Exercício	Bimestre	Bimestre
	Anterior (A)	Anterior(B)	Atual (C)
Divida Consolidada (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos Pagar Processados Exceto Precatórios	0,00	0,00	0,00
Divida Consolidada Líquida (III)=(I-II)	0,00	0,00	0,00
Receita de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00
Divida Fiscal Líquida (IV)=(III+IV-V)	0,00	0,00	0,00

	Período de Referência	
	No Bimestre	Até Bimestre
	(c-b)	(c-a)
RESULTADO NOMINAL	0,00	0,00

Discriminação da Meta Fiscal	Valor
Meta de Res. Nominal fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO
ARLINDO TULIO REATO

TEC. CRC/SC 22.439/0-0
SIMONE V. SANTOS DE MARTINI

EO - Anexo XI

+= [CPL] =-----{ 001 }+
 | Município de CATANDUVAS |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |

LRF. Art.53, §1º, Inciso I - Anexo XI

Receitas	Previsao	Receitas Realizadas		Saldo a
	Atualizada (a)	No Bimestre	Até o Bim. (b)	Realiz. (a-b)
Receitas de Operações de Crédito (A)	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas	Dotação	Despesas Liquidadas		Saldo a
	Atualizada (c)	No Bimestre	Até o Bim. (d)	Liquidar (c-d)
Despesas de Capital	130.000,00	1.799,00	1.799,00	128.201,00
(-) Incentivo a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivo Inst.Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (B)	130.000,00	1.799,00	1.799,00	128.201,00
--------------------------------	------------	----------	----------	------------

DIFERENÇA (A) - (B)	-130.000,00	-1.799,00	-1.799,00	-128.201,00
---------------------	-------------	-----------	-----------	-------------

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO
ARLINDO TULIO REATO

TEC. CRC/SC 22.439/0-0
SIMONE V. SANTOS DE MARTINI

EO - Anexo XIV

+= [CPL] =-----{ 001 }+
 | Município de CATANDUVAS |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos |
 | Orçamento da Seguridade Social |
 | JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |
 +-----+

LRF. Art.53, §1º, inciso III - Anexo XIV

	Previsão	Receitas	Saldo
RECEITAS	Atualizada (a)	Realizadas (b)	a Realizar (a-b)
Receitas de Capital			
Alienação de Ativos	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00

	Dotação	Despesas	Saldo
DESPESAS	Atualizada (c)	Liquidadas (d)	a Realizar (c-d)
APLICAÇÕES DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes do Regime de Previdência	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00

	Exercício Anterior (e)	Do Exercício (f) = (b-d)	Saldo Atual (e+f)
Saldo Financeiro a Aplicar	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO
 ARLINDO TULIO REATO

TEC. CRC/SC 22.439/0-0
 SIMONE V. SANTOS DE MARTINI

EO - Anexo XVI

```

+=[ CPL ]=-----{ 001 }+
|
|                               Município de CATANDUVAS
|                               Relatório Resumido da Execução Orçamentária
|                               Demonstrativo da Receita de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde
|                               Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
|                               JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO
|
+-----+

```

ADCT. Art.77 - Anexo XVI

Receitas	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas	
	Inicial	Atualizada(a)	Até o Bim. (b)	%(b/a)
	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de Receita de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas com Saúde (Por Grupo de Natureza da Despesa)	Dotação	Dotação	Despesas Liquidadas	
	Inicial	Atualizada(c)	Até o Bim. (d)	%(d/c)
	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas Próprias com Saúde	Dotação	Dotação	Despesas Liquidadas	
	Inicial	Atualizada	Até o Bim. (e)	%(e)
Despesas Com Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas com Inativos e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados a S	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Rec.de conv.na saúde não aplic.no exerc.ant.	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Cancelados - Vinculados a Saude	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Incritos sem Disponibilidade de	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Desp.Próprias Com Saúde (V)	0,00	0,00	0,00	0,00

Controle de Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores vinculados à Saude	Aplic.Min.	Aplic.Apurada	RESTOS A PAGAR	
	em 2010 (e)	em 2010 (F)	Insc.em 31 de dez.de 2010	Can.em 2011(g)
RP de Des.Proprias com Acoes e Serv. Publ.de Saude	15,00	0,00	0,00	0,00
Compensação de Restos a Pagar Cancelados em 2010				0,00

Participação das Despesas Próprias com Saúde na	
Receita de Impostos - Limite Constitucional 15%	0,00

Despesas com Saúde (Por SubFunção)	Dotação	Dotação	Despesas Liquidadas	
	Inicial	Atualizada	Até o Bim.	%
	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	100,00

(-) Despesas com Inativos e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados a S	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Rec.de conv.na saúde não aplic.no exerc.ant.	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Cancelador - Vinculados a Saude	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Incritos sem Disponibilidade de	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Prórias com Saúde	0,00	0,00	0,00	100,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO
ARLINDO TULIO REATO

TEC. CRC/SC 22.439/0-0
SIMONE V. SANTOS DE MARTINI



EO - Anexo XVII

[www.cplinformatica.com.br]

001

Município de CATANDUVAS

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

LRF, Art.48 - Anexo XVII

Balanço Orcamentário - Receitas	No Bimestre	Até o Bimestre
Previsão Inicial da Receita	0,00	0,00
Previsão Atualizada da Receita	0,00	0,00
Receitas Realizadas	0,00	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Déficit Orçamentário	0,00	755.200,00

Balanço Orcamentário - Despesas	No Bimestre	Até o Bimestre
Dotação Inicial	0,00	755.200,00
Dotação Atualizada	0,00	755.200,00
Despesas Empenhadas	98.770,34	98.770,34
Despesas Liquidadas	98.770,34	98.770,34
Superávit Orçamentário	0,00	0,00

Despesa por Função/SubFunção	No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	98.770,34	98.770,34
Despesas Liquidadas	98.770,34	98.770,34

Receita Corrente Liquida - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Liquida	

Receitas/Despesas dos Regimes de Previdência	No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social		
Receitas Previdenciárias (I)	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (II)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (I-II)	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos		
Receitas Previdenciárias (III)	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (III-IV)	0,00	0,00

	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO(a)	Res.Apur.até o Bimestre(b)	% em Relação a Meta(b/a)
Resultados Nominal e Primário			
Resultado Nominal	0,00	0,00	0,0000
Resultado Primario	0,00	-98.770,34	0,0000

Movimentação dos Restos a Pagar	Inscrição Can.	Até o Bim.	Pag.Até o Bim.	Saldo
Por Poder e Ministério Público				
Restos a Pagar Processados				
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados				
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00

[www.cplinformatica.com.br]

002

Município de CATANDUVAS

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

LRF, Art.48 - Anexo XVII

Despesas com Manut. e Desenv. do Ensino - MDE	Limites Constitucionais Anuais		
	Valor Apurado Até o Bim.	%Min.a Aplicar no Exercício	%Aplicado Até o Bim.
Min Anual de <18%/25%> das Receitas de Impostos em MDE		<25%/18%>	
Min Anual <60% FUNDEB Rem.Mag.Ens.Fund/Medio-D.Fed/Est.		60%	
Min Anual <60% FUNDEB Rem.Magist.com Ed.Inf.e Ens.Fund.		60%	
Compl.União FUNDEB Min.10% Total Rec.FUNDEB - União		10%	

Receitas de Operações de Credito e Despesas de Capital	Vlr.Apur.até o Bim.	Saldo a Real.
Receita de Operação de Credito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	1.799,00	128.201,00

Projeção Atuarial dos Regimes de Prev.	Exerc.em Ref.	10o Exerc.	20o Exerc.	35o Exerc.
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciarias (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciario (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Prev. Social dos Serv. Públicos				
Receitas Previdenciarias (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciario (III-IV)	0,00	0,00	0,00	0,00

Receita da Alienação de Ativos e Aplicações dos Recursos	Vlr.Apur.até Bim.	Saldo a Real.
Receita de Cap.Result.da ALienação de Ativos	0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da ALienação de Ativos	0,00	0,00

Despesas com Ações e Serv. Públicos de Saúde	Limites Constitucionais Anuais		
	Valor Apurado Até o Bim.	%Min.a Aplicar no Exercício	%Aplicado Até o Bim.
Desp.Própr.com Ações e Serv.Púb.de Saúde	0,00	15,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO
ARLINDO TULIO REATO

TEC. CRC/SC 22.439/0-0
SIMONE V. SANTOS DE MARTINI

Chapadão do Lageado

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 210/2011 de 24.03.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
P O R T A R I A Nº 210/2011

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99 e conforme Parecer Jurídico,

RESOLVE:

Art.1º Conceder Progressão Funcional por Desempenho à servidora publica Neide Sebold da Silva, matriculada sob o nº. 24201, ocupante do cargo efetivo de Professora - 20 horas, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, Nível III - Referência 5, para a Referência 6, conforme dispõe o art. 20, inciso I, e art. 21 da Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 01.02.2011.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 24 de março de 2011.

JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

Cordilheira Alta

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria 151/2011

PORTARIA Nº 151/2011
CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA PÚBLICA, PARA ACOMPANHAMENTO DE TRATAMENTO DE SAÚDE DO PAI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município e Arts. 70 e 71 da Lei Complementar nº 018/2001.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam concedidos 03 (três) dias de licença, para acompanhamento de tratamento de saúde do pai, sendo do dia 23/03/2011 a 25/03/2011, à Servidora SIRLEY TERESINHA SEIBT, ocupante do cargo de Farmacêutica, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, de acordo com atestado médico em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam as disposições em contrário.

Art. 4º - Registra-se, Publica-se, Comunica-se, Cumpra-se.

Cordilheira Alta - SC, 23 de março de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra.

CLOVIS FIDELIS GRANDO
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Portaria 152/2011

PORTARIA N.º 152/2011
CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA PÚBLICA, PARA ACOMPANHAMENTO DE TRATAMENTO DE SAÚDE DE FILHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município e Arts. 70 e 71 da Lei Complementar nº 018/2001 (ESPC).

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de licença, para acompanhamento de tratamento de saúde da mãe, sendo do dia 23 de março até 21 de abril de 2011, a Servidora ARLETE DAL SANTO GROLI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com atestado médico em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam as disposições em contrário.

Art. 4º - Registre-se, Publique-se, Comunique-se, Cumpra-se.

Cordilheira Alta - SC, 23 de março de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

CLOVIS FIDELIS GRANDO
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Portaria 153/2011

PORTARIA Nº 153/2011
DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE DE SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem o Art. 70 da Lei Orgânica do Município e o Art. 20 da Lei Complementar nº018/2001.

RESOLVE:

Art. 1º Declara estável a Servidora Municipal Sra. ADRIANA DE CESARO MORESCO, cargo de Fiscal de Tributos, Obras e Vigilância Sanitária - 40h semanais, por ter atingido a média de pontos exigida nas avaliações semestrais, durante o período de Estágio Probatório e pelo cumprimento do disposto no art. 20 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam as disposições em contrário.

Art. 4º Registre-se, Publique-se, Comunique-se, Cumpra-se.

Cordilheira Alta - SC, 24 de março de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra.

CLOVIS FIDELIS GRANDO
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Notificação de Recebimento Recursos Federais 21/03/2011**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Data do Recebimento: 21/03/2011

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		13.819,32
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	12.816,96
4.1.7.2.1.22.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	4.871,60
4.1.7.2.1.22.70.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	4.871,60
4.1.7.2.1.35.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	7.945,36
4.1.7.2.1.35.01.00.00	Transf. do Salário-Educação	7.945,36
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.002,36
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	1.002,36
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	601,42
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	400,94

Notificação de Recebimento Recursos Federais 22/03/2011**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Data do Recebimento: 22/03/2011

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		3.561,67
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	1.000,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	1.000,00
4.1.7.2.1.34.03.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - PBT	1.000,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	2.561,67
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	2.561,67
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	1.537,00
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	1.024,67

Coronel Martins

PREFEITURA MUNICIPAL

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto de Termo de Recisão Nº. 001/2011 de Contrato de 21 de Março de 2011

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE TERMO DE RECISÃO Nº. 001/2011 DE CONTRATO DE 21 DE MARÇO DE 2011.

NÚMERO CONTRATO: 020/2011

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 24/01/2011

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

As partes rescindem, a partir do dia 21 de março de 2011, com fundamento no art. 79, inciso II, da Lei n. 8666/1993, o Contrato nº. 20/2011 de 24/01/2011, exclusivamente em relação à obrigação da entrega do medicamento (Cloridrato de Cetirizina 10 MG), item nº 158 do edital de licitação do Processo FUNSAU nº. 001/2011 Pregão Presencial nº. 001/2011, em razão de declaração emitida pela contratada de não mais possuir condições de disponibilização do produto.

CLAUSULA SEGUNDA - DAS RATIFICAÇÕES

As partes ratificam os demais termos e obrigações entabuladas no contrato administrativo nº. 020/2011.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO PESSOA(1/2): 2

CPF/CNPJ: 03.362.758/0001-68

CONTRATADO: DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA

Corupá

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 317/2011 - Declara como situação anormal, caracterizada como situação de Emergência

DECRETO Nº 317/11

DECLARA EM SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA A ÁREA DO MUNICÍPIO AFETADA POR ENXURRADAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições, e com base no item VII, do art. 66 da Lei Orgânica Municipal, no artigo 2º, IV e art. 7º do Decreto Federal nº 7.257 de 04 de agosto de 2010, na Lei Federal nº 12.340 de 01 de dezembro de 2010, na Lei Estadual nº 10925, de 22 de setembro de 1998, no Decreto Estadual nº 3924, de 11 de janeiro de 2006 e na Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil e

CONSIDERANDO que, as enxurradas, provocadas por chuvas intensas e concentradas, ocorridas nos dias 10, 11, 12 e 13 de março de 2011, atingindo parte do município conforme Mapa das Áreas Afetadas, anexo ao presente Decreto;

CONSIDERANDO que, como consequência deste desastre, resultaram os danos e prejuízos, constantes do Formulário de Avaliação de Danos, anexo a este Decreto;

CONSIDERANDO que, a recomendação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, que avaliou e quantificou o desastre em

acordo com a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC;

CONSIDERANDO que, concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário e da população afetada, o despreparo da Defesa Civil local frente ao desastre violento;

CONSIDERANDO que, agravado pela ocorrência de deslizamentos e alagamentos nas áreas atingidas, interdição de ruas municipais bem como interdição total da Rodovia BR 280 nos Km 89 e 92, interrupção no abastecimento de águas em razão de danos na captação da rede, suspensão das aulas da rede municipal e estadual, devido a precariedade das vias públicas, além de alagamento de residências em bairros do município, e pela previsão da continuidade de chuvas nos próximos dias.

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada a existência de situação anormal provocada por desastre e caracterizada como Situação de Emergência. Parágrafo único - Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui da Área Afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2º - Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º - Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre. Parágrafo único - Essas atividades serão coordenadas pela Comissão Municipal de Defesa Civil da COMDEC.

Art. 4º - De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente:

I - penetrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo sem o consentimento do morador, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas;

II - usar da propriedade, inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, caso o uso da propriedade provoque danos à mesma.

Parágrafo único - Será responsabilizado o agente da defesa civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º - De acordo com o estabelecido no artigo 5º do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se que se dê início a processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastres.

§ 1º - No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º - Sempre que possível, essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem das edificações e de reconstrução das mesmas, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.
Parágrafo único - O prazo de vigência deste Decreto pode ser prorrogado até completar um máximo de 180 dias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 14 de Março de 2011.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ
SECRETÁRIO MUN. ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Pregão Presencial 014/11

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AVISO DE LICITAÇÃO -
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 014/11

OBJETO: SUPORTE TÉCNICO PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE MICRO COMPUTADORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 09 horas do dia 24/03/2011, às 09h00min do dia 13/04/2011.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 13/04/11.

TIPO: Menor Preço.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá - Av. Getúlio Vargas, 443 e também no site [Http://www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

HORÁRIO: Das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Para recebimento do edital é imprescindível que a licitante retire o arquivo de itens junto ao setor de licitações pelo email: compras@corupa.sc.gov.br.

Corupá, 24 de Março de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Pregão Presencial 001/11 - FME - Registro de Preços

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, TURISMO, CULTURA E LAZER DE CORUPÁ - SANTA CATARINA
AVISO DE LICITAÇÃO -
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 001/11 - FME

OBJETO: Registro de preço para eventual contratação de empresa especializada em Arbitragem desportiva, para efetuar serviços de arbitragem com auxiliares e mesários, para realização dos jogos do calendário esportivo da Fundação Municipal de Esportes, Turismo, Cultura e Lazer do Município de Corupá.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 09 horas do dia 24/03/2011, às 09h00min do dia 11/04/2011.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 11/04/11

TIPO: Menor Preço.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá - Av. Getúlio Vargas, 443 e também no site [Http://www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

HORÁRIO: Das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Para recebimento do edital é imprescindível que a licitante retire o arquivo de itens junto ao setor de licitações pelo email: compras@corupa.sc.gov.br.

Corupá, 24 de Março de 2011.

LORIANO ROGÉRIO COSTA

Presidente da Fundação Municipal de Esportes, Turismo, Cultura e Lazer de Corupá-SC

Pregão Presencial 002/11 - FME - Registro de Preços

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, TURISMO, CULTURA E LAZER DE CORUPÁ - SANTA CATARINA
AVISO DE LICITAÇÃO -
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 002/11 - FME

OBJETO: Registro de preço para eventual aquisição de troféus e medalhas destinados as premiações do Calendário Esportivo da Fundação Municipal de Esportes, Turismo, Cultura e Lazer do Município de Corupá, conforme as especificações e quantidades de cada item constante no Anexo I que acompanha este edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 09 horas do dia 24/03/2011, às 09h00min do dia 12/04/2011.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 12/04/11

TIPO: Menor Preço.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá - Av. Getúlio Vargas, 443 e também no site [Http://www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

HORÁRIO: Das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Para recebimento do edital é imprescindível que a licitante retire o arquivo de itens junto ao setor de licitações pelo email: compras@corupa.sc.gov.br.

Corupá, 24 de Março de 2011.

LORIANO ROGÉRIO COSTA

Presidente da Fundação Municipal de Esportes, Turismo, Cultura e Lazer de Corupá-SC

Edital de Convocação para Apresentação de Documentos Nº 001/2011

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 001/2011
(Edital de Concurso Público nº 001/2010)

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições legais, em atendimento ao Edital de Concurso Público nº 001/2010 e com fundamento no que lhe faculta a Lei Complementar Municipal nº. 014 de 15 de dezembro de 2009, resolve tornar Público:

Ficam convocados os candidatos abaixo relacionados aprovados nas etapas de provas escrita, títulos e prática bem como no exame médico do concurso público de que trata o respectivo Edital, à comparecer no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data de publicação deste, ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Corupá, Avenida Getúlio Vargas, nº. 443 nesta Cidade, para apresentar os documentos de que trata o artigo 3º do presente edital, no horário de funcionamento da Prefeitura Municipal.

Cargo	Nome
Agente Comunitária - Pedra de Amolar	Vanimeri Mahlstedt
Assistente Administrativo	Elisandra Bertoli
Auxiliar Administrativo	Luana Dantas Izidro
Auxiliar de Controle Interno	Valquíria Michalak
Auxiliar de Serviços Gerais	Tayna Larissa Eggert
Auxiliar de Serviços Gerais	Cristina Luy
Auxiliar de Serviços Gerais	Ivone Terezinha da Silva Candiottto

Auxiliar de Serviços Gerais	Lucinéia Aparecida Dias Dambiski
Auxiliar de Serviços Gerais	Imara Schweigert
Auxiliar de Serviços Gerais	Lourdes Gonçalves Rodrigues
Fiscal de Tributos e Posturas	Rodolfo Pinheiro Duarte
Instrutor de Música - Metal Palheta	Luciane Pryjmak da Costa
Operador de Máquina	Carlos Rathunde
Professor II - Educação Física	Camila de Lima
Professor II - Matemática	Jully Elisabeth Andregheoni Prawutzki
Psicólogo	Marina Gasino Jacobs
Técnico em Enfermagem	Nilton Paulo Padilha de Lima
Trabalhador Braçal	Vanderlei Gomes

Os aprovados no Concurso, ora convocados deverão apresentar a seguinte documentação para efeito de nomeação e posse:

- I. Comprovante de escolaridade e/ou habilitação exigida para o cargo (cópia autenticada em cartório), com o competente registro no órgão fiscalizador do exercício profissional, se for o caso;
 - II. Prova de aptidão física e mental para o exercício do cargo, mediante atestado fornecido por médico oficial;
 - III. Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
 - IV. Declaração de que a posse do cargo não implica em acumulação proibida de cargo, emprego ou função pública;
 - V. Declaração de não ter sofrido no exercício da Função Pública as penalidades disciplinares;
 - VI. Cópia dos seguintes documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal:
 - Prova de identidade;
 - Certificado de reservista, para candidatos do sexo masculino;
 - CPF;
 - Comprovante de escolaridade exigido para o cargo;
 - Título de eleitor e comprovante de quitação eleitoral;
 - Comprovar idade mínima de 18 anos;
 - Uma foto 3x4;
 - Certidão de Nascimento ou Casamento;
 - Carteira de Trabalho com inscrição no PIS/PASEP;
 - Folha Corrida Judicial;
 - Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos;
 - Outros documentos exigidos por Lei, que venham a ser exigidos pelo setor de recursos humanos do município;
 - VII. O candidato, mesmo aprovado no concurso, será eliminado do mesmo se não apresentar os documentos constantes deste capítulo, no ato da posse.
- O candidato que não comparecer para apresentação da documentação acima descrita, dentro do prazo estabelecido de 15 (quinze) dias, será considerado desistente e eliminado, sendo substituído pelo próximo aprovado, obedecida à ordem de classificação.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Corupá, Estado de Santa Catarina, aos 24 dias do mês de março de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ
Secretário Mun. de Administração e Fazenda

Edital de Desistência Nº 001/2011

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DE DESISTÊNCIA Nº 001/2011
(Edital de Concurso Público nº 001/2010)

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições legais, em entendimento e em atendimento ao Edital de Concurso Público nº 001/2010 e com fundamento no que lhe faculta a Lei

Complementar Municipal nº. 014 de 15 de dezembro de 2009,

CONSIDERANDO que o candidato Sr. ERIOVALDO PEREIRA BATISTA, aprovado na 1ª fase do Concurso Público 001/2010, desistiu por escrito do cargo de Instrutor de Karatê.

RESOLVE: homologar a desistência expressa do candidato Eriovaldo Pereira Batista do cargo de Instrutor de Karatê

Gabinete do prefeito do Município de Corupá, Estado de Santa Catarina, aos 24 dias do mês de março de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ
Secretário Mun. de Administração e Fazenda

Edital de Resultado de Exame Médico Nº 001/2011

EDITAL DE RESULTADO DE EXAME MÉDICO nº 001/2011
(Edital de Concurso Público nº 001/2010)

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições legais, em atendimento ao Edital de Concurso Público nº 001/2010 e com fundamento no que lhe faculta a Lei Complementar Municipal nº. 014 de 15 de dezembro de 2009, resolve tornar Público: Divulga o resultado da 2ª fase - Exame Médico pré-admissional, referente ao Edital de Convocação para Exame Médico nº 001/2011 de 01 de março de 2011 e 002/2011 de 04 de março de 2011:

Cargo	Nome	Situação
Agente Comunitária - Pedra de Amolar	Vanimeri Mahlstedt	Apta
Assistente Administrativo	Elisandra Bertoli	Apta
Auxiliar Administrativo	Luana Dantas Izidro	Apta
Auxiliar de Controle Interno	Valquíria Michalak	Apta
Auxiliar de Serviços Gerais	Tayna Larissa Eggert	Apta
Auxiliar de Serviços Gerais	Cristina Luy	Apta
Auxiliar de Serviços Gerais	Ivone Terezinha da Silva Candiottto	Apta
Auxiliar de Serviços Gerais	Lucinéia Aparecida Dias Dambiski	Apta
Auxiliar de Serviços Gerais	Imara Schweigert	Apta
Auxiliar de Serviços Gerais	Lourdes Gonçalves Rodrigues	Apta
Fiscal de Tributos e Posturas	Rodolfo Pinheiro Duarte	Apto
Instrutor de Música - Metal Palheta	Luciane Pryjmak da Costa	Apta
Operador de Máquina	Carlos Rathunde	Apto
Professor II - Educação Física	Camila de Lima	Apta
Professor II - Matemática	Jully Elisabeth Andregheoni Prawutzki	Apta
Psicólogo	Marina Gasino Jacobs	Apta
Técnico em Enfermagem	Nilton Paulo Padilha de Lima	Apto
Trabalhador Braçal	Vanderlei Gomes	Apto

Gabinete do Prefeito do Município de Corupá, Estado de Santa Catarina, aos 24 dias do mês de março de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Curitibanos

PREFEITURA MUNICIPAL

Anexos da RREO do Município de Curitibanos

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	48.258.228,00	48.258.228,00	7.780.650,96	16,12	7.780.650,96	16,12	40.477.577,04
RECEITAS CORRENTES	47.996.228,00	47.996.228,00	7.822.261,21	16,30	7.822.261,21	16,30	40.173.966,79
RECEITA TRIBUTARIA	7.181.171,00	7.181.171,00	995.854,43	13,87	995.854,43	13,87	6.185.316,57
IMPOSTOS	5.615.233,00	5.615.233,00	674.766,80	12,02	674.766,80	12,02	4.940.466,20
TAXAS	1.282.798,00	1.282.798,00	319.443,77	24,90	319.443,77	24,90	963.354,23
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	283.140,00	283.140,00	1.643,86	0,58	1.643,86	0,58	281.496,14
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.720.300,00	2.720.300,00	349.366,09	12,84	349.366,09	12,84	2.370.933,91
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.268.300,00	1.268.300,00	166.625,25	13,14	166.625,25	13,14	1.101.674,75
CONTRIBUICOES ECONÔMICAS	1.452.000,00	1.452.000,00	182.740,84	12,59	182.740,84	12,59	1.269.259,16
RECEITA PATRIMONIAL	834.570,00	834.570,00	159.494,00	19,11	159.494,00	19,11	675.076,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	834.570,00	834.570,00	159.494,00	19,11	159.494,00	19,11	675.076,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	34.214.480,00	34.214.480,00	5.997.441,14	17,53	5.997.441,14	17,53	28.217.038,86
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	34.062.405,00	34.062.405,00	5.997.441,14	17,61	5.997.441,14	17,61	28.064.963,86
Transf. de Instituições Privadas	4.180,00	4.180,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.180,00
Transf. de Pessoas	4.180,00	4.180,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.180,00
Transf. de Conv.	143.715,00	143.715,00	0,00	0,00	0,00	0,00	143.715,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.045.707,00	3.045.707,00	320.105,55	10,51	320.105,55	10,51	2.725.601,45
Multas e Juros de Mora	1.595.687,00	1.595.687,00	122.516,03	7,68	122.516,03	7,68	1.473.170,97
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	52.690,00	52.690,00	17.234,19	32,71	17.234,19	32,71	35.455,81
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	926.530,00	926.530,00	169.627,49	18,31	169.627,49	18,31	756.902,51
RECEITAS DIVERSAS	470.800,00	470.800,00	10.727,84	2,28	10.727,84	2,28	460.072,16
RECEITAS DE CAPITAL	262.000,00	262.000,00	-41.610,25	0,00	-41.610,25	0,00	303.610,25
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	47.500,00	47.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	47.500,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	36.500,00	36.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.500,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	189.500,00	189.500,00	-41.610,25	0,00	-41.610,25	0,00	231.110,25
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	189.500,00	189.500,00	-41.610,25	0,00	-41.610,25	0,00	231.110,25
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.480.500,00	2.480.500,00	330.740,56	13,33	330.740,56	13,33	2.149.759,44
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.480.500,00	2.480.500,00	330.740,56	13,33	330.740,56	13,33	2.149.759,44
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.480.500,00	2.480.500,00	330.740,56	13,33	330.740,56	13,33	2.149.759,44
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.480.500,00	2.480.500,00	330.740,56	13,33	330.740,56	13,33	2.149.759,44
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	50.738.728,00	50.738.728,00	8.111.391,52	15,99	8.111.391,52	15,99	42.627.336,48

Continua 1/3

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	50.738.728,00	50.738.728,00	8.111.391,52	15,99	8.111.391,52	15,99	42.627.336,48
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	50.738.728,00	50.738.728,00	8.111.391,52	15,99	8.111.391,52	15,99	42.627.336,48
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	296.672,38	—	—	46.672,38	—	—
Superávit Financeiro	—	296.672,38	—	—	46.672,38	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	48.258.228,00	442.922,38	48.701.150,38	9.541.746,46	9.541.746,46	4.673.287,71	4.673.287,71	9,60	44.027.862,67
DESPESAS CORRENTES	42.856.096,00	296.672,38	43.152.768,38	9.469.967,72	9.469.967,72	4.603.566,97	4.603.566,97	10,67	38.549.201,41
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	23.611.800,00	-303.327,62	23.308.472,38	3.091.612,30	3.091.612,30	3.091.612,30	3.091.612,30	13,26	20.216.860,08
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	363.000,00	0,00	363.000,00	68.845,44	68.845,44	68.845,44	68.845,44	18,97	294.154,56
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	18.881.296,00	600.000,00	19.481.296,00	6.309.509,98	6.309.509,98	1.443.109,23	1.443.109,23	7,41	18.038.186,77
DESPESAS DE CAPITAL	4.861.432,00	146.250,00	5.007.682,00	71.778,74	71.778,74	69.720,74	69.720,74	1,39	4.937.961,26
INVESTIMENTOS	4.366.432,00	146.250,00	4.512.682,00	19.508,38	19.508,38	17.450,38	17.450,38	0,39	4.495.231,62
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	495.000,00	0,00	495.000,00	52.270,36	52.270,36	52.270,36	52.270,36	10,56	442.729,64
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	540.700,00	0,00	540.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	540.700,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	2.480.500,00	0,00	2.480.500,00	332.310,92	332.310,92	332.310,92	332.310,92	13,40	2.148.189,08
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.480.500,00	0,00	2.480.500,00	332.310,92	332.310,92	332.310,92	332.310,92	13,40	2.148.189,08
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	50.738.728,00	442.922,38	51.181.650,38	9.874.057,38	9.874.057,38	5.005.598,63	5.005.598,63	9,78	46.176.051,75

Continua 2/3

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	50.738.728,00	442.922,38	51.181.650,38	9.874.057,38	9.874.057,38	5.005.598,63	5.005.598,63	9,78	46.176.051,75
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	3.105.792,89	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	50.738.728,00	442.922,38	51.181.650,38	9.874.057,38	9.874.057,38	5.005.598,63	8.111.391,52	9,78	46.176.051,75

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 15.727,12

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CURITIBANOS, 18/03/2011

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador - CRC 020710-0

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	48.258.228,00	48.701.150,38	9.541.746,46	9.541.746,46	4.673.287,71	4.673.287,71	93,36	9,60	44.027.862,67
Legislativa	1.466.300,00	1.466.300,00	163.568,00	163.568,00	163.568,00	163.568,00	3,27	11,16	1.302.732,00
Ação Legislativa	1.466.300,00	1.466.300,00	163.568,00	163.568,00	163.568,00	163.568,00	3,27	11,16	1.302.732,00
Administração	5.952.696,00	5.952.696,00	1.099.251,01	1.099.251,01	690.847,81	690.847,81	13,80	11,61	5.261.848,19
Planejamento e Orçamento	430.100,00	430.100,00	46.150,76	46.150,76	41.503,75	41.503,75	0,83	9,65	388.596,25
Administração Geral	5.324.596,00	5.324.596,00	1.024.937,09	1.024.937,09	625.778,90	625.778,90	12,50	11,75	4.698.817,10
Administração Financeira	121.000,00	121.000,00	15.800,00	15.800,00	15.800,00	15.800,00	0,32	13,06	105.200,00
Normatização e Fiscalização	77.000,00	77.000,00	12.363,16	12.363,16	7.765,16	7.765,16	0,16	10,08	69.234,84
Segurança Pública	1.494.300,00	1.494.300,00	57.061,44	57.061,44	11.645,55	11.645,55	0,23	0,78	1.482.654,45
Policiamento	1.494.300,00	1.494.300,00	57.061,44	57.061,44	11.645,55	11.645,55	0,23	0,78	1.482.654,45
Assistência Social	1.793.650,00	1.793.650,00	135.202,34	135.202,34	77.233,79	77.233,79	1,54	4,31	1.716.416,21
Assistência à Criança e ao Adolescente	200.200,00	200.200,00	26.553,97	26.553,97	15.475,46	15.475,46	0,31	7,73	184.724,54
Assistência Comunitária	1.593.450,00	1.593.450,00	108.648,37	108.648,37	61.758,33	61.758,33	1,23	3,88	1.531.691,67
Previdência Social	3.489.700,00	3.489.700,00	541.592,61	541.592,61	541.592,61	541.592,61	10,82	15,52	2.948.107,39
Previdência do Regime Estatutário	3.489.700,00	3.489.700,00	541.592,61	541.592,61	541.592,61	541.592,61	10,82	15,52	2.948.107,39
Saúde	8.906.750,00	8.906.750,00	2.039.928,92	2.039.928,92	1.091.411,29	1.091.411,29	21,80	12,25	7.815.338,71
Atenção Básica	8.391.950,00	8.391.950,00	1.809.294,13	1.809.294,13	1.073.089,92	1.073.089,92	21,44	12,79	7.318.860,08
Vigilância Sanitária	23.650,00	23.650,00	7.188,24	7.188,24	406,08	406,08	0,01	1,72	23.243,92
Vigilância Epidemiológica	57.200,00	57.200,00	41.841,52	41.841,52	3.310,32	3.310,32	0,07	5,79	53.889,68
Alimentação e Nutrição	433.950,00	433.950,00	181.605,03	181.605,03	14.604,97	14.604,97	0,29	3,37	419.345,03
Educação	11.706.850,00	11.753.522,38	3.306.623,63	3.306.623,63	1.027.939,63	1.027.939,63	20,54	8,75	10.725.582,75
Ensino Fundamental	6.921.900,00	6.968.572,38	2.366.464,99	2.366.464,99	468.197,04	468.197,04	9,35	6,72	6.500.375,34
Ensino Médio	192.500,00	192.500,00	7.901,25	7.901,25	7.901,25	7.901,25	0,16	4,10	184.598,75
Ensino Superior	70.950,00	70.950,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.950,00
Educação Infantil	4.444.000,00	4.444.000,00	932.257,39	932.257,39	551.841,34	551.841,34	11,02	12,42	3.892.158,66
Educação de Jovens e Adultos	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Educação Especial	57.500,00	57.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57.500,00
Cultura	528.000,00	528.000,00	39.514,91	39.514,91	39.514,91	39.514,91	0,79	7,48	488.485,09
Difusão Cultural	528.000,00	528.000,00	39.514,91	39.514,91	39.514,91	39.514,91	0,79	7,48	488.485,09
Urbanismo	5.054.882,00	5.054.882,00	812.212,51	812.212,51	385.387,87	385.387,87	7,70	7,62	4.669.494,13
Serviços Urbanos	5.034.882,00	5.034.882,00	812.212,51	812.212,51	385.387,87	385.387,87	7,70	7,65	4.649.494,13
Preservação e Conservação Ambiental	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00

Continua 1/3

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	48.258.228,00	48.701.150,38	9.541.746,46	9.541.746,46	4.673.287,71	4.673.287,71	93,36	9,60	44.027.862,67
Habitação	102.500,00	102.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	102.500,00
Habitação Urbana	102.500,00	102.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	102.500,00
Saneamento	180.000,00	180.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	180.000,00
Saneamento Básico Urbano	180.000,00	180.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	180.000,00
Gestão Ambiental	400.000,00	400.000,00	43.311,60	43.311,60	38.626,45	38.626,45	0,77	9,66	361.373,55
Preservação e Conservação Ambiental	400.000,00	400.000,00	43.311,60	43.311,60	38.626,45	38.626,45	0,77	9,66	361.373,55
Agricultura	1.584.700,00	1.730.950,00	557.068,03	557.068,03	94.301,23	94.301,23	1,88	5,45	1.636.648,77
Promoção da Produção Animal	775.000,00	775.000,00	382.194,00	382.194,00	1.372,00	1.372,00	0,03	0,18	773.628,00
Extensão Rural	809.700,00	955.950,00	174.874,03	174.874,03	92.929,23	92.929,23	1,86	9,72	863.020,77
Indústria	568.700,00	568.700,00	62.566,39	62.566,39	57.874,65	57.874,65	1,16	10,18	510.825,35
Promoção Industrial	568.700,00	568.700,00	62.566,39	62.566,39	57.874,65	57.874,65	1,16	10,18	510.825,35
Comércio e Serviços	45.000,00	45.000,00	12.615,00	12.615,00	4.320,41	4.320,41	0,09	9,60	40.679,59
Turismo	45.000,00	45.000,00	12.615,00	12.615,00	4.320,41	4.320,41	0,09	9,60	40.679,59
Energia	1.452.000,00	1.452.000,00	142.289,35	142.289,35	142.289,35	142.289,35	2,84	9,80	1.309.710,65
Energia Elétrica	1.452.000,00	1.452.000,00	142.289,35	142.289,35	142.289,35	142.289,35	2,84	9,80	1.309.710,65
Transporte	605.000,00	855.000,00	221.168,72	221.168,72	27.605,64	27.605,64	0,55	3,23	827.394,36
Transporte Aéreo	110.000,00	110.000,00	13.600,22	13.600,22	5.945,71	5.945,71	0,12	5,41	104.054,29
Transporte Rodoviário	495.000,00	745.000,00	207.568,50	207.568,50	21.659,93	21.659,93	0,43	2,91	723.340,07
Desporto e Lazer	998.500,00	998.500,00	94.568,23	94.568,23	65.924,75	65.924,75	1,32	6,60	932.575,25
Desporto Comunitário	954.500,00	954.500,00	94.568,23	94.568,23	65.924,75	65.924,75	1,32	6,91	888.575,25
Lazer	44.000,00	44.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	44.000,00
Encargos Especiais	1.388.000,00	1.388.000,00	213.203,77	213.203,77	213.203,77	213.203,77	4,26	15,36	1.174.796,23
Serviço da Dívida Interna	858.000,00	858.000,00	121.115,80	121.115,80	121.115,80	121.115,80	2,42	14,12	736.884,20
Outros Encargos Especiais	530.000,00	530.000,00	92.087,97	92.087,97	92.087,97	92.087,97	1,84	17,38	437.912,03
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	540.700,00	540.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	540.700,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.480.500,00	2.480.500,00	332.310,92	332.310,92	332.310,92	332.310,92	6,64	13,40	2.148.189,08
Legislativa	73.700,00	73.700,00	9.409,94	9.409,94	9.409,94	9.409,94	0,19	12,77	64.290,06
Ação Legislativa	73.700,00	73.700,00	9.409,94	9.409,94	9.409,94	9.409,94	0,19	12,77	64.290,06
Administração	935.000,00	935.000,00	115.044,13	115.044,13	115.044,13	115.044,13	2,30	12,30	819.955,87
Administração Geral	935.000,00	935.000,00	115.044,13	115.044,13	115.044,13	115.044,13	2,30	12,30	819.955,87

Continua 2/3

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.480.500,00	2.480.500,00	332.310,92	332.310,92	332.310,92	332.310,92	6,64	13,40	2.148.189,08
Saúde	605.000,00	605.000,00	70.276,06	70.276,06	70.276,06	70.276,06	1,40	11,62	534.723,94
Atenção Básica	605.000,00	605.000,00	70.276,06	70.276,06	70.276,06	70.276,06	1,40	11,62	534.723,94
Educação	836.000,00	836.000,00	133.476,57	133.476,57	133.476,57	133.476,57	2,67	15,97	702.523,43
Ensino Fundamental	418.000,00	418.000,00	63.159,94	63.159,94	63.159,94	63.159,94	1,26	15,11	354.840,06
Educação Infantil	418.000,00	418.000,00	70.316,63	70.316,63	70.316,63	70.316,63	1,40	16,82	347.683,37
Desporto e Lazer	30.800,00	30.800,00	4.104,22	4.104,22	4.104,22	4.104,22	0,08	13,33	26.695,78
Desporto Comunitário	30.800,00	30.800,00	4.104,22	4.104,22	4.104,22	4.104,22	0,08	13,33	26.695,78
TOTAL (III) = (I + II)	50.738.728,00	51.181.650,38	9.874.057,38	9.874.057,38	5.005.598,63	5.005.598,63	100,00	9,78	46.176.051,75

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CURITIBANOS, 18/03/2011

WANDERLEY TEODORO AGOSTI

EDSON TADEU BROCARDO

FLAVIO LUIZ ZILIO

Prefeito Municipal

Secretário de Administração

Contador - CRC 020710-0

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2010 A FEVEREIRO/2011

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	PREVISÃO ATUALIZADA 2011
	Mar/2010	Abr/2010	Mai/2010	Jun/2010	Jul/2010	Ago/2010	Set/2010	Out/2010	Nov/2010	Dez/2010	Jan/2011	Fev/2011		
RECEITAS CORRENTES (I)	5.784.654,29	3.963.140,33	4.168.683,47	3.915.114,35	4.006.202,41	4.071.482,88	3.920.033,51	4.122.608,56	4.149.148,29	5.295.732,51	4.209.584,07	4.535.287,71	52.141.672,38	53.368.848,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.999.353,69	442.133,70	355.484,58	336.889,21	373.618,88	350.107,45	385.454,37	282.499,62	313.396,99	448.333,42	343.779,46	652.074,97	6.283.126,34	7.181.171,00
I.P.T.U.	1.192.180,00	110.416,64	48.345,86	48.570,98	45.703,97	46.646,08	36.697,80	11.166,94	11.027,74	15.399,27	532,82	72.851,23	1.639.539,33	2.492.600,00
I.S.S.	170.749,11	150.419,61	138.767,26	140.874,28	165.084,47	180.161,99	150.602,53	159.603,55	147.553,60	235.567,12	209.190,61	197.247,42	2.045.821,55	1.815.000,00
I.T.B.I.	57.881,30	56.478,22	60.591,30	65.902,79	79.705,72	47.987,65	122.660,08	55.996,12	92.985,29	86.965,40	77.377,35	45.645,06	850.176,28	726.000,00
I.R.R.F.	33.329,48	39.084,38	34.032,33	38.653,47	34.260,41	33.610,21	37.623,27	35.982,16	37.907,53	73.305,56	36.076,70	35.845,61	469.711,11	574.266,00
Outras Receitas Tributárias	545.213,80	85.734,85	73.747,83	42.887,69	48.864,31	41.701,52	37.870,69	19.750,85	23.922,83	37.096,07	20.601,98	300.485,65	1.277.878,07	1.573.305,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	345.776,51	207.099,61	171.604,37	180.116,97	374.199,30	-34.103,97	185.116,59	176.851,32	172.017,69	259.877,68	180.225,33	169.140,76	2.387.922,16	2.720.300,00
RECEITA PATRIMONIAL	121.476,21	64.963,27	67.393,72	116.836,48	158.127,34	179.641,24	98.152,34	167.962,43	112.502,58	201.823,48	63.724,30	95.769,70	1.448.373,09	834.570,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.082.633,61	3.069.141,49	3.200.752,52	3.075.608,48	2.961.148,35	3.123.370,42	3.053.395,59	3.339.416,50	3.356.489,53	4.214.977,26	3.434.582,96	3.485.468,75	39.396.985,46	39.587.100,00
Cota-Parte do F.P.M.	792.592,17	949.644,33	1.169.205,57	1.014.721,70	746.163,93	1.000.008,64	834.774,14	898.624,62	1.077.239,27	1.872.415,33	1.301.993,79	1.402.707,44	13.060.090,93	12.980.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	856.266,73	840.717,55	785.774,96	816.045,56	819.260,51	841.328,22	884.982,06	951.739,28	929.303,53	995.212,60	862.386,00	770.377,21	10.353.394,21	11.550.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	175.608,68	181.680,53	210.936,71	201.226,64	193.046,76	194.666,39	195.414,30	220.039,58	165.182,11	100.214,32	88.299,60	136.383,45	2.062.699,07	1.705.000,00
Cota-Parte do ITR.	390,33	2.091,97	497,87	709,97	152,20	223,78	3.234,54	98.408,36	3.460,05	3.835,70	3.466,85	847,57	117.319,19	72.600,00
Transferências da LC 61/1989	14.950,18	15.756,41	15.524,89	18.139,59	19.313,05	18.685,87	18.628,28	19.386,81	20.652,33	24.279,67	18.946,07	17.822,65	222.085,80	299.200,00
Transferências da LC 87/1996	5.451,86	5.451,86	5.451,86	5.451,86	5.451,86	5.451,86	5.451,86	5.451,86	5.451,86	5.451,86	4.912,19	4.912,19	64.342,98	256.300,00
Transferências do FUNDEB	642.886,24	679.949,08	661.969,33	632.347,46	637.554,37	665.261,16	675.397,98	714.934,99	719.850,90	786.212,31	784.377,70	726.322,32	8.327.063,84	7.700.000,00
Outras Transferências Correntes	594.487,42	393.849,76	351.391,33	386.965,70	540.205,67	397.744,50	435.512,43	430.831,00	435.349,48	427.355,47	370.200,76	426.095,92	5.189.989,44	5.024.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	235.414,27	179.802,26	373.448,28	205.663,21	139.108,54	452.467,74	197.914,62	155.878,69	194.741,50	170.720,67	187.272,02	132.833,53	2.625.265,33	3.045.707,00
DEDUÇÕES (II)	465.555,75	502.126,35	523.368,50	501.865,97	639.342,89	533.693,24	484.763,45	535.764,57	532.797,98	683.631,67	547.450,02	557.818,73	6.508.179,12	6.657.420,00
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	90.739,77	93.372,07	85.890,35	90.607,12	87.940,92	88.238,83	88.662,54	85.611,78	84.772,75	170.736,55	83.681,76	82.943,49	1.133.197,93	1.263.900,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	5.764,22	9.686,01	0,00	0,00	194.724,49	33.381,68	7.604,06	11.422,91	7.767,59	15.535,18	7.767,59	8.265,34	301.919,07	20.900,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	369.051,76	399.068,27	437.478,15	411.258,85	356.677,48	412.072,73	388.496,85	438.729,88	440.257,64	497.359,94	456.000,67	466.609,90	5.073.062,12	5.372.620,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	5.319.098,54	3.461.013,98	3.645.314,97	3.413.248,38	3.366.859,52	3.537.789,64	3.435.270,06	3.586.843,99	3.616.350,31	4.612.100,84	3.662.134,05	3.977.468,98	45.633.493,26	46.711.428,00

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CURITIBANOS, 18/03/2011

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador - CRC 020710-0

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2011	Até o Bimestre/2010
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	1.454.200,00	1.454.200,00	241.238,19	241.238,19	286.822,28
RECEITAS CORRENTES	1.454.200,00	1.454.200,00	241.238,19	241.238,19	286.822,28
Receita de Contribuições dos Segurados	1.263.900,00	1.263.900,00	166.625,25	166.625,25	169.658,13
Pessoal Civil	1.263.900,00	1.263.900,00	166.625,25	166.625,25	169.658,13
Ativo	1.240.250,00	1.240.250,00	165.373,57	165.373,57	169.118,91
Inativo	15.400,00	15.400,00	950,36	950,36	229,10
Pensionista	8.250,00	8.250,00	301,32	301,32	310,12
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	4.400,00	4.400,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	165.000,00	165.000,00	58.580,01	58.580,01	105.969,07
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	165.000,00	165.000,00	58.580,01	58.580,01	105.969,07
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	20.900,00	20.900,00	16.032,93	16.032,93	11.195,08
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	20.900,00	20.900,00	16.032,93	16.032,93	11.195,08
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.480.500,00	2.480.500,00	330.740,56	330.740,56	336.455,46
RECEITAS CORRENTES	2.480.500,00	2.480.500,00	330.740,56	330.740,56	336.455,46
Receita de Contribuições Patronais	2.480.500,00	2.480.500,00	330.740,56	330.740,56	336.455,46
Pessoal Civil	2.480.500,00	2.480.500,00	330.740,56	330.740,56	336.455,46
Ativo	2.480.500,00	2.480.500,00	330.740,56	330.740,56	336.455,46
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de CURITIBANOS - SC

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2011	Até o Bimestre/2010
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	3.934.700,00	3.934.700,00	571.978,75	571.978,75	623.277,74
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2011	Até o Bimestre/2010
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	3.934.700,00	3.934.700,00	556.251,63	556.251,63	494.256,42
ADMINISTRAÇÃO	445.000,00	445.000,00	14.659,02	14.659,02	17.438,98
Despesas Correntes	430.700,00	430.700,00	13.882,02	13.882,02	17.438,98
Despesas de Capital	14.300,00	14.300,00	777,00	777,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.489.700,00	3.489.700,00	541.592,61	541.592,61	476.817,44
Pessoal Civil	0,00	0,00	541.533,79	541.533,79	476.817,44
Aposentadorias	0,00	0,00	431.974,15	431.974,15	371.921,10
Pensões	0,00	0,00	109.559,64	109.559,64	104.896,34
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	3.489.700,00	3.489.700,00	58,82	58,82	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	3.489.700,00	3.489.700,00	58,82	58,82	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	3.934.700,00	3.934.700,00	556.251,63	556.251,63	494.256,42
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	15.727,12	15.727,12	129.021,32

Continua 2/3

Município de CURITIBANOS - SC

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2011	Até o Bimestre/2010
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	74.363,80	74.363,80	76.608,42
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	74.363,80	74.363,80	76.608,42
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	74.363,80	74.363,80	76.608,42

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Valor	210.700,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	JANEIRO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2011	2010
Caixa	0,00	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	261.331,75	248.891,49	260.187,14
Investimentos	7.910.882,39	7.980.363,17	6.520.215,37

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CURITIBANOS, 18/03/2011

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador - CRC 020710-0

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2011	Até o Bimestre/2010
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	1.454.200,00	1.454.200,00	241.238,19	241.238,19	286.822,28
RECEITAS CORRENTES	1.454.200,00	1.454.200,00	241.238,19	241.238,19	286.822,28
Receita de Contribuições dos Segurados	1.263.900,00	1.263.900,00	166.625,25	166.625,25	169.658,13
Pessoal Civil	1.263.900,00	1.263.900,00	166.625,25	166.625,25	169.658,13
Ativo	1.240.250,00	1.240.250,00	165.373,57	165.373,57	169.118,91
Inativo	15.400,00	15.400,00	950,36	950,36	229,10
Pensionista	8.250,00	8.250,00	301,32	301,32	310,12
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	4.400,00	4.400,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	165.000,00	165.000,00	58.580,01	58.580,01	105.969,07
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	165.000,00	165.000,00	58.580,01	58.580,01	105.969,07
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	20.900,00	20.900,00	16.032,93	16.032,93	11.195,08
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	20.900,00	20.900,00	16.032,93	16.032,93	11.195,08
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.480.500,00	2.480.500,00	330.740,56	330.740,56	336.455,46
RECEITAS CORRENTES	2.480.500,00	2.480.500,00	330.740,56	330.740,56	336.455,46
Receita de Contribuições Patronais	2.480.500,00	2.480.500,00	330.740,56	330.740,56	336.455,46
Pessoal Civil	2.480.500,00	2.480.500,00	330.740,56	330.740,56	336.455,46
Ativo	2.480.500,00	2.480.500,00	330.740,56	330.740,56	336.455,46
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de CURITIBANOS - SC

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2011	Até o Bimestre/2010
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	3.934.700,00	3.934.700,00	571.978,75	571.978,75	623.277,74
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2011	Até o Bimestre/2010
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	3.934.700,00	3.934.700,00	556.251,63	556.251,63	494.256,42
ADMINISTRAÇÃO	445.000,00	445.000,00	14.659,02	14.659,02	17.438,98
Despesas Correntes	430.700,00	430.700,00	13.882,02	13.882,02	17.438,98
Despesas de Capital	14.300,00	14.300,00	777,00	777,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.489.700,00	3.489.700,00	541.592,61	541.592,61	476.817,44
Pessoal Civil	0,00	0,00	541.533,79	541.533,79	476.817,44
Aposentadorias	0,00	0,00	431.974,15	431.974,15	371.921,10
Pensões	0,00	0,00	109.559,64	109.559,64	104.896,34
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	3.489.700,00	3.489.700,00	58,82	58,82	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	3.489.700,00	3.489.700,00	58,82	58,82	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	3.934.700,00	3.934.700,00	556.251,63	556.251,63	494.256,42
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	15.727,12	15.727,12	129.021,32

Continua 2/3

Município de CURITIBANOS - SC

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2011	Até o Bimestre/2010
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	74.363,80	74.363,80	76.608,42
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	74.363,80	74.363,80	76.608,42
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	74.363,80	74.363,80	76.608,42

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Valor	210.700,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	JANEIRO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2011	2010
Caixa	0,00	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	261.331,75	248.891,49	260.187,14
Investimentos	7.910.882,39	7.980.363,17	6.520.215,37

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CURITIBANOS, 18/03/2011

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador - CRC 020710-0

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2011	Até o Bimestre/2010
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	1.454.200,00	1.454.200,00	241.238,19	241.238,19	286.822,28
RECEITAS CORRENTES	1.454.200,00	1.454.200,00	241.238,19	241.238,19	286.822,28
Receita de Contribuições dos Segurados	1.263.900,00	1.263.900,00	166.625,25	166.625,25	169.658,13
Pessoal Civil	1.263.900,00	1.263.900,00	166.625,25	166.625,25	169.658,13
Ativo	1.240.250,00	1.240.250,00	165.373,57	165.373,57	169.118,91
Inativo	15.400,00	15.400,00	950,36	950,36	229,10
Pensionista	8.250,00	8.250,00	301,32	301,32	310,12
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	4.400,00	4.400,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	165.000,00	165.000,00	58.580,01	58.580,01	105.969,07
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	165.000,00	165.000,00	58.580,01	58.580,01	105.969,07
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	20.900,00	20.900,00	16.032,93	16.032,93	11.195,08
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	20.900,00	20.900,00	16.032,93	16.032,93	11.195,08
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.480.500,00	2.480.500,00	330.740,56	330.740,56	336.455,46
RECEITAS CORRENTES	2.480.500,00	2.480.500,00	330.740,56	330.740,56	336.455,46
Receita de Contribuições Patronais	2.480.500,00	2.480.500,00	330.740,56	330.740,56	336.455,46
Pessoal Civil	2.480.500,00	2.480.500,00	330.740,56	330.740,56	336.455,46
Ativo	2.480.500,00	2.480.500,00	330.740,56	330.740,56	336.455,46
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de CURITIBANOS - SC

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2011	Até o Bimestre/2010
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	3.934.700,00	3.934.700,00	571.978,75	571.978,75	623.277,74
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2011	Até o Bimestre/2010
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	3.934.700,00	3.934.700,00	556.251,63	556.251,63	494.256,42
ADMINISTRAÇÃO	445.000,00	445.000,00	14.659,02	14.659,02	17.438,98
Despesas Correntes	430.700,00	430.700,00	13.882,02	13.882,02	17.438,98
Despesas de Capital	14.300,00	14.300,00	777,00	777,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.489.700,00	3.489.700,00	541.592,61	541.592,61	476.817,44
Pessoal Civil	0,00	0,00	541.533,79	541.533,79	476.817,44
Aposentadorias	0,00	0,00	431.974,15	431.974,15	371.921,10
Pensões	0,00	0,00	109.559,64	109.559,64	104.896,34
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	3.489.700,00	3.489.700,00	58,82	58,82	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	3.489.700,00	3.489.700,00	58,82	58,82	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	3.934.700,00	3.934.700,00	556.251,63	556.251,63	494.256,42
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	15.727,12	15.727,12	129.021,32

Continua 2/3

Município de CURITIBANOS - SC

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2011	Até o Bimestre/2010
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	74.363,80	74.363,80	76.608,42
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	74.363,80	74.363,80	76.608,42
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	74.363,80	74.363,80	76.608,42

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Valor	210.700,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	JANEIRO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2011	2010
Caixa	0,00	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	261.331,75	248.891,49	260.187,14
Investimentos	7.910.882,39	7.980.363,17	6.520.215,37

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CURITIBANOS, 18/03/2011

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador - CRC 020710-0

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2010 (A)	Em 31 Dez 2010 (B)	Em 28 Fev 2011 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.328.232,52	1.328.232,52	1.275.962,16
DEDUÇÕES (II)	8.416.082,00	8.416.082,00	9.986.187,57
Disponibilidade de Caixa Bruta	8.550.208,78	8.550.208,78	10.456.476,72
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	134.126,78	134.126,78	470.289,15
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-7.087.849,48	-7.087.849,48	-8.710.225,41
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-7.087.849,48	-7.087.849,48	-8.710.225,41

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Fev 2011 (C - A)
VALOR	-1.622.375,93	-1.622.375,93

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-190.000,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2010 (A)	Em 31 Dez 2010 (B)	Em 28 Fev 2011 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	29.645.606,79	29.645.606,79	29.645.606,79
Passivo Atuarial	29.645.606,79	29.645.606,79	29.645.606,79
DEDUÇÕES (VIII)	8.138.897,67	8.138.897,67	8.228.991,25
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.114,51	2.114,51	248.891,49
Investimentos	8.136.783,16	8.136.783,16	7.980.363,17
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	263,41
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	21.506.709,12	21.506.709,12	21.416.615,54
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	21.506.709,12	21.506.709,12	21.416.615,54

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CURITIBANOS, 18/03/2011

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador - CRC 020710-0

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2011	Até o Bimestre 2010
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	49.642.158,00	7.993.507,77	7.993.507,77	6.408.604,75
Receita Tributária	7.181.171,00	995.854,43	995.854,43	647.721,68
I.P.T.U.	2.492.600,00	73.384,05	73.384,05	33.115,12
I.S.S.	1.815.000,00	406.438,03	406.438,03	202.048,51
I.T.B.I.	726.000,00	123.022,41	123.022,41	162.009,22
I.R.R.F.	581.633,00	71.922,31	71.922,31	59.499,01
Outras Receitas Tributárias	1.565.938,00	321.087,63	321.087,63	191.049,82
Receita de Contribuição	5.200.800,00	680.106,65	680.106,65	613.693,24
Receitas Previdenciárias	3.748.800,00	497.365,81	497.365,81	517.308,67
Outras Contribuições	1.452.000,00	182.740,84	182.740,84	96.384,57
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	834.570,00	159.494,00	159.494,00	148.573,74
(-) Aplicações Financeiras	834.570,00	159.494,00	159.494,00	148.573,74
Transferências Correntes	34.214.480,00	5.997.441,14	5.997.441,14	4.831.024,00
F.P.M.	10.384.000,00	2.163.761,03	2.163.761,03	1.552.671,20
I.C.M.S.	9.240.000,00	1.306.210,74	1.306.210,74	1.210.824,75
Convênios	143.715,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	14.446.765,00	2.527.469,37	2.527.469,37	2.067.528,05
Demais Receitas Correntes	3.045.707,00	320.105,55	320.105,55	316.165,83
Dívida Ativa	926.530,00	169.627,49	169.627,49	188.449,96
Diversas Receitas Correntes	2.119.177,00	150.478,06	150.478,06	127.715,87
RECEITAS DE CAPITAL (II)	262.000,00	-41.610,25	-41.610,25	0,00
Operações de Crédito (III)	25.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	47.500,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	189.500,00	-41.610,25	-41.610,25	0,00
Convênios	189.500,00	-41.610,25	-41.610,25	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	189.500,00	-41.610,25	-41.610,25	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	49.831.658,00	7.951.897,52	7.951.897,52	6.408.604,75
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2011	Até o Bimestre 2010
DESPESAS CORRENTES (VIII)	45.633.268,38	4.935.877,89	4.935.877,89	4.452.683,71
Pessoal e Encargos Sociais	25.788.972,38	3.423.923,22	3.423.923,22	3.167.523,58
Juros e Encargos da Dívida (IX)	363.000,00	68.845,44	68.845,44	49.248,37
Outras Despesas Correntes	19.481.296,00	1.443.109,23	1.443.109,23	1.235.911,76
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	45.270.268,38	4.867.032,45	4.867.032,45	4.403.435,34
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	5.007.682,00	69.720,74	69.720,74	53.342,05
Investimentos	4.512.682,00	17.450,38	17.450,38	20.055,02
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	495.000,00	52.270,36	52.270,36	33.287,03
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	4.512.682,00	17.450,38	17.450,38	20.055,02
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	540.700,00	-	-	-

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2011	Até o Bimestre 2010
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	540.700,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	50.323.650,38	4.884.482,83	4.884.482,83	4.423.490,36
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-491.992,38	3.067.414,69	3.067.414,69	1.985.114,39
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	46.672,38	0,00
Superávit Financeiro	-	-	46.672,38	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-49.070,00

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CURITIBANOS, 18/03/2011

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador - CRC 020710-0

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2011	Até o Bimestre 2010
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	49.642.158,00	7.993.507,77	7.993.507,77	6.408.604,75
Receita Tributária	7.181.171,00	995.854,43	995.854,43	647.721,68
I.P.T.U.	2.492.600,00	73.384,05	73.384,05	33.115,12
I.S.S.	1.815.000,00	406.438,03	406.438,03	202.048,51
I.T.B.I.	726.000,00	123.022,41	123.022,41	162.009,22
I.R.R.F.	581.633,00	71.922,31	71.922,31	59.499,01
Outras Receitas Tributárias	1.565.938,00	321.087,63	321.087,63	191.049,82
Receita de Contribuição	5.200.800,00	680.106,65	680.106,65	613.693,24
Receitas Previdenciárias	3.748.800,00	497.365,81	497.365,81	517.308,67
Outras Contribuições	1.452.000,00	182.740,84	182.740,84	96.384,57
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	834.570,00	159.494,00	159.494,00	148.573,74
(-) Aplicações Financeiras	834.570,00	159.494,00	159.494,00	148.573,74
Transferências Correntes	34.214.480,00	5.997.441,14	5.997.441,14	4.831.024,00
F.P.M.	10.384.000,00	2.163.761,03	2.163.761,03	1.552.671,20
I.C.M.S.	9.240.000,00	1.306.210,74	1.306.210,74	1.210.824,75
Convênios	143.715,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	14.446.765,00	2.527.469,37	2.527.469,37	2.067.528,05
Demais Receitas Correntes	3.045.707,00	320.105,55	320.105,55	316.165,83
Dívida Ativa	926.530,00	169.627,49	169.627,49	188.449,96
Diversas Receitas Correntes	2.119.177,00	150.478,06	150.478,06	127.715,87
RECEITAS DE CAPITAL (II)	262.000,00	-41.610,25	-41.610,25	0,00
Operações de Crédito (III)	25.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	47.500,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	189.500,00	-41.610,25	-41.610,25	0,00
Convênios	189.500,00	-41.610,25	-41.610,25	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	189.500,00	-41.610,25	-41.610,25	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	49.831.658,00	7.951.897,52	7.951.897,52	6.408.604,75
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2011	Até o Bimestre 2010
DESPESAS CORRENTES (VIII)	45.633.268,38	4.935.877,89	4.935.877,89	4.452.683,71
Pessoal e Encargos Sociais	25.788.972,38	3.423.923,22	3.423.923,22	3.167.523,58
Juros e Encargos da Dívida (IX)	363.000,00	68.845,44	68.845,44	49.248,37
Outras Despesas Correntes	19.481.296,00	1.443.109,23	1.443.109,23	1.235.911,76
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	45.270.268,38	4.867.032,45	4.867.032,45	4.403.435,34
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	5.007.682,00	69.720,74	69.720,74	53.342,05
Investimentos	4.512.682,00	17.450,38	17.450,38	20.055,02
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	495.000,00	52.270,36	52.270,36	33.287,03
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	4.512.682,00	17.450,38	17.450,38	20.055,02
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	540.700,00	-	-	-

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2011	Até o Bimestre 2010
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	540.700,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	50.323.650,38	4.884.482,83	4.884.482,83	4.423.490,36
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-491.992,38	3.067.414,69	3.067.414,69	1.985.114,39
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	46.672,38	0,00
Superávit Financeiro	-	-	46.672,38	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-49.070,00

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CURITIBANOS, 18/03/2011

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador - CRC 020710-0

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2011	Até o Bimestre 2010
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	49.642.158,00	7.993.507,77	7.993.507,77	6.408.604,75
Receita Tributária	7.181.171,00	995.854,43	995.854,43	647.721,68
I.P.T.U.	2.492.600,00	73.384,05	73.384,05	33.115,12
I.S.S.	1.815.000,00	406.438,03	406.438,03	202.048,51
I.T.B.I.	726.000,00	123.022,41	123.022,41	162.009,22
I.R.R.F.	581.633,00	71.922,31	71.922,31	59.499,01
Outras Receitas Tributárias	1.565.938,00	321.087,63	321.087,63	191.049,82
Receita de Contribuição	5.200.800,00	680.106,65	680.106,65	613.693,24
Receitas Previdenciárias	3.748.800,00	497.365,81	497.365,81	517.308,67
Outras Contribuições	1.452.000,00	182.740,84	182.740,84	96.384,57
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	834.570,00	159.494,00	159.494,00	148.573,74
(-) Aplicações Financeiras	834.570,00	159.494,00	159.494,00	148.573,74
Transferências Correntes	34.214.480,00	5.997.441,14	5.997.441,14	4.831.024,00
F.P.M.	10.384.000,00	2.163.761,03	2.163.761,03	1.552.671,20
I.C.M.S.	9.240.000,00	1.306.210,74	1.306.210,74	1.210.824,75
Convênios	143.715,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	14.446.765,00	2.527.469,37	2.527.469,37	2.067.528,05
Demais Receitas Correntes	3.045.707,00	320.105,55	320.105,55	316.165,83
Dívida Ativa	926.530,00	169.627,49	169.627,49	188.449,96
Diversas Receitas Correntes	2.119.177,00	150.478,06	150.478,06	127.715,87
RECEITAS DE CAPITAL (II)	262.000,00	-41.610,25	-41.610,25	0,00
Operações de Crédito (III)	25.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	47.500,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	189.500,00	-41.610,25	-41.610,25	0,00
Convênios	189.500,00	-41.610,25	-41.610,25	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	189.500,00	-41.610,25	-41.610,25	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	49.831.658,00	7.951.897,52	7.951.897,52	6.408.604,75
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2011	Até o Bimestre 2010
DESPESAS CORRENTES (VIII)	45.633.268,38	4.935.877,89	4.935.877,89	4.452.683,71
Pessoal e Encargos Sociais	25.788.972,38	3.423.923,22	3.423.923,22	3.167.523,58
Juros e Encargos da Dívida (IX)	363.000,00	68.845,44	68.845,44	49.248,37
Outras Despesas Correntes	19.481.296,00	1.443.109,23	1.443.109,23	1.235.911,76
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	45.270.268,38	4.867.032,45	4.867.032,45	4.403.435,34
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	5.007.682,00	69.720,74	69.720,74	53.342,05
Investimentos	4.512.682,00	17.450,38	17.450,38	20.055,02
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	495.000,00	52.270,36	52.270,36	33.287,03
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	4.512.682,00	17.450,38	17.450,38	20.055,02
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	540.700,00	-	-	-

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2011	Até o Bimestre 2010
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	540.700,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	50.323.650,38	4.884.482,83	4.884.482,83	4.423.490,36
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-491.992,38	3.067.414,69	3.067.414,69	1.985.114,39
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	46.672,38	0,00
Superávit Financeiro	-	-	46.672,38	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-49.070,00

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CURITIBANOS, 18/03/2011

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador - CRC 020710-0

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2011	Até o Bimestre 2010
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	49.642.158,00	7.993.507,77	7.993.507,77	6.408.604,75
Receita Tributária	7.181.171,00	995.854,43	995.854,43	647.721,68
I.P.T.U.	2.492.600,00	73.384,05	73.384,05	33.115,12
I.S.S.	1.815.000,00	406.438,03	406.438,03	202.048,51
I.T.B.I.	726.000,00	123.022,41	123.022,41	162.009,22
I.R.R.F.	581.633,00	71.922,31	71.922,31	59.499,01
Outras Receitas Tributárias	1.565.938,00	321.087,63	321.087,63	191.049,82
Receita de Contribuição	5.200.800,00	680.106,65	680.106,65	613.693,24
Receitas Previdenciárias	3.748.800,00	497.365,81	497.365,81	517.308,67
Outras Contribuições	1.452.000,00	182.740,84	182.740,84	96.384,57
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	834.570,00	159.494,00	159.494,00	148.573,74
(-) Aplicações Financeiras	834.570,00	159.494,00	159.494,00	148.573,74
Transferências Correntes	34.214.480,00	5.997.441,14	5.997.441,14	4.831.024,00
F.P.M.	10.384.000,00	2.163.761,03	2.163.761,03	1.552.671,20
I.C.M.S.	9.240.000,00	1.306.210,74	1.306.210,74	1.210.824,75
Convênios	143.715,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	14.446.765,00	2.527.469,37	2.527.469,37	2.067.528,05
Demais Receitas Correntes	3.045.707,00	320.105,55	320.105,55	316.165,83
Dívida Ativa	926.530,00	169.627,49	169.627,49	188.449,96
Diversas Receitas Correntes	2.119.177,00	150.478,06	150.478,06	127.715,87
RECEITAS DE CAPITAL (II)	262.000,00	-41.610,25	-41.610,25	0,00
Operações de Crédito (III)	25.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	47.500,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	189.500,00	-41.610,25	-41.610,25	0,00
Convênios	189.500,00	-41.610,25	-41.610,25	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	189.500,00	-41.610,25	-41.610,25	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	49.831.658,00	7.951.897,52	7.951.897,52	6.408.604,75
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2011	Até o Bimestre 2010
DESPESAS CORRENTES (VIII)	45.633.268,38	4.935.877,89	4.935.877,89	4.452.683,71
Pessoal e Encargos Sociais	25.788.972,38	3.423.923,22	3.423.923,22	3.167.523,58
Juros e Encargos da Dívida (IX)	363.000,00	68.845,44	68.845,44	49.248,37
Outras Despesas Correntes	19.481.296,00	1.443.109,23	1.443.109,23	1.235.911,76
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	45.270.268,38	4.867.032,45	4.867.032,45	4.403.435,34
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	5.007.682,00	69.720,74	69.720,74	53.342,05
Investimentos	4.512.682,00	17.450,38	17.450,38	20.055,02
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	495.000,00	52.270,36	52.270,36	33.287,03
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	4.512.682,00	17.450,38	17.450,38	20.055,02
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	540.700,00	-	-	-

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2011	Até o Bimestre 2010
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	540.700,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	50.323.650,38	4.884.482,83	4.884.482,83	4.423.490,36
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-491.992,38	3.067.414,69	3.067.414,69	1.985.114,39
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	46.672,38	0,00
Superávit Financeiro	-	-	46.672,38	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-49.070,00

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CURITIBANOS, 18/03/2011

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador - CRC 020710-0

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2010				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2010			
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	134.126,78	-	134.126,78	-	89.670,00	6.106.381,59	7.049,07	1.155.294,76	5.033.707,76
EXECUTIVO										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	105.910,93	0,00	105.910,93	0,00	89.670,00	3.486.120,19	4.500,00	666.656,42	2.904.633,77
CHEFIA DO EXECUTIVO	0,00	105.910,93	0,00	105.910,93	0,00	89.670,00	3.486.120,19	4.500,00	666.656,42	2.904.633,77
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS	0,00	2.403,66	0,00	2.403,66	0,00	0,00	8.855,32	397,85	3.376,29	5.081,18
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	2.403,66	0,00	2.403,66	0,00	0,00	8.855,32	397,85	3.376,29	5.081,18
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	182.811,93	0,00	18.545,57	164.266,36
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	182.811,93	0,00	18.545,57	164.266,36
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANC	0,00	23.812,09	0,00	23.812,09	0,00	0,00	2.260.069,32	2.151,22	373.069,69	1.884.848,41
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	23.812,09	0,00	23.812,09	0,00	0,00	2.260.069,32	2.151,22	373.069,69	1.884.848,41
FUNREBOM DE CURITIBANOS	0,00	2.000,10	0,00	2.000,10	0,00	0,00	55.103,66	0,00	101,83	55.001,83
FUNREBOM	0,00	2.000,10	0,00	2.000,10	0,00	0,00	55.103,66	0,00	101,83	55.001,83
LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	113.421,17	0,00	93.544,96	19.876,21
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	113.421,17	0,00	93.544,96	19.876,21
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	134.126,78	0,00	134.126,78	0,00	89.670,00	6.106.381,59	7.049,07	1.155.294,76	5.033.707,76

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CURITIBANOS, 18/03/2011

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDI
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador - CRC 020710-0

MUNICÍPIO DE CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	6.633.640,00	6.633.640,00	829.060,68	829.060,68	12,50
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	3.360.225,00	3.360.225,00	207.706,98	207.706,98	6,18
1.1.1- IPTU	2.492.600,00	2.492.600,00	73.384,05	73.384,05	2,94
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	15.125,00	15.125,00	63,26	63,26	0,42
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	586.300,00	586.300,00	80.096,87	80.096,87	13,66
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	266.200,00	266.200,00	54.162,80	54.162,80	20,35
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	727.512,00	727.512,00	123.028,73	123.028,73	16,91
1.2.1- ITBI	726.000,00	726.000,00	123.022,41	123.022,41	16,95
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	1.512,00	1.512,00	6,32	6,32	0,42
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.964.270,00	1.964.270,00	426.402,66	426.402,66	21,71
1.3.1- ISS	1.815.000,00	1.815.000,00	406.438,03	406.438,03	22,39
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	18.150,00	18.150,00	1.693,45	1.693,45	9,33
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	110.000,00	110.000,00	13.804,55	13.804,55	12,55
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	21.120,00	21.120,00	4.466,63	4.466,63	21,15
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	581.633,00	581.633,00	71.922,31	71.922,31	12,37
1.4.1- IRRF	581.633,00	581.633,00	71.922,31	71.922,31	12,37
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	26.863.100,00	26.863.100,00	4.613.055,01	4.613.055,01	17,17
2.1- Cota-Parte FPM	12.980.000,00	12.980.000,00	2.704.701,23	2.704.701,23	20,84
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	12.980.000,00	12.980.000,00	2.704.701,23	2.704.701,23	20,84
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	11.550.000,00	11.550.000,00	1.632.763,21	1.632.763,21	14,14
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	256.300,00	256.300,00	9.824,38	9.824,38	3,83
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	299.200,00	299.200,00	36.768,72	36.768,72	12,29
2.5- Cota-Parte ITR	72.600,00	72.600,00	4.314,42	4.314,42	5,94
2.6- Cota-Parte IPVA	1.705.000,00	1.705.000,00	224.683,05	224.683,05	13,18
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	33.496.740,00	33.496.740,00	5.442.115,69	5.442.115,69	16,25
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	924.825,00	924.825,00	177.108,33	177.108,33	19,15
5.1- Transferências do Salário-Educação	572.000,00	572.000,00	177.108,33	177.108,33	30,96
5.2- Outras Transferências do FNDE	352.825,00	352.825,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	62.625,00	62.625,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	62.625,00	62.625,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	88.000,00	88.000,00	14.797,74	14.797,74	16,82
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.075.450,00	1.075.450,00	191.906,07	191.906,07	17,84

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	5.372.620,00	5.372.620,00	922.610,57	922.610,57	17,17
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.596.000,00	2.596.000,00	540.940,20	540.940,20	20,84
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	2.310.000,00	2.310.000,00	326.552,47	326.552,47	14,14
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	51.260,00	51.260,00	1.964,86	1.964,86	3,83
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	59.840,00	59.840,00	7.353,74	7.353,74	12,29
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	14.520,00	14.520,00	862,86	862,86	5,94
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	341.000,00	341.000,00	44.936,44	44.936,44	13,18
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	7.737.400,00	7.737.400,00	1.526.491,08	1.526.491,08	19,73
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	7.700.000,00	7.700.000,00	1.510.700,02	1.510.700,02	19,62
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	37.400,00	37.400,00	15.791,06	15.791,06	42,22
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	2.327.380,00	2.327.380,00	588.089,45	588.089,45	25,27
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	5.421.790,00	5.421.790,00	824.302,22	824.302,22	15,20
13.1- Com Educação Infantil	2.662.000,00	2.662.000,00	502.340,89	502.340,89	18,87
13.2- Com Ensino Fundamental	2.759.790,00	2.759.790,00	321.961,33	321.961,33	11,67
14- OUTRAS DESPESAS	2.288.110,00	2.334.782,38	77.910,78	77.910,78	3,34
14.1- Com Educação Infantil	693.000,00	693.000,00	2.296,00	2.296,00	0,33
14.2- Com Ensino Fundamental	1.595.110,00	1.641.782,38	75.614,78	75.614,78	4,61
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	7.709.900,00	7.756.572,38	902.213,00	902.213,00	11,63
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL 1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					54,00
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2010 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				46.672,38	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2011 *				46.672,38	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ²	8.374.185,00	8.374.185,00	1.360.528,92	1.360.528,92	16,25
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	4.675.000,00	4.675.000,00	622.157,97	622.157,97	13,31
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.355.000,00	3.355.000,00	504.636,89	504.636,89	15,04
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.320.000,00	1.320.000,00	117.521,08	117.521,08	8,90
24- ENSINO FUNDAMENTAL	6.750.025,00	6.796.697,38	530.006,98	530.006,98	7,80
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.354.900,00	4.401.572,38	397.576,11	397.576,11	9,03
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.395.125,00	2.395.125,00	132.430,87	132.430,87	5,53
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	11.425.025,00	11.471.697,38	1.152.164,95	1.152.164,95	10,04
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					588.089,45
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					15.791,06
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					46.672,38
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					2.151,22
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					652.704,11
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					499.460,84
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					9,18

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	572.000,00	572.000,00	1.350,00	1.350,00	0,24
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	352.825,00	352.825,00	6.333,29	6.333,29	1,80
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	924.825,00	924.825,00	7.683,29	7.683,29	0,83
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	12.349.850,00	12.396.522,38	1.159.848,24	1.159.848,24	9,36
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2011 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	1.010.296,30		2.151,22		

MUNICÍPIO DE CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	1.147.217,25	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.510.700,02	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	1.198.034,23	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	15.791,06	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	1.475.674,10	0,00

CURITIBANOS, 18/03/2011

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador - CRC 020710-0

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 46.672,38, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO XI (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	25.000,00	0,00		25.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	5.007.682,00	69.720,74	0,00	4.937.961,26
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	5.007.682,00	69.720,74	0,00	4.937.961,26
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-4.982.682,00	-69.720,74		-4.912.961,26

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CURITIBANOS, 18/03/2011

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador - CRC 020710-0

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES**
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2010 a 2084

RREO – ANEXO XIII (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=(“d” exercício anterior) + (c)
2010	1.831.727,51	2.679.691,35	-847.963,84	5.722.815,63
2011	1.719.716,13	2.579.222,52	-859.506,39	4.863.309,24
2012	1.639.755,84	2.425.067,64	-785.311,80	4.077.997,44
2013	1.544.828,73	2.322.008,02	-777.179,29	3.300.818,15
2014	1.445.230,87	2.242.977,95	-797.747,08	2.503.071,07
2015	1.371.409,04	2.117.594,68	-746.185,64	1.756.885,43
2016	1.287.792,92	2.028.480,75	-740.687,83	1.016.197,60
2017	1.214.982,72	1.927.019,17	-712.036,45	304.161,15
2018	1.136.630,61	1.851.073,19	-714.442,58	-410.281,43
2019	1.060.296,95	1.781.833,32	-721.536,37	-1.131.817,80
2020	979.603,09	1.732.868,64	-753.265,55	-1.885.083,35
2021	894.020,54	1.705.056,77	-811.036,23	-2.696.119,58
2022	825.559,23	1.646.199,35	-820.640,12	-3.516.759,70
2023	756.871,04	1.599.446,40	-842.575,36	-4.359.335,06
2024	654.652,37	1.639.997,16	-985.344,79	-5.344.679,85
2025	586.089,00	1.605.854,16	-1.019.765,16	-6.364.445,01
2026	534.719,05	1.539.446,33	-1.004.727,28	-7.369.172,29
2027	475.010,73	1.503.630,75	-1.028.620,02	-8.397.792,31
2028	417.274,89	1.471.047,73	-1.053.772,84	-9.451.565,15
2029	333.406,98	1.506.006,90	-1.172.599,92	-10.624.165,07
2030	295.694,96	1.436.946,02	-1.141.251,06	-11.765.416,13
2031	255.953,65	1.380.573,98	-1.124.620,33	-12.890.036,46
2032	229.518,30	1.300.681,97	-1.071.163,67	-13.961.200,13
2033	199.516,58	1.237.167,67	-1.037.651,09	-14.998.851,22
2034	172.180,93	1.175.335,81	-1.003.154,88	-16.002.006,10
2035	147.232,77	1.115.045,52	-967.812,75	-16.969.818,85
2036	125.633,22	1.053.669,99	-928.036,77	-17.897.855,62
2037	107.783,16	990.367,32	-882.584,16	-18.780.439,78
2038	90.947,49	931.288,51	-840.341,02	-19.620.780,80
2039	74.325,87	878.209,98	-803.884,11	-20.424.664,91
2040	52.507,38	843.393,84	-790.886,46	-21.215.551,37
2041	35.160,12	802.681,16	-767.521,04	-21.983.072,41
2042	26.076,38	747.288,77	-721.212,39	-22.704.284,80
2043	19.414,21	691.663,90	-672.249,69	-23.376.534,49
2044	15.365,39	635.461,59	-620.096,20	-23.996.630,69
2045	10.863,27	585.186,69	-574.323,42	-24.570.954,11
2046	7.582,59	536.608,81	-529.026,22	-25.099.980,33
2047	5.250,21	490.007,35	-484.757,14	-25.584.737,47
2048	3.977,02	444.929,88	-440.952,86	-26.025.690,33
2049	3.118,43	402.564,15	-399.445,72	-26.425.136,05
2050	1.754,67	364.796,30	-363.041,63	-26.788.177,68
2051	898,20	329.371,15	-328.472,95	-27.116.650,63
2052	38,48	297.148,42	-297.109,94	-27.413.760,57
2053	28,05	265.939,57	-265.911,52	-27.679.672,09
2054	19,86	237.181,02	-237.161,16	-27.916.833,25
2055	13,62	210.902,88	-210.889,26	-28.127.722,51
2056	9,04	187.012,07	-187.003,03	-28.314.725,54
2057	5,83	165.330,94	-165.325,11	-28.480.050,65
2058	3,67	145.702,49	-145.698,82	-28.625.749,47
2059	2,26	128.090,70	-128.088,44	-28.753.837,91
2060	1,37	112.045,57	-112.044,20	-28.865.882,11
2061	0,81	97.697,59	-97.696,78	-28.963.578,89
2062	0,46	84.971,14	-84.970,68	-29.048.549,57
2063	0,26	73.722,16	-73.721,90	-29.122.271,47
2064	0,14	63.623,09	-63.622,95	-29.185.894,42
2065	0,07	54.650,57	-54.650,50	-29.240.544,92
2066	0,03	46.646,94	-46.646,91	-29.287.191,83
2067	0,02	39.541,89	-39.541,87	-29.326.733,70
2068	0,00	33.318,76	-33.318,76	-29.360.052,46
2069	0,00	27.892,01	-27.892,01	-29.387.944,47
2070	0,00	23.214,37	-23.214,37	-29.411.158,84
2071	0,00	19.317,64	-19.317,64	-29.430.476,48



Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES**
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2010 a 2084

RREO – ANEXO XIII (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2072	0,00	16.032,60	-16.032,60	-29.446.509,08
2073	0,00	13.254,62	-13.254,62	-29.459.763,70
2074	0,00	10.924,81	-10.924,81	-29.470.688,51
2075	0,00	8.964,09	-8.964,09	-29.479.652,60
2076	0,00	7.334,26	-7.334,26	-29.486.986,86
2077	0,00	5.943,13	-5.943,13	-29.492.929,99
2078	0,00	4.753,52	-4.753,52	-29.497.683,51
2079	0,00	3.747,69	-3.747,69	-29.501.431,20
2080	0,00	2.912,46	-2.912,46	-29.504.343,66
2081	0,00	2.228,08	-2.228,08	-29.506.571,74
2082	0,00	1.684,25	-1.684,25	-29.508.255,99
2083	0,00	1.552,51	-1.552,51	-29.509.808,50
2084	0,00	0,00	0,00	-29.509.808,50

Projeção atuarial elaborada em 18/03/2011 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CURITIBANOS, 18/03/2011

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador - CRC 020710-0

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO XIV (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	47.500,00	0,00	47.500,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	11.000,00	0,00	11.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	36.500,00	0,00	36.500,00
TOTAL	47.500,00	0,00	47.500,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	47.500,00	0,00	0,00	47.500,00
Investimentos	47.500,00	0,00	0,00	47.500,00
TOTAL	47.500,00	0,00	0,00	47.500,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2010 (h)	Em 2011 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	27.410,16	0,00	27.410,16

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CURITIBANOS, 18/03/2011

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador - CRC 020710-0

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	33.496.740,00	33.496.740,00	5.442.115,69	16,25
Impostos	5.615.233,00	5.615.233,00	674.766,80	12,02
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	2.492.600,00	2.492.600,00	73.384,05	2,94
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	726.000,00	726.000,00	123.022,41	16,95
Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	1.815.000,00	1.815.000,00	406.438,03	22,39
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	581.633,00	581.633,00	71.922,31	12,37
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	1.018.407,00	1.018.407,00	154.293,88	15,15
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	34.787,00	34.787,00	1.763,03	5,07
Dívida Ativa dos Impostos	696.300,00	696.300,00	93.901,42	13,49
Multas, Juros de Mora, Atual. Mon. e Outros Enc. da Dív. Ativa dos Imp.	287.320,00	287.320,00	58.629,43	20,41
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	26.863.100,00	26.863.100,00	4.613.055,01	17,17
Da União	13.308.900,00	13.308.900,00	2.718.840,03	20,43
Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	12.980.000,00	12.980.000,00	2.704.701,23	20,84
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	72.600,00	72.600,00	4.314,42	5,94
Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	256.300,00	256.300,00	9.824,38	3,83
Do Estado	13.554.200,00	13.554.200,00	1.894.214,98	13,98
Cota-Parte do ICMS	11.550.000,00	11.550.000,00	1.632.763,21	14,14
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	299.200,00	299.200,00	36.768,72	12,29
Cota-Parte do IPVA	1.705.000,00	1.705.000,00	224.683,05	13,18
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS (II)	3.185.600,00	3.185.600,00	536.367,11	16,84
Da União para o Município	2.275.350,00	2.275.350,00	405.111,89	17,80
Do Estado para o Município	795.300,00	795.300,00	113.477,76	14,27
Demais Municípios para o Município	114.950,00	114.950,00	17.777,46	15,47
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	19.429.008,00	19.429.008,00	3.055.519,29	15,73
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-5.372.620,00	-5.372.620,00	-922.610,57	17,17
TOTAL	50.738.728,00	50.738.728,00	8.111.391,52	15,99

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	8.665.300,00	8.665.300,00	1.145.244,38	13,22
Pessoal e Encargos Sociais	5.938.900,00	5.938.900,00	874.260,16	14,72
Outras Despesas Correntes	2.726.400,00	2.726.400,00	270.984,22	9,94
DESPESAS DE CAPITAL	407.000,00	407.000,00	1.838,00	0,45
Investimentos	407.000,00	407.000,00	1.838,00	0,45

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/2

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS DE CAPITAL	407.000,00	407.000,00	1.838,00	0,45
Investimentos	407.000,00	407.000,00	1.838,00	0,45
TOTAL (IV)	9.072.300,00	9.072.300,00	1.147.082,38	12,64

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	9.072.300,00	9.072.300,00	1.147.082,38	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	9.072.300,00	9.072.300,00	536.367,11	46,76
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	9.072.300,00	9.072.300,00	536.367,11	46,76
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS¹	-	-	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	0,00	0,00	610.715,27	53,24

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2011 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	182.811,93	0,00

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL <=² [(V - VI) / I]	11,22
--	-------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	8.991.450,00	8.991.450,00	1.143.365,98	99,68
Vigilância Sanitária	23.650,00	23.650,00	406,08	0,04
Vigilância Epidemiológica	57.200,00	57.200,00	3.310,32	0,29
TOTAL	9.072.300,00	9.072.300,00	1.147.082,38	100,00

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

CURITIBANOS, 18/03/2011

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador - CRC 020710-0

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	33.496.740,00	33.496.740,00	5.442.115,69	16,25
Impostos	5.615.233,00	5.615.233,00	674.766,80	12,02
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	2.492.600,00	2.492.600,00	73.384,05	2,94
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	726.000,00	726.000,00	123.022,41	16,95
Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	1.815.000,00	1.815.000,00	406.438,03	22,39
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	581.633,00	581.633,00	71.922,31	12,37
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	1.018.407,00	1.018.407,00	154.293,88	15,15
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	34.787,00	34.787,00	1.763,03	5,07
Dívida Ativa dos Impostos	696.300,00	696.300,00	93.901,42	13,49
Multas, Juros de Mora, Atual. Mon. e Outros Enc. da Dív. Ativa dos Imp.	287.320,00	287.320,00	58.629,43	20,41
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	26.863.100,00	26.863.100,00	4.613.055,01	17,17
Da União	13.308.900,00	13.308.900,00	2.718.840,03	20,43
Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	12.980.000,00	12.980.000,00	2.704.701,23	20,84
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	72.600,00	72.600,00	4.314,42	5,94
Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	256.300,00	256.300,00	9.824,38	3,83
Do Estado	13.554.200,00	13.554.200,00	1.894.214,98	13,98
Cota-Parte do ICMS	11.550.000,00	11.550.000,00	1.632.763,21	14,14
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	299.200,00	299.200,00	36.768,72	12,29
Cota-Parte do IPVA	1.705.000,00	1.705.000,00	224.683,05	13,18
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS (II)	3.185.600,00	3.185.600,00	536.367,11	16,84
Da União para o Município	2.275.350,00	2.275.350,00	405.111,89	17,80
Do Estado para o Município	795.300,00	795.300,00	113.477,76	14,27
Demais Municípios para o Município	114.950,00	114.950,00	17.777,46	15,47
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	19.429.008,00	19.429.008,00	3.055.519,29	15,73
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-5.372.620,00	-5.372.620,00	-922.610,57	17,17
TOTAL	50.738.728,00	50.738.728,00	8.111.391,52	15,99

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	8.665.300,00	8.665.300,00	1.145.244,38	13,22
Pessoal e Encargos Sociais	5.938.900,00	5.938.900,00	874.260,16	14,72
Outras Despesas Correntes	2.726.400,00	2.726.400,00	270.984,22	9,94
DESPESAS DE CAPITAL	407.000,00	407.000,00	1.838,00	0,45
Investimentos	407.000,00	407.000,00	1.838,00	0,45

Continua 1/2

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/2

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS DE CAPITAL	407.000,00	407.000,00	1.838,00	0,45
Investimentos	407.000,00	407.000,00	1.838,00	0,45
TOTAL (IV)	9.072.300,00	9.072.300,00	1.147.082,38	12,64

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	9.072.300,00	9.072.300,00	1.147.082,38	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	9.072.300,00	9.072.300,00	536.367,11	46,76
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	9.072.300,00	9.072.300,00	536.367,11	46,76
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS¹	-	-	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	0,00	0,00	610.715,27	53,24

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2011 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	182.811,93	0,00

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL <=² [(V - VI) / I]	11,22
--	--------------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	8.991.450,00	8.991.450,00	1.143.365,98	99,68
Vigilância Sanitária	23.650,00	23.650,00	406,08	0,04
Vigilância Epidemiológica	57.200,00	57.200,00	3.310,32	0,29
TOTAL	9.072.300,00	9.072.300,00	1.147.082,38	100,00

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

CURITIBANOS, 18/03/2011

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador - CRC 020710-0

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	33.496.740,00	33.496.740,00	5.442.115,69	16,25
Impostos	5.615.233,00	5.615.233,00	674.766,80	12,02
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	2.492.600,00	2.492.600,00	73.384,05	2,94
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	726.000,00	726.000,00	123.022,41	16,95
Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	1.815.000,00	1.815.000,00	406.438,03	22,39
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	581.633,00	581.633,00	71.922,31	12,37
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	1.018.407,00	1.018.407,00	154.293,88	15,15
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	34.787,00	34.787,00	1.763,03	5,07
Dívida Ativa dos Impostos	696.300,00	696.300,00	93.901,42	13,49
Multas, Juros de Mora, Atual. Mon. e Outros Enc. da Dív. Ativa dos Imp.	287.320,00	287.320,00	58.629,43	20,41
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	26.863.100,00	26.863.100,00	4.613.055,01	17,17
Da União	13.308.900,00	13.308.900,00	2.718.840,03	20,43
Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	12.980.000,00	12.980.000,00	2.704.701,23	20,84
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	72.600,00	72.600,00	4.314,42	5,94
Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	256.300,00	256.300,00	9.824,38	3,83
Do Estado	13.554.200,00	13.554.200,00	1.894.214,98	13,98
Cota-Parte do ICMS	11.550.000,00	11.550.000,00	1.632.763,21	14,14
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	299.200,00	299.200,00	36.768,72	12,29
Cota-Parte do IPVA	1.705.000,00	1.705.000,00	224.683,05	13,18
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS (II)	3.185.600,00	3.185.600,00	536.367,11	16,84
Da União para o Município	2.275.350,00	2.275.350,00	405.111,89	17,80
Do Estado para o Município	795.300,00	795.300,00	113.477,76	14,27
Demais Municípios para o Município	114.950,00	114.950,00	17.777,46	15,47
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	19.429.008,00	19.429.008,00	3.055.519,29	15,73
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-5.372.620,00	-5.372.620,00	-922.610,57	17,17
TOTAL	50.738.728,00	50.738.728,00	8.111.391,52	15,99

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	8.665.300,00	8.665.300,00	1.145.244,38	13,22
Pessoal e Encargos Sociais	5.938.900,00	5.938.900,00	874.260,16	14,72
Outras Despesas Correntes	2.726.400,00	2.726.400,00	270.984,22	9,94
DESPESAS DE CAPITAL	407.000,00	407.000,00	1.838,00	0,45
Investimentos	407.000,00	407.000,00	1.838,00	0,45

Continua 1/2

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/2

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS DE CAPITAL	407.000,00	407.000,00	1.838,00	0,45
Investimentos	407.000,00	407.000,00	1.838,00	0,45
TOTAL (IV)	9.072.300,00	9.072.300,00	1.147.082,38	12,64

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	9.072.300,00	9.072.300,00	1.147.082,38	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	9.072.300,00	9.072.300,00	536.367,11	46,76
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	9.072.300,00	9.072.300,00	536.367,11	46,76
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS¹	-	-	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	0,00	0,00	610.715,27	53,24

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2011 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	182.811,93	0,00

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL <=² [(V - VI) / I]	11,22
--	--------------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	8.991.450,00	8.991.450,00	1.143.365,98	99,68
Vigilância Sanitária	23.650,00	23.650,00	406,08	0,04
Vigilância Epidemiológica	57.200,00	57.200,00	3.310,32	0,29
TOTAL	9.072.300,00	9.072.300,00	1.147.082,38	100,00

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

CURITIBANOS, 18/03/2011

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador - CRC 020710-0

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	33.496.740,00	33.496.740,00	5.442.115,69	16,25
Impostos	5.615.233,00	5.615.233,00	674.766,80	12,02
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	2.492.600,00	2.492.600,00	73.384,05	2,94
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	726.000,00	726.000,00	123.022,41	16,95
Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	1.815.000,00	1.815.000,00	406.438,03	22,39
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	581.633,00	581.633,00	71.922,31	12,37
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	1.018.407,00	1.018.407,00	154.293,88	15,15
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	34.787,00	34.787,00	1.763,03	5,07
Dívida Ativa dos Impostos	696.300,00	696.300,00	93.901,42	13,49
Multas, Juros de Mora, Atual. Mon. e Outros Enc. da Dív. Ativa dos Imp.	287.320,00	287.320,00	58.629,43	20,41
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	26.863.100,00	26.863.100,00	4.613.055,01	17,17
Da União	13.308.900,00	13.308.900,00	2.718.840,03	20,43
Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	12.980.000,00	12.980.000,00	2.704.701,23	20,84
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	72.600,00	72.600,00	4.314,42	5,94
Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	256.300,00	256.300,00	9.824,38	3,83
Do Estado	13.554.200,00	13.554.200,00	1.894.214,98	13,98
Cota-Parte do ICMS	11.550.000,00	11.550.000,00	1.632.763,21	14,14
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	299.200,00	299.200,00	36.768,72	12,29
Cota-Parte do IPVA	1.705.000,00	1.705.000,00	224.683,05	13,18
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS (II)	3.185.600,00	3.185.600,00	536.367,11	16,84
Da União para o Município	2.275.350,00	2.275.350,00	405.111,89	17,80
Do Estado para o Município	795.300,00	795.300,00	113.477,76	14,27
Demais Municípios para o Município	114.950,00	114.950,00	17.777,46	15,47
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	19.429.008,00	19.429.008,00	3.055.519,29	15,73
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-5.372.620,00	-5.372.620,00	-922.610,57	17,17
TOTAL	50.738.728,00	50.738.728,00	8.111.391,52	15,99

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	8.665.300,00	8.665.300,00	1.145.244,38	13,22
Pessoal e Encargos Sociais	5.938.900,00	5.938.900,00	874.260,16	14,72
Outras Despesas Correntes	2.726.400,00	2.726.400,00	270.984,22	9,94
DESPESAS DE CAPITAL	407.000,00	407.000,00	1.838,00	0,45
Investimentos	407.000,00	407.000,00	1.838,00	0,45

Continua 1/2

Município de CURITIBANOS - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
 AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/2

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS DE CAPITAL	407.000,00	407.000,00	1.838,00	0,45
Investimentos	407.000,00	407.000,00	1.838,00	0,45
TOTAL (IV)	9.072.300,00	9.072.300,00	1.147.082,38	12,64

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	9.072.300,00	9.072.300,00	1.147.082,38	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	9.072.300,00	9.072.300,00	536.367,11	46,76
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	9.072.300,00	9.072.300,00	536.367,11	46,76
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS¹	-	-	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	0,00	0,00	610.715,27	53,24

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2011 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	182.811,93	0,00

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL <=² [(V - VI) / I]	11,22
--	--------------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	8.991.450,00	8.991.450,00	1.143.365,98	99,68
Vigilância Sanitária	23.650,00	23.650,00	406,08	0,04
Vigilância Epidemiológica	57.200,00	57.200,00	3.310,32	0,29
TOTAL	9.072.300,00	9.072.300,00	1.147.082,38	100,00

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

CURITIBANOS, 18/03/2011

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
 Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
 Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
 Contador - CRC 020710-0

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo XVII (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2011		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

CURITIBANOS, 18/03/2011

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDI
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador - CRC 020710-0

Município de CURITIBANOS - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	50.738.728,00	
Previsão Atualizada		—	50.738.728,00	
Receitas Realizadas		8.111.391,52	8.111.391,52	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	46.672,38	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	50.738.728,00	
Créditos Adicionais		—	442.922,38	
Dotação Atualizada		—	51.181.650,38	
Despesas Empenhadas		9.874.057,38	9.874.057,38	
Despesas Liquidadas		5.005.598,63	5.005.598,63	
Superavit Orçamentário		—	3.105.792,89	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		9.874.057,38	9.874.057,38	
Despesas Liquidadas		5.005.598,63	5.005.598,63	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			45.633.493,26	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		571.978,75	571.978,75	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		556.251,63	556.251,63	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		15.727,12	15.727,12	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)	
Resultado Nominal	-190.000,00	-1.622.375,93	853,88	
Resultado Primário	-49.070,00	3.067.414,69	-6.251,10	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO				
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	134.126,78	0,00	134.126,78	0,00
EXECUTIVO	134.126,78	0,00	134.126,78	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	6.196.051,59	7.049,07	1.155.294,76	5.033.707,76
EXECUTIVO	6.082.630,42	7.049,07	1.061.749,80	5.013.831,55
LEGISLATIVO	113.421,17	0,00	93.544,96	19.876,21
TOTAL:	6.330.178,37	7.049,07	1.289.421,54	5.033.707,76
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		499.460,84	25%	9,18
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		824.302,22	60%	54,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	25.000,00	
Despesa de Capital Líquida		69.720,74	4.937.961,26	

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de CURITIBANOS - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2011	2019	2029	2044
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	1.719.716,13	1.060.296,95	333.406,98	15.365,39
Despesas Previdenciárias (V)	2.579.222,52	1.781.833,32	1.506.006,90	635.461,59
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	-859.506,39	-721.536,37	-1.172.599,92	-620.096,20
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	47.500,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	47.500,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	610.715,27	15,00	11,22	

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CURITIBANOS, 18/03/2011

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador - CRC 020710-0

Município de CURITIBANOS - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	50.738.728,00	
Previsão Atualizada		—	50.738.728,00	
Receitas Realizadas		8.111.391,52	8.111.391,52	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	46.672,38	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	50.738.728,00	
Créditos Adicionais		—	442.922,38	
Dotação Atualizada		—	51.181.650,38	
Despesas Empenhadas		9.874.057,38	9.874.057,38	
Despesas Liquidadas		5.005.598,63	5.005.598,63	
Superavit Orçamentário		—	3.105.792,89	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		9.874.057,38	9.874.057,38	
Despesas Liquidadas		5.005.598,63	5.005.598,63	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			45.633.493,26	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		571.978,75	571.978,75	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		556.251,63	556.251,63	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		15.727,12	15.727,12	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-190.000,00	-1.622.375,93	853,88
Resultado Primário		-49.070,00	3.067.414,69	-6.251,10
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO				
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	134.126,78	0,00	134.126,78	0,00
EXECUTIVO	134.126,78	0,00	134.126,78	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	6.196.051,59	7.049,07	1.155.294,76	5.033.707,76
EXECUTIVO	6.082.630,42	7.049,07	1.061.749,80	5.013.831,55
LEGISLATIVO	113.421,17	0,00	93.544,96	19.876,21
TOTAL:	6.330.178,37	7.049,07	1.289.421,54	5.033.707,76
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		499.460,84	25%	9,18
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		824.302,22	60%	54,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	25.000,00	
Despesa de Capital Líquida		69.720,74	4.937.961,26	

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de CURITIBANOS - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2011	2019	2029	2044
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	1.719.716,13	1.060.296,95	333.406,98	15.365,39
Despesas Previdenciárias (V)	2.579.222,52	1.781.833,32	1.506.006,90	635.461,59
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	-859.506,39	-721.536,37	-1.172.599,92	-620.096,20
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	47.500,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	47.500,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	610.715,27	15,00	11,22	

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CURITIBANOS, 18/03/2011

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador - CRC 020710-0

Município de CURITIBANOS - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS			
Previsão Inicial		—	50.738.728,00
Previsão Atualizada		—	50.738.728,00
Receitas Realizadas		8.111.391,52	8.111.391,52
Déficit Orçamentário		—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	46.672,38
DESPESAS			
Dotação Inicial		—	50.738.728,00
Créditos Adicionais		—	442.922,38
Dotação Atualizada		—	51.181.650,38
Despesas Empenhadas		9.874.057,38	9.874.057,38
Despesas Liquidadas		5.005.598,63	5.005.598,63
Superavit Orçamentário		—	3.105.792,89
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas		9.874.057,38	9.874.057,38
Despesas Liquidadas		5.005.598,63	5.005.598,63
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida			45.633.493,26
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		571.978,75	571.978,75
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		556.251,63	556.251,63
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		15.727,12	15.727,12
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		-190.000,00	-1.622.375,93
Resultado Primário		-49.070,00	3.067.414,69
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento até o Bimestre
POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO			Pagamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		134.126,78	0,00
EXECUTIVO		134.126,78	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS		6.196.051,59	7.049,07
EXECUTIVO		6.082.630,42	7.049,07
LEGISLATIVO		113.421,17	0,00
TOTAL:		6.330.178,37	7.049,07
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		499.460,84	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		824.302,22	60%
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	25.000,00
Despesa de Capital Líquida		69.720,74	4.937.961,26

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de CURITIBANOS - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2011	2019	2029	2044
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	1.719.716,13	1.060.296,95	333.406,98	15.365,39
Despesas Previdenciárias (V)	2.579.222,52	1.781.833,32	1.506.006,90	635.461,59
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	-859.506,39	-721.536,37	-1.172.599,92	-620.096,20
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	47.500,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	47.500,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	610.715,27	15,00	11,22	

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CURITIBANOS, 18/03/2011

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador - CRC 020710-0

Município de CURITIBANOS - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS			
Previsão Inicial		—	50.738.728,00
Previsão Atualizada		—	50.738.728,00
Receitas Realizadas		8.111.391,52	8.111.391,52
Déficit Orçamentário		—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	46.672,38
DESPESAS			
Dotação Inicial		—	50.738.728,00
Créditos Adicionais		—	442.922,38
Dotação Atualizada		—	51.181.650,38
Despesas Empenhadas		9.874.057,38	9.874.057,38
Despesas Liquidadas		5.005.598,63	5.005.598,63
Superavit Orçamentário		—	3.105.792,89
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas		9.874.057,38	9.874.057,38
Despesas Liquidadas		5.005.598,63	5.005.598,63
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida			45.633.493,26
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		571.978,75	571.978,75
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		556.251,63	556.251,63
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		15.727,12	15.727,12
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		-190.000,00	-1.622.375,93
Resultado Primário		-49.070,00	3.067.414,69
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento até o Bimestre
POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		134.126,78	0,00
EXECUTIVO		134.126,78	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS		6.196.051,59	7.049,07
EXECUTIVO		6.082.630,42	7.049,07
LEGISLATIVO		113.421,17	0,00
TOTAL:		6.330.178,37	7.049,07
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		499.460,84	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		824.302,22	60%
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	25.000,00
Despesa de Capital Líquida		69.720,74	4.937.961,26

Continua 1/2



Município de CURITIBANOS - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2011	2019	2029	2044
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	1.719.716,13	1.060.296,95	333.406,98	15.365,39
Despesas Previdenciárias (V)	2.579.222,52	1.781.833,32	1.506.006,90	635.461,59
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	-859.506,39	-721.536,37	-1.172.599,92	-620.096,20
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	47.500,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	47.500,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	610.715,27	15,00	11,22	

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CURITIBANOS, 18/03/2011

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador - CRC 020710-0

Forquilha

PREFEITURA MUNICIPAL

Nota de Revogação de Processo de Compra Nº. 02/PMF/2011

NOTA DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nº. 02/PMF/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/PMF/2011

OBJETO: Aquisição de 02 (dois) veículos novos, tipo utilitário pick-up, para 02 (dois) passageiros, motor bi combustível, com potência mínima de 95 CV, motor 1.4 no mínimo, para atendimento a Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano de Forquilha/SC.

MOTIVO: Abertos os trabalhos pelo Presidente da Comissão de Licitação, verificou-se que até a presente data, 13 horas (limite para entrega de documentação e Projeto de Venda), não houveram interessados em participar do certame. Assim, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e declararam revogado o processo licitatório nº. 39/PMF/2011.

Forquilha/SC, 24 de março de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 0101/2011

DECRETO Nº 0101, DE 24 DE MARÇO DE 2011.

DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0008 DE 11 DE MARÇO DE 2011.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica divulgada a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0008, de 11 de março de 2011, conforme listas anexas.

Art. 2º. A classificação dos códigos 1, 2, 3, 4, 6 e 8, do Quadro Geral de Inscrições, deixaram de ser divulgadas por não terem inscritos.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Fraiburgo, SC, 24 de Março de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Anexo Decreto N° 0101/2011 - Código 05



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0008 DE 11 DE MARÇO DE 2011**

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Fonoaudiólogo** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **5** Área de Atuação: **Educação**

Disciplina: **Fonoaudiólogo**

Critérios de Desempate

1° 2° 3° 4° 5° 6°

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos
1	5	CAMILA GARDINI	0

quinta-feira, 24 de março de 2011

Página 1 de 1

Anexo Decreto Nº 0101/2011 - Código 07

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0008 DE 11 DE MARÇO DE 2011

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Língua Inglesa** Quadro: **II - QUADRO ESPECIAL DE INSCRIÇÕES**
Código: **7** Área de Atuação: **Professor**
Disciplina: **Língua Inglesa**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos
1	3	HERON GUILHERME BLEICHVEL	5
2	2	DENELIZE APARECIDA MATTEUCCI	5
3	1	ALICIANE DE OLIVEIRA MATTEUCCI	1

1º	2º	3º	4º	5º	6º
Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
0	5	0	0	NÃO	4/4/1986
0	5	0	0	NÃO	15/5/1990
0	0	1	2	NÃO	19/11/1975

Anexo Decreto Nº 0101/2011 - Código 09

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0008 DE 11 DE MARÇO DE 2011

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **História** Quadro: **II - QUADRO ESPECIAL DE INSCRIÇÕES**
Código: **9** Área de Atuação: **Professor**
Disciplina: **História**

CrITÉrios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos
1	6	REGINALDO JOSÉ DE MELLO	0

1º	2º	3º	4º	5º	6º
Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
0	0	0	0	NÃO	24/11/1988

Anexo Decreto Nº 0101/2011 - Código 10

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0008 DE 11 DE MARÇO DE 2011

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Ciências e Programas d** Quadro: **II - QUADRO ESPECIAL DE INSCRIÇÕES**

Código: **10** Área de Atuação: **Professor**

Disciplina: **Ciências e Programas de Saúde**

CrITÉRIOS de Desempate

Disciplina:		Ciências e Programas de Saúde								
				1º	2º	3º	4º	5º	6º	
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato		Soma de Pontos	Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	4	JOCELAINE FERREIRA		0	0	0	0	0	NÃO	27/11/1985

Portaria Nº 0945/2011

PORTARIA Nº 0945, DE 24 DE MARÇO DE 2011.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a servidora THAÍS MAIRA DE MORAES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 075.588.089-89, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com lotação na Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de março de 2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de março de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0946/2011

PORTARIA Nº 0946, DE 24 DE MARÇO DE 2011.

Amplia Carga Horária de Servidor.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna 0018/2011, da Procuradoria Geral do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária do servidor MARCOS ANTONIO MAESTRI MIGUEL, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 359.664.329-53, nomeado no cargo de provimento efetivo de PROCURADOR, retroativo ao período de 01 de janeiro de 2011 até 31 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01 de janeiro de 2011, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de março de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0947/2011

PORTARIA Nº 0947 DE 24 DE MARÇO DE 2011.

Nomeia Servidor Municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear DANIELA RODRIGUES ALVES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 037.191.659-62, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de abril de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de março de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0948/2011

PORTARIA Nº 0948, DE 24 DE MARÇO DE 2011.

Amplia Carga Horária de Servidor.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna 0382/2011, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 30 (trinta) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora MAVES GISLAINE SCHLEDER CEZAR BORSZCZ, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 806.556.619-72, nomeada no cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, a partir de 01 de abril de 2011 por prazo indeterminado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de março de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0949/2011

PORTARIA Nº 0949, DE 24 DE MARÇO DE 2011.

Concede Função Gratificada.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 111, de 03 de março de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor LINDOMAR PALMERA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 833.733.229-87, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR E PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA GRUPO OCUPACIONAL NÍVEL SUPERIOR LP, com carga horária de 20 horas semanais, função gratificada FGM - Diretor Escolar nível 2, a partir de 01 de abril de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de março de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0950/2011

PORTARIA Nº 0950 DE 24 DE MARÇO DE 2011.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária nº 004, de 13 de janeiro de 2010;

Considerando a necessidade de contratação temporária de ENGENHEIRO CIVIL, para atender excepcional interesse público, na área da Administração e Planejamento;
Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora FRANCIELY MORAES PEREGO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 045.330.749-36, na função de ENGENHEIRO CIVIL, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 01 de abril de 2011 a 30 de abril de 2011, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de março de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0951/2011

PORTARIA Nº 0951, DE 24 DE MARÇO DE 2011.

Amplia Carga Horária de Servidor.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0383/2011, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora VANIA APARECIDA FAGHERAZZI KAEFER, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 645.687.689-34, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR E PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA GRUPO OCUPACIONAL NÍVEL SUPERIOR LP, pelo período retroativo de 02 de março de 2011 até 15 de abril de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos desde 02 de março de 2011, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de março de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Aviso do Pregão Presencial Nº 0026/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0026/2011 - PMF

Objeto: Aquisição de troféus para premiação nas Festividades do Cinquentenário do Município de Fraiburgo (Expofrai e Jeep Raid) que acontecerá de 15 a 17 de abril de 2011. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e

Credenciamento: Até às 14:15 horas do dia 06/04/2011. Abertura: Às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 24 de março de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei N.º 1.518/2011

LEI N.º 1.518 DE 23 DE MARÇO DE 2011.

DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA DESAFETAÇÃO DE IMÓVEL PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal de Garopaba-SC, autorizado a proceder a desafetação da parte do imóvel situado no Loteamento Ilha Residencial Panorâmico, constante do registro geral, no registro de imóveis de Garopaba -SC sob o nº 4.627 conforme descrito abaixo e demonstrado no mapa anexo, integrante desta Lei, para fins de interesse público:

"Um terreno urbano, com forma de um quadrilátero irregular, fazendo frente ao leste em 31,30 metros, fundos ao oeste em 31,88 metros, lateral direita ao sul em 24,08 metros e lateral esquerda ao norte em 17,00 metros, perfazendo a área de 641,75 m² (seiscentos e quarenta e um metros e setenta e cinco decímetros quadrados), com as seguintes confrontações: confrontando ao leste no alinhamento do lado par da Rua Santa Rita; confrontando ao oeste com Passagem Um; confrontando ao sul com área 01 remanescente, divisa esta distante 80,20 metros até a esquina com a Rua Vitor Carlos Nauck; e, confrontando ao norte com Passagem Um, divisa esta distante 77,85 metros até a esquina com a Rua Ismael Lobo".

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de Março de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 25/03/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA

Secretária de Administração

Lei N.º 1.519/2011

LEI N.º 1.519, DE 23 DE MARÇO DE 2011.

DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA DESAFETAÇÃO DE IMÓVEL PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber

a todos os habitantes do Município, que a câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal de Garopaba-SC, autorizado a proceder a desafetação da parte do imóvel situado no Loteamento Quinta dos Açores, constante do registro geral, no registro de imóveis de Garopaba -SC sob o nº 3.161 conforme descrito abaixo e demonstrado no mapa anexo, integrante desta Lei, para fins de interesse público:

“Um terreno urbano localizado no lugar denominado Ambrósio, com forma de um retângulo, fazendo frente ao sul em 39,24 metros, fundos ao norte em 39,24 metros, lateral direita ao oeste em 27,31 metros e lateral esquerda ao leste em 27,75 metros, perfazendo a área de 1.080,13 m² (um mil e oitenta metros e treze décimos quadrados), com as seguintes confrontações: confrontando ao sul no alinhamento do lado par da Rua A; confrontando ao norte com propriedade de Geraldino Simão Luiz; confrontando ao oeste com área 03 remanescente, divisa esta distante 22,76 metros até a esquina com a Rua F; e, confrontando ao leste com Lote 09, divisa esta distante 91,32 metros até a esquina com a Rua do Travessão”.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de Março de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 25/03/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA

Secretária de Administração

Lei N.º 1.520/2011

LEI N.º 1.520, DE 23 DE MARÇO DE 2011.

DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA DESAFETAÇÃO DE IMÓVEL PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal de Garopaba-SC, autorizado a proceder a desafetação da parte do imóvel situado no Loteamento Quinta dos Açores, constante do registro geral, no registro de imóveis de Garopaba -SC sob o nº 3.161, conforme descrito abaixo e demonstrado no mapa anexo, integrante desta Lei, para fins de interesse público:

“Um terreno urbano localizado no lugar denominado Ferraz, com forma de um polígono irregular com cinco lados, fazendo frente ao norte em 24,00 metros, fundos ao sul em 24,00 metros, lateral direita ao leste em dois segmentos de 16,42 metros e 15,93 metros, num total de 32,35 metros e lateral esquerda ao oeste em 27,38 metros, perfazendo a área de 742,40 m² (setecentos e quarenta e dois metros e quarenta décimos quadrados), com as seguintes confrontações: confrontando ao norte no alinhamento do lado ímpar da Rua Giovane Luiz Piucco; confrontando ao sul com propriedade de Luzia Coelho; confrontando ao leste com área 02 remanescente, divisa esta distante 32,23 metros até a esquina com a Rua B; e, confrontando ao oeste com propriedade de Silvio Lopes da Silva, divisa esta distante 25,17 metros até a esquina com a Rua Edevaldo Araújo da Silva”.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de Março de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 25/03/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA

Secretária de Administração

Lei N.º 1.521/2011

LEI N.º 1.521, DE 23 DE MARÇO DE 2011.

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI N.º 925/2005, QUE AUTORIZA O PAGAMENTO DE HORA PLANTÃO AOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º A alínea “a”, do artigo 2º, da Lei n.º 925, de 22 de fevereiro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

a) R\$ 55,00 (cinquenta e cinco reais) para os cargos de médico;

b)... ; c)... ”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de Março de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 25/03/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA

Secretária de Administração

Gaspar

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 4.254 de 15 de Março de 2011.

DECRETO Nº 4.254 DE 15 DE MARÇO DE 2011.

NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72º da Lei Orgânica do Município e artigo 10º e seguintes da Lei Municipal nº. 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, a partir desta data, conforme habilitação



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

em Concurso Público regido pelo Edital nº. 001/2008, aprovados para os cargos e carga horária abaixo especificados, com lotação na Secretaria da Saúde:

NOME	CARGO	C/H	Colocação
Cibele Moresco Boer	Cargo Psicóloga	30 horas semanais	14º
Camila Manzotti	Cargo Terapeuta Ocupacional	30 horas semanais	1º
Denis Francis Valim	Cargo Terapeuta Ocupacional	30 horas semanais	1º

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 15 de março de 2011.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 4.256, de 16 de Março de 2011.

DECRETO Nº 4.256, DE 16 DE MARÇO DE 2011.

FIXA NOVA TABELA PARA TARIFAS E SERVIÇOS DIVERSOS DO SAMAE, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município e com fundamento no artigo 18, §1º e seus incisos, da Lei Municipal nº 3.146, de 15 de outubro de 2009,

R E S O L V E:

Art. 1º Fixar nova tabela de tarifas e serviços diversos do SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE, que passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 1º Tabelas para apuração do valor da fatura mensal de água:

CATEGORIA DE CONSUMO	FAIXA	CONSUMO (m³)	VALOR (R\$)	
RESIDENCIAL E PODER PÚBLICO	1	0 a 10	20,54	Mínimo
	2	11 a 25	3,17	por m³
	3	26 a 40	4,18	por m³
	4	41 a 50	5,08	por m³
	5	Acima de 50	5,82	por m³
COMERCIAL	1	0 a 10	26,54	Mínimo
	2	11 a 15	3,57	por m³
	3	16 a 40	4,75	por m³
	4	41 a 50	5,43	por m³
	5	Acima de 50	5,99	por m³
INDUSTRIAL	1	0 a 15	57,22	Mínimo
	2	16 a 30	5,13	por m³
	3	31 a 100	6,97	por m³
	4	Acima de 100	7,91	por m³

FÓRMULA DE CÁLCULO: Para a apuração do valor total da fatura mensal do consumidor utilizar-se á a seguinte fórmula:

$V = F1 + (F2 \times C2) + (F3 \times C3) + (F4 \times C4) + (F5 \times C5)$, onde:

V = Valor Total da Fatura;

F1 = valor da tarifa mínima mensal para cada categoria de consumo;

F2 = Valor por m³ (metro cúbico) correspondente á faixa de consumo nº 2;

F3 = Valor por m³ (metro cúbico) correspondente á faixa de consumo nº 3;

F4 = Valor por m³ (metro cúbico) correspondente á faixa de consumo nº 4;

F5 = Valor por m³ (metro cúbico) correspondente á faixa de consumo nº 5;

C2 = Número de m³ (metro cúbico) medido na faixa nº 2;

C3 = Número de m³ (metro cúbico) medido na faixa nº 3;

C4 = Número de m³ (metro cúbico) medido na faixa nº 4;

C5 = Número de m³ (metro cúbico) medido na faixa nº 5.

§ 2º Tabelas de valores referentes à prestação de serviços diversos e de multas por danos causados às redes públicas de água e esgoto, ramais ou coletores:

I – Quadro 1:

DIVERSOS	VALOR
Aferição de hidrômetro	R\$ 18,50
Análise de água (exame bacteriológico)	R\$ 49,07
Análise de água (exame físico-químico)	R\$ 38,48
Análise de projetos diversos	R\$ 62,40
Conserto de cavalete ¹	-
Consumo de água por circos, parques e afins ²	-
Deslocamento de cavalete de ½" (meia polegada)	R\$ 54,71
Deslocamento de cavalete de 1" (uma polegada)	R\$ 109,95
Deslocamento de cavalete de 2" (duas polegadas)	R\$ 219,92
Emissão de certidões, declarações e afins	R\$ 13,78
Emissão de fornecimento de segunda via de fatura	R\$ 2,08
Mudança de ligação	R\$ 114,45
Restabelecimento do fornecimento de água	R\$ 36,18
Substituição de hidrômetro em decorrência de danificações causadas pelo consumidor ou por terceiros ³	

a) Para apuração do valor referente a conserto de cavalete, tomar-se-á como base o valor dos materiais e serviços empregados na realização dos mesmos.

b) Para a apuração do valor referente ao consumo de água por circos, parques e afins, tomar-se-á por base o número total de dias de permanência no Município, multiplicado pelo valor da tarifa básica de consumo - faixa 1, da categoria "residencial", fixada no parágrafo 1º deste artigo. Caso o período de permanência for inferior a 10 (dez) dias, deverá ser cobrado o valor correspondente a uma "ligação diâmetro de ½" (meia polegada)".

c) Para a apuração do valor referente à substituição de hidrômetro prevista neste item, tomar-se-á como base o custo dos materiais utilizados, acrescido de multa de 40% (quarenta por cento) sobre o valor da ligação, considerada a tabela constante do parágrafo 4º deste artigo.

II – Quadro 2:

DIVERSOS	VALOR
Obras de escavação a menos de um metro e meio das instalações prediais, sem a prévia notificação e autorização do SAMAE.	R\$ 320,55
Danos causados as canalizações de água ou esgoto, inclusive aos ramais ou coletores prediais ¹	R\$ 320,55
Ligação de ejetor ou de bomba ao ramal ou alimentador predial	R\$ 160,27
Ligação abusiva ²	R\$ 160,27
Ligação clandestina ³	R\$ 320,55
Intervenção do consumidor no ramal ou coletor predial, mesmo com o objetivo de melhor suas condições funcionamento	R\$ 80,14
Implantação de instalação predial que possibilitem conexão interna com outras canalizações de água cujo abastecimento não provenha do sistema público	R\$ 160,27
Desperdício, poluição ao fornecimento de água a terceiros, mesmo a título gratuito	R\$ 160,27
Fatura em atraso ⁴	-
Inversão de hidrômetro e/ou religação por conta ou demais exigências regulamentares do SAMAE.	R\$ 160,27

a) Além do pagamento da multa acima prevista o reparo das redes públicas será executado pelo SAMAE, cujos custos da obra serão arcados pelo responsável causador do dano.

b) Entendem-se como ligações abusivas aquelas nas quais a ação do consumidor venha a interferir nas ações exclusivas do SAMAE, como o manuseio de lacres de hidrômetros.

c) Endentem-se como ligações clandestinas as demais infrações que representarem consumo de água mensal, sem que haja a respectiva medição pelo hidrômetro.

d) O valor da multa será apurado mediante a aplicação do índice de 2,0% (dois por cento) sobre o valor da fatura, conforme legislação vigente.

§ 3º Em caso de reincidência devidamente comprovada, as multas acima fixadas relativas às condutas tipificadas como infração serão cobradas em dobro, sem obstáculo da instauração de outras medidas administrativas, civis e penais cabíveis.

§ 4º Tabela de valores referente à ligação de água:

DIÂMETRO	Nº PARCELA	VALOR	
		DA PARCELA	TOTAL
Ligação diâmetro de 1/2" (meia polegada)	1	-	R\$ 190,77
	2	R\$ 98,26	R\$ 196,51
	3	R\$ 66,15	R\$ 198,44
	4	R\$ 50,08	R\$ 200,34
	5	R\$ 40,47	R\$ 202,35
	6	R\$ 34,06	R\$ 204,34
Ligação diâmetro de 1" (uma polegada)	1	-	R\$ 381,48
	2	R\$ 196,48	R\$ 392,96
	3	R\$ 132,28	R\$ 396,84

Ligação diâmetro de 2" (duas polegadas)	1	-	R\$ 762,96
	2	R\$ 392,95	R\$ 785,89
	3	R\$ 264,55	R\$ 793,65

§ 5º Tabela de valores referente à ligação predial de esgoto:

LIGAÇÃO	Nº PARCELA	VALOR	
		DA PARCELA	TOTAL
Ligação predial de esgoto 1	1	-	R\$ 172,01
	2	R\$ 88,59	R\$ 177,17
	3	R\$ 59,65	R\$ 178,94

a) Quando da solicitação de ligação predial de esgoto e o consumidor já possuir ligação de água, os valores cobrados poderão ser parcelados e lançados na fatura de água, após a realização dos serviços. Em caso do requerente não possuir ligação de água do SAMAE, deverá ser lançado o serviço em fatura única, que deverá ser quitada e apresentada no atendimento da autarquia, para que entre na devida programação de execução de serviços.

Art. 2º Fica o SAMAE autorizado a efetuar recálculo da fatura de água que apresentar leitura com consumo superior 50% (cinquenta por cento) maior do que a média dos últimos 6 (seis) meses, utilizando-se para o cálculo do valor a ser pago a média aritmética alcançada pela soma das últimas 6 (seis) leituras, incluída aquela em que for constatado o vazamento, independentemente da categoria de consumo.

§ 1º O recálculo que trata o presente artigo será efetuado mediante solicitação do consumidor, desde que ocorra problema de vazamento na residência ou estabelecimento, devidamente averiguado pelo SAMAE, mediante confirmação in loco quanto a veracidade da ocorrência e emissão de relatório circunstanciado.

§ 2º Ocorrendo dois ou mais vazamentos sucessivos na mesma residência ou estabelecimento no período de 6 (seis) meses, mesmo que interpoladamente, o recálculo será efetuado sempre considerando as 6 (seis) últimas leituras, incluída aquela em que for constatado o novo vazamento.

§ 3º Na hipótese prevista no parágrafo anterior, para efeito do cálculo do valor a ser pago, não será considerando o valor do recálculo efetuado anteriormente, mas sim o valor da leitura aferida na ocasião.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de abril de 2011 e revogando as demais disposições em contrário.

Gaspar, 16 de março de 2011.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 4.258 de 22 de Março de 2011.

DECRETO Nº 4.258 DE 22 DE MARÇO DE 2011.
EXONERA A PEDIDO DO CARGO EFETIVO DE TÉCNICO EM CONTABILIDADE, O SERVIDOR STEFAN SCHMITZ.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, inciso XXV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado a pedido, a partir desta data, o servidor STEFAN SCHMITZ, do cargo efetivo de Técnico em Contabilidade, lotado com 40 horas semanais, o qual foi nomeado através do

Decreto nº 1.529/2006.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 22 de março de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº. 4.255 de 15 de Março de 2011.

DECRETO Nº. 4.255 DE 15 DE MARÇO DE 2011.

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL – CMDR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes representantes para integrarem o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR:

Titular:	Albertina dos Santos Deschamps	Presidente CMDR – Representante da CooperGaspar Comunidade: Belchior Central
Suplente:	Nadir Helena Petry	Representante do Grupo de Agricultores Familiares Comunidade: Cananeia

Titular:	Alfonso Bernardo Hostert	Secretário Municipal de Agricultura
Suplente:	Alcides da Silva	Diretor Geral de Agricultura

Titular:	Josi Rodrigues Prestes	Engenheiro Agrônomo - Epagri
Suplente:	Sônia Maria de Medeiros	Extencionista – Epagri – e 1ª Secretária do CMDR

Titular:	Ivanilde Teresinha Rampelotti	Presidente Sindicato Trabalhadores Rurais Comunidade: Alto Gasparinho
Suplente:	Rosani Bruno da Silva	Rizicultora e Grupo de Agricultores Familiares Comunidade: Gasparinho Quadro

Titular:	Sérgio Prebianca	Rizicultor Comunidade: Morro Grande
Suplente:	Hélio Stanke	Rizicultor Comunidade: Morro Grande

Titular:	Iolanda da Silva	Representante do Grupo de Agricultores Familiares Comunidade: Belchior baixo
Suplente:	Altair Venturini	Rizicultor Comunidade: Lagoa

Titular:	José Carlos Spengler	Pecuarista Comunidade: Macuco
Suplente:	Clair Rigo Bottega	Representante da Agroindústria de Conserva de Ovos de Codorna Comunidade: Macuco

Titular:	Roni R. Dirksen	Representante da Cooperatia Regional Agropecuária Vale do Itajaí - CRAVIL
Suplente:	Claudio Graciolo	Rizicultor Comunidade: Gasparinho

Titular:	Elmar Bailer	Rizicultor Comunidade: Garuba
Suplente:	Gelásio Alfredo Isensee	Rizicultor Comunidade: Gaspar Grande

Titular:	Paulo Antônio Schneider	Rizicultor Comunidade: Gaspar Grande
Suplente:	Maria Schneider	Representante do Grupo de Agricultores Familiares Comunidade: Gaspar Grande

Titular:	Edemilson Simon	Rizicultor Comunidade: Margem Esquerda
Suplente:	Luiz Pedro Schnaider	Rizicultor Comunidade: Gaspar Mirim

Titular:	Fabício Spacki	Médico Veterinário da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC
Suplente:	Laerte Lima Correa de Quadro	Médico Veterinário da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC

Titular:	Célio Benevenuto	Olericultor Comunidade: Gasparinho
Suplente:	Luciana dos Santos	Pecuarista e 2ª Secretária do CMDR Comunidade: Gasparinho

Titular:	Paulo Marangoni	Piscicultor Comunidade: Garuba
Suplente:	Ofélia Maria Campigotto	Piscicultora Comunidade: Garuba

Titular:	Juliano André dos Santos	Coordenador da Patrulha Mecanizada
Suplente:	Henrique da Silva Pires	Engenheiro Agrônomo da Secretaria de Agricultura

Titular:	Mário Reinert	Rizicultor Comunidade: Belchior Baixo
Suplente:	Inácio Schmitt	Rizicultor Comunidade: Belchior Baixo

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gaspar, 15 de março de 2011.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal de Gaspar

Errata ao Decreto Nº 3.242/11

O Prefeito Municipal DE GASPAR, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, RETIFICA a publicação do Decreto 4.242/2011, veiculada no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, Edição nº 694, de 10 de março de 2011 nos seguintes termos:

No art. 2º, onde se lê:

As despesas decorrentes da aquisição do imóvel acima descrito correrão por conta da Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio

Leia-se:

As despesas decorrentes da aquisição do imóvel acima descrito correrão por conta da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento

Gaspar - SC, 24 de março de 2011.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Errata ao Decreto Nº 4.233/11

O Prefeito Municipal DE GASPAR, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, RETIFICA a publicação do Decreto 4.233/2011, veiculada no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, Edição nº 694, de 10 de março de 2011 nos seguintes termos:

Onde se lê:

01 de outubro de 2011

Leia-se:

01 de março de 2011

Gaspar - SC, 24 de março de 2011.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Errata ao Decreto Nº 4.250/11

O Prefeito Municipal DE GASPAR, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, RETIFICA a publicação do Decreto 4.250/2011, veiculada no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, Edição nº 697, de 15 de março de 2011 nos seguintes termos:

No art. 2º, onde se lê:

As despesas decorrentes da aquisição do imóvel acima descrito correrão por conta da Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio

Leia-se:

As despesas decorrentes da aquisição do imóvel acima descrito correrão por conta da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento

Gaspar - SC, 24 de março de 2011.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Aviso do Pregão Presencial Nº 48/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Aviso do Pregão Presencial nº 48/2011

O OBJETO é a contratação de empresa especializada para elaborar os projetos de Plano de Cargos e Salários dos Servidores, Plano de Cargos e Salários do Magistério e Estatuto dos Servidores da Prefeitura Municipal de Gaspar. A ENTREGA dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e a Proposta Comercial deverá ocorrer até as 13h30min do dia 07/04/2011, no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 07/04/2011 às 14h, no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 24 de março de 2011

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Aviso do Pregão Presencial Nº 49/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Aviso do Pregão Presencial nº 49/2011

O OBJETO é a aquisição do equipamento Par Medidor GNSS composto por dois receptores e uma coletora de dados pós-processados. A ENTREGA dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e a Proposta Comercial deverá ocorrer até as 13h30min do dia 12/04/2011, no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 12/04/2011 às 14h, no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 24 de março de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

SAMAE

Aviso Pregão Presencial Nº 13/2011 - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial nº. 13/2011

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de madeiras e materiais de construção em geral.

A ENTREGA DOS ENVELOPES contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços da licitante deverá ocorrer até as 08:45 horas do dia 07/04/2011.

A ABERTURA DOS ENVELOPES ocorrerá no dia 07/04/2011 às 09:00 horas; cuja sessão estará aberta à participação de todos os interessados.

As licitantes interessadas em participar do certame, poderão obter a íntegra do Edital, diariamente, durante o horário de expediente, junto ao Departamento de Compras do SAMAE - Gaspar; ou no site: www.samaegaspar.com.br

Gaspar (SC), em 24 de março de 2011.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

Extrato Dispensa de Licitação Nº 14/2011 - SAMAE

E X T R A T O

DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO: 14/2011

OBJETO: Aquisição de equipamentos de laboratório para a ETA IV - Bateias, em razão de situação emergencial ocasionada pelo vandalismo acontecido em 04/02/20011, onde a referida ETA foi invadida, inclusive com agressão ao operador e degradação de equipamentos e do local.

CONTRATADO: HEXIS CIENTÍFICA S/A (53.276.010/0001-10).

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 8.801,70 (oito mil, oitocentos e um reais, setenta centavos).

DATA VIGÊNCIA: 22/03/2011.

DATA VENCIMENTO: 30/06/2011.

BASE LEGAL: Artigo 24, Inciso IV da Lei nº. 8.666/93 e Boletim de Ocorrência nº. 00035-2011-01077, de 05/02/2011.

Gaspar(SC), em 22 de março de 2011.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

Extrato Dispensa de Licitação Nº 15/2011 - SAMAE

E X T R A T O

DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO: 15/2011

OBJETO: Aquisição de equipamento de laboratório para a ETA IV - Bateias, em razão de situação emergencial ocasionada pelo vandalismo acontecido em 04/02/20011, onde a referida ETA foi invadida, inclusive com agressão ao operador e degradação de equipamentos e do local.

CONTRATADO: AJ MICRONAL - COMÉRCIO, SERVIÇOS, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA. (11.840.770/0001-69).

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 1.114,35 (um mil, cento e quatorze reais, trinta e cinco centavos).

DATA VIGÊNCIA: 22/03/2011.

DATA VENCIMENTO: 30/06/2011.

BASE LEGAL: Artigo 24, Inciso IV da Lei nº. 8.666/93 e Boletim de Ocorrência nº. 00035-2011-01077, de 05/02/2011.

Gaspar(SC), em 22 de março de 2011.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

Imbituba**PREFEITURA MUNICIPAL****Lei Nº 3.875.2011**

Lei nº 3.875, de 24, de março de 2011.

Dispõe sobre repasse financeiro à Associação Comercial Empresarial de Imbituba - ACIM e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a repassar o valor de até R\$ 5.000,00(cinco mil reais) para a Associação Empresarial de Imbituba - ACIM.

Art. 2º O repasse financeiro a que se refere o Art. 1º destina-se à

cobertura de parte das despesas com o Núcleo de Turismo - ACIM Regional Praia do Rosa.

Art. 3º A ACIM prestará contas até 30(trinta) dias após o repasse de cada parcela pelo Poder Público Municipal.

Parágrafo Único. A falta de prestação de contas referida neste Artigo implica em responsabilidade do representante legal da instituição, que deverá ressarcir o Município do valor repassado.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria do orçamento vigente, que poderão ser suplementadas por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 5º O Poder Público Municipal firmará termo de convênio com a ACIM, cujo instrumento disciplinará as condições, formas e prazos do repasse, bem como das prestações de contas.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de março de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Decreto PMI Nº 011.2011

Decreto nº 11, de 28 de fevereiro de 2011.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 3.784, de 25 de novembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 05 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte - SEDUCE
Unidade: 05.01 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte - SEDUCE

Programa: 9 - Educação de Qualidade

Projeto (Ação): 2.012 - Manutenção do Transporte Escolar - Fundamental

Funcional programática: 12.361.0009

3.3.90.00.00.00.00.00.0052 (0045) Aplicações Diretas 23.000,00

Órgão: 05 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte - SEDUCE
Unidade: 05.01 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte - SEDUCE

Programa: 9 - Educação de Qualidade

Projeto (Ação): 2.104 - Manutenção do Transporte Escolar - Infantil

Funcional programática: 12.365.0009

3.3.90.00.00.00.00.00.0177 (0057) Aplicações Diretas 12.000,00

Órgão: 05 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte - SEDUCE
Unidade: 05.01 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte - SEDUCE

Programa: 9 - Educação de Qualidade

Projeto (Ação): 2.105 - Manutenção do Transporte Escolar - Médio

Funcional programática: 12.362.0009
3.3.90.00.00.00.00.0178 (0058) Aplicações Diretas 5.000,00
Total 40.000,00

Art. 2º O crédito adicional suplementar no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do excesso de arrecadação dos Recursos do PNATE.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 28 de fevereiro de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Decreto PMI Nº 012.2011

Decreto nº 012, de 28 de fevereiro de 2011.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 3.784, de 25 de novembro de 2010,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 05 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte - SEDUCE
Unidade: 05.01 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte - SEDUCE

Programa: 9 - Educação de Qualidade

Projeto (Ação): 2.008 - Manutenção da Educação Infantil

Funcional programática: 12.365.0009
3.3.90.00.00.00.00.0112 (0039) Aplicações Diretas 44.000,00

Art. 2º O crédito adicional suplementar no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação parcial da dotação abaixo descrita, pertencente ao Orçamento Municipal vigente na importância R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais).

Órgão: 05 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte - SEDUCE
Unidade: 05.01 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte - SEDUCE

Programa: 9 - Educação de Qualidade

Projeto (Ação): 2.008 - Manutenção da Educação Infantil

Funcional programática: 12.365.0009
3.3.50.00.00.00.00.0112 (0038) Aplicações Diretas 44.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 28 de fevereiro de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Publicação de Extrato de Ata de Registro de Preço do Pregão Presencial 10/2011 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº. 12/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2011

ATA DE REGISTRO DE PREÇO.

Item 01: Condicionador de Ar Split 7.000 BTU'S

Empresa Vencedora: Refrimotor Refrigeração Ltda. Me.

Valor: R\$ 1.970,00

Item 02: Condicionador de Ar Split 9.000 BTU'S

Empresa: Refrimotor Refrigeração Ltda. Me.

Valor: R\$ 2.170,00

Item 03: Condicionador de Ar Split 12.000 BTU'S

Empresa: Refrimotor Refrigeração Ltda. Me.

Valor: R\$ 2.370,00.

Item 04: Condicionador de Ar Split 24.000 BTU'S

Empresa: Refrimotor Refrigeração Ltda. Me.

Valor: R\$ 3.970,00

Imbituba, 25 de março de 2011.

MILENE RIBEIRO

Pregoeira Oficial

Publicação de Extrato de Ata de Registro de Preço do Pregão Presencial 12/2011 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº. 14/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2011

ATA DE REGISTRO DE PREÇO.

Item 01: Memória DDR 1024 MB 400 MHZ - PC 3200

Empresa Vencedora: Matsenn Informática Ltda Me.

Valor: R\$ 140,00

Item 02: Memória DDR2 1024MB 667/533 MHZ - PC 6200

Empresa: Matsenn Informática Ltda Me.

Valor: R\$ 115,00

Item 04: Placa de Vídeo PCI-EXP 512 MB

Empresa: Matsenn Informática Ltda Me.

Valor: R\$ 160,00.

Item 05: Placa de Vídeo AGP 8x 256 MB

Empresa: Matsenn Informática Ltda Me.

Valor: R\$ 150,00

Item 06: HD 320 GB SATA II 7200RPM

Empresa: Matsenn Informática Ltda Me.

Valor: R\$ 170,00.

Item 07: HD 160GB IDE 7200RPM

Empresa: Matsenn Informática Ltda Me.

Valor: R\$ 190,00.

Item 08: Estabilizador 300VA BIV - TS 115V

Empresa: Matsenn Informática Ltda Me.

Valor: R\$ 70,00.

Item 10: Cooler S478

Empresa: Matsenn Informática Ltda Me.

Valor: R\$ 25,00.

Item 12: Fonte 250W 20+4P ATX

Empresa: Matsenn Informática Ltda Me.

Valor: R\$ 55,00.

Item 13: Gravador DVD SATA

Empresa: Matsenn Informática Ltda Me.

Valor: R\$ 95,00.

Item 14: Gravador DVD IDE

Empresa: Matsenn Informática Ltda Me.

Valor: R\$ 120,00.

Item 15: Gabinete 4 Baías Duex S/ Fonte USB Frontal

Empresa: Matsenn Informática Ltda Me.

Valor: R\$ 140,00.

Item 16: Monitor LCD 15 Widescreen

Empresa: Matsenn Informática Ltda Me.

Valor: R\$ 360,00.

Item 17: Monitor LCD 18 Widescreen

Empresa: Matsenn Informática Ltda Me.

Valor: R\$ 450,00.

Item 18: Mouse Optico PS2

Empresa: Matsenn Informática Ltda Me.

Valor: R\$ 20,00.

Item 19: Mouse Optico USB

Empresa: Matsenn Informática Ltda Me.

Valor: R\$ 25,00.

Item 20: Modem ADSL Router

Empresa: Matsenn Informática Ltda Me.

Valor: R\$ 115,00.

Item 21: Cabo Rede (Caixa C/305M)

Empresa: Matsenn Informática Ltda Me.

Valor: R\$ 340,00.

Item 22: Conector RJ-45

Empresa: Matsenn Informática Ltda Me.

Valor: R\$ 0,50.

Item 24: Processador S775 Dual Core 2.60 GHZ 800mhz 2MB Cache

Empresa: Matsenn Informática Ltda Me.

Valor: R\$ 230,00.

Item 25: Teclado USB

Empresa: Matsenn Informática Ltda Me.

Valor: R\$ 25,00.

Item 26: Teclado PS2

Empresa: Matsenn Informática Ltda Me.

Valor: R\$ 20,00.

Item 27: Placa Mãe Socket 775 DDR2 SATA PCI-E Vídeo/Audio/Lan

Empresa: Matsenn Informática Ltda Me.

Valor: R\$ 170,00.

Item 28: SWITCH 08P 10/100 MBPS

Empresa: Matsenn Informática Ltda Me.

Valor: R\$ 70,00.

Item 29: Wireless Router 150MBPS 80211G C/ Antena 3DBI Em-

presa: Matsenn Informática Ltda Me.

Valor: R\$ 125,00.

Imbituba, 25 de março de 2011.

MILENE RIBEIRO

Pregoeira Oficial

Itapoá

CÂMARA DE VEREADORES

Decreto nomeia assessor da presidência.

DECRETO LEGISLATIVO N.63/2011

Data: 22 de março de 2011

NOMEIA ASSESSOR DA PRESIDÊNCIA

Daniel Silvano Weber, Presidente da Câmara de Vereadores de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado a partir da presente data, o Sr. GILMAR DA SILVA, no cargo de Assessor da Presidência da Câmara de Vereadores de Itapoá/SC, instituído pela Resolução nº17/2010 e percebendo a remuneração estabelecida no Padrão 5 da Lei Complementar Municipal nº026/2010, de 04 de maio de 2010.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Itapoá, em 22 de março de 2011.

DANIEL SILVANO WEBER

Presidente

Joaçaba

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria 2.838

PORTARIA Nº 2.838 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2011

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFI-CA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) SONIA APARECIDA BORCHERS, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, referente ao período de 01 de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2007 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 16 de fevereiro de 2011 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 16 de fevereiro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 18 de fevereiro de 2011

RAFAEL LASKE

Portaria 2.875

PORTARIA Nº 2.875 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2011

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo, o Contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) JORGE ANDRÉ ROBAERT, lotado na

Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 97 de 18 de março de 2005 e Lei Complementar 119 de 26 de maio de 2006 e por ter sido classificado em teste seletivo n.º 001/2009/SMS.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 20 de fevereiro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria 2.876

PORTARIA Nº 2.876 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2011

"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONARIO (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO do(a) Senhor(a) MARIA DE FATIMA MARTINAZZO, do cargo de Técnico em Enfermagem - SAMU, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005, e por ter sido classificado no teste seletivo 01/2009/SMS.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 20 de fevereiro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria 2.877

PORTARIA Nº 2.877 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2011

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo, o Contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) MAKELI LUVISON, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 97 de 18 de março de 2005 e Lei Complementar 119 de 26 de maio de 2006 e por ter sido classificado em teste seletivo n.º 001/2009/SMS.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 19 de fevereiro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 20 de fevereiro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria 2.878

PORTARIA Nº 2.878 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2011

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, o(a) Sr.(a) CAMILA NOEL, para exercer o cargo

de Professor Licenciatura Plena Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado no Centro Educacional Infantil Menino Deus, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 e 77 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 21 de fevereiro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria 2.879

PORTARIA Nº 2.879 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2011

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, o(a) Sr.(a) CAMILA BRANCO SGARIA, para exercer o cargo de Professor Licenciatura Plena Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado no Centro Educacional Infantil Clara Zomkowski, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 e 77 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 21 de fevereiro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria 2.880

PORTARIA Nº 2.880 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2011

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, o(a) Sr.(a) CAROLINE ZULIAN BUCCO, para exercer o cargo de Professor Licenciatura Plena Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado no Centro Educacional Infantil Menino Deus, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 e 77 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 21 de fevereiro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria 2.881

PORTARIA Nº 2.881 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2011

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, o(a) Sr.(a) CAROLINE RECALCATTI DA ESPADA VACCARI, para exercer o cargo de Professor Licenciatura Plena Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas

semanais, lotado no Centro Educacional Infantil Menino Deus, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 e 77 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 21 de fevereiro de 2011
RAFAEL LASKE

portaria 2.882

PORTARIA Nº 2.882 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2011
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, o(a) Sr.(a) CRISTIANE MARTENDAL FACIN, para exercer o cargo de Professor Licenciatura Plena Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado no Centro Educacional Infantil Clara Zomkowski, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 e 77 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 21 de fevereiro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria 2.883

PORTARIA Nº 2.883 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2011
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, o(a) Sr.(a) DEYSE ELAINE ROCHA, para exercer o cargo de Professor Licenciatura Plena Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado no Centro Educacional Infantil Rosa Branco, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 e 77 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 21 de fevereiro de 2011
RAFAEL LASKE

portaria 2.884

PORTARIA Nº 2.884 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2011
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, o(a) Sr.(a) EDIANE PAVIANI HOPPEN, para exercer o cargo de Professor Licenciatura Plena Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado no Centro Educacional Infantil Clara Zomkowski, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 e 77 de 11

de dezembro de 2003.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 21 de fevereiro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria 2.885

PORTARIA Nº 2.885 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2011
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, o(a) Sr.(a) ELIANE NOELI SPIER VANIN, para exercer o cargo de Professor Licenciatura Plena Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado no Centro Educacional Infantil Rosa Branco, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 e 77 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 21 de fevereiro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria 2.886

PORTARIA Nº 2.886 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2011
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, o(a) Sr.(a) ELIANE BONATTO DEMBINSKI ALVES, para exercer o cargo de Professor Licenciatura Plena Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado no Centro Educacional Infantil Tempo de Aprender, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 e 77 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 21 de fevereiro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria 2.887

PORTARIA Nº 2.887 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2011
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, o(a) Sr.(a) ELIZALDA CASAGRANDE, para exercer o cargo de Professor Licenciatura Plena, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado na Escola Municipal Nossa Senhora de Lourdes, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 e 77 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura,

obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 21 de fevereiro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria 2.888

PORTARIA Nº 2.888 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2011
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, o(a) Sr.(a) EMANUELE HOFFELDER ROVER, para exercer o cargo de Professor Licenciatura Plena Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado no Centro Educacional Infantil Rosa Branco, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 e 77 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 21 de fevereiro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria 2.889

PORTARIA Nº 2.889 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2011
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, o(a) Sr.(a) GEORGETE REGINA SEBASTIÃO, para exercer o cargo de Professor Licenciatura Plena Educação Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado na Escola Municipal Rotary Fritz Lucht, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 e 77 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 21 de fevereiro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria 2.890

PORTARIA Nº 2.890 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2011
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, o(a) Sr.(a) GIOVANA ALVES DE MOURA, para exercer o cargo de Professor Licenciatura Plena Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado no Centro de Educação Infantil Menino Deus, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 e 77 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 21 de fevereiro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria 2.891

PORTARIA Nº 2.891 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2011
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, o(a) Sr.(a) GRACIELLI DALLA VECHIA DE LIMA FRANCO, para exercer o cargo de Professor Licenciatura Plena Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado no Centro Educacional Infantil Mundo Encantado, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 e 77 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 21 de fevereiro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria 2.892

PORTARIA Nº 2.892 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2011
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, o(a) Sr.(a) JUSSARA DE OLIVEIRA ANDOLFATO, para exercer o cargo de Professor Licenciatura Plena Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado no Centro Educacional Infantil Menino Deus, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 e 77 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 21 de fevereiro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria 2.893

PORTARIA Nº 2.893 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2011
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, o(a) Sr.(a) LEANDRA FRANCIELLE V. GOMES DE LIMA DESIDERIO, para exercer o cargo de Professor Licenciatura Plena Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado no Centro Educacional Infantil Rosa Branco, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 e 77 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 21 de fevereiro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria 2.894

PORTARIA Nº 2.894 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2011
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, o(a) Sr.(a) LURDES MARIA DA SILVA DE BARROS, para exercer o cargo de Professor Licenciatura Plena Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado no Centro Educacional Infantil Mundo Encantado, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 e 77 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 21 de fevereiro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria 2.895

PORTARIA Nº 2.895 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2011
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, o(a) Sr.(a) MARA HELAINE DAMASIO, para exercer o cargo de Professor Licenciatura Plena Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado no Centro Educacional Infantil Mundo Encantado, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 e 77 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 21 de fevereiro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria 2.896

PORTARIA Nº 2.896 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2011
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, o(a) Sr.(a) MARILENE FERREIRA FRANÇA BOESING, para exercer o cargo de Auxiliar de Creche, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado no Centro de Educação Infantil Menino Deus, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 e 77 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 21 de fevereiro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria 2.897

PORTARIA Nº 2.897 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2011
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, o(a) Sr.(a) RAQUEL HOFFMANN PETRY, para exercer o cargo de Professor Licenciatura Plena Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado no Centro Educacional Infantil Rosa Branco, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 e 77 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 21 de fevereiro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria 2.898

PORTARIA Nº 2.898 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2011
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, o(a) Sr.(a) ROSANGELA MARIA LAMPERTI KIELING, para exercer o cargo de Professor Licenciatura Plena Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado no Centro Educacional Infantil Mundo Encantado, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 e 77 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 21 de fevereiro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria 2.899

PORTARIA Nº 2.899 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2011
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, o(a) Sr.(a) ROSANGELA APARECIDA GOULART RIBEIRO, para exercer o cargo de Professor Licenciatura Plena Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado no Centro Educacional Infantil Menino Deus, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 e 77 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 21 de fevereiro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria 2.900

PORTARIA Nº 2.900 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2011
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, o(a) Sr.(a) SHEILA APARECIDA MANENTTI GRANDO STOFFEL, para exercer o cargo de Auxiliar de Creche, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado no Centro de Educação Infantil Rosa Branco, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 e 77 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 21 de fevereiro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria 2.901

PORTARIA Nº 2.901 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2011
"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) ALINE CORREA, Médico - ESF, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005 e por ter sido classificado em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 28 de fevereiro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria 2.902

PORTARIA Nº 2.902 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2011
"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) GEISA FINGER, Médico - ESF, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005 e por ter sido classificado em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 28 de fevereiro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria 2.903

PORTARIA Nº 2.903 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2011
"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) SAMOEL LUIZ BITTENCOURT, Médico - ESF, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005 e por ter sido classificado em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 28 de fevereiro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria 2.904

PORTARIA Nº 2.904 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2011
"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) MARIO ANTONIO MARCON, Motorista, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005 e por ter sido classificado em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 28 de fevereiro de 2011
RAFAEL LASKE

Extrato de Homologação PL 25/2011 -PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 25/2011/PMJ

O Prefeito de Joaçaba, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 25/2011/PMJ,
- Modalidade: PP 09/2011/PMJ.

Objeto: a aquisição de pneus, câmaras de ar e protetores novos, de acordo com as especificações do Anexo I deste Edital, destinados à manutenção dos veículos da Frota Municipal, utilizados pelo Gabinete do Prefeito, pelas Secretarias Municipais de Infraestrutura, de Gestão Administrativa, de Gestão Financeira e de Educação.

- Empresas Vencedoras:

MODELO PNEUS LTDA

Valor : R\$ 81.764,00

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 23 de março de 2011.
RAFAEL LASKE
Prefeito

SIMAE**Homologação PR 08/2011 - SIMAE**
ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

CNPJ: 84.591.890/0001-43
 Rua Tiradentes, 123
 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

PREGÃO PRESENCIAL**Nr.: 8/2011 - PR**

Processo Administrativo: 12/2011
 Processo de Licitação: 12/2011
 Data do Processo: 16/02/2011

Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 12/2011
 b) Licitação Nr.: 8/2011-PR
 c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
 d) Data Homologação: 22/03/2011
 e) Data da Adjudicação: 22/03/2011 Sequência: 0
 f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE MACROMEDIDORES ELETROMAGNETICOS A SEREM UTILIZADOS NA MACROMEDIÇÃO NOS SISTEMAS ISOLADOS DOS INTERIORES, DE PROPRIEDADE DO SIMAE.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	(em Reais R\$)		
	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 007850 - LAMON PRODUTOS LTDA	1	0,0000	22.950,00
	1		22.950,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.051.4.4.90.00.00.00.00 (15) Saldo: 1.257.890,58

Joaçaba, 22 de Março de 2011.

 Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

Luzerna

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato de Contrato pml.012.11

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.012.11
MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação nº 0001/2011,
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA
CONTRATADO: ASSAMEC - ASSOCIAÇÃO DE ÁRBITROS DO MEIO OESTE CATARINENSE

OBJETO: prestação de serviços especializados de arbitragem em campeonatos realizados no Município de Luzerna, nas seguintes modalidades: futebol suíço, futebol de salão, futebol de campo, voleibol, voleibol de areia, atletismo e handebol.

VALOR: R\$ 25.000.00 (vinte e cinco mil reais)

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2011, a partir do recebimento da Ordem de Serviço

DOTAÇÕES:

Atividade - 08.0803.27.812.0049.2040 - Funcionamento e Manutenção do Setor de Esportes - Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes - 3.3.90.39.99 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica - Reduzido: 073 - Fonte 00 - Recursos Ordinários - Detalhamento dos Recursos - 000000 - Sem Detalhamento da Destinação dos Recursos.

Luzerna(SC), 22 de março de 2011.

NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

ANGELO RUDIMAR BECHI
ASSAMEC - Associação de Árbitros do Meio Oeste Catarinense
CONTRATADA

CÂMARA DE VEREADORES

Edital pregão 002/2011

EDITAL
Pregão Presencial nº 0002/2011

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE LUZERNA (SC), por intermédio do Presidente da Mesa Diretora em exercício Sr. MOISÉS DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL para REGISTRO DE PREÇO.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE PUBLICIDADE E PUBLICAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS, INFORMATIVOS, EDUCATIVOS E DE ORIENTAÇÃO SOCIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE LUZERNA, EM ÓRGÃO DE IMPRENSA ESCRITA

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h do dia 08 de abril de 2011.
ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDENCIAMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 08h10min do dia 08 de abril de 2011.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3523-1758.

Macieira

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso de licitação

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0008/2011
TIPO MENOR PREÇO UNITÁRIO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 0016/2011

O MUNICÍPIO DE MACIEIRA, SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua José Augusto Royer, 133, Centro, na cidade de Macieira, SC, através do Sr. EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com as Leis Federais nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores e Lei 10.520/02, torna público e leva ao conhecimento das empresas interessadas que se encontra aberto o Processo Licitatório nº 0016/2011 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 0008/2011, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, que até 10h00min, do dia 07 de março de 2011, na sede da Prefeitura Municipal localizada no endereço antes citado, a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº. 2304, de 03 de janeiro de 2011, estará recebendo propostas para a aquisição de tubos de concreto para manutenção das estradas vicinais e das Rodovias MAC 195 e MAC 445 (Convênio 014222/2010-0), conforme descrições do anexo I do Edital.

O início da abertura dos Envelopes dar-se-á às 10h00m horas do dia 07/04/2011, no endereço acima indicado.

Maiores esclarecimentos relativos à presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, bem como o Edital na íntegra poderão ser obtidas diretamente no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira no endereço citado no preâmbulo deste Pregão, ou através do telefone (49) 3574-2000, de segunda à sexta-feira, das 08h30m às 12h00m e das 13h30m às 17h00m.

Macieira, SC, 23 de março de 2011.

EMERSON ZANEL
Prefeito Municipal

Massaranduba

PREFEITURA MUNICIPAL

Processo Licitatório Nº. 07/2011

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 07/2011
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 07/2011-FMS

O Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba, torna público que de acordo com a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, com adjudicação por item, objetivando a aquisição de diversos MATERIAIS GRÁFICOS (Impressos), para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Massaranduba (SC).

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 14:00 h do dia 07/04/2011.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 14:30 h do dia 07/04/2011. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e outras informações poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 - Centro, das 7:30 as

11:30 hs e das 13:00 as 17:00 hs ou site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 23 de Março de 2011.
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

SUZANE ELISA F. REINKE
Gestora Fundos Municipais

Novo Horizonte

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato do Pregão Presencial Nº 009/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE
Processo Licitatório Nº 024/2011
PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2011
Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: O presente Edital tem por objetivo a seleção de propostas para Prestação de Serviços Profissionais de aulas de Dança e Violão para os munícipes, visando atender ao programa do Departamento Municipal de Educação, Cultura e Esportes, conforme Termo de Referência anexo I deste edital e demais condições estabelecidas no Edital.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 06/04/2011

O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, 01, nos dias úteis, das 7:30 h as 11:30 h e 13:30h as 17:30 h, ou pelo fone (49) 3362-0024 e pelo site www.novohorizonte.sc.gov.br.

Fundamentação legal: Lei 10.520/02 e 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Novo Horizonte (SC) em 25 de Março de 2011.
SANTOS ZILLI
Prefeito Municipal

Paial

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei 468/2011 de 24 de março de 2011

AUTORIZA EFETUAR DESPESAS COM A REALIZAÇÃO DA III EXPO PAIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Paial, Estado de Santa Catarina, com fundamento nos art. 69, Inciso I, da Lei Orgânica do município, faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a realizar despesas com a realização da III Expo Paial que se realizará nos dias 08, 09 e 10 de abril do corrente ano, no valor de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paial, em 24 de março 2011.
ALDAIR ANTONIO RIGO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 110/2011, de 15 de março de 2011

ADMITE SERVIDOR, POR PRAZO DETERMINADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Lidaci Luterek Lopes Cromianski, Prefeita Municipal em Exercício de Paial, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 69, VII da Lei Orgânica do Município; e de acordo com a Lei Complementar 24/2010 IX e conforme classificação obtida no Processo Seletivo 01/2011;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir por Prazo Determinado, a Senhora Marci Esser Dalla Valle, matrícula 598, brasileira, casada, pedagoga, residente e domiciliada em Chapecó-SC/SC, portadora do CPF nº 721.628.569-72, e RG nº 2.482.537 SP/SC, para exercer as atribuições do cargo de Professor, junto ao CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) com carga horária de 20 horas semanais. O período de contratação será para o ano letivo de 2011.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Paial, 15 de março de 2011.
LIDACI LUTEREK LOPES CROMIANSKI
Prefeita Municipal em Exercício

Registra-se e Publica-se

ANTONIO SOSTER
Sec. De Admin. e Finanças.

Portaria Nº 111/2011, de 18 de março de 2011.

Concede adicional por tempo de serviço a servidor público municipal e dá outras providências:

Aldair Antonio Rigo, Prefeito Municipal de Paial, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 69, VII e IX da Lei Orgânica do Município e Art. 61 da Lei Complementar 20/2010;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder adicional por tempo de serviço correspondente a 9% (nove por cento) sobre seu vencimento a Servidora Elone Rommel Ferreira, ocupante do cargo de Professor III, por haver completado 3 (três) quinquênios no serviço público municipal,

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paial 18 de março de 2011.
ALDAIR ANTONIO RIGO
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se.

ANTONIO SOSTER
Secretário de Admin. e Finanças.

Portaria Nº 112/2011, de 18 de março de 2011.

Concede adicional por tempo de serviço a servidor público municipal e dá outras providências:

Aldair Antonio Rigo, Prefeito Municipal de Paial, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 69, VII e IX da Lei Orgânica do Município e Art. 61 da Lei Complementar 20/2010;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder adicional por tempo de serviço correspondente a 9% (nove por cento) sobre seu vencimento a Servidora Clacir Andreolla Theobald, ocupante do cargo de Professor II, por haver completado 3 (três) quinquênios no serviço público municipal,

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paial 18 de março de 2011.

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se.

ANTONIO SOSTER

Secretário de Admin. e Finanças.

Portaria Nº 113/2011, de 18 de março de 2011.

Concede adicional por tempo de serviço a servidor público municipal e dá outras providências:

Aldair Antonio Rigo, Prefeito Municipal de Paial, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 69, VII e IX da Lei Orgânica do Município e Art. 61 da Lei Complementar 20/2010;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder adicional por tempo de serviço correspondente a 9% (nove por cento) sobre seu vencimento ao Servidor Herbert Drexler, ocupante do cargo de Agente de Manutenção, por haver completado 3 (três) quinquênios no serviço público municipal,

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paial 18 de março de 2011.

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se.

ANTONIO SOSTER

Secretário de Admin. e Finanças.

Portaria Nº 114/2011, de 18 de março de 2011.

Concede adicional por tempo de serviço a servidor público municipal e dá outras providências:

Aldair Antonio Rigo, Prefeito Municipal de Paial, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 69, VII e IX da Lei Orgânica do Município e Art. 61 da Lei Complementar 20/2010;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder adicional por tempo de serviço correspondente a 9% (nove por cento) sobre seu vencimento a Servidora Iris Gertrud Sbardelotto, ocupante do cargo de Professor III, por haver completado 3 (três) quinquênios no serviço público municipal,

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paial 18 de março de 2011.

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se.

ANTONIO SOSTER

Secretário de Admin. e Finanças.

Portaria Nº 115/2011, de 21 de março de 2011.

ADMITE SERVIDOR, POR PRAZO DETERMINADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Aldair Antonio Rigo, Prefeito Municipal de Paial, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 69, VII da Lei Orgânica do Município; e de acordo com a Lei Complementar 24/2010 IX e conforme classificação obtida no Processo Seletivo 01/2011;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir por Prazo Determinado, a Senhora Suzamara Medeiros, matrícula 599, brasileira, residente e domiciliada em Linha Auler, portadora do CPF nº 040.715.169-92, e RG nº 5.916.617 SP/SC, para exercer as atribuições do cargo de Professor, na escola municipal Paulo Macarini de Linha São José com carga horária de 20 horas semanais. O período de contratação será para o ano letivo de 2011.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Paial, 21 de março de 2011.

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

ANTONIO SOSTER

Sec. de Admin. e Finanças.

Portaria Nº 116, de 21 de março de 2011

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE ADICIONAL DE INSALUBRIIDADE A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

Aldair Antonio Rigo, Prefeito Municipal de Paial, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 69, VII e IX da Lei Orgânica do Município e art. 55 do Estatuto do Servidor;

CONSIDERANDO, a Lei 6.514/97, as NR e seus anexos;

CONSIDERANDO, a realização do Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho, pelos profissionais da medicina da segurança e saúde do trabalhador;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder a servidora Luiza Junges, matrícula 155, inscrito no CPF sob o n.º 027.913.919-59, ocupante do cargo de Agente de Higienização copa e Cozinha, adicional de insalubridade

correspondente ao grau médio de 20% sobre o menor vencimento do município de acordo com o Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho, homologado pela medicina de segurança e saúde do trabalhador e conforme preconiza a Norma Regulamentadora NR 15, anexo 14.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Fica revogada a portaria nº 129/2010 de 01/09/2010.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paial ,21 de março de 2011.
ALDAIR ANTONIO RIGO
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se.

ANTONIO SOSTER
Sec. Mun. de Administração e Finanças

Portaria Nº 117, de 21 de março de 2011.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE ADICIONAL DE INSALUBRIIDADE A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

Aldair Antonio Rigo, Prefeito Municipal de Paial, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 69, VII e IX da Lei Orgânica do Município e art 55 do Estatuto do Servidor;

CONSIDERANDO , a Lei 6.514/97, as NR e seus anexos;

CONSIDERANDO, a realização do Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho, pelos profissionais da medicina da segurança e saúde do trabalhador;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder a servidora Lurdes Auler , matrícula 100, ocupante do cargo de Agente de Higienização copa e Cozinha, adicional de insalubridade correspondente ao grau médio de 20% sobre o menor vencimento do município de acordo com o Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho, homologado pela medicina de segurança e saúde do trabalhador e conforme preconiza a Norma Regulamentadora NR 15, anexo 14.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º. Fica revogada a portaria nº 130/2010 de 01/09/2010.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paial ,21 de março de 2011.
ALDAIR ANTONIO RIGO
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se.

ANTONIO SOSTER
Sec. Mun. de Administração e Finanças

Portaria Nº 118, de 21 de março de 2011.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE ADICIONAL DE INSALUBRIIDADE A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

Aldair Antonio Rigo, Prefeito Municipal de Paial, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 69, VII e IX da Lei Orgânica do Município e art 55 do Estatuto do Servidor;

CONSIDERANDO , a Lei 6.514/97, as NR e seus anexos;

CONSIDERANDO, a realização do Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho, pelos profissionais da medicina da segurança e saúde do trabalhador;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder ao servidor Ricardo de Oliveira , matrícula 370, ocupante do cargo de Motorista, adicional de insalubridade correspondente ao grau médio de 20% sobre o menor vencimento do município de acordo com o Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho, homologado pela medicina de segurança e saúde do trabalhador e conforme preconiza a Norma Regulamentadora NR 15, anexo 14.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Fica revogada a portaria nº 131/2010 de 01/09/2010.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paial ,21 de março de 2011.
ALDAIR ANTONIO RIGO
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se.

ANTONIO SOSTER
Sec. Mun. de Administração e Finanças

Portaria Nº 119, de 21 de março de 2011.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE ADICIONAL DE INSALUBRIIDADE A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

Aldair Antonio Rigo, Prefeito Municipal de Paial, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 69, VII e IX da Lei Orgânica do Município e Art 55 do Estatuto do Servidor;

CONSIDERANDO , a Lei 6.514/97, as NR e seus anexos;

CONSIDERANDO, a realização do Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho, pelos profissionais da medicina da segurança e saúde do trabalhador;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder ao servidor Milton Remi Braatz , matrícula 325, ocupante do cargo de Motorista, adicional de insalubridade correspondente ao grau médio de 20% sobre o menor vencimento do município de acordo com o Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho, homologado pela medicina de segurança e saúde do trabalhador e conforme preconiza a Norma Regulamentadora NR 15, anexo 14.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Fica revogada a portaria nº 132/2010 de 01/09/2010.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paial ,21 de março de 2011.
ALDAIR ANTONIO RIGO
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se.

ANTONIO SOSTER
Sec. Mun. de Administração e Finanças

Portaria Nº 120, de 21 de março de 2011.

CONCEDE INSALUBRIIDADE A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

Aldair Antonio Rigo, Prefeito Municipal de Paial, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 69, VII e IX da Lei Orgânica do Município e Art. 55 do Estatuto do Servidor;

CONSIDERANDO, a realização do Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho, pelos profissionais da medicina da segurança e saúde do trabalhador;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder a servidora Fabricia Aquino, matrícula 324, brasileira, solteira, residente em Paial/SC, inscrito no CPF sob o n.º 006.939.039-88, e Cédula de Identidade n.º 3.184.660 SSP/SC, ocupante do cargo de Enfermeira, insalubridade em grau médio de 20% sobre o o menor vencimento do município conforme Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho, homologado pela medicina da segurança e saúde do trabalhador e conforme preconiza a norma regulamentadora NR 15, anexo 14.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Fica revogada a portaria 98/2008 de 01/04/2008.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paial, 21 de março de 2011.

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

ANTONIO SOSTER

Sec. Mun. de Administração e Finanças

Pinheiro Preto

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 106, de 24 de Março de 2011

PORTARIA Nº 106, DE 24 DE MARÇO DE 2011

CANCELA TESTE SELETIVO 003/2011, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o contido no ofício nº 018/2011, da Secretaria Municipal da Educação, solicitando alteração no edital para contratação de Professor de Inglês;

CONSIDERANDO não ter havido nenhuma inscrição até o presente momento para as funções previstas no edital;

CONSIDERANDO que no atual edital não há previsão do conteúdo específico para a função de telefonista,

RESOLVE:

Art. 1º Fica cancelado o Teste Seletivo para contratação de servidor em caráter temporário em que trata o edital nº 003/2011.

Parágrafo único. O departamento competente deverá providenciar novo processo, consignando as alterações necessárias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 24 de Março de 2011

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Edital N.º 004/2011

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL N.º 004/2011

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER a todos, que se encontra em aberto, as inscrições para prova seletiva referente à contratação de servidor em caráter temporário, para função professor de inglês e telefonista.

Data período da inscrição: 28/03 A 06/04/2011

Horário: Das 08:30 hs às 11:30 hs, e das 13:30 horas às 17:30 horas

Local: Setor de Recursos Humanos, na sede do Centro Administrativo, sito na Avenida Marechal Costa e Silva, 111, em Pinheiro Preto.

Centro Administrativo em 24 de março de 2011

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Porto Belo

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Municipal Nº 1.894/2011

LEI MUNICIPAL Nº 1.894/2011

"Dá denominação à Rua". Autor: Vereador Estevão Bertemes Guerreiro.

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faço saber a todos os habitantes deste Município que Câmara de Vereadores aprovou, e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica denominada "Virginia Ledra Cavilha", a Rua "B" do Jardim Por do Sol, com Código de Logradouro 63, na qual tem seu início na Avenida Hironildo Conceição dos Santos, e tem seu término em área verde, no Bairro de Perequê, neste Município.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho", em Porto Belo - SC, aos 24 dias do mês de março de 2011.

ALBERT STADLER

Prefeito

Decreto Nº 886/2011

DECRETO Nº 886/2011

"Estabelece horário de funcionamento da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos."

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo



inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município,
DECRETA:

Art. 1º O horário de expediente da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, a partir do dia 28 de março de 2011 (segunda-feira), passará a ser o seguinte: de Segunda à Sexta-feira, das 7:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o art. 2º do Decreto nº 06/2005.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho", em Porto Belo - SC, aos 23 dias do mês de março de 2011.

ALBERT STADLER

Prefeito

Porto União

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato de Edital de Pregão Presencial 001/2011 FAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 003/2011 FAS

Extrato de Pregão Presencial 001/2011 FAS

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições, torna publico que fará realizar processo licitatorio, na modalidade de pregão presencial, tipo menor preço por item para aquisição de 540 (quinhentas e quarenta) cestas básicas e 510 (quinhentos e dez) pacotes de leite em pó. Recebimento dos envelopes e do credenciamento se dará as 14:00 horas do dia 08 de abril de 2011, na Prefeitura Municipal, com inicio da sessão publica as 14:15 horas, do mesmo dia e local. Maiores informações e copia do edital podem ser retiradas a Rua Padre Anchieta, 126, e mail liciteportouniao@yahoo.com.br ou licitacao@portouniao.sc.gov.br.

Porto União SC, 23 de março de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

Extrato de Edital de Pregão Presencial 008/2011 EDUCAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 014/2011 EDUCAÇÃO

Extrato de Pregão Presencial 008/2011 EDUCAÇÃO

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições, torna publico que fará realizar processo licitatorio, na modalidade de pregão presencial, tipo menor preço por item para aquisição de cargas de gás P13 e P45, para manutenção da Secretaria Municipal da Educação. Recebimento dos envelopes e do credenciamento se dará as 10:00 horas do dia 08 de abril de 2011, na Prefeitura Municipal, com inicio da sessão publica as 10:15 horas, do mesmo dia e local. Maiores informações e copia do edital podem ser retiradas a Rua Padre Anchieta, 126, e -mail liciteportouniao@yahoo.com.br ou ainda licitacao@portouniao.sc.gov.br.

Porto União SC, 23 de março de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

Extrato de Edital de Pregão Presencial 018/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 028/2011

Extrato de Pregão Presencial 018/2011

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições, torna publico que fará realizar processo licitatorio, na modalidade de pregão presencial, tipo menor preço por item, para aquisição de 02 (duas) motocicletas, novas ano de fabricação 2011, cor branca com bau para transporte de objeto e demais especificações. Recebimento dos envelopes e do credenciamento se dará as 10:00 horas do dia 07 de abril de 2011, na Prefeitura Municipal, com inicio da sessão publica as 10:15 horas, do mesmo dia e local. Maiores informações e copia do edital podem ser retiradas a Rua Padre Anchieta, 126, e mail liciteportouniao@yahoo.com.br ou licitacao@portouniao.sc.gov.br.

Porto União SC, 23 de março de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

Extrato de Edital de Pregão Presencial 019/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 029/2011

Extrato de Pregão Presencial 019/2011

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições, torna publico que fará realizar processo licitatorio, na modalidade de pregão presencial, para Registro de Preços, tipo menor preço por item, para aquisição recargas de toner e cartuchos de impressora. Recebimento dos envelopes e do credenciamento se dará as 14:00 horas do dia 07 de abril de 2011, na Prefeitura Municipal, com inicio da sessão publica as 14:15 horas, do mesmo dia e local. Maiores informações e copia do edital podem ser retiradas a Rua Padre Anchieta, 126, e mail liciteportouniao@yahoo.com.br ou licitacao@portouniao.sc.gov.br.

Porto União SC, 23 de março de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 1716/11

DECRETO Nº 1.716, de 04 de Março de 2011

"EXONERA MARTA REJANE TRINDADE DE LIMA"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Exonera a pedido, a partir de 28/02/2011, do cargo em comissão de Diretora do Departamento de Biblioteca, a servidora MARTA REJANE TRINDADE DE LIMA, pertencendo a Fundação Cultural, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supra citadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 04 de Março de 2011

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

MARIA CIRICO RAIZER

Superintendente da Fundação Cultural

Vlrm

Decreto Nº 1717/11

DECRETO Nº 1.717, de 04 de março de 2011.

"CONCEDE INCENTIVO ECONÔMICO A JOEL MACHADO DA SILVA E CIA.LTDA-ME."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o estabelecido na Lei Municipal nº 4.541/2007,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido JOEL MACHADO DA SILVA E CIA LTDA-ME, conforme o Protocolo Geral nº 125783/2011, incentivos fiscais e econômicos na forma que segue:

- 10 (dez) horas máquina, a serem executadas na Rua Ambrosio Simione, bairro Santa Rita.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 04 de março de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

MARCO AURÉLIO ROSAR

Secretário Municipal de Des.Econômico e Empreendedorismo

Vlrm

Decreto Nº 1718/11

DECRETO Nº 1.718, de 08 de março de 2011.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 019/2011."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e no Art. 24, Inciso IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º- Fica homologado Sérgio Vasselai Imóveis Ltda, representante do Espólio Theodoro Hermann, proprietário do imóvel localizado na Rua Expedicionário Nardelli, nº 282, bairro Santana, para locação destinado ao funcionamento da sede da Guarda Municipal.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 08 de março de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Vlrm

Decreto Nº 1719/11

DECRETO Nº 1.719 de 8 de março de 2011

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR TENDÊNCIA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso I da Lei Orçamentária nº 5.086 de 15/12/10,

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 2.080.000,00 (dois milhões e oitenta mil reais), por conta da tendência do excesso de arrecadação em decorrência da arrecadação das receitas próprias, a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

02.00 GABINETE DO PREFEITO

02.01 GABINETE DO PREFEITO

1.079 CONTRAPARTIDA CONVÊNIOS

4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL

4.4.00.00 INVESTIMENTOS

4.4.90.00 Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00

02.04 DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

2.004 MANUTENÇÃO DO DEPTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

10.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

1.053 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL

4.4.00.00 INVESTIMENTOS

4.4.90.00 Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00

TOTAL R\$ 2.080.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

03 de fevereiro de 2011

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Decreto Nº 1721/11

DECRETO Nº 1.721, de 10 de março de 2011.

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, ÁREA DE TERRA PERTENCENTE A EDELBERTO SEEMANN E TEREZINHA DE FREITAS SEEMANN."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina no uso das atribuições previstas no inciso VI, artigo 37 da Lei Orgânica do Município e do Decreto-Lei nº 3365/41, em seu art. 5º, alínea "I" com as alterações introduzidas pela Lei nº 2786/56,

DECRETA:

Art.1º - Fica declarada de Utilidade Pública, para fins de desapropriação por via amigável ou judicial, uma área de terra com 211,50m², que consta pertencer a EDELBERTO SEEMANN e TEREZINHA DE FREITAS SEEMANN, localizada na Rua Rodrigues Alves, bairro Santana, neste município, matriculada junto ao Registro de Imóveis e Hipotecas desta Comarca sob o nº 10105.

Art.2º - A área declarada de Utilidade Pública no artigo anterior, destina-se a regularização da Galeria Pluvial.

Art.3º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto, correrão a conta de dotações específicas do orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 10 de março de 2011

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Decreto Nº 1722/11

DECRETO Nº 1.722, de 10 de março de 2011.

“CONCEDE PENSÃO À Sra. ADELAIDE MARTINS MACHADO”

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das prerrogativas previstas no inciso VI, do Art. 37 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o disposto no artigo 260 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, artigo 20 e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001, letra “a” inciso II do Artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e § 7º do artigo 40 da EC 41/2003.

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido a partir de 21/01/2011, pensão vitalícia à Sra. Adelaide Martins Machado, brasileira, viúva, residente na Rua Vaticano, 518, bairro, Barragem em Rio do Sul - SC, em virtude do falecimento de seu esposo Sr. Tobias Lotério Machado, ex-servidor público municipal, matrícula nº 173/2, aposentado desde 09 de maio de 2001, no cargo de Auxiliar de marroeiro, nível 20, faixa 21, com proventos proporcionais a 18/35 avos.

Art. 2º - De conformidade com o Art. 40, § 7º, inciso I da CF/88 com a redação dada pela EC. nº 41/2003 o valor do benefício da pensão por morte ora concedido, corresponderá ao valor da totalidade de proventos do servidor inativo, falecido em 21.01.2011.

Art. 3º - Os proventos da pensão serão revistos pelo índice e na data do reajuste dos benefícios vinculados ao Regime Geral da Previdência Social.

Art. 4º - A presente concessão é efetivada em caráter precário, haja vista a necessidade de registro e homologação no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 10 de março de 2011

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Vlrm

Decreto Nº 1723/11

DECRETO Nº 1.723, 10 de março 2011.

“CONCEDE PENSÃO À Sra. VERÔNICA FROTSCHER BALDO”

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das prerrogativas previstas no inciso VI, do Art. 37 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o disposto no artigo 260 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, artigo 20 e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001, letra “a” inciso II do Artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e § 7º do artigo 40 da EC 41/2003.

DECRETA:

Art. 1º- Fica concedido a partir de 21/01/2011, pensão vitalícia à Sra. Verônica Frotscher Baldo, brasileira, viúva, residente na rua Penha, 767, bairro Rainha em Rio do Sul - SC, em virtude do falecimento de seu esposo Sr. José Baldo, ex-servidor público municipal, matrícula nº 142.2, aposentado desde 01 de novembro de 2004, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, nível 10, faixa 11, com proventos proporcionais a 28/35 avos.

Art. 2º - De conformidade com o Art. 40, § 7º, inciso I da CF/88 com a redação dada pela EC. nº 41/2003 o valor do benefício da pensão por morte ora concedido, corresponderá ao valor da totalidade de proventos do servidor inativo, falecido em 21/01/2011.

Art. 3º - Os proventos da pensão serão revistos pelo índice e na data do reajuste dos benefícios vinculados ao Regime Geral da Previdência Social.

Art. 4º - A presente concessão é efetivada em caráter precário, haja vista a necessidade de registro e homologação no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 10 de março de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Vlrm

Decreto Nº 1724/11

DECRETO Nº 1.724, de 10 de março de 2011.

“ESTABELECE PREÇO PÚBLICO A SER PRATICADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA.”

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e com fundamento na Lei Municipal nº 4.473/2006, alterada pela Lei Municipal nº 5.019/2010, Art. 5º, inciso V,

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido preço público a ser praticado durante o mês de março de 2011 pela Secretaria Municipal de Agricultura dos produtos destinados à merenda escolar, adquiridos através do Programa Municipal de Incentivo à Produção de Hortifrutigranjeiros, a seguir identificados:

PRODUTO	VALOR	DESCRIÇÃO
ABOBRINHA	R\$ 1,28	Kg
AIPIIM	R\$ 2,72	Kg
ALFACE	R\$ 0,91	Unidade
AMEIXA	R\$ 3,88	Kg
ARROZ	R\$ 1,78	Kg
BATATA DOCE	R\$ 1,55	Kg
BATATA INGLESA	R\$ 0,88	Kg
BETERRABA	R\$ 1,21	Kg
BRÓCOLIS	R\$ 1,38	Maço
CARNE	R\$ 7,30	Kg
CEBOLA	R\$ 0,62	Kg
CENOURA	R\$ 1,95	Kg
COUVE-FLOR	R\$ 3,01	Unidade
DOCE DE FRUTAS	R\$ 2,92	380 g
FEIJÃO PRETO	R\$ 2,28	Kg
LEITE DE CABRA	R\$ 3,66	Litro
MELÂNCIA	R\$ 0,60	Kg
MILHO VERDE	R\$ 2,52	
TEMPERO VERDE	R\$ 0,91	Maço
PEPINO	R\$ 2,19	Kg
PÊSSEGO	R\$ 2,79	Kg
REPOLHO	R\$ 0,98	Unidade
SUCO CONCENTRADO	R\$ 8,34	Litro
TOMATE	R\$ 2,01	Kg
VAGEM	R\$ 3,52	Kg

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete Do Prefeito Municipal 10 de março de 2011
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ROBSON DA SILVA
Diretor do Departamento de Agricultura

Decreto Nº 1726/11

DECRETO Nº 1.726, de 11 de março de 2011
"NOMEIA JAISON MARCOS DOMINGOS"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como nas instituídas nas Leis Complementares n.º 098 e 099/2003, e Lei n.º 3.919, de 24/04/2003,

DECRETA:

Art.1º - Fica nomeado JAISON MARCOS DOMINGOS, para a partir de 01/03/2011, exercer em comissão o cargo de Chefe Administrativo da Estação Cultural, do quadro de pessoal da Fundação Cultural de Rio do Sul.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 11 de março de 2011
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal em exercício

MARIA CIRICO RAIZER
Superintendente da Fundação Cultural
Vlrm

Decreto Nº 1727/11

DECRETO Nº 1.727, de 11 de março de 2011.
"INSTITUI COMISSÃO PARA ANALISAR A PROPOSTA TÉCNICA REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO-CONCORRÊNCIA Nº 148/2010."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão Especial de Licitações para avaliar as Propostas Técnicas, referente a segunda parte do edital licitatório Concorrência Pública nº 148/2010, composta dos seguintes membros:

Evânio Schneider
Sandro Renato Sofka
André Gustavo Wormsbecher

Art. 2º - A Comissão nomeada pelo Art. 1º deverá tomar por base parecer de instituição contratada para este fim - Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária-FAPEU.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 11 de março de 2011.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal em exercício
Vlrm

Decreto Nº 1728/11

DECRETO Nº 1.728, de 11 de março de 2011
"REVOGA PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PRE-GÃO PRESENCIAL Nº 008/2011."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso VI, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art.1º - Fica revogado o processo licitatório representado pelo Pregão Presencial nº 008/2011 de 17.02.2011.

Parágrafo Único - A revogação decidida no "caput" deste artigo, se dá em razão do preço apresentado ser inexequível, conforme dispõe o § 1º, do Inciso II, do Art. 48 da Lei nº 8.666/93.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 11 de março de 2011
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal em exercício

VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Vlrm

Decreto Nº 1729/11

DECRETO Nº 1.729, de 11 de março de 2011
"ANULA PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CARTA CONVITE Nº 017/2011."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso VI, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art.1º - Fica anulado o processo licitatório representado pela Carta Convite nº 017/2011 de 23.02.2011.

Parágrafo Único - A anulação decidida no "caput" deste artigo, se dá em razão do preço proposto está acima do orçado.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 11 de março de 2011
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal em exercício

VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Vlrm

Decreto Nº 1730/11

DECRETO Nº 1.730, de 11 de março de 2011.
"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2011."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica

do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer da Comissão de Licitações, nomeada pelo Decreto nº 1581/10, o resultado da Tomada de Preços N.º 011 de 16/02/2011, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante ENGPAV PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÕES LTDA-ME.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 11 de março de 2011.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal em exercício

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Vlrm

ANEXO AO DECRETO Nº 1.730/2011

Tomada de Preços nº 011/11 de 16.02.2011

Objeto da Licitação: Contratação de serviços e materiais para construção de galerias de concreto na Estrada Boa Esperança, bairro Fundo Canoas-Sec. De Obras.

Preço: global

Participantes: MAURICIO ELY PUTTKAMMER-ME e ENGPAV PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÕES LTDA-ME

Decisão: Pelo critério menor preço a Comissão de Licitações declarou vencedor o licitante ENGPAV PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÕES LTDA.

Decreto Nº 1731/11

DECRETO Nº 1.731, de 15 de março de 2011.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, e na Lei n.º 5.099, de 15 de março de 2011.

Art. 1º - Fica suplementada até o limite de R\$ 74.000,00 (setenta e quatro mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

10.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
10.04 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS
2.039 Manutenção do Departamento de Serviços Urbanos
3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES
3.3.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES
3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 74.000,00
TOTAL R\$ 74.000,00

Art.2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 74.000,00 (setenta e quatro mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

10.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

10.03 DEPARTAMENTO DE OBRAS E MELHORIAS VIÁRIAS

2038 Manutenção do Depto de Obras e Melhorias Viárias

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 74.000,00

TOTAL R\$ 74.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 15 de março de 2011.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito Municipal em Exercício

Decreto Nº 1732/11

DECRETO Nº 1.732, de 15 de março de 2011.

"ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, e na Lei n.º 5.100, de 15 de março de 2011.

Art. 1º - Fica aberto o crédito especial no valor de R\$ 810.000,00 (oitocentos e dez mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

10.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
10.03 Departamento de Obras e Melhorias Viárias
1.086 Pavimentação de Ruas, Execução de Galerias e Aquisição de Materiais
3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES
3.3.00.00 Outras Despesas Correntes
3.3.90.00 Aplicações Diretas
00.00.0000 Recursos Ordinários R\$ 286.000,00
4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL
4.4.00.00 Investimentos
4.4.90.00 Aplicações Diretas
00.00.0032 Convênio do Estado - Casan R\$ 374.000,00
2.048 Obras de Saneamento e Reparos de Tubulação
3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES
3.3.00.00 Outras Despesas Correntes
3.3.90.00 Aplicações Diretas
00.00.0032 Convênio do Estado - Casan R\$ 150.000,00
Total R\$ 810.000,00

Art. 2º - Em contrapartida a abertura do crédito especial constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 810.000,00 (oitocentos e dez mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

05.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE
05.07 Departamento de Saneamento Básico
2.069 Manutenção do Fundo Municipal de Saneamento Básico - FMSB
3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES
3.3.00.00 Outras Despesas Correntes
3.3.90.00 Aplicações Diretas
00.00.0032 Convênios do Estado - Casan R\$ 100.000,00
4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL
4.4.00.00 Investimentos
4.4.90.00 Aplicações Diretas
00.00.0032 Convênios do Estado - Casan R\$ 424.000,00
10.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
10.03 Departamento de Obras e Melhorias Viárias

2.038 Manutenção do Depto de Obras e melhorias Viárias
3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES
3.3.00.00 Outras Despesas Correntes
3.3.90.00 Aplicações Diretas
00.00.0000 Recursos Ordinários R\$ 286.000,00
Total R\$ 810.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 15 de março de 2011.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito Municipal em Exercício

Decreto Nº 1733/11

DECRETO Nº 1.733, de 15 de março de 2011.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2011."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer do Leiloeiro, nomeado pelo Decreto nº 1582/10, o resultado do Pregão Presencial N.º 015 de 21/02/2011, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUÇÃO J C LTDA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 15 de março de 2011.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal em exercício

VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Vlrm

ANEXO AO DECRETO Nº 1.733/2011
Pregão Presencial nº 015/11 de 21.02.2011

Objeto da Licitação: Registro de Preço para aquisição de 3.000m² de rachão, para ser aplicado em diversas ruas do município - Sec. de Obras.

Preço: global

Participantes: MINERAÇÃO POUSO REDONDO LTDA, TERRAPLENAGEM AZZA LTDA e CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUÇÃO J C LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço o Leiloeiro declarou vencedor o licitante CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUÇÃO J C LTDA.

Decreto Nº 1734/11

DECRETO Nº 1.734, de 15 de março de 2011.

"ALTERA O ARTIGO 1º DO DECRETO Nº 310/2008 QUE DISPÕE SOBRE A APOSENTADORIA POR IDADE À Sra. JENIR BARBOSA"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das prerrogativas previstas no inciso VI do Art. 37 da Lei

Orgânica do Município e de conformidade com o disposto no artigo 142 da Lei Complementar nº 099 de 24/04/2003, letra "d" inciso I do artigo 3º e seguintes da Lei Complementar nº 073 de 20/11/2001, letra "d" inciso I do Artigo 19º e seguintes do Decreto nº 119 de 21/03/2002 e letra "b" § 1º inciso III e artigo 40 § 1º, inciso III, letras "a" da Constituição Federal.

CONSIDERANDO, a recomendação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, contida na Decisão nº 0152/2011 e que diz respeito sobre a retificação da forma de cálculo dos proventos os quais devem ser calculados sobre a última remuneração do cargo efetivo.

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterada o artigo 1º do Decreto nº 310 de 22 de julho de 2008, a qual passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - Fica concedida aposentadoria voluntária, por idade, a servidora pública Senhora JANIR BARBOSA, brasileira, casada, inscrita na ficha funcional nº 7870/01, residente na Estrada Blumenau nº140, bairro Taboão, na cidade de Rio do Sul, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, nível 10, faixa 11, com proventos calculados sobre a última remuneração do cargo efetivo, sem paridade, a partir de 01 de agosto de 2008.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 15 de março de 2011.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal em exercício

VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração

Decreto Nº 1735/11

DECRETO Nº 1.735, de 15 de março de 2011.

"ALTERA O ARTIGO 1º DO DECRETO Nº 048/2008, QUE DISPÕE SOBRE A APOSENTADORIA AO SR. JOSÉ DEOLA "

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina usando das prerrogativas previstas no inciso VI do Art. 37 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o disposto no artigo 142 da Lei Complementar nº 099 de 24/04/2003, letra "c" inciso I do artigo 3º e seguintes da Lei Complementar nº 073 de 20/11/2001, letra "c" inciso I do Artigo 19º e seguintes do Decreto nº 119 de 21/03/2002 e Art. 40º § 1º, inciso III, letra "a" da Constituição Federal.

CONSIDERANDO, a recomendação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, contida na Decisão nº 0205/2011 e que diz respeito sobre a retificação da forma de cálculo dos proventos os quais devem ser calculados sobre a última remuneração na ativa.

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterada o artigo 1º do Decreto nº 048 de 19 de fevereiro de 2008, a qual passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - Fica concedida aposentadoria voluntária, por tempo de contribuição, ao servidor público Senhor JOSÉ DEOLA, brasileiro, casado, inscrito na ficha funcional nº 1813/01, residente a Rua Pedro Frankemberger nº 31, Bairro Bela Aliança, na cidade de Rio do Sul, no cargo de Auxiliar Administrativo II, nível 30, faixa 33, com proventos calculados sobre a última remuneração na ativa, sem paridade, a partir de 01 de março de 2008.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 15 de março de 2011.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração

Resolução Nº 009 de 16 de Março de 2011.

RESOLUÇÃO Nº 009 DE 16 DE MARÇO DE 2011.

"DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DO PEDIDO DE PENSÃO DA SRA. VERÔNICA HOFFMANN"

A Presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensões - FAP, no uso de suas atribuições especificadas no artigo 55, inciso VIII da Lei Complementar nº 073 de 20 de Novembro de 2001 e Decreto nº 119 de 21 de março de 2002, artigo 79, inciso II, artigo 80, inciso VIII;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar as Senhoras Dra. Vanessa Cristina Bauer, Cleonira Cecília Thiesen do Nascimento e Sr. Odilson César Bachmann, para em Comissão promoverem a instrução do processo de que a Sra. Verônica Hoffmann, mantinha união estável com o aposentado Sr. Pedro João dos Anjos por ocasião de seu óbito.

Art. 2º - Fica estabelecido o prazo de 30(trinta) dias contados a partir da presente data, para a conclusão dos trabalhos mencionados no artigo 1º desta Resolução.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 16 de Março de 2011.

TÂNIA REGINA DE MORAIS

Presidente do FAP

Portaria N.º 0290/RH

PORTARIA N.º 0290/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder à servidora Catarina Feliponi Meurer, matrícula n. 8273/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor I, o primeiro Adicional Por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n. 124269/2010 a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de Janeiro de 2011, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de Março de 2011.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Sm

Portaria N.º 0291/RH

PORTARIA N.º 0291/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder à servidora Caroline Schuhmacher Amorim, matrícula n. 31828/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Cirurgião Dentista, o primeiro Adicional Por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n. 124692/2010 a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de Janeiro de 2011, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de Março de 2011.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Sm

Portaria N.º 0292/RH

PORTARIA N.º 0292/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder à servidora Maria Divair de Goes, matrícula n. 14745/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Enfermagem, o primeiro Adicional Por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n. 124203/2010 a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de Janeiro de 2011, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de Março de 2011.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Sm

Portaria N.º 0295/RH

PORTARIA N.º 0295/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder ao servidor Rafael Torquato Luiz, matrícula n. 35258/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Caminhão, o primeiro Adicional Por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n.

124230/2010 a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de Janeiro de 2011, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de Março de 2011.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Sm

Portaria N.º 0296/RH
PORTARIA N.º 0296/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder à servidora Elizete Alves, matrícula n. 21199/03, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, o primeiro Adicional Por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n. 124403/2010 a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de Janeiro de 2011, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de Março de 2011.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Sm

Portaria N.º 0298/RH
PORTARIA N.º 0298/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder à servidora Maria Roseli Vieira, matrícula n. 8303/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, o primeiro Adicional Por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n. 124567/2010 a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei

Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de Janeiro de 2011, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de Março de 2011.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Sm

Portaria N.º 0299/RH
PORTARIA N.º 0299/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder ao servidor Wilson José Hillesheim, matrícula n. 31976/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo III, o primeiro Adicional Por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n. 124577/2010 a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de Janeiro de 2011, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de Março de 2011.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Sm

Portaria N.º 0300/RH
PORTARIA N.º 0300/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder ao servidor Sebastião do Amaral, matrícula n. 2143/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Caminhão, o primeiro Adicional Por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n. 124502/2010 a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de Janeiro de 2011, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de Março de 2011.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Sm

Portaria N.º 0301/RH

PORTARIA N.º 0301/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder à servidora Sandra Boschi Baggio, matrícula n. 35120/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Fonoaudiólogo, o primeiro Adicional Por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n. 124580/2010 a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de Janeiro de 2011, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de Março de 2011.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Sm

Portaria N.º 0302/RH

PORTARIA N.º 0302/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder ao servidor Carlos Alberto Luithardt, matrícula n. 7005/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo III, o segundo Adicional Por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n. 124634/2010 a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de Janeiro de 2011, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de Março de 2011.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Sm

Portaria N.º 0303/RH

PORTARIA N.º 0303/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder ao servidor Luiz Fernando Damasceno Chaves, matrícula n. 33065/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I, o primeiro Adicional Por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n. 124218/2010 a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de Janeiro de 2011, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de Março de 2011.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Sm

Portaria N.º 0304/RH

PORTARIA N.º 0304/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder ao servidor Jair Leandro Ferreira, matrícula n. 1252/02, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Veículo Leve, o primeiro Adicional Por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n. 124221/2010 a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de Janeiro de 2011, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de Março de 2011.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Sm

Portaria N.º 0305/RH

PORTARIA N.º 0305/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da

Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder à servidora Iolanda Demarch, matrícula n. 1198/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Enfermagem, o primeiro Adicional Por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n. 124274/2010 a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de Janeiro de 2011, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de Março de 2011.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração
Sm

Portaria N.º 0306/RH

PORTARIA N.º 0306/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder à servidora Glaucete Karina de Oliveira Pinho, matrícula n. 5207/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Fonoaudiólogo, o primeiro Adicional Por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n. 124267/2010 a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de Janeiro de 2011, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de Março de 2011.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração
Sm

Portaria N.º 0307/RH

PORTARIA N.º 0307/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar

n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder à servidora Darcy Viçari, matrícula n. 17124/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Técnico em Agropecuária, o primeiro Adicional Por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n. 124313/2010 a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de Janeiro de 2011, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de Março de 2011.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração
Sm

Portaria N.º 0308/RH

PORTARIA N.º 0308/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder à servidora Maria Divair de Goes, matrícula n. 14745/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Enfermagem, o primeiro Adicional Por Formação Profissional por ter apresentado o diploma de conclusão do curso de Ensino Médio, no processo n. 124204/2010, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de Janeiro de 2011, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de Março de 2011.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração
Sm

Portaria N.º 0309/RH

PORTARIA N.º 0309/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder ao servidor Rafael Torquato Luiz, matrícula n. 35258/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Caminhão, o primeiro Adicional Por Formação Profissional por ter apresentado o diploma de conclusão do curso de Ensino Médio, no processo n. 124231/2010, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de Janeiro de 2011, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de Março de 2011.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Sm

Portaria N.º 0310/RH

PORTARIA N.º 0310/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder à servidora Glauce Karina de Oliveira Pinho, matrícula n. 5207/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Fonoaudiólogo, o primeiro Adicional Por Formação Profissional por ter apresentado o certificado de conclusão do curso de Pós Graduação em Motricidade Oral, no processo n. 124268/2010, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de Janeiro de 2011, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de Março de 2011.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Sm

Portaria N.º 0311/RH

PORTARIA N.º 0311/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder ao servidor Gilson Rodrigues Matos, matrícula n. 35256/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Caminhão, o primeiro Adicional Por Formação Profissional por ter apresentado o diploma de conclusão do curso de Ensino Médio, no processo n. 124417/2010, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de Janeiro de 2011, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de Março de 2011.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Sm

Portaria N.º 0312/RH

PORTARIA N.º 0312/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder à servidora Luana Vieira, matrícula n. 29246/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I, o primeiro Adicional Por Formação Profissional por ter apresentado o diploma de conclusão do curso de Ensino Médio, no processo n. 124417/2010, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de Janeiro de 2011, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de Março de 2011.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Sm

Portaria N.º 0313/RH

PORTARIA N.º 0313/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder ao servidor Jailson Roberto de Oliveira, matrícula n. 4030/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I, o primeiro Adicional Por Formação Profissional por ter apresentado o diploma de conclusão do curso de Ensino Médio, no processo n. 124599/2010, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de Janeiro de 2011, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de Março de 2011.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Sm

Portaria N.º 0314/RH

PORTARIA N.º 0314/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208

de 28 de setembro de 2010, conceder à servidora Caroline Schuhmacher Amorim, matrícula n. 31828/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Cirurgião Dentista, o primeiro Adicional Por Formação Profissional por ter apresentado o certificado de conclusão do curso de Pós Graduação, em Periodontia, no processo n. 124691/2010, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de Janeiro de 2011, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de Março de 2011.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Sm

Portaria N.º 0315/RH
PORTARIA N.º 0315/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder ao servidor Adriano Mendes, matrícula n. 27669/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Veículo Leve, o primeiro Adicional Por Formação Profissional por ter apresentado o diploma de conclusão do curso de Ensino Médio, no processo n. 124605/2010, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de Janeiro de 2011, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de Março de 2011.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Sm

Portaria N.º 0316/RH
PORTARIA N.º 0316/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder ao servidor Eligio Luis Pessoa, matrícula n. 2429/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo II, o segundo Adicional Por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n. 123187/2010 a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de Janeiro de 2011, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de Março de 2011.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Sm

Portaria N.º 0319/RH
PORTARIA N.º 0319/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder à servidora Rainildes de Andrade, matrícula n. 12262/04, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, o primeiro Adicional Por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n. 125060/2011 a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de Fevereiro de 2011, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de Março de 2011.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Sm

Portaria N.º 0320/RH
PORTARIA N.º 0320/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder à servidora Lizete Martins Rengel, matrícula n. 35413/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, o primeiro Adicional Por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n. 125083/2011 a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de Fevereiro de 2011, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de Março de 2011.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Sm

Portaria N.º 0321/RH
PORTARIA N.º 0321/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder à servidora Marileia Batista, matrícula n. 14249/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Assistente Social, o primeiro Adicional Por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n. 124966/2011 a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de Fevereiro de 2011, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de Março de 2011.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Sm

Portaria N.º 0322/RH
PORTARIA N.º 0322/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder ao servidor Rolf Rudi Kusterko, matrícula n. 16608/02, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Caminhão, o primeiro Adicional Por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n. 124942/2011 a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de Fevereiro de 2011, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de Março de 2011.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Sm

Portaria N.º 0323/RH
PORTARIA N.º 0323/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder à servidora Marineusa Rech, matrícula n. 28487/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, o primeiro Adicional Por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n. 125661/2011 a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de Março de 2011, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de Março de 2011.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Sm

Portaria N.º 0324/RH
PORTARIA N.º 0324/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder à servidora Liliâne Seraphim Truppel, matrícula n. 29254/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I, o primeiro Adicional Por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n. 125103/2011 a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de Março de 2011, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de Março de 2011.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Sm

Portaria N.º 0325/RH

PORTARIA N.º 0325/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder ao servidor Fabio Bet, matrícula n. 5444/02, ocupante do cargo de provimento efetivo Cirurgião Dentista, o primeiro Adicional Por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n. 125534/2011 a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de Março de 2011, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de Março de 2011.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Sm

Portaria N.º 0326/RH

PORTARIA N.º 0326/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder ao servidor Eni Jose Garcia, matrícula n. 22691/02, ocupante do cargo de provimento efetivo Operador de Equipamentos, o primeiro Adicional Por Formação Profissional por ter apresentado o diploma de conclusão do curso de Ensino Médio, no processo n. 125658/2011, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de Março de 2011, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de Março de 2011.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Sm

Portaria N.º 0327/RH

PORTARIA N.º 0327/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder ao servidor Fabio Bet, matrícula n. 5444/02, ocupante do cargo de provimento efetivo Cirurgião Dentista, o primeiro Adicional Por Formação Profissional por ter apresentado o diploma de conclusão do curso de Pós Graduação em Implantodontia, no processo n. 125533/2011, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de Março de 2011, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de Março de 2011.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Sm

Portaria N.º 0328/RH

PORTARIA N.º 0328/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder à servidora Ingelore Christen de Oliveira, matrícula n. 16322/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Enfermagem, o primeiro Adicional Por Formação Profissional por ter apresentado o diploma de conclusão do curso de Ensino Médio, no processo n. 125457/2011, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de Março de 2011, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de Março de 2011.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Sm

Portaria N.º 0329/RH

PORTARIA N.º 0329/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder à servidora Liliâne Seraphim Truppel, matrícula n. 29254/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I, o primeiro Adicional Por Formação Profissional por ter apresentado o diploma de conclusão do curso de Ensino Médio, no processo n. 125102/2011, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar

citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de Março de 2011, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de Março de 2011.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Sm

Portaria N.º 0331/RH

PORTARIA N.º 0331/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento ao disposto no Art. 12 "A", da Lei Complementar n.159/2006, que altera o Art. 12, da Lei Complementar n. 075/2001, alterado pelo Art. 9º, da Lei Complementar n.109/2003 e Decreto n.446/2004, conceder a Progressão Funcional, mediante aprovação obtida pelas avaliações de desempenho, conhecimento e qualificação às servidoras: Ana Maria Buzzi, matrícula n.26360/02; Andresa Cristina Fernandes, matrícula n.11703/06; Marli Kanitz Munzfeld, matrícula n.9083/01; Nilva Wessner, matrícula n.2062/01 e Silvia schlemper, matrícula n. 30406/01.

Art. 2º As servidoras em questão, são ocupantes do cargo de provimento efetivo Professor, pertencentes ao nível III, classe "A", adquirindo com a progressão a referência de vencimento classe "B".

Art. 3º Os efeitos financeiros decorrentes da Progressão Funcional, serão devidos a partir de janeiro de 2011, conforme o disposto no Art. 12, do Decreto n.º 446/ 2004.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de março de 2011.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Lso

Portaria N.º 0332/RH

PORTARIA N.º 0332/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento ao disposto no Art. 12 "A", da Lei Complementar n.159/2006, que altera o Art. 12, da Lei Complementar n. 075/2001, alterado pelo Art. 9º, da Lei Complementar n.109/2003 e Decreto n.446/2004, conceder a Progressão Funcional, mediante aprovação obtida pelas avaliações de desempenho, conhecimento e qualificação às servidoras: Mafalda de Souza Sautner, matrícula n.9253/01 e Marlene Israel Fronza, matrícula n. 18007/01.

Art. 2º As servidoras em questão, são ocupantes do cargo de provimento efetivo Professor, pertencentes ao nível III, classe "C", adquirindo com a progressão a referência de vencimento classe "D".

Art. 3º Os efeitos financeiros decorrentes da Progressão Funcional,

serão devidos a partir de janeiro de 2011, conforme o disposto no Art. 12, do Decreto n.º 446/ 2004.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de março de 2011.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Lso

Portaria N.º 0333/RH

PORTARIA N.º 0333/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento ao disposto no Art. 12 "A", da Lei Complementar n.159/2006, que altera o Art. 12, da Lei Complementar n. 075/2001, alterado pelo Art. 9º, da Lei Complementar n.109/2003 e Decreto n.446/2004, conceder a Progressão Funcional, mediante aprovação obtida pelas avaliações de desempenho, conhecimento e qualificação à servidora Flamira de Carvalho Borgonovo, matrícula n.21644/02.

Art. 2º A servidora em questão, é ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, pertencentes ao nível II, classe "A", adquirindo com a progressão a referência de vencimento classe "B".

Art. 3º Os efeitos financeiros decorrentes da Progressão Funcional, serão devidos a partir de janeiro de 2011, conforme o disposto no Art. 12, do Decreto n.º 446/ 2004.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Rio do Sul, 22 de março de 2011.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Lso

Portaria N.º 0334/RH

PORTARIA N.º 0334/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento ao disposto no Art. 12 "A", da Lei Complementar n.159/2006, que altera o Art. 12, da Lei Complementar n. 075/2001, alterado pelo Art. 9º, da Lei Complementar n.109/2003 e Decreto n.446/2004, conceder a Progressão Funcional, mediante aprovação obtida pelas avaliações de desempenho, conhecimento e qualificação à servidora Ingrid Schlatter, matrícula n.16144/01.

Art. 2º A servidora em questão, é ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, pertencentes ao nível II, classe "B", adquirindo com a progressão a referência de vencimento classe "C".

Art. 3º Os efeitos financeiros decorrentes da Progressão Funcional, serão devidos a partir de janeiro de 2011, conforme o disposto no Art. 12, do Decreto n.º 446/ 2004.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de março de 2011.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Lso

Portaria N.º 0335/RH

PORTARIA N.º 0335/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento ao disposto no Art. 12 "A", da Lei Complementar n.159/2006, que altera o Art. 12, da Lei Complementar n. 075/2001, alterado pelo Art. 9º, da Lei Complementar n.109/2003 e Decreto n.446/2004, conceder a Progressão Funcional, mediante aprovação obtida pelas avaliações de desempenho, conhecimento e qualificação à servidora Ana Cristina Klauberg Dolzan, matrícula n.272/01.

Art. 2º A servidora em questão, é ocupante do cargo de provimento efetivo Professor - Séries Iniciais, pertencentes ao nível III, classe "C", adquirindo com a progressão a referência de vencimento classe "D".

Art. 3º Os efeitos financeiros decorrentes da Progressão Funcional, serão devidos a partir de janeiro de 2011, conforme o disposto no Art. 12, do Decreto n.º 446/ 2004.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de março de 2011.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Lso

Portaria N.º 0336/RH

PORTARIA N.º 0336/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento ao disposto no Art. 12 "A", da Lei Complementar n.159/2006, que altera o Art. 12, da Lei Complementar n. 075/2001, alterado pelo Art. 9º, da Lei Complementar n.109/2003 e Decreto n.446/2004, conceder a Progressão Funcional, mediante aprovação obtida pelas avaliações de desempenho, conhecimento e qualificação à servidora Isolete Borgert, matrícula n.6327/01.

Art. 2º A servidora em questão, é ocupante do cargo de provimento efetivo Professor - Séries Iniciais, pertencentes ao nível II, classe "C", adquirindo com a progressão a referência de vencimento classe "D".

Art. 3º Os efeitos financeiros decorrentes da Progressão Funcional, serão devidos a partir de janeiro de 2011, conforme o disposto no Art. 12, do Decreto n.º 446/ 2004.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de março de 2011.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Lso

Portaria N.º 0337/RH

PORTARIA N.º 0337/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento ao disposto no Art. 12 "A", da Lei Complementar n.159/2006, que altera o Art. 12, da Lei Complementar n. 075/2001, alterado pelo Art. 9º, da Lei Complementar n.109/2003 e Decreto n.446/2004, conceder a Progressão Funcional, mediante aprovação obtida pelas avaliações de desempenho, conhecimento e qualificação ao servidor Altair Fontanive, matrícula n.6041/01.

Art. 2º O servidor em questão, é ocupante do cargo de provimento efetivo Professor de Educação Física, pertencente ao nível III, classe "C", adquirindo com a progressão a referência de vencimento classe "D".

Art. 3º Os efeitos financeiros decorrentes da Progressão Funcional, serão devidos a partir de janeiro de 2011, conforme o disposto no Art. 12, do Decreto n.º 446/ 2004.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de março de 2011.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Lso

Portaria N.º 0338/RH

PORTARIA N.º 0338/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento ao disposto no Art. 12 "A", da Lei Complementar n.159/2006, que altera o Art. 12, da Lei Complementar n. 075/2001, alterado pelo Art. 9º, da Lei Complementar n.109/2003 e Decreto n.446/2004, conceder a Progressão Funcional, mediante aprovação obtida pelas avaliações de desempenho, conhecimento e qualificação ao servidor Mateus de Andrade, matrícula n.26506/02.

Art. 2º O servidor em questão, é ocupante do cargo de provimento efetivo Professor de Ciências, pertencente ao nível III, classe "A", adquirindo com a progressão a referência de vencimento classe "B".

Art. 3º Os efeitos financeiros decorrentes da Progressão Funcional, serão devidos a partir de janeiro de 2011, conforme o disposto no Art. 12, do Decreto n.º 446/ 2004.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de março de 2011.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Lso

Portaria N.º 0339/RH

PORTARIA N.º 0339/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento ao disposto no Art. 12 "A", da Lei Complementar n.159/2006, que altera o Art. 12, da Lei Complementar n. 075/2001, alterado pelo Art. 9º, da Lei Complementar n.109/2003 e Decreto n.446/2004, conceder a Progressão Funcional, mediante aprovação obtida pelas avaliações de desempenho, conhecimento e qualificação ao servidor Valdemiro Poffo, matrícula n.6211/01.

Art. 2º O servidor em questão, é ocupante do cargo de provimento efetivo Professor de Ciências, pertencentes ao nível IV, classe "B", adquirindo com a progressão a referência de vencimento classe "C".

Art. 3º Os efeitos financeiros decorrentes da Progressão Funcional, serão devidos a partir de janeiro de 2011, conforme o disposto no Art. 12, do Decreto n.º 446/ 2004.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de março de 2011.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Lso

Portaria N.º 0340/RH

PORTARIA N.º 0340/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento ao disposto no Art. 12 "A", da Lei Complementar n.159/2006, que altera o Art. 12, da Lei Complementar n. 075/2001, alterado pelo Art. 9º, da Lei Complementar n.109/2003 e Decreto n.446/2004, conceder a Progressão Funcional, mediante aprovação obtida pelas avaliações de desempenho, conhecimento e qualificação à servidora Raquel Aparecida Wessner Froenhlich, matrícula n.18341/01.

Art. 2º A servidora em questão, é ocupante do cargo de provimento efetivo Professor de Artes, pertencentes ao nível III, classe "C", adquirindo com a progressão a referência de vencimento classe "D".

Art. 3º Os efeitos financeiros decorrentes da Progressão Funcional, serão devidos a partir de janeiro de 2011, conforme o disposto no Art. 12, do Decreto n.º 446/ 2004.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de março de 2011.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Lso

Pregão ,Presencial 038/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2011

OBJETO: Aquisição de microcomputadores e notebooks para diversas Secretarias do Município.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 23 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 07/04/2011, às 08:00h.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 09:30h do dia 07/04/2011.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

Rio do Sul (SC), 25 de março de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 4.181, de 24 de Março de 2011.

DECRETO Nº 4.181, DE 24 DE MARÇO DE 2011.

Designa engenheiro civil para efetuar laudo de avaliação de imóvel que identifica e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo conferidas pelo artigo 55, VII da Lei Orgânica do Município:

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o Senhor EDUARDO BRATTI, brasileiro, Engenheiro Civil da Associação dos Municípios do Noroeste de Santa Catarina - AMNOROESTE, inscrito no CREA-SC sob nº 048003-9, para expedir Laudo de Avaliação do seguinte bem imóvel:

I - Parte do Lote Rural número um (01), com a área superficial de trinta mil metros quadrados (30.000m²), sem benfeitorias, situado na Secção São Lourenço, Polígono nº 05, na Fazenda Saudades, neste município, confrontando: ao Norte com parte do mesmo lote rural nº 01 da Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste, na extensão de 215,25 metros; ao Sul com terras de Jacinto Bratti, na extensão de 262,10 metros; ao Leste com parte do mesmo lote rural nº 01 da Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste, na extensão de 11,63 metros, e ao Oeste com o Eixo da Rodovia SC 468 que divide parte do mesmo lote rural nº 01 do Estado de Santa Catarina, na extensão de 81,82 metros e com terras de Jacinto Bratti, na extensão de 64,80 metros. Proprietária: Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste, CNPJ 83.021.873/0001-08, com sede na Rua Duque de Caxias, 789. Título aquisitivo: R.1-11.361, da matrícula nº 11.361, de 27 de setembro de 2001, do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, sob o nº de matrícula 15.141.

Art. 2º Os serviços de elaboração do Laudo de Avaliação mencionado no artigo 1º dar-se-ão de forma não onerosa ao Município.

Art. 3º O Avaliador deverá entregar o Laudo no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da publicação deste Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 24 de Março de 2011.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO
(DECRETO Nº 4.181, DE 24 DE MARÇO DE 2011).

MATRÍCULA DO IMÓVEL Nº 15.141
MATRÍCULA DO IMÓVEL Nº 11.361
PLANTA CARTOGRÁFICA

São Lourenço do Oeste, SC, 24 de Março de 2011.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Aviso de Licitações Processo 001/2011 CDM

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO COMITÊ DESPORTIVO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 06/04/2011, às 09:00 no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no Edital nº 001/2011 MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº01 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE LIGA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA REALIZAÇÃO DO 28º CAMPEONATO MUNIICPAL DE FUTEBOL DE CAMPO AMADOR - TAÇA ENELE ESTOFADOS E MÓVEIS. licitações@saolourenco.sc.gov.br

MARISTEL CRISTINA FEUSER
Gerente Executiva

Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - XX
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	34.813.225,30	38.260.187,31	16.026.142,61	16.026.142,61	4.737.334,34	4.737.334,34	100,00	12,38	33.522.852,97
Legislativa	1.153.600,00	1.153.600,00	171.742,05	171.742,05	91.805,86	91.805,86	1,94	7,96	1.061.794,14
Ação Legislativa	1.153.600,00	1.153.600,00	171.742,05	171.742,05	91.805,86	91.805,86	1,94	7,96	1.061.794,14
Judiciária	590.000,00	590.000,00	202.324,89	202.324,89	187.083,09	187.083,09	3,95	31,71	402.916,91
Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário	240.000,00	240.000,00	35.974,89	35.974,89	34.383,09	34.383,09	0,73	14,33	205.616,91
Defesa Civil	350.000,00	350.000,00	166.350,00	166.350,00	152.700,00	152.700,00	3,22	43,63	197.300,00
Administração	4.123.363,60	4.123.363,60	1.457.928,45	1.457.928,45	528.198,82	528.198,82	11,15	12,81	3.595.164,78
Administração Geral	3.116.863,60	3.116.863,60	1.150.137,30	1.150.137,30	419.857,28	419.857,28	8,86	13,47	2.697.006,32
Administração Financeira	488.000,00	488.000,00	90.263,21	90.263,21	49.893,60	49.893,60	1,05	10,22	438.106,40
Controle Externo	240.000,00	240.000,00	32.823,94	32.823,94	32.643,94	32.643,94	0,69	13,60	207.356,06
Difusão Cultural	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
Transferências	198.500,00	198.500,00	184.704,00	184.704,00	25.804,00	25.804,00	0,54	13,00	172.696,00
Defesa Nacional	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
Segurança Pública	270.000,00	270.000,00	43.644,43	43.644,43	26.310,79	26.310,79	0,56	9,74	243.689,21
Defesa da Ordem Jurídica	270.000,00	270.000,00	43.644,43	43.644,43	26.310,79	26.310,79	0,56	9,74	243.689,21
Assistência Social	1.605.100,00	1.635.100,00	397.029,70	397.029,70	263.780,34	263.780,34	5,57	16,13	1.371.319,66
Assistência ao Idoso	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	195.000,00	195.000,00	36.526,14	36.526,14	36.526,14	36.526,14	0,77	18,73	158.473,86
Assistência Comunitária	1.310.100,00	1.340.100,00	360.503,56	360.503,56	227.254,20	227.254,20	4,80	16,96	1.112.845,80
Saúde	6.909.699,64	7.631.495,28	2.959.780,64	2.959.780,64	1.062.930,18	1.062.930,18	22,44	13,93	6.568.565,10
Atenção Básica	6.034.332,14	6.636.127,78	2.416.226,03	2.416.226,03	1.006.366,64	1.006.366,64	21,24	15,16	5.629.761,14
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	723.000,00	843.000,00	530.800,00	530.800,00	51.193,54	51.193,54	1,08	6,07	791.806,46
Vigilância Epidemiológica	152.367,50	152.367,50	12.754,61	12.754,61	5.370,00	5.370,00	0,11	3,52	146.997,50
Educação	7.948.996,06	8.991.907,33	3.020.327,89	3.020.327,89	1.266.987,71	1.266.987,71	26,74	14,09	7.724.919,62
Ensino Fundamental	5.555.427,06	6.355.309,81	2.501.417,91	2.501.417,91	1.102.993,99	1.102.993,99	23,28	17,36	5.252.315,82
Ensino Médio	349.600,00	554.915,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	554.915,82
Ensino Superior	192.500,00	192.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	192.500,00
Educação Infantil	1.851.469,00	1.889.181,70	518.909,98	518.909,98	163.993,72	163.993,72	3,46	8,68	1.725.187,98
Cultura	430.000,00	430.000,00	96.647,33	96.647,33	42.175,84	42.175,84	0,89	9,81	387.824,16
Difusão Cultural	430.000,00	430.000,00	96.647,33	96.647,33	42.175,84	42.175,84	0,89	9,81	387.824,16

Continua 1/2

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - XX
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	34.813.225,30	38.260.187,31	16.026.142,61	16.026.142,61	4.737.334,34	4.737.334,34	100,00	12,38	33.522.852,97
Urbanismo	7.280.150,00	8.431.956,88	6.011.252,70	6.011.252,70	795.170,62	795.170,62	16,79	9,43	7.636.786,26
Infra-Estrutura Urbana	7.230.150,00	8.381.956,88	6.008.636,55	6.008.636,55	792.554,47	792.554,47	16,73	9,46	7.589.402,41
Turismo	50.000,00	50.000,00	2.616,15	2.616,15	2.616,15	2.616,15	0,06	5,23	47.383,85
Habitação	51.750,00	64.698,22	13.958,41	13.958,41	13.958,41	13.958,41	0,29	21,57	50.739,81
Habitação Urbana	51.750,00	64.698,22	13.958,41	13.958,41	13.958,41	13.958,41	0,29	21,57	50.739,81
Saneamento	50.000,00	50.000,00	22.804,00	22.804,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Saneamento Básico Urbano	50.000,00	50.000,00	22.804,00	22.804,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Agricultura	2.374.066,00	2.861.566,00	1.199.202,01	1.199.202,01	341.825,67	341.825,67	7,22	11,95	2.519.740,33
Promoção da Produção Animal	275.000,00	275.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	275.000,00
Defesa Sanitária Vegetal	100.000,00	100.000,00	50.248,13	50.248,13	7.959,29	7.959,29	0,17	7,96	92.040,71
Extensão Rural	1.999.066,00	2.486.566,00	1.148.953,88	1.148.953,88	333.866,38	333.866,38	7,05	13,43	2.152.699,62
Indústria	437.500,00	437.500,00	31.955,00	31.955,00	0,00	0,00	0,00	0,00	437.500,00
Promoção Industrial	437.500,00	437.500,00	31.955,00	31.955,00	0,00	0,00	0,00	0,00	437.500,00
Desporto e Lazer	510.000,00	510.000,00	56.360,22	56.360,22	37.208,91	37.208,91	0,79	7,30	472.791,09
Desporto Comunitário	510.000,00	510.000,00	56.360,22	56.360,22	37.208,91	37.208,91	0,79	7,30	472.791,09
Encargos Especiais	1.070.000,00	1.070.000,00	341.184,89	341.184,89	79.898,10	79.898,10	1,69	7,47	990.101,90
Outros Encargos Especiais	1.070.000,00	1.070.000,00	341.184,89	341.184,89	79.898,10	79.898,10	1,69	7,47	990.101,90
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	34.813.225,30	38.260.187,31	16.026.142,61	16.026.142,61	4.737.334,34	4.737.334,34	100,00	12,38	33.522.852,97

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 18/03/2011

NORIVAL JOÃO CENCI ROBERTO ZOLET JOÃO EDUARDO LINHARES
DIRETOR DE PLANEJAMENTO E CONTADOR CRC/SC 025.778/0-9 CONTROLADOR GERAL

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - XX
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2010 A FEVEREIRO/2011

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2011
	Mar/2010	Abr/2010	Mai/2010	Jun/2010	Jul/2010	Ago/2010	Set/2010	Out/2010	Nov/2010	Dez/2010	Jan/2011	Fev/2011	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	3.633.673,12	2.700.419,43	2.808.546,50	2.671.422,20	2.641.652,07	2.691.335,79	2.650.284,99	2.816.211,30	3.358.225,95	3.609.596,24	2.808.266,25	3.096.673,72	35.486.307,56	33.414.289,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.144.104,17	187.391,68	180.811,47	254.404,92	284.092,72	246.431,27	227.403,21	333.506,33	212.920,79	418.750,55	248.466,32	510.429,11	4.248.712,54	4.624.399,00
I.P.T.U.	876.411,17	32.656,84	35.778,59	40.830,92	36.942,62	38.862,28	38.430,58	40.436,39	37.085,43	49.650,04	51.391,70	199.493,64	1.477.970,20	1.500.000,00
I.S.S.	68.963,89	71.860,60	59.651,46	89.562,97	79.188,66	88.759,26	90.244,87	95.873,57	81.029,48	107.631,39	94.696,10	102.933,13	1.030.395,38	1.000.000,00
I.T.B.I.	53.544,04	30.839,88	36.586,05	42.908,92	42.867,61	32.642,05	48.358,49	31.078,24	48.248,67	63.098,93	52.407,46	61.035,72	543.616,06	577.500,00
I.R.R.F.	25.979,41	26.560,35	34.256,36	31.166,59	35.694,80	31.800,76	36.563,72	38.463,68	35.695,43	76.970,68	10.609,13	48.824,40	432.585,31	400.000,00
Outras Receitas Tributárias	119.205,66	25.474,01	14.539,01	49.935,52	89.399,03	54.366,92	13.805,55	127.654,45	10.861,78	121.399,51	39.361,93	98.142,22	764.145,59	1.146.899,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	148.148,58	55.378,27	56.627,94	54.746,79	53.792,21	53.819,72	58.774,39	3.929,00	57.595,96	65.832,38	61.846,91	66.906,74	737.398,89	679.250,00
RECEITA PATRIMONIAL	42.584,65	14.156,93	75.626,84	51.472,93	62.013,14	70.382,72	64.223,66	60.988,94	62.966,57	54.833,73	12.978,74	46.697,75	618.926,60	328.986,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	860,00	712,00	1.572,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	240,00	0,00	0,00	0,00	8.864,09	15.931,94	25.036,03	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.253.500,26	2.349.134,25	2.447.967,06	2.264.916,31	2.183.305,30	2.275.161,16	2.248.950,85	2.353.745,68	2.978.129,40	3.023.942,02	2.424.991,50	2.402.400,41	29.206.144,20	27.221.739,00
Cota-Parte do F.P.M.	528.394,79	633.096,20	779.470,39	676.481,14	497.442,61	666.672,44	555.996,10	599.083,08	718.159,51	1.248.276,87	867.995,86	935.138,29	8.706.207,28	8.587.530,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	865.570,92	849.852,60	794.311,75	824.910,48	828.161,14	850.462,84	899.141,89	966.661,50	938.865,14	1.005.484,38	954.919,43	861.752,93	10.640.095,00	10.600.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	159.046,00	164.359,14	152.768,10	157.968,33	153.628,88	140.254,95	142.424,04	126.413,44	99.631,78	44.631,32	98.751,84	119.335,95	1.559.213,77	1.800.000,00
Cota-Parte do ITR.	0,00	26,26	586,42	66,80	86,73	111,84	868,41	6.239,71	19,07	388,48	60,86	61,85	8.516,43	7.931,00
Transferências da LC 61/1989	15.112,63	15.927,63	15.693,57	18.336,67	19.522,89	18.888,82	18.830,17	19.596,91	14.886,09	30.532,85	21.279,58	20.017,78	228.625,59	220.000,00
Transferências da LC 87/1996	5.511,10	5.511,10	5.511,10	0,00	11.022,20	5.511,10	5.511,10	5.511,10	0,00	11.022,20	5.517,19	5.517,19	66.145,38	79.310,00
Transferências do FUNDEB	356.118,47	377.360,32	371.297,08	370.607,30	354.487,29	353.040,89	402.464,68	401.156,25	403.914,57	441.150,57	397.178,72	367.150,18	4.595.926,32	4.550.000,00
Outras Transferências Correntes	323.746,35	303.001,00	328.328,65	216.545,59	318.953,56	240.218,28	223.714,46	229.083,69	802.653,24	242.455,35	79.288,02	93.426,24	3.401.414,43	1.376.968,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	45.335,46	94.358,30	47.513,19	45.881,25	58.448,70	45.540,92	50.692,88	64.041,35	46.613,23	46.237,56	50.258,69	53.595,77	648.517,30	559.915,00
DEDUÇÕES (II)	314.733,44	333.776,44	349.668,93	335.669,45	303.561,21	338.398,97	323.960,42	344.781,74	354.824,15	400.835,81	389.704,73	388.364,71	4.178.280,00	4.258.954,20
Rec. Div. Ativ. Tx de Fiscaliz. e Vigil. Sanitária	6,58	22,05	0,84	117,60	94,72	34,01	54,17	80,73	15,80	17,88	0,00	0,00	444,38	0,00
Transf. Conv. Municípios p/ SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	1.493,80	1.984,80	248,10	0,00	496,20	1.315,10	0,00	0,00	5.538,00	0,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	314.726,86	333.754,39	349.668,09	335.551,85	301.972,69	336.380,16	323.658,15	344.701,01	354.312,15	399.502,83	389.704,73	388.364,71	4.172.297,62	4.258.954,20
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	3.318.939,68	2.366.642,99	2.458.877,57	2.335.752,75	2.338.090,86	2.352.936,82	2.326.324,57	2.471.429,56	3.003.401,80	3.208.760,43	2.418.561,52	2.708.309,01	31.308.027,56	29.155.334,80

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA
SÃO LOURENÇO DO OESTE, 18/03/2011

NORIVAL JOÃO CENCI	ROBERTO ZOLET	JOÃO EDUARDO LINHARES
DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO	CONTADOR CRC/SC 025.778/0-9	CONTROLADOR GERAL

Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - XX
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2010				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2010			
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 18/03/2011

NORIVAL JOÃO CENCI
DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GE

ROBERTO ZOLET
CONTADOR CRC/SC 025.778/0-9

JOÃO EDUARDO LINHARES
CONTROLADOR GERAL

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - XX
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	34.813.225,30	34.813.225,30	5.574.346,72	16,01	5.574.346,72	16,01	29.238.878,58
RECEITAS CORRENTES	31.813.225,30	31.813.225,30	5.574.346,72	17,52	5.574.346,72	17,52	26.238.878,58
RECEITA TRIBUTARIA	4.667.766,50	4.667.766,50	758.895,43	16,26	758.895,43	16,26	3.908.871,07
IMPOSTOS	3.477.500,00	3.477.500,00	621.391,28	17,87	621.391,28	17,87	2.856.108,72
TAXAS	781.092,50	781.092,50	137.504,15	17,60	137.504,15	17,60	643.588,35
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	409.174,00	409.174,00	0,00	0,00	0,00	0,00	409.174,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	679.250,00	679.250,00	128.753,65	18,96	128.753,65	18,96	550.496,35
CONTRIB P/ CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	679.250,00	679.250,00	128.753,65	18,96	128.753,65	18,96	550.496,35
RECEITA PATRIMONIAL	328.986,00	328.986,00	71.117,62	21,62	71.117,62	21,62	257.868,38
RECEITAS IMOBILIARIAS	0,00	0,00	105,00	0,00	105,00	0,00	-105,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	328.986,00	328.986,00	71.012,62	21,59	71.012,62	21,59	257.973,38
RECEITA AGROPECUARIA	0,00	0,00	1.572,00	0,00	1.572,00	0,00	-1.572,00
Outras Rec. Agropecuárias	0,00	0,00	1.572,00	0,00	1.572,00	0,00	-1.572,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	24.796,03	0,00	24.796,03	0,00	-24.796,03
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	25.565.394,80	25.565.394,80	4.485.357,53	17,54	4.485.357,53	17,54	21.080.037,27
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	25.166.784,80	25.166.784,80	4.485.357,53	17,82	4.485.357,53	17,82	20.681.427,27
Transf. de Conv.	398.610,00	398.610,00	0,00	0,00	0,00	0,00	398.610,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	571.828,00	571.828,00	103.854,46	18,16	103.854,46	18,16	467.973,54
Multas e Juros de Mora	175.978,00	175.978,00	33.046,40	18,78	33.046,40	18,78	142.931,60
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	36.575,00	36.575,00	6.628,23	18,12	6.628,23	18,12	29.946,77
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	259.275,00	259.275,00	40.959,99	15,80	40.959,99	15,80	218.315,01
RECEITAS DIVERSAS	100.000,00	100.000,00	23.219,84	23,22	23.219,84	23,22	76.780,16
RECEITAS DE CAPITAL	3.000.000,00	3.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.000.000,00	3.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	3.000.000,00	3.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	34.813.225,30	34.813.225,30	5.574.346,72	16,01	5.574.346,72	16,01	29.238.878,58
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - XX
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	34.813.225,30	34.813.225,30	5.574.346,72	16,01	5.574.346,72	16,01	29.238.878,58
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	34.813.225,30	34.813.225,30	5.574.346,72	16,01	5.574.346,72	16,01	29.238.878,58
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	2.625.312,14	—	—	574.709,06	—	—
Superávit Financeiro	—	2.625.312,14	—	—	574.709,06	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	34.813.225,30	3.446.962,01	38.260.187,31	16.026.142,61	16.026.142,61	4.737.334,34	4.737.334,34	12,38	33.522.852,97
DESPESAS CORRENTES	27.528.011,80	898.672,40	28.426.684,20	10.529.303,12	10.529.303,12	4.179.793,10	4.179.793,10	14,70	24.246.891,10
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.028.023,14	146.519,22	15.174.542,36	3.213.971,49	3.213.971,49	2.437.199,09	2.437.199,09	16,06	12.737.343,27
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	150.000,00	0,00	150.000,00	5.008,06	5.008,06	5.008,06	5.008,06	3,34	144.991,94
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.349.988,66	752.153,18	13.102.141,84	7.310.323,57	7.310.323,57	1.737.585,95	1.737.585,95	13,26	11.364.555,89
DESPESAS DE CAPITAL	7.280.213,50	2.548.289,61	9.828.503,11	5.496.839,49	5.496.839,49	557.541,24	557.541,24	5,67	9.270.961,87
INVESTIMENTOS	6.680.213,50	2.548.289,61	9.228.503,11	5.477.662,66	5.477.662,66	538.364,41	538.364,41	5,83	8.690.138,70
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	600.000,00	0,00	600.000,00	19.176,83	19.176,83	19.176,83	19.176,83	3,20	580.823,17
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	34.813.225,30	3.446.962,01	38.260.187,31	16.026.142,61	16.026.142,61	4.737.334,34	4.737.334,34	12,38	33.522.852,97
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - XX
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	34.813.225,30	3.446.962,01	38.260.187,31	16.026.142,61	16.026.142,61	4.737.334,34	4.737.334,34	12,38	33.522.852,97
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	837.012,38	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	34.813.225,30	3.446.962,01	38.260.187,31	16.026.142,61	16.026.142,61	4.737.334,34	5.574.346,72	12,38	33.522.852,97

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 18/03/2011

NORIVAL JOÃO CENCI
DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

ROBERTO ZOLET
CONTADOR CRC/SC 025.778/0-9

JOÃO EDUARDO LINHARES
CONTROLADOR GERAL

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 36/11.

DECRETO Nº 36/11.

Altera o Decreto nº 461/2010 que fixa o vencimento das parcelas do IPTU e Taxas do Exercício de 2011.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições e de conformidade com a autorização que lhe confere os Artigos 166 e 169 do Código Tributário Municipal e

CONSIDERANDO os problemas advindos da impressão dos carnês de IPTU;

CONSIDERANDO que deverá ser assegurado tempo hábil para que os contribuintes do IPTU recebam e programem o pagamento do referido tributo.

DECRETA:

Art. 1º - O Artigo 1º do decreto 461 de 22 de dezembro de 2010 passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º O Imposto Predial e Territorial Urbano e Taxas, referentes ao Exercício de 2011, poderão ser pagos em 4 (quatro) parcelas, com os seguintes vencimentos:

Cota Única	Vencimento 25/04/2011;
1ª Parcela	Vencimento 25/04/2011;
2ª Parcela	Vencimento 25/05/2011;
3ª Parcela	Vencimento 25/06/2011;
4ª Parcela	Vencimento 25/07/2011.

Parágrafo Único - O pagamento integral do imposto até a data do vencimento da primeira parcela assegurará ao contribuinte o direito de um desconto de 20% (vinte por cento), sobre o respectivo montante.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário,

São Pedro de Alcântara, 24 de Março de 2011.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em: ____/____/____.

Portaria n.º 160/2011

PORTARIA n.º 160/2011

ATRIBUI EXERCÍCIO AO SERVIDOR QUE MENCIONA.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município, Art. 45, Inciso XVI,

RESOLVE:

Art. 1.º- Atribuir exercício das atividades do servidor DANIEL SILVEIRA junto a Casa da Cultura, para exercer as funções atinentes a área cultural devido a necessidade de serviço.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de março de 2011.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria n.º 164/2011

PORTARIA n.º 164/2011

Admite em Caráter Temporário LARICE PATRICIA DE ALMEIDA para o Cargo de Professor I.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, LARICE PATRICIA DE ALMEIDA para o Cargo de Professor I, contrato de trabalho nº. 036/2011.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 24 de março de 2011.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Contrato n.º 036/2011

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
CONTRATO n.º 036/2011

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Pre-feito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STÄHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua João Stähelin, nº 115-D, Boa Parada, São Pedro de Alcântara, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora LARICE PATRICIA DE ALMEIDA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº. 040.296.179-05, residente a Rua Ambrósio Kuhn, s/nº, Santa Teresa - São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 003/2010, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal nº. 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal nº. 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de PROFESSOR I, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 24/03/2011, findando no dia 19/09/2011, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal n.º 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;

5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA - DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência médica-hospitalar, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais - Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais - Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de vinte (20) horas semanais, cum-pridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Co-marca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 24 de março de 2011.

Município de São Pedro de Alcântara/SC

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

LARICE PATRÍCIA DE ALMEIDA

CONTRATADA

Testemunhas:

Schroeder

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 2.233/2011, de 23 de março de 2011.

DECRETO Nº 2.233/2011, de 23 de março de 2011.

AUTORIZA CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL PARA ATENDER A NECESSIDADE DE ESPECIAL INTERESSE PÚBLICO, NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, e

Considerando o disposto no Art. 2º, I, da Lei Municipal nº

1.690/2008, que autoriza a contratação de profissionais em caráter temporário para suprir necessidade de excepcional interesse público;

Considerando a ocorrência de afastamento médico de profissionais do quadro do magistério municipal;

Considerando a ausência de listagem de professores substitutos para suprir tal necessidade, em razão de todas as listagens vigentes já terem sido utilizadas para outras finalidades;

Considerando que as informações acima foram prestadas pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município, por meio do Pedido para Contratação Emergencial de Profissionais - Ofício n.º 025/2011 - SECEL, de 18 de março de 2011 e que refletem a necessidade imediata de resolução da situação emergencial;

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu Art. 6º, a educação como um direito social pétreo e inalienável, e que as demandas auxiliares à atividade docente são fundamentais para a garantia da qualidade do serviço prestado;

DECRETA:

Art. 1º Autoriza-se a contratação, em caráter emergencial, pelo Poder Executivo Municipal de profissionais para suprir a vacância nos cargos relacionados no Anexo I do presente Decreto.

Art. 2º Fica determinado que, no prazo consignado para a contratação, a respectiva Secretaria realize Concurso Público destinado a suprir as vagas referidas, ou Processo Seletivo Simplificado para compor listagem de professores substitutos em caráter temporário, nos termos da Lei Municipal nº 1.690/2008;

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 23 março de 2011.

FELIPE VOIGT HARILDO KONELL
Prefeito Municipal Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrado e publicado na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

ANEXO I QUADRO DE CARGOS

Qtde.	Profissional	Classe Funcional	Carga Horária	Período de Contratação/ Motivo	Unidade de Ensino
01	Professor - Educação Infantil	A, B ou C	40h/a por semana	60 dias (licença médica da servidora Jaqueline Aparecida da Silva)	CEI Prof. ^a Cristiane Inês Zerbin
01	Professor - Educação Infantil	A, B ou C	40h/a por semana	180 dias (licença médica da servidora Marilei Aparecida de Barros Velasquez Gaspar)	Jardim de Infância Abelinha Feliz

Portaria No3.952/2011, de 24 de Março de 2011

PORTARIA No3.952/2011, DE 24 DE MARÇO DE 2011

DESIGNA COMISSÕES TÉCNICAS DO PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE, PARA ELABORAÇÃO DE PROTOCOLOS CLÍNICOS PARA PADRONIZAÇÃO DE ATENDIMENTOS.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

R E S O L V E :

Art. 1º Designar Comissões Técnicas do Programa de Fortalecimento da Atenção Primária a Saúde, para elaboração de protocolos clínicos para padronização de atendimentos, a saber:

- Saúde do Trabalhador:
- Enfermeira: Marisa Cristina Born
- Técnica de Enfermagem: Amélia Aparecida Kieski
- Médico: Anderson Amorim Kolscheski
- Vigilância Sanitária: Mário Muller

- Urgência e Emergência:
- Enfermeira: Marisa Cristina Born
- Técnica de Enfermagem: Dulce Schreiber Nunes
- Técnico de Enfermagem: Silvio Penno Junior
- Médico: Luís Aparício Ribas

- Saúde Mental:
- Enfermeira: Noeli Aparecida Boehm
- Técnica de Enfermagem: Tatiane Kath
- Médica: Cristiany Bittencourt Benkendorfer
- Psicóloga: Thais Roberta Schuffert

- Farmácia:
- Farmacêutica: Denise Erig Rocha de Souza
- Farmacêutica: Giseli Eccel Ronchi
- Técnico de Enfermagem: Roseane Finta

- Hipertensão:
- Enfermeira: Maiara dos Santos Oliveira
- Técnica de Enfermagem: Franciele Backmann
- Médico: Renato de Oliveira Boulart
- Médico : Ricardo Felipe Ramos

- Diabetes:
- Enfermeira: Maiara dos Santos Oliveira
- Técnica de Enfermagem: Franciele Backmann
- Médico: Renato de Oliveira Boulart
- Médico : Ricardo Felipe Ramos

- Saúde da Mulher:
- Enfermeira: Vera Lucia Podewils Gasda
- Técnica de Enfermagem: Maria de Fátima Oliveira
- Técnica de Enfermagem: Dilci Brandt Fruhauf

- Saúde da Criança:
- Enfermeira: Maiara dos Santos de Oliveira
- Técnica de Enfermagem: Lucia Kersten Brumuller
- Médico: Luís Aparício Ribas

- Odontologia:
- Odontólogo ESF: Pedro Fusinato Neto
- Odontólogo: Giancarlo Canei
- ACD: Adriana Patrícia Welter de Marco

- Saúde do Idoso:
- Enfermeira: Maiara dos Santos de Oliveira
- Técnica de Enfermagem: Bernadete Demarchi

- Técnico em Enfermagem: Silvio Penno Junior
- Saúde do Homem:
- Enfermeiro: Tanea Hanemann
- Técnica de Enfermagem: Maria de Fátima de Oliveira
- Técnica de Enfermagem: Roseane Finta

Curativo:

- Enfermeira: Noeli Aparecida Boehm
- Técnico de Enfermagem: Franklin Jones Vieira
- Técnico de Enfermagem: Silvio Penno Junior

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 24 de março de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

INGRIT ELI ROWEDER EICHENBERGER
Secretária de Saúde e Assistência Social

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 3.951/2011, de 23 de março de 2011.

PORTARIA Nº. 3.951/2011, de 23 de março de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de afastamento por Auxílio Doença da funcionária, Sra. Jaqueline Aparecida da Silva, adquirindo efeitos retroativos a partir de 15 de março de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 23 de março de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário da Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Extrato de Contrato Nº. 06/2011-FAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder>.

sc.gov.br

Extrato de Contrato nº. 06/2011-FAS

Processo de licitação nº. 07/2011 - FAS

Modalidade Carta Convite nº. 01/2011 - FAS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: SOLANGE EMILIA RUFGA, inscrita no CPF sob o nº. 849.555.899-87, e portadora da carteira de identidade nº. 3.652.285-2-SSP-PR, residente e domiciliada na Rua Presidente Epitácio Pessoa, nº. 1465, Apartamento 104, bloco 01, Centro, na cidade de Jaragua do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89251-100.

Objeto: O objeto do presente contrato consiste na contratação de 110 (cento e dez) horas de profissional Psicopedagogo, para atender a demanda do CREAS - Centro de Referência Especializada de Assistência Social da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÕES	UNIDADE	QTDE.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Contratação de Prestação de Serviço Profissional Psicopedagogo, a fim de atender a demanda do CREAS - Centro de Referência Especializada de Assistência Social da Secretaria da Saúde e Assistência Social, setor de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder no Projeto RECONSTRUINDO ESTÓRIAS com 2 grupos de 8 participantes, sendo um grupo no período matutino e outro no período vespertino, com duração de 2 horas cada encontro, além de 2 horas semanais para planejamento, reuniões com a equipe técnica do CREAS, totalizando 6 horas semanais as quartas-feiras.	HORA	110	30,00	3.300,00
VALOR R\$ TOTAL				3.300,00	

Valor do contrato: R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais).

Data da Assinatura: 24/03/2011 - Vigência: 31/12/2011

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Registro de Preço Nº. 48/2011-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>
Extrato do Contrato Registro de Preço nº. 48/2011-PMS
Processo de licitação nº. 39/2011-PMS - Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 18/2011-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob



o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.802.002/0001-02, estabelecida na Estrada Boa Esperança nº. 2320, Bairro Fundo Canoas, no Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.160-000.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
10	LUVA DE PROCEDIMENTO CAIXA DE 50 PARES	05	Unidade	11,94	59,70
11	LUVA DE PALPAÇÃO PACOTE COM 25 LUVAS	05	Unidade	5,20	26,00
12	ALGODÃO PACOTE COM 500G	05	Unidade	8,40	42,00
13	GAZE PACOTE COM 500 UNIDADES	05	Unidade	11,40	57,00
14	LÂMINA DE BISTURI CAIXA COM 100 PEÇAS	01	Unidade	32,80	32,80
15	AGULHA 40X12 CAIXA COM 100 PEÇAS	12	Unidade	16,25	195,00
16	AGULHA 30X8 CAIXA COM 100 PEÇAS	12	Unidade	10,15	121,80
17	SERINGA 20ML CAIXA COM 100 PEÇAS	07	Unidade	50,94	356,58
18	SERINGA 10 ML CAIXA COM 150 PEÇAS	07	Unidade	56,60	396,20
19	SERINGA 5ML CAIXA COM 250 PEÇAS	02	Unidade	60,70	121,40
20	SERINGA 3ML COM 350 PEÇAS	01	Unidade	76,00	76,00
21	FIO PARA SUTURA CATEGUT Nº 0 CAIXA COM 24	06	Unidade	27,20	163,20
22	FIO PARA SUTURA CATEGUT Nº 2-0 CAIXA COM 24	04	Unidade	27,20	108,80
23	FIO PARA SUTURA NYLON 0 CAIXA COM 24	03	Unidade	12,70	38,10
24	FIO PARA SUTURA NYLON 2-0 CAIXA COM 24	03	Unidade	12,70	38,10
25	ÁLCOOL 70% FRASCO DE 1L	10	Unidade	3,22	32,20
26	IODO POVIDINE FRASCO COM 1L	07	Unidade	12,90	90,30
27	TINTURA DE IODO FRASCO COM 1L	02	Unidade	13,39	26,78
VALOR R\$ TOTAL				1.981,96	

Valor do contrato: R\$ 1.981,96 (Um mil novecentos e oitenta e um reais e noventa e seis centavos).

Data da Assinatura: 24/03/2011 - Vigência: 24/03/2012

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº. A13/2011 - PMS

TERMO ADITIVO Nº. A13/2011 - PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 19/2011 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt.

CONTRATADA: MAXIMA PAPELARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 85.260.164/0001-00, estabelecida na Rua Adolfo Konder, nº. 279, Ceramarte, na Cidade de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, CEP: 89295-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo Luiz Amarildo Mueller, inscrito no CPF sob o nº. 516.501.429-00, portador da carteira de identidade nº. 21R1.646.471-SSP-SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 19/2011 - PMS, celebrado em 09 de fevereiro de 2011, proveniente do processo de Licitação nº. 12/2011 - PMS, Pregão Presencial nº. 07/2011-PMS, tendo como objeto a aquisição de material permanente para suprir as necessidades das Secretarias de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Procuradoria Jurídica da prefeitura de Schroeder/SC.

Considerando que enquadra-se aos termos do artigo 65, I, "b", cc. §1º do mesmo artigo, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal;

Considerando a necessidade do Setor de Planejamento de adquirir o arquivo de aço devido as mudanças ocasionados no setor, e sendo que o arquivo adquirido anteriormente foi levado ao piso superior onde trabalha parte da equipe de planejamento.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder; em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica ao contrato aditivado o valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), conforme segue abaixo:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
02	Arquivo de Aço com quatro gavetas para pasta suspensa, medida 133cm x 47cm x 70cm, chapa 26, com deslizantes de Nylon, com pintura epoxi, na cor cinza, com chave, com puxador estampado na frente da gaveta, ou metalizado no lado externo.	01	Unidade	400,00	400,00

Cláusula 2ª - As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder (SC), 23 de março de 2011.

CONTRATADA:

MAXIMA PAPELARIA LTDA
Luiz Amarildo Mueller

CPF nº. 516.501.429-00

CONTRATANTE:
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____

Nome: Orlando Tecilla
CPF nº. 311.753.079-34

2ª _____

Nome: Marilene Busch
CPF nº. 037.813.699-27

Timbó

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 2286, de 25 de Fevereiro de 2011

DECRETO Nº 2286, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2011

Altera o art.1º do Decreto nº 2246, de 04 de fevereiro do corrente, que concede auxílio financeiro mensal à Banda Municipal Professor "João Muller".

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso I, alínea "n", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05/04/1990, e em conformidade com a Lei nº 2499, de 23 de dezembro de 2010, e,

Considerando que através do ofício protocolado sob nº 13623, de 18 de fevereiro do corrente, foi solicitado pelo Presidente da Banda Municipal Professor João Muller, pedido de adiantamento de valor correspondente ao auxílio financeiro do ano de 2011, para custeio de parte das despesas com viagem a Alemanha, com objetivo de intercâmbio cultural internacional;

Considerando que em caso de comprovada necessidade e mediante solicitação escrita, as parcelas mensais poderão ser antecipadas no todo, a critério da Administração, conforme art.1º da Lei nº 2499, de 23 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º O art.1º do Decreto nº 2246, de 04 de fevereiro do corrente, passa a ter a seguinte redação:

"Art.1º Fica concedido auxílio financeiro à Banda Municipal Professor "João Muller", inscrita no CNPJ sob nº 86.949.849/0001-21, com sede na Avenida Sete de Setembro, nº 414, Timbó, SC, consistindo no valor mensal de 95 (noventa e cinco) UFM's, no período de Fevereiro à Dezembro de 2011, a cada integrante da Banda Municipal Professor "João Muller", ficando o repasse limitado até 50 (cinquenta) componentes, totalizando como valor máximo no ano de 2011 a quantia de R\$ 125.065,60 (cento e vinte e cinco mil e sessenta e cinco reais e sessenta centavos) para utilização em apresentações, exposições, festas, inaugurações e demais eventos culturais, inclusive viagens e representações internacionais, sendo que, em caso de comprovada necessidade e mediante solicitação escrita, as parcelas mensais poderão ser antecipadas no todo, a critério da Administração, havendo neste caso, a necessidade da prestação de contas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, após o recebimento do valor."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 25 de fevereiro de 2011; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

O presente decreto foi publicado na forma regulamentar.
Timbó, 25 de fevereiro de 2011.

SÉRGIO ALBERTO BARRETO FILHO
Assessor Executivo de Gabinete

Portaria No 1940, de 02 de Março de 2011

PORTARIA No 1940, DE 02 DE MARÇO DE 2011

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso IV do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 1959, de 01/06/2010,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para os cargos abaixo discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Moacir Popeng (Vacância do cargo e ausência de cand.aprov.em Conc. Público / Proc.Seletivo)	13/07/67	629.562.569/04	44h	02/03/2011 a 01/04/2011

Cargo: Educador Infantil B-18

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Jaciara Paola Bell Saraiva (Subst.Yara R.Heimann, que se encontra em Licença Para Tratamento de Saúde)	23/06/92	052.657.439-95	40h	02/03/2011 a 16/03/2011

Cargo: Professor C

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Clara Beatriz Pinto Ramalho da Silva (Aumento do número de alunos)	11/11/77	948.529.609-68	20h	04/03/2011 a 06/05/2011
Fernanda Dalpiaz (Aumento do número de alunos)	28/01/88	053.937.889/59	15h	02/03/2011 a 06/05/2011
Grazieli Staack (Aumento do número de alunos)	16/12/80	029.978.449-59	10h	02/03/2011 a 06/05/2011

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 02 de março de 2011; 141o ano de Fundação; 76o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1941, de 03 de Março de 2011

PORTARIA No 1941, DE 03 DE MARÇO DE 2011

Altera temporariamente a carga horária de servidora contratada temporariamente para o cargo de Professor-Ensino Fundamental.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts.50, Inciso XXV, art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município, e com base no art.31 e 32 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA de Servidora contratada temporariamente para o cargo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação - Ensino Fundamental, para o ano letivo de 2011, ou seja, a contar de 02/03/2011 a 16/12/2011, conforme demonstrativo abaixo:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
NOME	CARGA HORÁRIA SEMANAL	
	De	Para
Cristiane Bonatti	20h/a	32h/a

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 03 de março de 2011; 141o ano de Fundação; 76o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1942, de 03 de Março de 2011

PORTARIA No 1942, DE 03 DE MARÇO DE 2011

Altera temporariamente a carga horária de servidor contratado temporariamente para o cargo de Professor-Ensino Fundamental.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts.50, Inciso XXV, art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município, e com base no art.31 e 32 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA de Servidor contratado temporariamente, pela Portaria nº 1833, de 02/02/2011, para o cargo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação - Ensino Fundamental, para o ano letivo de 2011, ou seja, a contar de 01/03/2011 a 16/12/2011, conforme demonstrativo abaixo:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
NOME	CARGA HORÁRIA SEMANAL	
	De	Para
Jonathan Arno Gaulke	27h/a	32h/a

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 03 de março de 2011; 141o ano de Fundação; 76o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1943, de 03 de Março de 2011

PORTARIA No 1943, DE 03 DE MARÇO DE 2011

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para as Secretarias Municipais de Desenvolvimento Econômico; e Obras e Serviços Urbanos.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 1959, de 01/06/2010,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
José Roque Samuleschi (Vacância do cargo e ausência de cand. aprov.em Conc.Público / Proc.Seletivo)	21/03/58	350.939.949/87	44h	03/03/2011 a 31/08/2011

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Paulo Valt (Vacância do cargo e ausência de cand.aprov.em Conc.Público / Proc.Seletivo)	19/05/88	062.462.049/29	44h	03/03/2011 a 30/06/2011
Wilmar Romig (Vacância do cargo e ausência de cand. aprov.em Conc.Público / Proc.Seletivo)	04/02/77	907.788.209-04	44h	03/03/2011 a 31/03/2011

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 03 de março de 2011; 141o ano de Fundação; 76o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1944, de 03 de Março de 2011

PORTARIA No 1944, DE 03 DE MARÇO DE 2011

Altera temporariamente a carga horária de servidores contratados temporariamente para o cargo de Professor-Educação Infantil.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts.50, Inciso XXV, art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município, e com base no art.31 e 32 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA de Servidores contratados temporariamente pela Portaria nº 1833, de 02/02/2011, para o cargo de Professor, lotados na Secretaria Municipal de Educação - Educação Infantil, para o ano letivo de 2011, ou seja, a contar de 01/03/2011 a 16/12/2011, conforme demonstrativo abaixo:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

NOME	CARGA HORÁRIA SEMANAL	
	De	Para
Anderson Inácio Migliorini	15h/a	19h/a
Dalva Cristina Germer	10h/a	27h/a
Eliane Lercília Pereira Furtado	20h/a	36h/a

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 03 de março de 2011; 141o ano de Fundação; 76o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1945, de 03 de Março de 2011

PORTARIA No 1945, DE 03 DE MARÇO DE 2011

Altera temporariamente a carga horária de servidores efetivos para o cargo de Professor-Educação Infantil.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts.50, Inciso XXV, art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município, e com base no art.31 e 32 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA de Servidores efetivos para o cargo de Professor, lotados na Secretaria Municipal de Educação – Educação Infantil, para o ano letivo de 2011, ou seja, a contar de 01/03/2011 a 16/12/2011, conforme demonstrativo abaixo:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
NOME	CARGA HORÁRIA SEMANAL		CARGA HORÁRIA TOTAL
	Efetiva	Substituição	
Cláudio Haubricht	15h/a	04h/a	19h/a
Julio Hilário Arpini	De 18h/a	-----	Para 11h/a
Rafaela Alessandra Schneider	12h	08h	20h
Hinsching	18h/a	27h/a	45h/a
Sandra Ferrari	18h/a	27h/a	45h/a

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 03 de março de 2011; 141o ano de Fundação; 76o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1936, de 1º de Março de 2011

PORTARIA No 1936, DE 1º DE MARÇO DE 2011

Concede exoneração a Servidora Pública Municipal Gisieli Baldussi, contratada temporariamente para o cargo de Professor C, a contar desta data.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO a Servidora Pública Municipal GISIELI BALDUSSI, contratada temporariamente para o cargo de Professor C, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 1833, de 02 de fevereiro de 2011, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 1º de março de 2011; 141o ano de Fundação; 76o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1937, de 1º de Março de 2011

PORTARIA No 1937, DE 1º DE MARÇO DE 2011

Concede exoneração a Servidora Pública Municipal Monique Vieira Bona, contratada temporariamente para o cargo de Professor C, a contar desta data.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO a Servidora Pública Municipal MONIQUE VIEIRA BONA contratada temporariamente para o cargo de Professor C, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 1833, de 02 de fevereiro de 2011, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 1º de março de 2011; 141o ano de Fundação; 76o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1939, de 1º de Março de 2011

PORTARIA No 1939, DE 1º DE MARÇO DE 2011

Designa o Servidor Público Municipal Sandro Edenir Gramm, para exercício de Função Gratificada na Administração Direta, a contar

desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando a complexidade dos serviços realizados pela equipe operacional do DEMUTRAN, como manutenção de canteiros centrais, demarcações viárias, instalação de placas de Trânsito, manutenção dos conjuntos semafóricos, entre outras atribuições,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR EM FUNÇÃO GRATIFICADA, e com base no Art. 11, § 3º, da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, acrescentado pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, combinado com o disposto no artigo 21 da Lei Complementar nº 196, de 29/12/00, o servidor abaixo relacionado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO E MEIO AMBIENTE
(DEMUTRAN)

NOME	SÍMBOLO	%	FUNÇÃO GRATIFICADA	A CONTAR
Sandro Edenir Gramm	FG-2	40	Coordenação dos Serviços vinculados as Obras Viárias e demais atribuições da equipe operacional relacionadas ao DEMUTRAN, inclusive em Regime de Plantão	01/03/2011

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 1º de março de 2011; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1947, de 04 de Março de 2011

PORTARIA No 1947, DE 04 DE MARÇO DE 2011

Homologa a eleição e nomeação dos membros do Conselho Tutelar, efetivada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Timbó.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições conferidas pelo art.50, c/c art.70, Inciso II, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e tendo em vista o que dispõe a Leis Ordinária Municipal nº 1375, de 01/07/1992 e a Lei Federal nº. 8.069, de 13/06/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e,

Considerando o regular trâmite do processo de eleição para escolha dos membros do Conselho Tutelar de Timbó;

Considerando que a eleição ocorreu aos 10 dias do mês de dezembro de 2010;

Considerando que o mandato dos Conselheiros Tutelares será do período compreendido entre 01/02/2011 a 31/01/2014,

RESOLVE:

Art.1º HOMOLOGAR a eleição e nomeação dos membros do Conselho Tutelar, efetivada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Timbó, cuja composição restou assim definida: Titulares: Silvana Nicocelli Blödmann; Clarisse Buzzi; Angelina Vicente Tomasini; Adriana Silva Ferreira; Silvia Beatriz Fischer. Suplentes: 1º. João Donizete Calegari; 2º. Rosana

Keim; 3º. Elizia De Souza; 4º. Marizete Terezinha Klenm Lara; 5º. Sandra Caroline Hennings Correia; 6º. Erotides Barbaresco.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 04 de março de 2011; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 1935, de 1º de Março de 2011

PORTARIA Nº 1935, DE 1º DE MARÇO DE 2011

Altera Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidoras lotadas na Secretaria de Educação.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 1959, de 01/06/2010,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR as Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidoras abaixo relacionadas:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Driele Karine Moser Marchi	1759/2011	02/05/2011
Eloize dos Santos	1881/2011	11/03/2011
Fabiola Janaina Tomasini	1759/2011	02/05/2011
Jusielle Mirlene Janke	1881/2011	02/05/2011
Maria Lucia de Paula Januário	1880/2011	24/03/2011
Rita Janaina Tristão	1919/2011	01/04/2011
Sirley Neis Gaulke	1759/2011	02/05/2011
Vanessa Mengarda	1897/2011	01/04/2011

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 1º de março de 2011; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 1938, de 1º de Março de 2011

PORTARIA Nº 1938, DE 1º DE MARÇO DE 2011

Altera Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores lotados na Secretaria de Saúde e Assistência Social (Fundo Municipal de Saúde).

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 1959, de 01/06/2010,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR as Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores, abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

(Fundo Municipal de Saúde)

NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Carla Cristina Lima dos Santos	1866/2011	31/03/2011
Claudete do Nascimento	1822/2011	31/03/2011
Dyuliane Cristina de Jesus	1822/2011	31/03/2011
Ederson José Girelli	1795/2011	31/03/2011
Ewerton Luiz Alves Oliveira	1866/2011	15/03/2011
Ewerton Luiz Alves Oliveira	1866/2011	16/03/2011
Glauclie Mara da Silva	1882/2011	31/03/2011
Izabel Nunes Janke	1866/2011	24/03/2011
Josete Luiza Reck Sfredo	1905/2011	10/03/2011
Lizandro Frainer Furlani	1866/2011	01/04/2011
Maria Girola Felippi	1866/2011	30/03/2011
Mary Lea Ferrari	1795/2011	31/03/2011
Talita Sadlowski	1822/2011	31/03/2011

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 1º de março de 2011; 141o ano de Fundação; 76o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 1946, de 04 de Março de 2011

PORTARIA Nº 1946, DE 04 DE MARÇO DE 2011

Altera Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidoras lotadas na Secretaria de Educação.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 1959, de 01/06/2010,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR as Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidoras abaixo relacionadas:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Clenir Mathiussi	1759/2011	02/05/2011
Darlene Felisbino	1906/2011	15/03/2011
Viviane Bonamigo	1840/2011	03/04/2011

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 04 de março de 2011; 141o ano de Fundação; 76o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Aviso de prorrogação de data de abertura licitação 13-2011 Manutenção da frota

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SAMAE TIMBÓ

**EDITAL DE PREGÃO Nº. 000013/2011
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL**

O MUNICÍPIO DE TIMBÓ, leva ao conhecimento dos interessados que o Edital de Pregão Presencial nº. 00003/2011, do tipo menor preço, por itens, que trata da contratação de serviços de manutenção da frota teve sua data de entrega dos envelopes e abertura das propostas e etapa de lances prorrogada para dia 07/04/2011 às 09:00.

Permanecem inalteradas as demais condições do Edital.

WALDIR GIRARDI
Presidente do SAMAE

Aviso Licitação 18-2011 UNIFORMES

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE PREGÃO Nº 000018/2011

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES E CALÇADOS DE SEGURANÇA DESTINADOS A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SECRETARIA DE OBRAS. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 09:00 horas do dia 11 de abril de 2011. ABERTURA: dia 11/04/2011 às 09:15 horas. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Depto de Compras sito à Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br

Timbo (SC), 24/02/2011.
LAÉRCIO D. SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

Extrato Ata Registro de Preço 03 2011 Odonto

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Pregão 03/2011

Órgão Gestor: Departamento de Compras e Licitações / Município de Timbó/SC

Objeto: Aquisição de Material Odontológico para ser utilizado nas diversas Unidades de Saúde do Cemur.

Empresa fornecedora: Silmes Comércio de Produtos Odontológicos Ltda ME; Olimed Material Hospitalar Ltda; Dental Med Sul Artigos Odontológicos Ltda; Produvale Produtos Hospitalares Ltda; Otriala Comércio Atacadista de Produtos Médicos Hospitalares Ltda; Trade Medical Comércio de Materiais Hospitalares Ltda.

Valor Total Estimado: R\$ 62.115,60 (sessenta e dois mil, cento e quinze reais e sessenta centavos)

Modalidade: Pregão Presencial

Validade da Ata: Até 31/12/2011

Órgãos Participantes: Secretaria de Saúde

A íntegra da Ata está disponível no site: www.timbo.sc.gov.br/licitações

Timbó, 22 de março de 2011
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

Extrato contrato 2011_61

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2011/ 61

CONTRATANTE: Município de Timbó

CONTRATADO: ERH Marmoraria e Funerária Ltda ME

OBJETO: fornecimento de carneiras (gavetas de concreto) e tampas de concreto destinadas ao Cemitério Jardim da Paz e Cemitério Central. VALOR TOTAL: R\$ 46.112,50 (quarenta e seis mil reais, cento e doze reais e cinquenta centavos). PRAZO: março até dezembro 2011.

Timbó, 21 de março de 2011.
LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

Extrato da Ata de Registro de Preço 21-2011 Tubos de concreto

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Pregão 21/2011

Órgão Gestor: Departamento de Compras e Licitações / Município de Timbó/SC

Objeto: Registro de Preço para aquisição de tubos de concreto de diversas bitolas, destinados ao almoxarifado/Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.

Empresa fornecedora: Dragão Indústria e Comércio Ltda; Concreto Artefatos de Cimento Ltda; Comercial e Industrial Dante Zonta Ltda ME; Premocon Artefatos de Concreto Ltda.

Valor Total Estimado: R\$ 169.878,00 (cento e sessenta e nove mil, oitocentos e setenta e oito reais).

Modalidade: Pregão Presencial

Validade da Ata: Até 31/12/2011

Órgãos Participantes: Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

A íntegra da Ata está disponível no site: www.timbo.sc.gov.br/licitações

Timbó, 23 de março de 2011
LAÉRCIO SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

Primeiro Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços 120-2010 Combustíveis

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE FLS. 92/96 - EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 120/2010.

CONTRATANTE: PREFEITURA DE TIMBO

CONTRATADO: Posto Alexandre Ltda.

Objeto: Fornecimento de gasolina

Valor: Fica alterado o valor por litro para R\$ 2,42

Vigência: Até 31/12/2011.

LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

Três Barras

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC.

"MODALIDADE: PREGÃO - TIPO PRESENCIAL".

Procedimento Licitatório nº. 44/2.011 - Edital nº. 26/2.011.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94,

recebera ate as 09 h e 00 min. do dia 06 de abril de 2.011, Propostas para "LOCAÇÃO DE DOIS VEICULOS", de acordo com as especificações contidas no edital.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 06 de abril de 2.011.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616, Centro - Fone / Fax: 47 3623-0121 ou 9151-8357 - Três Barras - SC.

Três Barras - SC, 21 de março de 2.011.

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal.

NILTON AVANIR HURMUS

Pregoeiro.

Tunápolis

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto N.º 1375/2011 de 24 de março de 2011.

DECRETO N.º 1375/2011 de 24 de março de 2011.

Reajusta os valores do Auxílio Funeral previsto pela Lei nº 735/2005 e contém outras providências.

O Prefeito Municipal DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Legislação vigente e:

Considerando que a Lei nº 735/2005 de 23 de março de 2005, que Dispõe sobre o auxílio funeral e contém outras providências, nunca teve seus valores reajustados conforme previsto no parágrafo 2º do artigo 2º da própria Lei;

Considerando que no período de abril março de 2008 a fevereiro de 2011, houve inflação de 20,35% (vinte vírgula trinta e cinco por cento), de acordo com índices do IGPM acumulados no período;

DECRETA:

Art. 1º Os valores do auxílio funeral estabelecidos pela Lei nº 735/2005 passam a vigorar pelo valor de R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais).

Art. 2º As despesas decorrentes da execução deste ato correrão à conta dos créditos orçamentários vigentes.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, em 24 de março de 2011.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Este Ato foi publicado
na presente data.

JACKSON SCHERER

Secretário de Adm. Finanças e Planejamento.

Videira

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 9.654/11

DECRETO N.º 9.654/11, DE 16 DE MARÇO DE 2011.

Aprova Desmembramento e remembramento de Áreas que especifica e, dá outras providências.

WILMAR CARELLI, Prefeito Municipal de Videira, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XXIV da Lei Orgânica do Município e de conformidade com as disposições legais vigentes,

Considerando o que consta do Processo Administrativo nº 273/2011, tendo por objeto pedido de desmembramento e remembramento de áreas, formulado por Volnei Granetto e esposa e Mauro Feltrin e esposa.

Considerando que o pedido dos requerentes, segundo informa o referido processo administrativo, preenche as exigências legais,

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de 01 (uma) área distinta, sendo a área nº 01 com 165,70 m² (cento e sessenta e cinco metros e setenta décimos quadrados), de propriedade de Volnei Granetto e esposa, constante da matrícula nº 26.895 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira e remanescente na referida matrícula a área de 1.771,54 m² (um mil, setecentos e setenta e um metros e cinquenta e quatro décimos quadrados), conforme mapa e memorial descritivo constante do Processo Administrativo nº 273/2011.

Art. 2º Fica aprovado o remembramento de 01 (uma) área com 165,70 m² (cento e sessenta e cinco metros e setenta décimos quadrados), desmembrada no artigo 1º deste decreto, à propriedade do Sr. Mauro Feltrin e esposa, constante da matrícula nº 26.454 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira, totalizando a área de 1.765,70 m² (um mil, setecentos e sessenta e cinco metros e setenta décimos quadrados).

Art. 3º A presente aprovação tem a validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 16 de março de 2011.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 16 dias do mês de março de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 9.655/11

DECRETO Nº 9.655/11, DE 17 DE MARÇO DE 2011.

Declara de Utilidade Pública, para fins de Desapropriação Amigável ou Judicial, Área de Terras que especifica.

WILMAR CARELLI, Prefeito Municipal de Videira, Estado de Santa

Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento nos art. 5º e 6º do Decreto-Lei 3.365/41,

DECRETA

Art. 1º Fica decretado de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável ou judicial, de conformidade com o artigo 5º, "i", do Decreto-Lei nº 3.365/41, o seguinte imóvel, de propriedade de Flávio Antonio Panho e Dirce Panho ou de quem de direito:

"Um terreno rural, sem benfeitorias, com a área de 121.000,00 m² (cento e vinte e um mil metros quadrados), situado em Campina Bela, 1º Subdistrito de Videira, matriculado no Cartório de Registro Imobiliário da Comarca de Videira sob o nº 15.736, com as seguintes confrontações: ao Norte: em linha curva com 30,89 metros, mais 29,15 metros, mais 22,16 metros, mais 26,57 metros, mais 27,30 metros, mais 79,81, mais 17,60 metros com Nivaldo Guzzi; ao Nordeste: com 233,70 metros no terreno de Sergio Guzzi; ao Sudeste 323,70 metros no terreno de Camilo Guzzi, mais uma linha com 129,50 metros no terreno de Edegar Peruzzo; ao Noroeste, com 332,51 metros com terreno de Flávio Bolzani, e ao Sudoeste: com 139,92 metros no terreno de Edegar Peruzzo e mais 179,88 metros no terreno de Vilmar Ariotti.

Art. 2º O imóvel, de que trata o art. 1º deste Decreto, destina-se as instalações de um Loteamento Industrial.

Art. 3º As despesas com a desapropriação correrão à conta de dotação específica do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 17 de março de 2011.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias de março de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

PR 65/2011 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 65/2011 - PMV

REGISTRO DE PREÇO

O Prefeito Municipal torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 65/2011. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE PNEUS PARA OS VEÍCULOS DAS SECRETARIAS DE PLANEJAMENTO, TURISMO E CULTURA, FINANÇAS, ADMINISTRAÇÃO, INFRAESTRUTURA, AGRICULTURA, EDUCAÇÃO, GABINETE DO PREFEITO, POLÍCIA MILITAR, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 14:00 horas do dia 18 de Abril de 2011, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 14:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 23 de Março de 2011.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal



Publicação Prévia de Processo Licitatório

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

PUBLICAÇÃO PRÉVIA DO PROCESSO LICITATÓRIO

O MUNICÍPIO DE VIDEIRA/SC, de conformidade com o Artigo 5º da Lei Federal Nº 8.987/95, torna público para conhecimento dos interessados, que em breve estará realizando procedimento licitatório para outorgar a concessão dos Serviços Públicos de Transporte Coletivo de Passageiros da Cidade de Videira - SC.

Justifica-se a realização deste procedimento licitatório pelo que reza o inciso V do Artigo 30 da Constituição Federal, o qual determina ser competência do Município "organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial"; pelo que dispõe o art. 2º. da Lei Municipal nº 631, de 22 de Setembro de 1999, acerca da contratação de empresa concessionária de serviços públicos de transporte coletivo de interesse local; pela necessidade de se efetivar nova concessão para o Transporte Coletivo do Município de Videira; por esta Prefeitura não dispor de estrutura operacional, pessoal especializado e a tecnologia necessária para prestar, diretamente, o serviço público de transporte coletivo de passageiros, com a qualidade que têm direito os usuários do serviço de transporte coletivo; e, por fim, pela tendência nacional de terceirização dos serviços de transporte coletivo para empresas especializadas, como forma de economia e melhoria contínua da qualidade.

A área desta concessão será o Município de Videira - SC, abrangendo a zonas urbana e extensão urbana, e o prazo do contrato de concessão será 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado por igual período, em conformidade com o art. 3º da Lei Municipal 1945/2007.

Videira, 23 de Março de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato n. 0080/2011

Extrato do Contrato n. 0080/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JUCÉLIA FABRICIO DONATTI

CPF: 749.011.209-00

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A ELIANA MARIA NAWROSKI

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2011 a 22 de fevereiro de 2011

FUNÇÃO: Auxiliar de Serviços Gerais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 574,60 (Quinhentos e setenta e quatro reais e sessenta centavos)

Extrato do Contrato n. 0103/2011

Extrato do Contrato n. 0103/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: PATRICIA FERNANDES FRANÇA

CPF: 044.053.639-19

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA EXONERADA VALÉRIA WEISS SOMARIVA

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2011 a 29 de julho de 2011

FUNÇÃO: Auxiliar de Serviços Gerais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 574,60 (Quinhentos e setenta e quatro reais e sessenta centavos)

Extrato do Contrato n. 0109/2011

Extrato do Contrato n. 0109/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: IVANILDE ALVES DE GOIS DALLARIVA

CPF: 490.440.959-00

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A TELMA CLAUDETE DA MOTTA

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2011 a 03 de abril de 2011

FUNÇÃO: Auxiliar de Serviços Gerais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 574,60 (Quinhentos e setenta e quatro reais e sessenta centavos)

Extrato do Contrato n. 0123/2011

Extrato do Contrato n. 0123/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JOSIANE DE SOUZA BORGES

CPF: 069.478.696-08

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A LUCIA ANTUNES FERREIRA

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2011 a 29 de julho de 2011

FUNÇÃO: Auxiliar de Serviços Gerais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 574,60 (Quinhentos e setenta e quatro reais e sessenta centavos)

Extrato do Contrato n. 0130/2011

Extrato do Contrato n. 0130/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARILIA TREVISAN

CPF: 078.033.909-60

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A MARIA MARGARIDA RAMBO

VIGÊNCIA: de 07 de fevereiro de 2011 a 01 de abril de 2011

FUNÇÃO: Auxiliar de Serviços Gerais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 574,60 (Quinhentos e setenta e quatro reais e sessenta centavos)

Extrato do Contrato n. 0133/2011

Extrato do Contrato n. 0133/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: LAIDE MOREIRA

CPF: 762.983.889-15

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A NADIR BRUNS

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2011 a 06 de março de 2011

FUNÇÃO: Auxiliar de Serviços Gerais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 574,60 (Quinhentos e setenta e quatro reais e sessenta centavos)

Extrato do Contrato n. 0136/2011

Extrato do Contrato n. 0136/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ANA PAULA RODRIGUES

CPF: 063.815.229-17
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2011 a 29 de julho de 2011
FUNÇÃO: Auxiliar de Serviços Gerais
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 574,60 (Quinhentos e setenta e quatro reais e sessenta centavos)

Extrato do Contrato n. 0137/2011

Extrato do Contrato n. 0137/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MIRIAN LUIZA PELLIN BERTUOL
CPF: 008.623.349-18
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2011 a 29 de julho de 2011
FUNÇÃO: Auxiliar de Serviços Gerais
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 574,60 (Quinhentos e setenta e quatro reais e sessenta centavos)

Extrato do Contrato n. 0138/2011

Extrato do Contrato n. 0138/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MIRIA APARECIDA GUZI
CPF: 081.526.149-71
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2011 a 29 de julho de 2011
FUNÇÃO: Auxiliar de Serviços Gerais
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 574,60 (Quinhentos e setenta e quatro reais e sessenta centavos)

Extrato do Contrato n. 0139/2011

Extrato do Contrato n. 0139/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: JAQUELINE APARECIDA MEDEIROS THIBES RIS-SARDI
CPF: 062.259.229-70
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2011 a 29 de julho de 2011
FUNÇÃO: Auxiliar de Serviços Gerais
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 574,60 (Quinhentos e setenta e quatro reais e sessenta centavos)

Extrato do Contrato n. 0141/2011

Extrato do Contrato n. 0141/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: CARINE TEREZINHA ROSA
CPF: 056.716.289-38
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2011 a 29 de julho de 2011
FUNÇÃO: Auxiliar de Serviços Gerais
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 574,60 (Quinhentos e setenta e quatro reais e sessenta centavos)

Extrato do Contrato n. 0145/2011

Extrato do Contrato n. 0145/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: LUCIANA DALVES BEVILAQUA
CPF: 005.457.769-10
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SONIA RITA GHELLER
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2011 a 29 de julho de 2011
FUNÇÃO: Auxiliar de Serviços Gerais
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 574,60 (Quinhentos e setenta e quatro reais e sessenta centavos)

Extrato do Contrato n. 0147/2011

Extrato do Contrato n. 0147/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: LEONIDA WUERZIUS PETRY
CPF: 057.865.539-06
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2011 a 29 de julho de 2011
FUNÇÃO: Auxiliar de Serviços Gerais
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 574,60 (Quinhentos e setenta e quatro reais e sessenta centavos)

Extrato do Contrato n. 0149/2011

Extrato do Contrato n. 0149/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: NORANEI CARMEM LOOF
CPF: 516.338.929-72
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2011 a 29 de julho de 2011
FUNÇÃO: Auxiliar de Serviços Gerais
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 574,60 (Quinhentos e setenta e quatro reais e sessenta centavos)

Extrato do Contrato n. 0152/2011

Extrato do Contrato n. 0152/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: TATIANA APARECIDA MORAES GONÇALVES
CPF: 036.265.159-07
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SIRLEY TEREZINHA HAAS
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2011 a 23 de dezembro de 2011
FUNÇÃO: Auxiliar de Serviços Gerais
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 574,60 (Quinhentos e setenta e quatro reais e sessenta centavos)

Extrato do Contrato n. 0156/2011

Extrato do Contrato n. 0156/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: CASSANDRA SOARES BALESTIERI
CPF: 005.658.049-52
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A LORENI DE OLIVEIRA DIAS SILVA
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2011 a 23 de dezembro de 2011
FUNÇÃO: Auxiliar de Serviços Gerais
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 574,60 (Quinhentos e setenta e quatro reais e sessenta centavos)

Extrato do Contrato n. 0178/2011

Extrato do Contrato n. 0178/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: LORINÊS TEREZINHA REOLON
CPF: 025.510.349-22
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2011 a 16 de dezembro de 2011
FUNÇÃO: Auxiliar de Serviços Gerais
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 574,60 (Quinhentos e setenta e quatro reais e sessenta centavos)

Extrato do Contrato n. 0193/2011

Extrato do Contrato n. 0193/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: CLARISSE DE OLIVEIRA
CPF: 918.668.479-53
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A BERNARDETE TOMASI PADILHA
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2011 a 10 de março de 2011
FUNÇÃO: Professora de Educação Infantil
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 1.358,19 (Um mil, trezentos e cinquenta e oito reais e dezenove centavos)

Extrato do Contrato n. 0198/2011

Extrato do Contrato n. 0198/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: LILIAN DENIZE BOGONI
CPF: 004.912.809-47
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A ROSANE LIKOSKI GUBIANI
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2011 a 07 de abril de 2011
FUNÇÃO: Professora de Educação Infantil
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 1.358,19 (Um mil, trezentos e cinquenta e oito reais e dezenove centavos)

Extrato do Contrato n. 0202/2011

Extrato do Contrato n. 0202/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: JANILDETE LEITE DOS SANTOS

CPF: 662.558.725-72

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SANDRA BASTOS LERNIESKY

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2011 a 03 de junho de 2011

FUNÇÃO: Professora de Educação Infantil

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.358,19 (Um mil, trezentos e cinquenta e oito reais e dezenove centavos)

Extrato do Contrato n. 0212/2011

Extrato do Contrato n. 0212/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: GIOVANA ALVES DE BARROS MEIRA DOS SANTOS
CPF: 005.354.549-60
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A TANIA REGINA CESCO
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2011 a 23 de dezembro de 2011
FUNÇÃO: Professora de Educação Infantil
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 1.358,19 (Um mil, trezentos e cinquenta e oito reais e dezenove centavos)

Extrato do Contrato n. 0213/2011

Extrato do Contrato n. 0213/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: IVANIZE COMERLATO GREGOLON
CPF: 944.560.629-91
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A ELIANE BALDO FANTINEL
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2011 a 23 de dezembro de 2011
FUNÇÃO: Professora de Educação Infantil
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 1.358,19 (Um mil, trezentos e cinquenta e oito reais e dezenove centavos)

Extrato do Contrato n. 0214/2011

Extrato do Contrato n. 0214/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: CLAUDIA JULIANA MORALES MEMBRIVE
CPF: 017.744.979-99
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A IVONETE APARECIDA LUZZI ZENERE
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2011 a 23 de dezembro de 2011
FUNÇÃO: Professora de Educação Infantil
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 1.358,19 (Um mil, trezentos e cinquenta e oito reais e dezenove centavos)

Extrato do Contrato n. 0215/2011

Extrato do Contrato n. 0215/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MARLISE GORETE PASQUALI CAMARGO
CPF: 019.047.779-28
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A ROSEMERI RIBEIRO FRARÃO
VIGÊNCIA: de 07 de fevereiro de 2011 a 23 de dezembro de 2011
FUNÇÃO: Auxiliar de Serviços Gerais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 574,60 (Quinhentos e setenta e quatro reais e sessenta centavos)

Extrato do Contrato n. 0223/2011

Extrato do Contrato n. 0223/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: DIENIFER PONTES
CPF: 069.746.139-46
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A ODILA MARIA ZAGO
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2011 a 31 de março de 2011
FUNÇÃO: Auxiliar de Serviços Gerais
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 574,60 (Quinhentos e setenta e quatro reais e sessenta centavos)

Extrato do Contrato n. 0230/2011

Extrato do Contrato n. 0230/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MAYARA MARIA ARIOTTI
CPF: 058.917.329-47
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 07 de fevereiro de 2011 a 16 de dezembro de 2011
FUNÇÃO: Professora de Ensino Fundamental Séries Iniciais
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 1.358,19 (Um mil, trezentos e cinquenta e oito reais e dezenove centavos)

Extrato do Contrato n. 0236/2011

Extrato do Contrato n. 0236/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: SIBELE SANTIN
CPF: 008.763.479-10
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 07 de fevereiro de 2011 a 16 de dezembro de 2011
FUNÇÃO: Professora de Educação Física Ensino Infantil e Fundamental
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 1.358,19 (Um mil, trezentos e cinquenta e oito reais e dezenove centavos)

Extrato do Contrato n. 0265/2011

Extrato do Contrato n. 0265/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MARIA LUIZA DELUQUE DE OLIVEIRA
CPF: 629.340.909-49
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 07 de fevereiro de 2011 a 16 de dezembro de 2011
FUNÇÃO: Professora de Ensino Fundamental Séries Finais
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 679,10 (Seiscentos e setenta e nove reais e dez centavos)

Extrato do Contrato n. 0267/2011

Extrato do Contrato n. 0267/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: NILVE LUCIA FANTIN GOTTSSELIG
CPF: 015.226.769-70
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 07 de fevereiro de 2011 a 16 de dezembro de 2011
FUNÇÃO: Professora de Ensino Fundamental Séries Finais
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 15 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 509,32 (Quinhentos e nove reais e trinta e dois centavos)

Extrato do Contrato n. 0276/2011

Extrato do Contrato n. 0276/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: ADALBERTO BAILL DE ANDRADE SEGUNDO
CPF: 848.899.859-72
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A LUIZ EDUARDO BONDAN
VIGÊNCIA: de 07 de fevereiro de 2011 a 16 de dezembro de 2011
FUNÇÃO: Professor de Educação Física Ensino Infantil e Fundamental
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 679,10 (Seiscentos e setenta e nove reais e dez centavos)

Extrato do Contrato n. 0280/2011

Extrato do Contrato n. 0280/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ADELIA ALVES DA CRUZ
CPF: 041.456.679-30
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 07 de fevereiro de 2011 a 16 de dezembro de 2011
FUNÇÃO: Professor de Educação Infantil
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 1.358,19 (Um mil, trezentos e cinquenta e oito reais e dezenove centavos)

Extrato do Contrato n. 0281/2011

Extrato do Contrato n. 0281/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: TATIANE OGLIARI
CPF: 054.886.939-12
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 07 de fevereiro de 2011 a 16 de dezembro de 2011
FUNÇÃO: Professora de Educação Infantil
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 1.358,19 (Um mil, trezentos e cinquenta e oito reais e dezenove centavos)

Extrato do Contrato n. 0284/2011

Extrato do Contrato n. 0284/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: DANIELE WEIGERT
CPF: 052.639.939-27
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 07 de fevereiro de 2011 a 16 de dezembro de 2011
FUNÇÃO: Professora de Ensino Fundamental Séries Finais
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 679,10 (Seiscentos e setenta e nove reais e dez centavos)

Extrato do Contrato n. 0289/2011

Extrato do Contrato n. 0289/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: FERNANDA DE OLIVEIRA
CPF: 004.887.849-99
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A PATRICIA GONÇALVES DIAS
VIGÊNCIA: de 10 de fevereiro de 2011 a 29 de julho de 2011
FUNÇÃO: Auxiliar de Serviços Gerais
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 574,60 (Quinhentos e setenta e quatro reais e sessenta centavos)

Extrato do Contrato n. 0294/2011

Extrato do Contrato n. 0294/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: VERANI FIORELLI
CPF: 540.562.339-34
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A TEREZINHA CORREIA PINHEIRO
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2011 a 29 de julho de 2011
FUNÇÃO: Auxiliar de Serviços Gerais
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 574,60 (Quinhentos e setenta e quatro reais e sessenta centavos)

Extrato do Contrato n. 0337/2011

Extrato do Contrato n. 0337/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ANA MARIA SETTI
CPF: 035.658.549-28
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A LUZIA DA SOLER DI DOMENICO
VIGÊNCIA: de 21 de fevereiro de 2011 a 16 de dezembro de 2011
FUNÇÃO: Professora de Ensino Fundamental Séries Iniciais
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 1.358,19 (Um mil, trezentos e cinquenta e oito reais e dezenove centavos)

Extrato do Contrato n. 0338/2011

Extrato do Contrato n. 0338/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ANDRÉIA GEMELLI SIMIONI
CPF: 005.342.899-40
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 21 de fevereiro de 2011 a 16 de dezembro de 2011
FUNÇÃO: Professora de Ensino Fundamental Séries Iniciais
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 1.358,19 (Um mil, trezentos e cinquenta e oito reais e dezenove centavos)

Extrato do Contrato n. 0343/2011

Extrato do Contrato n. 0343/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: EDSON DE SOUZA
CPF: 778.462.141-87
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A GERALDO LICKS
VIGÊNCIA: de 21 de fevereiro de 2011 a 04 de maio de 2011
FUNÇÃO: Professor de Educação Física Ensino Infantil e Fundamental
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 679,10 (Seiscentos e setenta e nove reais e dez centavos)

Anexo IV Gastos com Saúde**DECRETO 8.766/07****ANEXO IV****CONTROLE DE GASTOS COM SAÚDE - MÊS DE FEVEREIRO DE 2011**

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE	
1.BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	ARRECADAÇÃO ATÉ O MÊS
RECEITAS PRODUTOS DE IMPOSTOS - ESPECIFICAÇÃO	
1.1 - IPTU	7.534,18
1.2 - ITBI	170.559,35
1.3 - ISS	852.606,37
1.4 - IRRF	138.406,48
1.5 - FPM	3.005.223,59
1.6 - ITR	463,90
1.7 - COTA PARTE ICMS EXPORTAÇÃO	32.700,94
1.8 - ICMS	5.312.925,55
1.9 - IPVA	527.254,58
1.10 - IPI EXPORTAÇÃO	122.386,67
1.11 - RECEITA DE DÍVIDA ATIVA DE IMPOSTOS	51.520,16
1.12 - MULTAS E JUROS DE IMPOSTOS	40.829,18
1.13 - RECEITA PRODUTO DE IMPOSTOS	10.262.410,95

2. ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE	ACUMULADO ATÉ O MÊS
2.1 - 15% DAS RECEITAS DE PRODUTOS DE IMPOSTOS (15% DE 1.13)	1.539.361,64
2.2 - RECURSOS PAB	141.681,00
2.3 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS - PAB	5.038,70
2.4 - SUPERÁVIT FINANCEIRO DO PAB	308.776,27
2.5 - CONVÊNIOS VINCULADOS A SAÚDE	308.401,93
2.6 SUPERÁVIT FINANCEIRO DE CONVÊNIOS VINCULADOS A SAÚDE	1.669.634,67
TOTAL	3.972.894,21

3. APLICAÇÃO	EXIGÊNCIA LEGAL	LIQUIDADADA	DIFERENÇA
3.1 - Ações básicas de Saúde - Próprios	1.539.361,64	1.113.073,17	-426.288,47
3.2 - Ações básicas de Saúde - PAB/Convênios (2.2+2.5)	2.433.532,57	272.457,47	-2.161.075,10
TOTAL	3.972.894,21	1.385.530,64	-2.587.363,57

Fonte:Departamento de Contabilidade

Videira, 23 de março de 2011.

Juliane M.C.Wartha
Contadora CRC-SC 024015/O-6

Sandro Antonio Caregnato
Secretário Mun. de Saúde e Ação Social

Wilmar Carelli
Prefeito Municipal

Consórcios

CIDEMA

Pregão Eletrônico Nº: 03/2011

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 03/2011

Tipo: Menor Preço/Por Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I DO EDITAL.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/02, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores e demais legislações aplicáveis.

Recebimento das Propostas: das 09:00h do dia 28/03/2011, às 09:30h do dia 06/04/2011.

Início da Sessão Pública do Pregão: às 10:00h do dia 06/04/2011, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília - DF.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do provedor do pregão eletrônico - Cidade Compras - www.cidadecompras.com.br.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas da seguinte maneira:

Telefone: (49) 3319-3232

E-mail: paulo@amosc.org.br

Endereço: Avenida Getúlio Vargas, 571-S, Centro, Chapecó - SC.

CHAPECÓ, 25 de março de 2011

Paulo Utzig

Pregoeiro CIDEMA

Jorge Antonio Comunelo

Presidente do CIDEMA

CIMVI

Resolução Nº 052, de 23 de março de 2011

RESOLUÇÃO Nº 052, DE 23 DE MARÇO DE 2011.

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do exercício anterior, no valor de R\$12.000,00.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto Social, com base na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2011, no valor de R\$12.000,00 (doze mil reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º desta Resolução, conforme segue:

Manutenção da Gestão de Turismo

44900000000000 - Aplicações Diretas R\$12.000,00

Total R\$12.000,00

Art. 2º - O Crédito Suplementar que trata o artigo anterior corre à

conta do Superávit Financeiros do exercício anterior.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Timbó, 23 de março de 2011.

LAURINO DALKE

Presidente

CIS/AMREC

Protocolo de Intenções

PROTOCOLO DE INTENÇÕES

Os municípios listados no Anexo I, por meio de seus respectivos Chefes do Poder Executivo, reunidos no auditório da Associação dos Municípios da Região Carbonífera (AMREC), na cidade de Criciúma, em 18 de novembro de 2010, resolvem formalizar este Protocolo de Intenções com o objetivo de constituir consórcio público de saúde, com personalidade jurídica de direito público, sob a forma de associação pública, no intuito de otimizar os recursos públicos disponíveis e reforçar o papel do município na consecução do direito fundamental de todos os cidadãos a receberem atendimento de saúde digno e eficaz.

PREÂMBULO

Considerando o planejamento realizado para o ano de 2010 pelo Colegiado de Gestão Regional da Saúde (CGR), baseado nas necessidades prementes dos onze municípios que compõem a região carbonífera;

Considerando a constituição de uma comissão para atuar na busca de soluções para as dificuldades encontradas na gestão da saúde, em especial a contratação de profissionais para a realização de consultas especializadas, o alto custo para realização de exames de imagem de média e alta complexidade, a logística e gestão de compras de medicamentos, dentre outros;

Considerando a constante busca de informações, dados, conhecimentos, subsídios, experiências pelos membros do CGR, através de: exposição de uma equipe técnica do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região de Araranguá (CISAMESC), realizada em março de 2010; exposição de uma equipe técnica do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região de Tubarão (CISAMUREL), realizada em abril de 2010; palestra com o Gerente Estadual de Contratualização da Secretaria de Estado da Saúde (SES/SC), realizada em maio de 2010; participação em oficina sobre consórcios públicos de saúde, durante o XXVI Congresso Nacional de Secretários de Saúde, realizado em maio de 2010 na cidade de Gramado/RS; visita ao Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região de Joinville (CISAMUNESC) e a quatro municípios consorciados (Joinville, Balneário Barra do Sul, São Bento do Sul e Araquari), ocorridas em junho de 2010; participação no Congresso Nacional sobre Consórcio Público de Saúde em Belo Horizonte, em junho/julho de 2010; e realização de um Workshop sobre Consórcio Municipal de Saúde no auditório da AMREC, em julho de 2010.

Os Chefes do Poder Executivo dos municípios da região da AMREC aprovaram a instituição de comissão para analisar e propor a criação de um consórcio público de saúde na região AMREC, cuja constituição jurídica é apresentada a seguir.

TÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, CONSTITUIÇÃO, SEDE, ÁREA DE ATUAÇÃO, DURAÇÃO E FINALIDADE

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO E CONSTITUIÇÃO

Art. 1º O Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMREC (CISAMREC) constitui-se sob a forma de associação pública de direito

público, integrando a administração indireta de todos os entes consorciados, devendo reger-se pelas normas da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Federal nº 11.107/05, Decreto Federal nº 6.017/07, da Lei Federal nº 8.080/90 (Lei Orgânica da Saúde), da Lei Federal nº 8.142/90 e demais normas pertinentes, pelo presente Protocolo de Intenções e pela regulamentação que vier a ser adotada pelos seus órgãos competentes. Parágrafo Único. O CISAMREC adquirirá personalidade jurídica mediante a vigência das leis de ratificação de no mínimo três municípios subscritores do Protocolo de Intenções.

Art. 2º O CISAMREC é constituído pelos municípios subscritores deste Protocolo de Intenções, nos termos do Anexo I.

§ 1º Somente será considerado consorciado o Município subscritor do Protocolo de Intenções que o ratificar por meio de lei no prazo de dois anos, contados a partir da data de publicação do Protocolo de Intenções.

§ 2º A ratificação realizada após dois anos da subscrição somente será válida após homologação da Assembleia Geral do consórcio.

§ 3º É vedada a ratificação com reserva que implique em consorciamento parcial do ente.

§ 4º O consorciamento de município designado como possível integrante do consórcio, nos termos do Anexo II, dar-se-á mediante lei municipal que autorize seu ingresso no consórcio e posterior homologação da Assembleia Geral.

§ 5º A representação do Município no CISAMREC dar-se-á pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

CAPÍTULO II

DA SEDE, ÁREA DE ATUAÇÃO E DURAÇÃO

Art. 3º O CISAMREC terá sede na Avenida Santos Dumont, nº 855, Bairro Milanese, na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo Único. A Assembleia Geral poderá deliberar pela mudança da sede, desde que venha a se estabelecer dentro da área de atuação do consórcio

Art. 4º A área de atuação do consórcio será formada pelos territórios dos municípios que o integram, constituindo-se numa unidade territorial sem limites intermunicipais para as finalidades a que se propõe.

Art. 5º O CISAMREC terá duração indeterminada.

CAPÍTULO III

DAS FINALIDADES

Art. 6º São finalidades do CISAMREC:

I - representar o conjunto dos municípios que o integram, em assuntos de saúde de interesse comum, perante outras esferas de governo e quaisquer entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais;

II - assegurar a prestação de serviços de saúde em caráter complementar e complementar aos cidadãos dos municípios consorciados, em conformidade com as diretrizes do SUS, de maneira eficiente e eficaz.

III - fomentar o estabelecimento de novas especialidades de saúde nos municípios consorciados e a manutenção das existentes;

IV - estimular a integração das diversas instituições públicas e privadas para melhor operacionalização das atividades de saúde;

V - criar instrumentos de controle, acompanhamento e avaliação dos serviços de saúde prestados à população;

VI - planejar, adotar e executar programas e medidas destinados à promoção da saúde dos habitantes dos municípios consorciados, em especial apoiar serviços e campanhas do Ministério da Saúde e Secretaria de Estado da Saúde;

VII - desenvolver e executar serviços e atividades de interesse dos municípios consorciados de acordo com os projetos e programas de trabalho aprovados pelo CISAMREC;

VIII - realizar ações conjuntas de vigilância em saúde, em especial a vigilância sanitária, epidemiológica, ambiental e saúde do trabalhador;

IX - elaborar estudos acerca as condições epidemiológicas da

região, oferecendo alternativas de ações conjuntas e de monitoramento;

X - realizar compras compartilhadas de materiais, medicamentos e outros insumos da área da saúde;

XI - incentivar e apoiar a estruturação dos serviços básicos de saúde nos municípios consorciados, objetivando a uniformidade de atendimento médico e a utilização adequada dos serviços oferecidos por meio do consórcio;

XII - prestar assessoria na implantação de programas e medidas destinadas à promoção da saúde da população dos municípios consorciados;

XIII - estabelecer relações de parceria com outros consórcios públicos de saúde que, por sua localização no âmbito macro-regional, possibilite o desenvolvimento de ações conjuntas;

Parágrafo Único. Para cumprir as suas finalidades o CISAMREC poderá:

I - adquirir ou receber em doação ou cessão de uso bens e direitos relevantes ao exercício de suas atribuições;

II - firmar convênios, contratos, acordos, e receber doações, auxílios, contribuições e subvenções de outras entidades e órgãos governamentais ou da iniciativa privada;

III - prestar a seus consorciados os serviços previstos neste artigo, em especial as consultas médicas, exames laboratoriais e diagnósticos por imagem, bem como o transporte de pacientes, de maneira direta ou mediante terceirização;

IV - realizar licitações em nome dos municípios consorciados das quais decorrerão contratos firmados por cada um deles;

V - efetuar licitação pública para contratação de serviços e bens a serem empregados na prestação de serviços aos municípios consorciados;

VI - contratar e ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes consorciados, dispensada a licitação nos termos do art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93;

VII - prestar serviços a instituições privadas, mediante cobrança de preços públicos, desde que, comprovadamente, a prestação de tais serviços não afete a execução das atividades precípuas do consórcio.

TÍTULO II

DA GESTÃO ASSOCIADA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

CAPÍTULO I

DA GESTÃO ASSOCIADA

Art. 7º Os entes consorciados autorizam a gestão associada de serviços públicos de saúde, podendo delegar parcial ou integralmente a prestação de serviços de saúde prevista no artigo 6º, nos termos do Contrato de Programa.

TÍTULO III

DOS CONTRATOS DE PROGRAMA, DE RATEIO E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CAPÍTULO I

DO CONTRATO DE PROGRAMA

Art. 8º Os contratos de programa, tendo por objeto a totalidade ou parcela dos objetivos dispostos no artigo 6º, serão firmados por cada ente consorciado com o consórcio.

§ 1º O contrato de programa deverá:

I - atender à legislação de concessões e permissões de serviços públicos;

II - promover procedimentos que garantam a transparência da gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares;

III - regular as condições e limites da gestão associada de serviços públicos de saúde.

2º É vedado incluir no contrato de programa objeto que já tenha sido contratualizado com outro consórcio público de saúde do qual o ente seja consorciado.

CAPÍTULO II DO CONTRATO DE RATEIO

Art. 9º Os contratos de rateio serão firmados por cada ente consorciado com o consórcio, e disciplinarão a transferência de recursos para custear as despesas de manutenção deste.

§ 1º O contrato de rateio será formalizado em cada exercício e o prazo de vigência será o da respectiva dotação orçamentária, exceto os contratos de rateio que tenham por objeto projetos consistentes em programas e ações contemplados em plano plurianual.

§ 2º É vedada a aplicação de recursos entregues por meio de contrato de rateio para o atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito.

§ 3º Os entes consorciados, isolados ou em conjunto, bem como o consórcio, são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio.

§ 4º O rateio das despesas de manutenção do consórcio entre os consorciados será realizado em razão do número de habitantes publicado anualmente pelo IBGE.

§ 5º O saldo financeiro apurado ao final do exercício poderá ser utilizado para abatimento no contrato de rateio do exercício seguinte.

CAPÍTULO III DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Art. 10. O consórcio poderá ser contratado por ente consorciado, ou por entidade que integre a administração indireta deste último, sendo dispensada a licitação nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei nº 11.107/05.

Parágrafo Único. Preferencialmente, deverá ser celebrado contrato de prestação de serviços sempre que o consórcio fornecer bens ou prestar serviços para um determinado ente consorciado, de forma a impedir que sejam eles custeados pelos demais.

TÍTULO IV DA ESTRUTURA E COMPETÊNCIAS

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 11. O consórcio será organizado por Contrato de Consórcio Público, decorrente da ratificação, por lei, deste Protocolo de Intenções.

§ 1º A celebração do Contrato de Consórcio Público dar-se-á na primeira Assembleia Geral, sendo dispensada sua alteração quando do ingresso de novos municípios homologado pela Assembleia Geral.

§ 2º O consórcio regulamentará em Regimento Interno as demais situações não previstas no Contrato de Consórcio Público.

CAPÍTULO II DA ESTRUTURA

Art. 12. O CISAMREC terá a seguinte estrutura:

- I - Assembleia Geral;
- II - Conselho Executivo;
- III - Conselho Fiscal;
- IV - Conselho de Saúde;
- V - Diretoria Executiva.

Seção I Assembleia Geral

Art. 13. A Assembleia Geral, instância máxima do consórcio, é órgão colegiado composto pelos chefes do Poder Executivo de todos os municípios consorciados.

§ 1º Os Vice-Prefeitos poderão participar de todas as reuniões da Assembleia Geral, com direito a voz.

§ 2º Na ausência do Chefe do Poder Executivo, o Vice-Prefeito assumirá a representação na Assembleia Geral, inclusive com direito a voto, facultando-se a representação por agente público municipal, desde que devidamente formalizada.

§ 3º É vedada a representação de mais de um consorciado pelo

mesmo agente público.

§ 4º A Assembleia Geral será presidida pelo representante legal do consórcio, ou pelo Vice-Presidente na sua falta.

Art. 14. A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente duas vezes por ano, para deliberar sobre as normas orçamentárias, prestação de contas, planos de trabalho e eleição de seus conselhos Executivo e Fiscal, e extraordinariamente quando convocado pelo Presidente do consórcio, por um quinto de seus membros ou pelo Conselho Fiscal, para outras finalidades.

§ 1º A Assembleia Geral reunir-se-á:

I - em primeira convocação, presentes a maioria dos entes consorciados;

II - em segunda convocação, quinze minutos após o horário estabelecido para a primeira convocação, com qualquer número de entes consorciados.

§ 2º As convocações serão realizadas por meio de publicação no órgão oficial de publicações do consórcio, com antecedência mínima de cinco dias úteis.

Art. 15. Cada município consorciado terá direito a um voto na Assembleia Geral.

Parágrafo Único. O voto será público e nominal, admitindo-se o voto secreto somente nos casos de julgamento em que se suscite a aplicação de penalidade aos servidores do consórcio ou ao ente consorciado.

Art. 16. Compete à Assembleia Geral:

- I - eleger os membros dos conselhos Executivo e Fiscal;
- II - homologar o ingresso no consórcio de município que tenha ratificado o Protocolo de Intenções após dois anos de sua subscrição;
- III - aprovar as alterações do Contrato de Consórcio Público;
- IV - aplicar penalidades aos entes consorciados;
- V - aprovar o Regimento Interno e suas alterações;
- VI - deliberar sobre a transferência de recursos financeiros a ser definida em contrato de rateio, bem como sobre as cotas de serviços a serem contratadas por cada consorciado;
- VII - aprovar:

a) o orçamento anual do consórcio, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de eventuais contratos de rateio;

b) as diretrizes orçamentárias, política patrimonial e financeira e os programas de investimento do consórcio;

c) o plano de trabalho;

d) o relatório anual de atividades;

e) a prestação de contas, após a análise do Conselho Fiscal

f) a realização de operações de crédito;

g) a mudança da sede.

h) a alienação e a oneração de bens imóveis do consórcio;

VIII - nomear e exonerar o Diretor Executivo do consórcio;

IX - autorizar o provimento dos empregos públicos previstos no anexo III deste protocolo de intenções;

X - contratar serviços de auditoria externa;

XI - aprovar a extinção do consórcio;

XII - homologar a revisão geral anual dos empregados públicos do consórcio;

XIII - aprovar o aumento real da remuneração dos empregados públicos;

XIV - deliberar sobre assuntos gerais do consórcio.

Art. 17. O quorum de deliberação da Assembleia Geral será de:

I - unanimidade de votos de todos os consorciados para as competências dispostas nos incisos III e XI do artigo anterior;

II - maioria simples dos consorciados presentes para as demais deliberações

§ 1º Compete ao Presidente, além do voto normal, o voto de minerva.

§ 2º Havendo consenso entre seus membros, as votações poderão ser efetivadas através de aclamação.

Seção II

Conselho Executivo

Art. 18. O Conselho Executivo é órgão de direção do consórcio,

assim constituído:

I - Presidente;

II - Vice-Presidente;

III - Secretário.

§ 1º Os membros do Conselho Executivo serão escolhidos em Assembleia Geral para o mandato de um ano, podendo seus membros ser reeleitos por mais um período.

§ 2º Nenhum dos membros do Conselho Executivo perceberá remuneração ou quaisquer espécies de verbas indenizatórias.

§ 3º Os membros do Conselho Executivo não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas em nome do consórcio, mas assumirão as responsabilidades pela prática de atos ilegais ou contrários às disposições contidas nos estatutos do consórcio.

§ 4º Poderão concorrer à eleição para o Conselho Executivo apenas os chefes do Poder Executivo dos municípios regulares com as obrigações contratuais.

Art. 19. Compete ao Presidente do consórcio:

I - representar o CISAMREC ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, podendo firmar contratos ou convênios bem como constituir procuradores ad negotia e ad iudicia;

II - presidir a Assembleia Geral e manifestar o voto de minerva;

III - dar posse aos membros do Conselho Fiscal;

IV - celebrar convênios e acordos congêneres;

V - prestar contas ao órgão concessor dos auxílios e subvenções que o consórcio venha a receber;

VI - ordenar as despesas do consórcio e responsabilizar-se por sua prestação de contas;

VII - movimentar em conjunto com o Diretor Executivo as contas bancárias e os recursos do consórcio;

VIII - aceitar a cessão de servidores do ente consorciado ao consórcio;

IX - convocar as reuniões da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal;

X - zelar pelos interesses do consórcio, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Protocolo de Intenções ou pelos estatutos a outro órgão do consórcio.

Parágrafo Único. As competências arroladas neste artigo poderão ser delegadas ao Diretor Executivo.

Seção III

Conselho Fiscal

Art. 20. O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização do consórcio, será composto por três membros, eleitos pela Assembleia Geral, para mandato de um ano, admitida uma reeleição.

§ 1º O mandato dos membros do Conselho Fiscal deve coincidir com o do Conselho Executivo.

§ 2º O Conselho Fiscal será presidido por um dos seus membros, escolhido entre seus pares.

§ 3º Nenhum dos membros do Conselho Fiscal perceberá remuneração ou quaisquer espécies de verbas indenizatórias.

Art. 21. Compete ao Conselho Fiscal:

I - fiscalizar mensalmente a contabilidade do consórcio;

II - acompanhar e fiscalizar sempre que considerar oportuno e conveniente, quaisquer operações econômicas ou financeiras do consórcio e propor à Assembleia Geral a contratação de auditorias;

III - emitir parecer sobre a proposta orçamentária, balanços e relatórios de contas em geral a serem submetidas à Assembleia Geral;

IV - eleger entre seus pares um Presidente.

Art. 22. O Conselho Fiscal poderá convocar os membros do Conselho Executivo e da Diretoria Executiva para prestar esclarecimentos ou tomar providências quando houver indícios de irregularidades na escrituração contábil, nos atos de gestão financeira ou ainda inobservância de normas legais, estatutárias ou regimentais.

Seção V

Conselho De Saúde

Art. 23. O Conselho de Saúde é órgão consultivo, integrado pelos Secretários Municipais de Saúde dos municípios consorciados, cabendo:

I - propor o plano de trabalho e as metas a serem alcançadas pelo

consórcio;

II - sugerir as atividades a serem exercidas pelo consórcio de acordo com as demandas apuradas nos municípios;

III - fomentar a transferência da execução de serviços de saúde da administração direta dos municípios ao consórcio, nos casos em que este prestar tais serviços;

IV - promover a interação entre as atividades de saúde prestadas no âmbito dos municípios e no consórcio.

§ 1º O mandato dos membros do Conselho de Saúde deve coincidir com o do Conselho Executivo.

§ 2º O Conselho de Saúde será presidido por um dos seus membros, escolhido entre seus pares.

§ 3º Nenhum dos membros do Conselho de Saúde perceberá remuneração ou quaisquer espécies de verbas indenizatórias.

Art. 24. O Conselho de Saúde reunir-se-á, preferencialmente, uma vez por mês, para discutir sobre as tarefas de sua competência.

Seção VI

Diretoria Executiva

Art. 25. A Diretoria Executiva é o órgão executivo do consórcio e será constituída por um Diretor Executivo, um Assessor Jurídico, um Gerente de Produção Médica e Promoção à Saúde, um Gerente Administrativo e Financeiro e pelos empregados públicos permanentes do consórcio, nos termos do Anexo III deste Protocolo de Intenções.

Art. 26. Compete ao Diretor Executivo:

I - promover a execução das atividades do consórcio;

II - colher e avaliar as sugestões apontadas pelo Conselho de Saúde e promover sua execução no âmbito do consórcio

III - realizar concursos públicos e promover a contratação, demissão e aplicação de sanções aos empregados, bem como praticar todos os atos relativos ao pessoal administrativo;

IV - elaborar o plano de trabalho e a proposta orçamentária anual;

V - elaborar o relatório anual de atividades;

VI - elaborar os balancetes mensais para ciência do Conselho Fiscal e da Assembleia Geral;

VII - elaborar as prestações de contas dos auxílios e subvenções concedidas ao consórcio para ser apresentada pela Assembleia Geral ao Órgão Concessor;

VIII - promover os atos de transparência do consórcio;

IX - movimentar em conjunto com o Presidente do consórcio, as contas bancárias e os recursos financeiros;

X - autorizar a abertura de licitações públicas e a celebração de contratos dentro dos limites do orçamento aprovado pela Assembleia Geral;

XI - designar seu substituto, em caso de impedimento ou ausência para responder pelo expediente;

XII - providenciar as convocações, agendas e locais para as reuniões da Assembleia Geral;

XIII - providenciar todas as diligências solicitadas pela Assembleia Geral e pelos conselhos Executivo e Fiscal;

XIV - propor à Assembleia Geral a requisição de servidores públicos municipais para serem cedidos ao consórcio.

Art. 27. Compete ao Gerente de Produção Médica e Promoção à Saúde administrar os projetos e atividades relacionadas aos objetivos do consórcio, prestar contas sobre os andamentos dos projetos ao Diretor Executivo e apoiar a execução das atribuições deste.

Art. 28. Compete ao Gerente Administrativo e Financeiro organizar e executar a gestão administrativa do consórcio, em especial a relativa à assessoria jurídica, aos recursos humanos, aos processos burocráticos, aos processos de licitação pública e de contratos administrativos, à gestão do patrimônio, à execução financeira e orçamentária, à contabilidade pública e ao controle interno, bem como auxiliar o Diretor Executivo em suas atribuições.

TÍTULO V

DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

CAPÍTULO I

DOS EMPREGADOS PÚBLICOS



Seção I Regime Jurídico

Art. 29. O Regime Jurídico de Trabalho dos empregados do consórcio é o da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, vinculados ao Regime Geral de Previdência Social e regidos, subsidiariamente, pelo que estabelece este Protocolo de Intenções.

§ 1º Os empregos públicos de Diretor Executivo, de Diretor de Saúde e de Diretor Administrativo são de livre admissão e demissão.

§ 2º O provimento dos empregos públicos permanentes dar-se-á mediante prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.

§ 3º Os empregados do consórcio não poderão ser cedidos, inclusive para os entes consorciados.

§ 4º Os empregados públicos incumbidos da gestão de consórcio não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo consórcio, salvo pelos atos cometidos em desacordo com a lei ou com as disposições dos estatutos do consórcio.

Seção II

Quadro de Empregados

Art. 30. O quadro de pessoal do consórcio é composto por quatro empregados públicos de livre admissão e demissão e por até cinquenta e três empregados permanentes, na conformidade do Anexo III deste Protocolo de Intenções.

§ 1º O emprego público de Diretor Executivo do consórcio deverá ser ocupado por profissional com comprovada experiência em gestão de serviços de saúde ou em administração pública, com formação de nível superior.

§ 2º O emprego público de Diretor de Saúde do consórcio deverá ser ocupado por profissional com comprovada experiência em gestão de serviços de saúde, com formação de nível superior.

§ 3º O emprego público de Diretor Administrativo do consórcio deverá ser ocupado por profissional com comprovada experiência em administração pública, com formação de nível superior.

§ 4º A qualificação, denominação, referência salarial inicial, número de vagas, carga horária semanal e atribuições dos empregos públicos é a definida no Anexo III deste Protocolo de Intenções.

§ 5º As atribuições dos empregos públicos, sempre que necessário e de interesse do consórcio, poderão ser alteradas ou adequadas, após aprovação pela Assembleia Geral.

§ 6º A jornada de trabalho de cada emprego público poderá ser reduzida administrativamente, com a redução proporcional da remuneração.

§ 7º Os empregados públicos não têm direito à estabilidade no serviço público.

Art. 31. É facultado ao consórcio público conceder estágio a aluno matriculado em curso regular de ensino mantido pelo poder público ou pela iniciativa privada, com funcionamento autorizado ou reconhecido pelos órgãos competentes, respeita a legislação federal acerca do tema e as condições a serem disciplinadas em Regimento Interno.

Seção III

Contratação Temporária de Excepcional Interesse Público

Art. 32. Fica autorizada a contratação temporária de empregados públicos, para fins de necessidade temporária de excepcional interesse público, nos seguintes casos:

I - assistência a situações de calamidade pública ou de estado de emergência;

II - a vacância do emprego permanente, até a admissão de novo empregado aprovado em concurso público;

III - nos casos de licença ou afastamento do exercício do emprego permanente, desde que reste comprovada a necessidade de substituição do empregado licenciado ou afastado.

Parágrafo Único. A duração do contrato temporário será limitada a cento e oitenta (180) dias, vedada a prorrogação.

Art. 33. A seleção de empregado a ser contratado temporariamente será feita mediante processo seletivo simplificado, divulgado por meio de edital.

Parágrafo Único. A contratação de empregado temporário prescindirá do processo seletivo nos casos em que não for possível aguardar sua realização, mediante justificativa.

Art. 34. A remuneração do empregado temporário será fixada em importância equivalente à referência salarial inicial para o respectivo emprego.

Seção IV

Remuneração

Art. 35. Os valores iniciais dos salários dos empregos são os constantes no Anexo III deste Protocolo de Intenções, assegurada a revisão geral anual.

Art. 36. Fica assegurada a revisão geral anual de salários, sempre no mês de maio de cada ano, nos termos da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou, na sua ausência, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, apurado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.

§ 1º A aplicação da revisão geral anual de salários dar-se-á mediante Resolução aprovada pelo Presidente do consórcio, devendo ser submetida à homologação da Assembleia Geral.

§ 2º A revisão geral anual incidirá, uniformemente, em todas as referências constantes da Tabela de Referências Salariais

Art. 37. A Assembleia Geral poderá conceder aumento real da remuneração dos empregados do consórcio, única e exclusivamente com o objetivo de revisar os valores para adequá-los à realidade do mercado, mediante justificativa.

§ 1º Entende-se por realidade de mercado, a média salarial paga aos empregados que exerçam atividades semelhantes às do consórcio, considerando-se a área de abrangência da região do município em que estiver sediado.

§ 2º O aumento real da remuneração poderá ser concedido em percentuais diferenciados para cada categoria de empregados públicos.

Art. 38. Conceder-se-á promoção funcional dos empregados públicos permanentes em função do tempo de serviço e em função de nova titulação, consubstanciada em progressão vertical na tabela de referências salariais.

§ 1º A progressão vertical por tempo de serviço, designada de triênio, será concedida à razão de 01 (uma) referência salarial a cada 3 (três) anos de efetivo exercício do emprego permanente, contados da data de admissão.

§ 2º A progressão vertical por nova titulação decorre da contínua atualização, especialização e aperfeiçoamento do empregado para o aprimoramento do desempenho de suas atividades, com observância dos seguintes critérios:

I - progressão de 03 (três) referências salariais no emprego, por uma única vez, por ter concluído curso de Nível Superior, desde que tal curso seja superior à escolaridade exigida para o emprego que ocupa;

II - progressão de 02 (duas) referências salariais no emprego, por ter concluído curso de Pós-Graduação, em nível de especialização, correlato com o emprego que ocupa;

III - progressão de 05 (cinco) referências salariais no emprego, por uma única vez, por ter concluído curso de Pós-Graduação, em nível de mestrado, correlato com o emprego que ocupa; e

IV - progressão de 07 (sete) referências salariais no emprego, por uma única vez, por ter concluído curso de Pós-Graduação, em nível de doutorado, correlato com o emprego que ocupa.

§ 3º Somente serão considerados os títulos reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC), não sendo considerados títulos aqueles constantes como requisitos para a admissão no emprego público.

§ 4º O direito ao aumento da referência salarial é devido a partir do mês seguinte ao protocolo da solicitação da progressão por nova titulação, mediante comprovação por meio da expedição do respectivo título, pelo empregado público, da nova titulação auferida.

§ 5º É vedada a progressão por nova titulação do empregado durante os 03 (três) primeiros anos de exercício, considerados como

de avaliação na função.

§ 6º Não serão considerados os títulos obtidos antes do ingresso no emprego público.

§ 7º O empregado aprovado em concurso público para novo emprego do quadro de pessoal perceberá a remuneração estabelecida para a referência salarial inicial do novo emprego, mantidas as referências salariais adquiridas por promoção funcional devida em função de tempo de serviço.

Art. 39. Conceder-se-ão as seguintes indenizações aos empregados do consórcio:

I - a título de hospedagem e alimentação, denominada diária, ao empregado que realizar despesas para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do emprego, sempre que for necessário pernoitar em cidade distinta da do local de trabalho, paga em razão do número de pernoites, de acordo com o Anexo IV.

II - a título de descolamento, ao empregado que deslocar-se a serviço do consórcio utilizando-se de veículo próprio, totalmente segurado, nos termos do Anexo V, mediante comprovação da viagem.

§ 1º Poderá ser instituído regime de adiantamento de despesas, nos termos de resolução específica, consistente na entrega de numerário ao empregado responsável pela realização da despesa, devendo ser prestado contas da totalidade dos recursos recebidos.

§ 2º A diária será concedida por dia de afastamento, sendo devida pela metade quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede, ou quando o consórcio público custear, por meio diverso, as despesas extraordinárias cobertas por diárias.

§ 3º Não fará jus a diárias o empregado que se deslocar dentro da mesma região metropolitana, aglomeração urbana ou microrregião, constituídas por municípios limítrofes e regularmente instituídas.

Art. 40. Será concedido vale transporte, na forma da legislação federal, ao empregado que o requerer, para deslocamento da residência ao local de trabalho e vice-versa.

Art. 41. Será concedido ao empregado com carga horária semanal superior a 20 horas, o auxílio refeição, na forma do Anexo VI.

Art. 42. A Assembleia Geral poderá aprovar a concessão aos empregados, com a participação financeira destes, de auxílio para o custeio de plano de saúde

Art. 43. Ao empregado público permanente a que tenha sido delegada função de direção, chefia, assessoramento, ou atribuição específica de emprego público diverso, respeitada a qualificação mínima, é devida gratificação pelo seu exercício, no percentual de 30% (trinta por cento) do salário do emprego público originariamente ocupado.

§ 1º Cessada a função de direção, chefia, assessoramento, ou atribuição específica de outro emprego público, extingue-se automaticamente a referida gratificação, sem qualquer incorporação ou direito adquirido.

§ 2º É vedada a acumulação de gratificação prevista neste artigo.

Seção V
Avaliação Periódica de Desempenho

Art. 44. A Avaliação Periódica de Desempenho, a ser regulamentada em Regimento Interno, será realizada através de comissão permanente instituída para tal finalidade, para todos os empregados permanentes, observando-se os critérios de eficiência, responsabilidade, assiduidade, pontualidade, relacionamento pessoal, e penalidades disciplinares.

CAPÍTULO II DAS CONTRATAÇÕES

Art. 45. As contratações de bens, obras e serviços realizadas pelo consórcio observarão as normas de licitações públicas e contratos administrativos.

Art. 46. Os editais de licitações e os extratos de contratos celebrados pelo consórcio deverão ser publicados no órgão oficial de publicação do consórcio.

TÍTULO VI DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 47. O consórcio obedecerá, relativamente à execução das receitas e das despesas, ao disposto na Constituição da República, às normas gerais de direito financeiro e ao disposto neste Protocolo de Intenções, devendo programar suas atividades financeiras por meio de orçamento anual, aprovado em Assembleia Geral e expedido por meio de resolução, abrangendo:

I - orçamento anual, fixando as despesas e estimando as receitas, efetivas e potenciais;

II - as diretrizes orçamentárias, política patrimonial e financeira e os programas de investimento do consórcio;

III - as orientações a serem repassadas aos municípios consorciados para fazer constar em seus respectivos orçamentos a transferência de recursos financeiros mediante contrato de rateio e contrato de prestação de serviços.

Art. 48. Constituem patrimônio do consórcio os bens materiais e imateriais.

§ 1º Os bens materiais do consórcio são indisponíveis, imprescritíveis, impenhoráveis e inalienáveis, salvo, neste último caso, os bens objeto de desafetação.

§ 2º Os bens imateriais do consórcio são protegidos por lei, mediante registro nos órgãos competentes.

Art. 49. Constituem recursos financeiros do consórcio:

I - a entrega mensal de recursos financeiros, de acordo com o contrato de rateio;

II - a remuneração dos serviços prestados aos consorciados, de acordo com os contratos de prestação de serviços;

III - a receita da cobrança de preços públicos pela prestação de serviços a terceiros;

IV - os auxílios, contribuições e subvenções concedidas por entidades públicas ou privadas;

V - os saldos do exercício;

VI - as doações e legados;

VII - o produto de alienação de seus bens livres;

VIII - o produto de operações de crédito;

IX - as rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósito e de aplicação financeira.

Art. 50. A contabilidade do consórcio será realizada de acordo com as normas de contabilidade pública, em especial a Lei Federal nº 4.320/64 e a Lei Complementar Federal nº 101/00.

TÍTULO VII CAPÍTULO V

DO USO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS

Art. 51. Os entes consorciados terão acesso aos bens adquiridos pelos consórcios e aos serviços prestados nos termos definidos em contrato de programa, mediante entrega de recursos disciplinada no contrato de rateio.

Art. 52. Respeitadas as respectivas legislações municipais, cada consorciado poderá colocar à disposição do consórcio os bens e serviços de sua própria administração para uso comum, nos termos definidos em contrato de programa e no contrato de rateio.

TÍTULO V DA RETIRADA, EXCLUSÃO E ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO

CAPÍTULO I DA RETIRADA

Art. 53. Cada consorciado poderá se retirar do CISAMREC a qualquer tempo, desde que denuncie sua contratação num prazo nunca inferior a sessenta dias, sem prejuízo das obrigações e direitos até sua efetiva retirada.

CAPÍTULO II DA EXCLUSÃO

Art. 54. Serão excluídos do consórcio os entes consorciados que:
I - tenham deixado de incluir em suas leis orçamentárias as dotações devidas ao consórcio assumidas em contrato de rateio.

II - incorram em situação de inadimplência com suas obrigações assumidas em contrato de rateio ou em contrato de prestação de serviços.

III - deixem de ratificar as possíveis alterações ao Contrato de Consórcio Público aprovadas em Assembleia Geral.

§ 1º A exclusão somente ocorrerá após prévia suspensão pelo prazo de sessenta dias, período em que o consorciado poderá se reabilitar.

§ 2º A exclusão prevista neste artigo não exime o consorciado do pagamento de débitos decorrentes do tempo em que permaneceu inadimplente.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO

Art. 55. A alteração e a extinção de Contrato de Consórcio Público dependerão de instrumento aprovado pela Assembleia Geral.

§ 1º Os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos reverterão aos consorciados proporcionalmente aos investimentos feitos ao consórcio.

§ 2º Até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

§ 3º Com a extinção, os servidores públicos cedidos ao consórcio público retornarão aos seus órgãos de origem.

§ 4º A destinação do patrimônio do consórcio, em caso de extinção, será decidida em Assembleia Geral.

§ 5º A retirada ou a extinção do consórcio não prejudicará as obrigações já constituídas, inclusive os contratos de programa, cuja extinção dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas.

TÍTULO VI

ATOS NORMATIVOS

Art. 56. Serão expedidas por meio de Resolução do Presidente, sem prejuízo das demais atribuições previstas no Protocolo de Intenções:

I - as deliberações da Assembleia Geral, do Conselho Executivo e do Conselho Fiscal;

II - as normas específicas de regulamentação do consórcio em que se tenha delegado a competência ao Presidente.

Art. 57. As decisões de competência do Diretor Executivo serão expedidas por meio de Portaria.

Art. 58. É condição de validade dos atos normativos expedidos por qualquer órgão ou agente do consórcio a respectiva publicação no órgão oficial de publicação.

TÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 59. Provisoriamente, as funções administrativas do consórcio poderão ser delegadas à Associação de Municípios da Região Carbonífera - AMREC, por meio de resolução do Presidente do consórcio mediante aprovação da Assembleia Geral.

Art. 60. O exercício fiscal coincidirá com o ano civil, para efeitos de execução do orçamento e prestação de contas.

Art. 61. A interpretação do disposto neste Protocolo de Intenções deverá ser compatível com o exposto em seu Preâmbulo e, bem como, aos seguintes princípios:

I - respeito à autonomia dos entes federativos consorciados, pelo que o ingresso ou retirada do consórcio depende apenas da vontade de cada ente federativo;

II - solidariedade, em razão da qual os entes consorciados se comprometem a não praticar qualquer ato, comissivo ou omissivo, que

venha a prejudicar a execução dos objetivos do consórcio;

III - transparência, pelo que não se poderá negar ao Poder Executivo ou Legislativo de ente consorciado o acesso a qualquer reunião ou documento do consórcio;

IV - eficiência, assentada na qualidade dos serviços prestados, agilidade e custo reduzido.

V - respeito aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

VI - respeito aos princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde.

Art. 62. Os casos omissos ao presente Protocolo de Intenções serão resolvidos pela Assembleia Geral e pelas normas aplicáveis aos consórcios públicos.

Art. 63. As normas do presente Protocolo de Intenções entrarão em vigor a partir da data da sua publicação na imprensa oficial.

Art. 64. Fica estabelecido o foro da Comarca de Criciúma para dirimir quaisquer demandas envolvendo o consórcio CISAMREC.

Criciúma, 18 de novembro de 2010.

Anexo I

Municípios subscritores do Protocolo de Intenções

NILSO BORTOLATTO

Prefeito de Cocal do Sul

CLÉSIO SALVARO

Prefeito de Criciúma

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito de Forquilha

DORY DA LUZ

Prefeito de Içara

LUIZ BUNN

Prefeito de Lauro Müller

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito de Nova Veneza

GLEEN WARMLING

Prefeito de Siderópolis

REUS ROSSI

Prefeito de Treviso

CARLOS ZEN

Prefeito de Urussanga

PELLEGRIN

Prefeito de Morro da Fumaça

Anexo II

Municípios que poderão vir a se consorciar ao CISAMREC

Araranguá

Armazém

Balneário Arroio do Silva

Balneário Gaivota

Braço do Norte

Capivari de Baixo

Ermo

Grão Pará

Gravatal

Imaruí

Imbituba

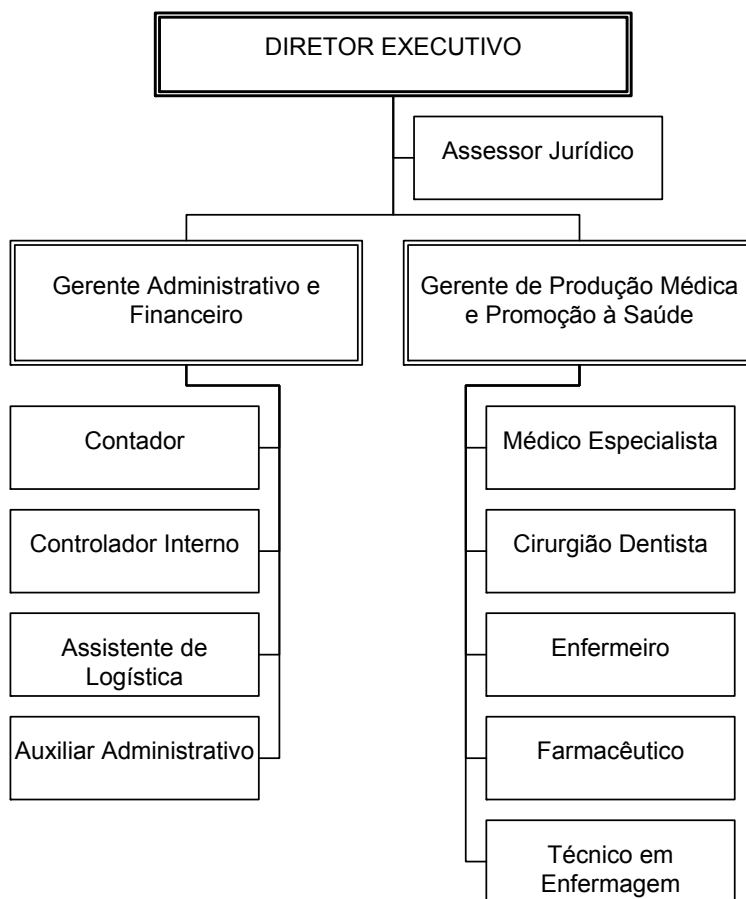
Jacinto Machado

Jaguaruna

Laguna

Maracajá
Meleiro
Morro Grande
Orleans
Passo de Torres
Pedras Grandes
Praia Grande
Rio Fortuna
Sangão
Santa Rosa de Lima
Santa Rosa do Sul
São João do Sul
São Ludgero
São Martinho
Sombrio
Timbé do Sul
Treze de Maio
Tubarão
Turvo

Anexo III
Empregos públicos do CISAMREC

Anexo III**Empregos públicos do CISAMREC****Organograma**

Denominação, vagas, referência salarial inicial e carga horária semanal

Denominação	Número de Vagas	Tipo	Referência salarial inicial	Salário	Carga horária semanal
Diretor Executivo	1	Em comissão	90	5.500,00	40h
Assessor Jurídico	1	Em comissão	25	1.500,00	20h
Gerente Administrativo e Financeiro	1	Em comissão	60	3.300,00	40h
Gerente de Produção Médica e Promoção à Saúde	1	Em comissão	60	3.300,00	40h
Contador	1	Permanente	25	1.500,00	20h
Controlador Interno	1	Permanente	25	1.500,00	20h
Assistente de Logística	3	Permanente	15	1.100,00	40h
Auxiliar Administrativo	5	Permanente	5	700,00	40h
Médico Especialista	20	Permanente	51	2.760,00	20h
Cirurgião Dentista	10	Permanente	51	2.760,00	40h
Enfermeiro	5	Permanente	39	2.150,00	40h
Farmacêutico	3	Permanente	39	2.150,00	40h
Técnico em Enfermagem	5	Permanente	15	1.100,00	40h

Qualificação mínima dos empregos públicos

Emprego Público	Escolaridade Mínima	Qualificação especial
Diretor Executivo	Ensino Superior Completo	
Assessor Jurídico	Bacharel em Direito	Registro no órgão de classe competente
Gerente Administrativo e Financeiro	Ensino Superior Completo	
Gerente de Produção Médica e Promoção à Saúde	Ensino Superior Completo	
Contador	Bacharel em Contabilidade	Registro no órgão de classe competente
Controlador Interno	Ensino Superior Completo	
Assistente de Logística	Ensino Médio Completo	
Auxiliar Administrativo	Ensino Médio Completo	
Médico Especialista	Bacharel em Medicina	Registro no órgão de classe competente
Cirurgião Dentista	Bacharel em Odontologia	Registro no órgão de classe competente
Enfermeiro	Bacharel em Enfermagem	Registro no órgão de classe competente
Farmacêutico	Bacharel em Farmácia	Registro no órgão de classe competente
Técnico em Enfermagem	Ensino Técnico em Enfermagem	Registro no órgão de classe competente

Atribuições dos empregos públicos

Diretor Executivo: promover a execução das atividades e a gestão do consórcio, realizar concursos públicos e promover a contratação, demissão e aplicação de sanções aos empregados públicos, bem como praticar todos os atos relativos à gestão dos recursos humanos, elaborar as normas orçamentárias e realizar o planejamento das atividades do consórcio a serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral; responsabilizar-se pela prestação de contas e pelo relatório de atividades a serem submetidos ao Presidente do consórcio, ao Conselho Fiscal e à Assembleia Geral; elaborar as prestações de contas dos auxílios e subvenções

concedidas ao consórcio para ser apresentada pelo Presidente ao órgão concedente; movimentar, quando a este delegado, as contas bancárias e os recursos financeiros do consórcio; executar a gestão administrativa e financeira do consórcio dentro dos limites do orçamento aprovado pela Assembleia Geral, observada a legislação em vigor, em especial as normas da administração pública; designar seu substituto, em caso de impedimento ou ausência para responder pelo expediente e pelas atividades do consórcio; providenciar as convocações, agendas e locais para as reuniões da Assembleia Geral, Conselho Executivo e Conselho Fiscal; providenciar e solucionar todas as diligências solicitadas pelo Conselho Fiscal; autorizar as compras e elaborar os processos de licitação para contratação de bens e serviços; propor ao Conselho Executivo a requisição de servidores públicos para servir ao consórcio.

Assessor Jurídico: elaborar projetos de documentos normativos do consórcio, realizar avaliação jurídica sobre licitações públicas, contratos administrativos e concursos públicos, subsidiando seus órgãos e dirigentes, bem como atuar, judicialmente e extrajudicialmente, na defesa dos interesses do consórcio.

Gerente de Produção Médica e Promoção à Saúde: administrar os projetos e atividades relacionadas aos objetivos do consórcio, gerenciar os empregados públicos da área da saúde, prestar contas sobre os andamentos dos projetos ao Diretor Executivo e apoiar a execução das atribuições deste.

Gerente Administrativo e Financeiro: organizar e executar a gestão administrativa do consórcio, em especial a relativa à assessoria jurídica, aos recursos humanos, aos processos burocráticos, aos processos de licitação pública e de contratos administrativos, à gestão do patrimônio, à execução financeira e orçamentária, à contabilidade pública e ao controle interno, bem como auxiliar o Diretor Executivo em suas atribuições.

Contador: Supervisionar, coordenar e orientar e realizar a escrituração dos atos ou fatos contáveis; examinar e elaborar processos de prestação de contas; auxiliar na elaboração da proposta orçamentária; examinar e realizar empenhos de despesas, verificando sua classificação e a existência de saldo nas dotações orçamentárias; informar, através de relatórios sobre a situação financeira e patrimonial do consórcio, elaborar e publicar os balanços, balancezes e demais relatórios patrimoniais e financeiros; executar outras tarefas afins.

Controlador Interno: Realizar a fiscalização e auditoria dos atos do consórcio, elaborar relatórios de controle interno, prestar orientações e apontar sugestões às atividades administrativas e de gestão do consórcio, instaurar processos administrativos para apuração de indícios de descumprimento de normas aplicáveis aos consórcios, e demais serviços inerentes à atividade de controladoria interna.

Assistente de Logística: Auxiliar os Gerentes do consórcio e o Diretor Executivo em suas atribuições, responsabilizar-se pelo almoxarifado, patrimônio, arquivo morto, correspondências, secretaria geral do consórcio, participar nos processos de licitação, auxiliar no controle de documentos de pessoal do consórcio, executar atividades administrativas diversas.

Auxiliar Administrativo: Executar os serviços de suporte operacional nas áreas de recursos humanos, administração, contabilidade, serviços de saúde, devendo, para tanto, elaborar relatórios, planilhas e demais ações de expediente, bem como executar as ações requeridas pelos superiores hierárquicos.

Médico Especialista: Prestar atendimentos médicos agendados, de urgência ou de emergência, priorizando, a gravidade do caso. Orientar pacientes, familiares, profissionais da área de saúde. Realizar procedimentos de diagnósticos e tratamento utilizando recursos de medicina preventiva e terapêutica de perícias e elaborar documentos médicos, tais como laudos, pareceres e diagnósticos. Zelar pelo uso correto dos materiais utilizados. Obriga-se ainda às determinações das normas legais pertencentes ao exercício da medicina e do Conselho Regional de Medicina e os regulamentos do serviço.

Cirurgião Dentista: Responsável pelo planejamento, execução, acompanhamento, avaliação e controle das atividades relacionadas à prática odontológica, realizando exames e procedimentos, implementando programas e atividades de educação da saúde bucal, cirurgias bucomaxilofaciais, respeitadas a formação, legislação profissional e os regulamentos do serviço.

Enfermeiro: Responsável pelo planejamento, execução, acompanhamento, avaliação e controle dos aspectos administrativos e técnicos voltados à efetividade das ações de saúde na área de enfermagem, respeitadas a formação, legislação profissional e os regulamentos do serviço.

Farmacêutico: Responsável pelos serviços de coordenação e gerência em farmácia, dispensação de medicamentos e correlatos, de acordo com as normas de assistência e atenção farmacêutica

Técnico em Enfermagem: Responsável por atividades de nível intermediário, relacionados à execução de atividades técnicas de enfermagem em hospitais e outros estabelecimentos de assistência médica e domicílios. Prestar assistência ao paciente, atuando sob supervisão de enfermeiro. Desempenhar tarefas de instrumentação cirúrgica. Organizar ambiente de trabalho e dar continuidade aos plantões. Realizar registros e elaborar relatórios técnicos. Executar outras tarefas afins.

Tabela de Referências Salariais

Referência Salarial	Salário (R\$)
1	540,00
2	580,00
3	620,00
4	660,00
5	700,00
6	740,00
7	780,00
8	820,00
9	860,00
10	900,00
11	940,00
12	980,00
13	1.020,00
14	1.060,00
15	1.100,00
16	1.140,00
17	1.180,00
18	1.220,00
19	1.260,00
20	1.300,00
21	1.340,00
22	1.380,00
23	1.420,00
24	1.460,00
25	1.500,00
26	1.540,00
27	1.580,00
28	1.620,00
29	1.660,00
30	1.700,00
31	1.750,00
32	1.800,00
33	1.850,00
34	1.900,00
35	1.950,00
36	2.000,00
37	2.050,00
Referência Salarial	Salário (R\$)
38	2.100,00

39	2.150,00
40	2.200,00
41	2.250,00
42	2.300,00
43	2.350,00
44	2.400,00
45	2.450,00
46	2.500,00
47	2.550,00
48	2.600,00
49	2.650,00
50	2.700,00
51	2.760,00
52	2.820,00
53	2.880,00
54	2.940,00
55	3.000,00
56	3.060,00
57	3.120,00
58	3.180,00
59	3.240,00
60	3.300,00
61	3.360,00
62	3.420,00
63	3.480,00
64	3.540,00
65	3.600,00
66	3.670,00
67	3.740,00
68	3.810,00
69	3.880,00
70	3.950,00
71	4.020,00
72	4.090,00
73	4.160,00
74	4.230,00
Referência Salarial	Salário (R\$)
75	4.300,00
76	4.380,00
77	4.460,00
78	4.540,00
79	4.620,00
80	4.700,00
81	4.780,00
82	4.860,00
83	4.940,00
84	5.020,00
85	5.100,00
86	5.180,00
87	5.260,00
88	5.340,00
89	5.420,00
90	5.500,00
91	5.590,00
92	5.680,00
93	5.770,00
94	5.860,00
95	5.950,00
96	6.040,00
97	6.130,00
98	6.220,00
99	6.310,00
100	6.400,00
101	6.500,00

102	6.600,00
103	6.700,00
104	6.800,00
105	6.900,00
106	7.020,00
107	7.140,00
108	7.260,00
109	7.380,00
110	7.500,00

Anexo IV

Indenização de despesas com hospedagem e alimentação (diária)

Empregado	Destino	Valor da diária (R\$)
Diretor Executivo, Assessor Jurídico, Gerente Administrativo e Financeiro e Gerente de Produção Médica e Promoção à Saúde	Cidades de Santa Catarina	180,00
	Cidades de outros estados	270,00
	Capital Federal e capitais de outros estados	360,00
Demais empregados	Cidades de Santa Catarina	120,00
	Cidades de outros estados	180,00
	Capital Federal e capitais de outros estados	225,00

Anexo V

Indenização de despesas de deslocamento com veículo particular

Item	Valor por Km (R\$)
Descolamento com veículo particular	0,60

Anexo VI

Tabela de valores do auxílio refeição

Auxílio	Valor unitário (R\$)	Quantidade mensal	Valor Total (R\$)
Refeição (somente para empregados com carga horária semanal superior a 20 horas)	10,00	22	220,00